



DANIELA SPINELLI

Utopia e Modernismo na *Carta del Carnaro*

-

Reflexões sobre o desenho de um novo ordenamento para o Estado Livre de Fiume

**CAMPINAS,
2014**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

DANIELA SPINELLI

Utopia e Modernismo na *Carta del Carnaro*

-

**Reflexões sobre o desenho de um novo ordenamento para o Estado Livre de
Fiume**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Teoria e História Literária, na área de Teoria e Crítica Literária.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ornelas Berriel.

**CAMPINAS,
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crislene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

Sp46u Spinelli, Daniela, 1981-
Utopia e modernismo na *Carta del Carnaro* - reflexões sobre o desenho de um novo ordenamento para o Estado Livre de Fiume / Daniela Spinelli. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Carlos Eduardo Ornelas Berriel.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. D'Annuzio, Gabriele, 1863-1938 - Crítica e interpretação. 2. De Ambris, Alceste, 1874-1934 - Crítica e interpretação. 3. Utopias. 4. Modernismo (Estética) - Itália. 5. Sindicalismo - Itália - Séc. XX. I. Berriel, Carlos Eduardo Ornelas, 1951-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Utopia and modernism in the *Carta del Carnaro* - reflections on the design of a new constitution for the Free State of Fiume

Palavras-chave em inglês:

D'Annuzio, Gabriele, 1863-1938 - Criticism and interpretation

De Ambris, Alceste, 1874-1934 - Criticism and interpretation

Utopias

Modernism (Aesthetics) - Italy

Syndicalism - Italy - 20th century

Área de concentração: Teoria e Crítica Literária

Titulação: Doutora em Teoria e História Literária

Banca examinadora:

Carlos Eduardo Ornelas Berriel [Orientador]

Francisco Foot Hardman

Cláudio Henrique de Moraes Batalha

Edilene Teresinha Toledo

Hélvio Gomes Moraes Junior

Data de defesa: 14-08-2014

Programa de Pós-Graduação: Teoria e História Literária

BANCA EXAMINADORA:

Carlos Eduardo Ornelas Berriel

Carlos Eduardo O. Berriel

Francisco Foot Hardman

Francisco Foot Hardman

Cláudio Henrique de Moraes Batalha

Cláudio Henrique de Moraes Batalha

Edilene Teresinha Toledo

Edilene Teresinha Toledo

Helvio Gomes Moraes Junior

Helvio Moraes

Edgar Salvadori de Decca

Claudia Baeta Leal

Edwiges Maria Morato

IEL/UNICAMP
2014

Para meu *nonno* Américo Spinelli (*in memoriam*)

e

Para João Carlos Guedes da Fonseca,
que me desenhou um futuro
em um guardanapo de papel

Agradecimentos

A meu orientador Carlos Eduardo Ornelas Berriel, com quem tenho um débito de gratidão enorme por ter me apresentado o tema da utopia e por ter me dedicado constantemente o estímulo necessário para desbravar caminhos desconhecidos. Sempre paciente, disposto a escutar minhas dúvidas e me aconselhar com lucidez, pela amizade.

A Gianluca Bonaiuti, por ter me acolhido como sua orientanda durante o estágio de pesquisa doutoral na Università degli Studi di Firenze. E que, com extraordinária disponibilidade e afeto, pôde em todo momento se fazer presente.

A Francisco Foot Hardman, que carinhosamente me recebeu no seu grupo Seminário de Orientação durante todo o doutorado. E que sempre me submeteu a leituras relevantes e a um provocante debate. Agradeço também pelas valiosas sugestões durante o exame de qualificação.

A Marco Palla, que me proporcionou a oportunidade de seguir seus dois cursos sobre fascismo na Università degli Studi di Firenze e cujas indicações bibliográficas foram fundamentais para a compreensão do impasse histórico.

A Sheila Moroni por ter me apresentado a questão fiumana logo na primeira semana do meu *soggiorno fiorentino*. E também pela extrema colaboração ao sugerir importantes fontes e leituras durante a produção deste trabalho.

A Salvatore Cingari e Aldo Pardi, interlocutores virtuais indispensáveis, que acompanharam com interesse minha pesquisa e ofereceram recomendações iluminadoras.

A K. David Jackson pela calorosa recepção em Yale e por me abrir a possibilidade de pesquisa nos arquivos raros da Beinecke Rare Book & Manuscript Library.

Aos professores Francesca Tacchi, Roberto Bianchi, Marino Biondi, Gino Tellini, Nicola Labanca, Marco Marchi, Lucilla Sacca, Claudio De Boni, Augusta Brettoni, Beatrice Sica, Clara Papini, Daphne Patai, João Cezar de Castro Rocha, com quem tive oportunidade de conversar sobre minha pesquisa durante o doutorado, pela simpatia e generosidade.

Ao músico “futurista” Daniele Lombardi, por ter ouvido minha proposta de trabalho e ter me estimulado com valiosas indicações bibliográficas.

A Antonio De Ruggero, que generosamente compartilhou comigo suas descobertas acadêmicas.

Aos colegas do Grupo de Estudos sobre Renascimento e Utopia, coordenado pelo Prof. Carlos Eduardo Berriel: Ana Cláudia R. Romano, Hélio Moraes Jr., Ivone Gallo, Yvone Greis, Milene Baldo, Laura Celavin, Júlia Ciasca Brandão, Bruna Caixeta, Juliana de Oliveira Lopes, Regina Carpentiere, Thiago Basile, Geraldo Witeze Jr., com quem tenho aprendido muito; agradeço pela convivência carinhosa.

A Luciano Migliaccio pela leitura atenta a meu trabalho e pelas indicações durante o exame de qualificação.

Manifesto minha gratidão aos professores Claudio Henrique de Moraes Batalha, Edilene Teresinha Toledo, Francisco Foot Hardman e HÉlvio Moraes Junior, que compuseram a banca examinadora de defesa da tese, pelo diálogo enriquecedor. Seus comentários e provocações serão valiosas para o aprimoramento deste trabalho.

Entre todas as instituições onde pesquisei, gostaria de ressaltar meu agradecimento ao Arquivo Edgard Leuenroth, que me possibilitou inúmeras descobertas; ao Instituto Italiano di Cultura – em especial a Plínio Gomes – pelos empréstimos de livros raros do acervo do Consulado Italiano; ao Vittoriale degli Italiani, pela acolhida durante a pesquisa no arquivo e pela concessão de muitas das imagens que compõem este trabalho; à Fondazione Primo Conti – em especial a Chiara – pela recepção durante a pesquisa; ao Gabinetto G. P. Vieusseux e à Beinecke Rare Book & Manuscript Library.

Ao Dipartimento di Studi Sullo Stato, da Università degli Studi di Firenze, onde pude apresentar e discutir minha pesquisa.

A Miguel, Rose e Cláudio, da Secretaria do IEL, por terem me auxiliado em diversos momentos.

Aos professores e colegas do curso de História e Teoria Literária do IEL – Unicamp.

Aos amigos Andrea de Barros, Biagio D'Angelo, Bruno Conte, Erick B. Jaccoud, Fernanda Pereira, Fernando Ferrone, Flávia Leite, Gustavo Macedo, Guilherme Oliveira, Jean Di Barros, Larissa Higa, Loren Paschoal, Otávio Barros, Pablo Schettini, Pablo Polese, Regis Closel, Renata Altenfelder, Rose Andrade, Hélio Rocha, Thais Almeida Prado e Thais Nicodemo, com quem muitas vezes discuti os caminhos desta pesquisa e que me ajudaram mais do que imaginam.

A Andre, *amore mio*, pelo apoio incondicional, leituras, diálogos, viagens e afeto.

À família, que, mesmo sem entender bem o que eu tanto estudo, sempre me deu suporte.

À CAPES, pela bolsa sanduíche que me permitiu pesquisar o rico acervo das bibliotecas italianas e realizar a descoberta de um tema extraordinário, que mudou o rumo da minha pesquisa de doutorado. Ao CNPq, por me oferecer as condições materiais para a execução deste projeto.

Por fim, a todos que, anonimamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Lo Stato è come la religione: vale se la gente ci crede”

Errico Malatesta

Resumo

Esta tese de doutorado, cujo objeto de investigação é a *Carta del Carnaro*, escrita por Gabriele D'Annunzio e Alceste De Ambris, analisa os aspectos utópicos, literários e modernistas da constituição fiumana. À luz da fortuna crítica e historiográfica, pretende-se refletir sobre a novidade formal que esse ambicioso projeto apresenta no panorama político moderno. O problema desloca-se para o exame das relações entre matéria histórica e forma literária. Afinal, a Grande Guerra parece reorientar as pesquisas formais desenvolvidas pelas vanguardas italianas, a partir do instante em que a política se torna o tema central. A ambição deste trabalho é avaliar de que maneira os acontecimentos históricos, que marcaram a geração que viveu a experiência da Grande Guerra, fornecem subsídios para que compreendamos os rumos das vanguardas italianas e o modo como a formalização estética de seus ideais transformou a Itália do início do século XX em um laboratório político.

Palavras-chave: *Carta del Carnaro*, Gabriele D'Annunzio, Alceste De Ambris, Utopia, Fiume, Sindicalismo Revolucionário, Arte de Vanguarda, Constitucionalismo e Literatura Italiana.

Abstract

This doctorate thesis, the investigation object of which is *Carta del Carnaro*, written by Gabriele D'Annunzio and Alceste De Ambris, aims at analyzing the utopian, literary and modernist aspects of the Fiuman Constitution. In light of the critical and historiographical fortune, the intention is to reflect which formal novelty this ambitious project shows in the modern political scenario. The problem shifts to the examination of the relationships between historical matter and literary form. After all, the Great War seems to reorient the formal surveys made by the Italian vanguards, from the moment in which the politics becomes the central theme. The ambition of this study is to assess how the historical events experienced by the generation that lived during the Great War serve as base so that we can understand the direction of the Italian vanguards and how the aesthetic formalization of their ideals transformed the Italy of the early 20th Century into a political laboratory.

Keywords: *Carta del Carnaro*, Gabriele D'Annunzio, Alceste De Ambris, Utopia, Fiume, Revolutionary Syndicalism, Vanguard Art, Constitutionalism and Italian Literature.

Riassunto

Questa tesi di dottorato, il cui oggetto di indagine è la *Carta del Carnaro*, scritta da Gabriele D'Annunzio e Alceste De Ambris, ha come finalità analizzare gli aspetti utopici, letterari e modernisti della costituzione fiumana. Alla luce della fortuna critica e storiografica, si pretende riflettere quale la novità formale che questo ambizioso progetto presenta nel panorama politico moderno. Il problema è trasferito all'esame dei rapporti fra materia storica e forma letteraria. Infine, la Grande Guerra pare fornire un nuovo orientamento alle ricerche formali sviluppate dalle avanguardie italiane, a cominciare dall'istante in cui la politica si torna il tema centrale. L'ambizione di questo lavoro è valutare in che modo i fatti storici, vissuti dalla generazione che ha vissuto l'esperienza della Grande Guerra, forniscono informazioni affinché possiamo comprendere le direzioni delle avanguardie italiane e come la formalizzazione estetica dei suoi ideali ha trasformato l'Italia dell'inizio del secolo XX in un laboratorio politico.

Parole chiave: *Carta del Carnaro*, Gabriele D'Annunzio, Alceste De Ambris, Utopia, Fiume, Sindacalismo Rivoluzionario, Avanguardia, Costituzionalismo e Letteratura Italiana.

Sumário

Preâmbulo	1
Utopia como experiência jurídica	7
D'Annunzio em Fiume	9
O beneficente ajoelhado	16
Vivere inimitabile	20
O príncipe das vanguardas	24
Um novo ordenamento	29
Utopia como experiência jurídica	31
Constelação mitológica a serviço do fiumanismo	34
A bandeira de Fiume	37
Manifesto do fiumanismo	38
Statuto Albertino	40
Colóquio do poeta Gabriele D'Annunzio com o rei Vittorio Emanuele III	42
Desenho de um novo ordenamento	45
Um estatuto para a nova Itália	47
Della perpetua volontà popolare	47
Dei fondamenti	49
Dei Cittadini	55
Delle Corporazioni	57
Dei Comuni	70
Del Potere Legislativo	71
Del Potere Esecutivo	73
Del Potere Giudiziario	73
Del Comandante	75
Della Difesa Nazionale	82
Dell'Istruzione Pubblica	83
Della Riforma Statutaria	86
De Diritto d'Iniziativa	88
Della Riprova Popolare	88
Del Diritto di Petizione	88
Della Incompatibilità	88
Della Rivocazione	88
Della Responsabilità	89
Della Retribuzione	89
Della Edilità	89
Della Musica	90
A questão de Fiume	93
O impasse diplomático	95
A vitória mutilada	99
Itália e a Jugoslávia	109
A conquista de Fiume	113
Marcia di ronchi	115
Recepção da marcha	125
Fiumanismo e fascismo	129

Um sindicalista revolucionário	142
<i>Considerações finais</i>	155
<i>Iconografia</i>	165
<i>Anexos</i>	177
Carta de Alceste De Ambris a Gabriele D'Annunzio – 18 de março de 1920	179
Discurso di Gabriele D'Annunzio di Presentazione dello Stato della Reggenza Italiana del Carnaro	187
Disegno di un nuovo ordinamento dello Stato Libero di Fiume - La Carta del Carnaro	189
Os presidentes do Conselho de Ministros do Reino da Itália	207
Chefes do Estado italiano	208
Os chefes do Estado Pontificio – Os Papas	208
<i>Cronologia</i>	209
<i>Lista de abreviaturas</i>	245
<i>Bibliografia</i>	247

Preâmbulo

Promulgada no dia 8 de setembro de 1920, pelo comandante¹ Gabriele D'Annunzio², a *Carta del Carnaro* permanece como um objeto obscuro na consciência constitucional italiana. Depois de quase cem anos de sua publicação, a lei fundamental do Estado Livre de Fiume resiste como um documento enigmático, que escapa de uma precisa definição histórica³. Fruto da experiência política de um movimento nacionalista militarizado que, sob a liderança do poeta, promoveu a ocupação armada e a instauração de um governo provisório na cidade de Fiume⁴, a *Carta del Carnaro* é uma constituição-manifesto que propôs uma revolução total da sociedade.

Escrita por Gabriele D'Annunzio e Alceste De Ambris⁵, o estatuto condensou o empenho normativo das vanguardas modernistas e nacionalistas italianas ao buscar solucionar os problemas sociais e modificar radicalmente a realidade. Tomados pelo impulso de criar um novo mundo, os dois autores procuraram superar as existentes formas de organização humanas e suprimir todos os males. Inspirado pelo idealismo dannunziano e concretizado sobre a base teórica do sindicalismo revolucionário⁶, o estatuto do Estado Livre de Fiume propõe dar ao mundo um exemplo de constituição que acolha todas as mais audaciosas ideias do pensamento moderno, as variadas formas de liberdade e recupere as gloriosas tradições da cultura latina. Através de um conjunto de

¹ O poeta Gabriele D'Annunzio foi nomeado *Comandante dal Locale Consiglio Nazionale Italiano*, no dia 12 de setembro de 1919, quando liderou a marcha de um exército legionário até a cidade de Fiume.

² Gabriele D'Annunzio (1863-1938) é considerado, pela fortuna crítica, um dos mais importantes e representativos escritores da transição do século XIX para o XX. Na sua vasta produção, que acolhe diversos gêneros literários, destacam-se: os romances *Il piacere* (1889) e *L'innocente* (1892), o *Poema paradisiaco* (1893), *La città morta* (1898), o projeto poético *Laudi* e *Notturmo* (1921).

³ Ainda que numerosos estudiosos tenham dedicado amplo esforço na publicação de relatos testemunhais, cartas, documentos e estudos biográficos e historiográficos sobre a experiência militar do poeta Gabriele D'Annunzio na cidade de Fiume, o debate sobre a natureza do movimento e o significado político da *Carta del Carnaro* permanece indecifrado.

⁴ Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a cidade de Fiume foi rebatizada de Rijeka e incorporada à Croácia.

⁵ Alceste De Ambris (1874-1934), importante expoente do sindicalismo revolucionário italiano. Tomou parte da experiência política de Gabriele D'Annunzio, em janeiro de 1920, quando chegou à cidade de Fiume para ocupar o cargo de Chefe do Gabinete do governo.

⁶ O sindicalismo revolucionário foi um movimento que surgiu no processo de luta sindical, desenvolvido na virada do século XX, como expressão radical contra a burguesia e a esquerda reformista, para promover uma nova forma de ação operária.

normas fundamentais, em que se mesclam doutrinas políticas, experiências históricas e construções literárias, materializa-se a imagem de um Estado “ideal”, que permitiria a existência de uma harmoniosa vida coletiva.

Sob a forma de *arte imaginativa*, o desenho da Reggenza Italiana del Carnaro é configurado como produto da técnica. Sendo assim, é exaltada a capacidade individual de construir, a partir da liberdade, a sociedade humana, dotando-a de uma dimensão estética. Devotado à ideia de beleza, o comandante-poeta Gabriele D’Annunzio apresentou ao povo de Fiume – nos termos usados pelo historiador Jacob Burckhardt⁷ – o “Estado, como criação consciente e calculada, como obra de arte”⁸.

O Estado era concebido como um ente artificial, formado a partir da vontade de um povo; ele representaria a estrutura dentro da qual o homem pode desenvolver suas faculdades e realizar plenamente sua natureza. Acreditava-se que apenas o Estado poderia garantir a liberdade e a paz, oferecendo *ótimas* condições de existência para o homem. Tendo por objetivo o bem comum e a Justiça, o Estado registra a saída definitiva do homem do estado de natureza. Assim, Gabriele D’Annunzio e Alceste De Ambris buscavam conscientemente aperfeiçoar o mundo, através da reformulação das instituições sociais e políticas. Recuperando alternadamente formas políticas de Atenas, da República Romana, da Baixa Idade Média, da Sereníssima República de Veneza e do Renascimento, eles propuseram um Estado derivado da combinação de modelos históricos idealizados, para apresentar a síntese de uma *ótima* forma de governo.

Conforme a *Carta del Carnaro*, a cidade-estado de Fiume deveria ser governada como uma democracia direta, que teria como base o trabalho produtivo e como critério as

⁷ O estudo de Jacob Burckhardt sobre o Renascimento italiano foi primeiramente publicado em alemão (1860), sob o título *Die Kultur der Renaissance in Italien*. Em 1877, a obra foi traduzida para o italiano (por Valbusa). Embora seja possível constatar o atraso do mercado editorial na organização de edições traduzidas, as ideias do historiador suíço se difundiram por toda a Europa. Afinal, a possibilidade de compreender a matéria histórica através da *kultur* exerceu grande fascínio sobre filósofos, sociólogos e historiadores na segunda metade do século XIX. É possível imaginar que a aproximação do poeta Gabriele D’Annunzio com as ideias de Jacob Burckhardt ocorreram por meio da leitura das obras de Friedrich Nietzsche. O filósofo alemão, que teve a oportunidade de conviver intimamente com Jacob Burckhardt durante o período em que viveu em Basileia, sendo seu aluno nas “Conferências sobre o estudo da História”, foi profundamente influenciado pelo pensamento do historiador. Ainda que Friedrich Nietzsche tenha citado diretamente Jacob Burckhardt poucas vezes, é identificável essa influência em seus estudos sobre a história, bem como o comum interesse de renovação cultural, a crítica ao hegelianismo e a reflexão sobre a grandeza dos grandes homens da história. A interpretação nietzschiana, na qual se proclama o direito à vida bela e heroica, na livre expansão da personalidade sem restrição a vínculos morais, encontrou ressonância no poeta Gabriele D’Annunzio.

⁸ Jacob Burckhardt. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: 2013, p. 37.

mais largas autonomias funcionais e locais⁹. O estatuto reconhecia a soberania coletiva de todos os cidadãos sem distinção de sexo, raça, língua, classe ou religião, mas previa maior direito aos “produtores”. Este termo genérico propunha a formação de uma classe única¹⁰, composta por trabalhadores e empregadores que contribuíssem para o enriquecimento do Estado.

A constituição legitimaria a perfeita igualdade civil e política dos dois sexos e garantiria o exercício da liberdade de pensamento, de palavra, de reunião, de associação e de imprensa. Tratava-se de um regime laico que conservava larga tolerância religiosa e tutelava o direito de edificação de templos. No entanto, a religião jamais poderia ser invocada ou servir como justificativa para aqueles cidadãos que não cumprissem os deveres prescritos na lei. De modo que o estatuto previa o rompimento com o dogmatismo religioso e com a interferência da Igreja no Estado¹¹. Sem discriminação, todos os habitantes teriam o direito de instrução primária nas escolas públicas laicas, educação física e trabalho remunerado.

A *carta* assegurava, ainda, o salário mínimo para viver bem, assistência em caso de doença, aposentadoria na velhice e o uso dos bens legitimamente adquiridos. Eram atestados: a inviolabilidade do domicílio, o *habeas corpus* e a reparação dos danos em caso de erro judiciário. A propriedade não era considerada como um domínio absoluto de uma pessoa sobre uma coisa, mas por sua função social. Os cidadãos, as corporações e as comunidades seriam algo como espíritos que formavam as bases da Reggenza Italiana del Carnaro. Todos os habitantes que colaboravam para a prosperidade material e o desenvolvimento civil do Estado deveriam se inscrever em uma das dez corporações a serem instituídas.

⁹ A autonomia política era aí considerada como fundamento para a edificação do Estado e o seu desenvolvimento.

¹⁰ Segundo Achille Chiappetti, no artigo “Lo statuto della Reggenza italiana del Carnaro”, o uso do termo “produtores”, genérico e amplo, parece suprimir a tensão entre trabalhadores e empregadores para constituir um valor unificador de diversas classes sociais. In: *Lo statuto della Reggenza del Carnaro*. (2009, p. 24).

¹¹ Em contraposição ao direito “revelado” por uma “autoridade sagrada”, o Estatuto compreendia o direito como norma geral e abstrata, concebida pelo homem segundo o princípio da autodeterminação. Sendo assim, a laicização do direito acabava por cancelar o preceito de “sacralidade do líder”, como elemento de legitimação de um poder. Esse é um elemento essencial para que compreendamos a natureza da *Carta del Carnaro* e sua divergência com a monarquia constitucional de Vittorio Emanuele III.

Segundo seus artífices, a *Carta del Carnaro* era essencialmente uma constituição latina, que perpetuaria a seguinte missão: “ser um farol luminoso na escuridão¹², para aquelas pessoas que avançam sobre o desconhecido, tateando com as mãos um caminho”. Lançando-se diante de quem buscava uma vida alternativa diversa daquela que se impunha, a carta da Reggenza Italiana del Carnaro, como forma de pensamento autêntico, assumiu o risco de saltar sobre abismos para iluminar a trilha.

Tratava-se, portanto, de uma exaltação sem limites da possibilidade de o homem recriar-se continuamente e de reorganizar suas relações sociais através da política. No entanto, a carta não surgiu como um devaneio, mas sim do reconhecimento dos abismos por entre os quais a humanidade estaria condenada a marchar. O desenho de um novo ordenamento para a instauração do *Stato Libero di Fiume* nascia de uma consciência aguda da fratura social gerada pela Grande Guerra e da impossibilidade de realização dos projetos políticos sonhados pelo *modernismo nacionalista*¹³. Afinal, esperava-se que depois da guerra finalmente ressurgisse uma grande Itália, que assumisse o papel de potência política mundial e fomentasse um movimento de renascimento cultural e econômico. Frustrados esses objetivos e sendo a *vitória* decretada *mutilada*, o nostálgico líder da nova Itália propôs uma ação movida por força que encontrava razão na matéria histórica.

O poeta e chefe de gabinete atribuiu à nova Constituição a função de *manifesto* portador de uma nova consciência histórica e cultural, que anunciava a formação de um “novo” homem. Por esse motivo, no artigo XVI sobressai o decreto: “La vita è bella e degna che severamente e magnificamente la viva l’uomo riffato intiero dalla liberta”. Ou seja: o Estado deveria conceder os subsídios necessários para que a natureza dos seus cidadãos fosse completamente refeita. Tornando-se um *homem inteiro*, capaz de a cada dia inventar sua própria virtude, ele modelaria constantemente sua ação em benefício da vida coletiva.

¹² Carta de Alceste De Ambris, escrita no dia 18 de março de 1920, para o poeta Gabriele D’Annunzio. O texto integral desta correspondência consta dos anexos desta tese.

¹³ O *modernismo nacionalista* nasceu no início do século XX, do encontro entre a cultura da crise e a exigência de nacionalizar as massas. Expressão dos esforços ideológicos e culturais para a modernização do estado, ele foi fruto de um estado retrógrado, que se manteve à margem do grande progresso científico e tecnológico europeu.

A ideia de que uma revolução antropológica conduziria à regeneração da sociedade, era, de fato, bastante comum aos movimentos nacionalistas italianos do final do século XIX e início do XX. Acreditava-se que o *Risorgimento* tinha fracassado no seu ideal de unificação espiritual da população itálica e no seu projeto de modernização da sociedade. Por influência dos ideais de Giuseppe Mazzini, as vanguardas culturais e políticas ansiavam pela construção de um Estado forte, composto por *homens livres* e dotados de responsabilidade na defesa moral da nação italiana. Os vanguardistas se apoiavam na crença de que apenas uma ação revolucionária, suportada pelo mito do “novo homem”, poderia renovar a cultura italiana. E acreditavam ser de sua inteira responsabilidade fazer as classes elevarem seu nível de consciência histórica.

O fenômeno do *fiumanismo*¹⁴ surgiu, no pós-guerra, de um complexo processo cultural e ideológico e em oposição ao liberalismo e ao comunismo. Esse foi um movimento de massa que propôs um caminho político alternativo para a construção do novo mundo. Sob a liderança do poeta Gabriele D’Annunzio, o *fiumanismo* parece ter sido a manifestação política do *modernismo nacionalista* – movimento cultural que refletia a ambição de intelectuais e militantes de vanguarda¹⁵ que incitavam a transformação radical da sociedade italiana, através da integração das massas ao Estado, sob o signo do mito da nação.

Afirmando ser o autêntico guia dessa revolução cultural, o poeta soldado propunha, através da *vontade de potência*¹⁶, a criação de uma nova realidade. A *terceira*

¹⁴ Nomenclatura usada pela historiografia para identificar o movimento nacionalista militarizado que ocupou a cidade de Fiume pelo período de dezesseis meses.

¹⁵ Entre eles é possível destacar a atuação da *Associazione Nazionale Italiana* (ANI), os Futuristas e os Arditi.

¹⁶ Gabriele D’Annunzio foi fortemente influenciado pela leitura das obras de Friedrich Nietzsche, tendo inúmeras vezes homenageado o filósofo em sua obra. O primeiro contato do poeta com a teoria irracionalista de Friedrich Nietzsche data da época em que este redigiu o crepuscular *Poema paradisíaco*, de 1893. Logo na primeira aproximação com essa filosofia, o poeta reconheceu que já era nietzschiano, antes mesmo de conhecer a obra do filósofo. De fato, Gabriele D’Annunzio encontrou nas obras do filósofo uma confirmação teórica para seu pensamento estético e político. Leitor de traduções francesas das obras dele, Gabriele D’Annunzio se transformou em um importante propagador dessas ideias na Itália. Inspirado por conceitos como “super-homem”, “vontade de potência”, o poeta incorporou na sua vida e no seu entendimento político, como projeto, aquilo que ele – à sua maneira – entendeu ser a missão cívica da raça italiana. Na concepção dannunziana, o “super-homem” nasceria da revolta contra a decadência. Guiado por uma “vontade de potência”, ele romperia com a mediocridade mundana, para além dos limites impostos pela moral. Através de uma ação agressiva, destruidora, ele se libertaria das condições que o oprimem. O poeta acreditava que o destino da Itália era dar origem a uma nova civilização, composta por “homens novos”, responsáveis pela purificação e regeneração de toda a espécie humana.

via aspirava à edificação de um Estado forte, que se realizasse através de um inédito sistema cooperativista e fundado sob a sacralização da *bela vida*.

Repleta de elementos progressistas para seu momento histórico¹⁷, a constituição de Fiume oferecia um paradigma para outros nascentes movimentos revolucionários, pois detinha uma sólida estrutura, que era o resultado da disputa entre intervencionistas radicais de direita e de esquerda durante o governo provisório fiumano. Nesse sentido é possível afirmar que na *Carta del Carnaro* há a acomodação dessas duas forças políticas que ambicionavam a “regeneração da raça latina” para a construção de um potente Império itálico. A ausência de forças socialistas reformistas, liberais e católicas na cidade de Fiume permitiu a experimentação de formas radicais de organização coletiva que aceleraram a mudança social.

Por não ter sido jamais aplicada, a Constituição de Fiume permaneceu conforme o desejo dos dois autores, como uma metáfora político-literária de um “*bom*” Estado. Sua ambição era fazer despertar na alma dos homens a centelha inventiva que “sacode as cinzas e faz brotar a chama”¹⁸. Nesta tese, a *Carta del Carnaro* é compreendida como um curiosíssimo exercício literário de construção de um Estado *imaginário*. Contudo, isso não implica reduzir a análise a um jogo lúdico sem qualquer ligação com o real, mas, ao invés disso, reconhecer neste documento a oportunidade de reavaliação crítica de uma concreta realidade histórica. Afinal, sendo dotada de um significado constitucional, político e social, a *Carta del Carnaro* é um documento de grande importância para a formação da Itália moderna.

¹⁷ Muitos aspectos da *Carta del Carnaro* anteciparam a Carta Constitucional italiana de 1948. Ao reconhecer todos os cidadãos de Fiume como iguais e dotados dos mesmos direitos, a *Carta del Carnaro* precedeu os artigos que seriam instituídos apenas em 1948, quando finalmente as mulheres italianas passaram a ter direito ao voto, por exemplo.

¹⁸ Georges Sorel. *Reflexões sobre a Violência*. São Paulo, 1992.

Utopia como experiência jurídica

*Noi siamo per creare una voce di libertà
e siamo per creare una forma di libertà:
una voce di bellezza e
una forma di bellezza
sopra il mondo immemore delle cose alte e delle cose eterne,
sopra il decrepito mondo
destinato a crollare e disfarsi inesorabilmente.*

*La passione di Fiume sopravviverà trasformata in splendore.
La costanza di Fiume sopravviverà trasfigurata in folgore.*

Palavras do Comandante Gabriele D'Annunzio ao povo.
Discurso do dia 30 de agosto 1920, no teatro Fenice, cidade de Fiume.

D'Annunzio em Fiume

Com o fim da Grande Guerra, a dissolução do Império Austro-Húngaro e do Império Otomano, surgiu a oportunidade para os países vencedores do conflito de redesenharem o mapa político e geográfico mundial. Vitoriosa, a Itália, que combatera ao lado da Tríplice Entente, apresentou sua delegação em Paris no dia 18 de janeiro de 1919. O Pacto de Londres, firmado no dia 26 de abril de 1915, determinava que em caso de vitória a Itália teria direito aos territórios do Trentino, Alto Adige até Brennero, Trieste, Gorizia, parte ocidental da Istria, Dalmácia com suas ilhas e a parte do espólio colonial da Alemanha e do Império Otomano. Essas conquistas territoriais preenchem as reivindicações irredentistas para a conclusão do processo de unificação italiana e os anseios imperialistas de grupos nacionalistas.

O presidente americano Woodrow Wilson, por não estar vinculado ao Pacto, se opôs publicamente ao cumprimento dos acordos secretos assinados no início da guerra. E, como alternativa diplomática, propôs 14 pontos¹⁹ que deveriam ser seguidos pelas nações vencedoras com o objetivo de garantir a paz mundial. No que tange à Itália, o presidente americano declarou que as suas fronteiras deveriam ser reajustadas seguindo linhas divisórias de nacionalidade claramente reconhecíveis. A cidade de Fiume não estava incluída, por meio do Pacto de Londres, na área a ser anexada pela Itália. Sem jamais constar entre as reivindicações do movimento irredentista italiano, a “questão de Fiume” apenas tornou-se um impasse diplomático central quando o recém-instituído Consiglio Nazionale Italiano di Fiume, presidido por Antonio Grossich, declarou que, com base no princípio de autodeterminação dos povos, a maioria da população da cidade²⁰ desejava

¹⁹ Durante a Conferência de Paz, o presidente americano propôs 14 pontos que, na opinião dele, deveriam orientar os acordos de paz. Os 14 pontos resumem a posição diplomática adotada pelos Estados Unidos. Graças a isso, que o presidente Wilson foi contemplado com o Prêmio Nobel da Paz. Os Estados Unidos não estavam vinculados a nenhum pacto secreto. Ou seja, a eles não estava prescrito nenhum território. Então, para o presidente americano, era fácil questionar a validade dos pactos secretos, que apenas caíram no conhecimento público após a revolução russa (em 1917, todos os acordos secretos foram publicados pelos revolucionários). Como as nações aliadas se recusaram a seguir a proposta americana, no final, os 14 pontos fracassaram.

²⁰ Segundo estatística apresentada no censo de dezembro de 1918, época na qual Fiume ainda pertencia ao Império Austro-Húngaro, 62,5% da população local era composta por italianos. Essa pesquisa demográfica afirmava que, dos 49.806 habitantes fiumanos, 24.212 declararam que usavam diariamente a língua italiana. Importante ressaltar que a estatística não considerava o bairro operário de Sussak, que contava com maioria croata (BERTOTTO, 2009, p. 50).

unir seu território ao Reino da Itália. Em resposta ao Consiglio Nazionale Italiano, o presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália, Vittorio Emanuele Orlando, ordenou o desembarque de esquadrões de granadeiros na cidade adriática. Fiume, que desde o fim do conflito bélico mundial estava ocupada por batalhões do exército americano, francês, britânico e italiano, foi tomada por um clima de tensão entre os diversos grupos étnicos que compunham a população local.

Na Conferência de Paz, a delegação italiana, dirigida pelo ministério de Vittorio Emanuele Orlando e Sidney Sonnino, exigiu o cumprimento de um programa máximo, ou seja, do Pacto de Londres mais a cidade de Fiume. Essa proposta foi vilipendiada tanto pelos aliados como pelo presidente Woodrow Wilson, por ser considerada uma pretensão imperialista e transgressora à ordem. O problema é que a delegação italiana procurou conciliar duas concepções diplomáticas incompatíveis. Afinal, ela requisitava que o direito de autodeterminação dos povos deveria prevalecer como critério no caso de Fiume, porém não nos outros territórios prescritos à Itália pelo pacto de Londres.

Pressionados pela opinião pública, Vittorio Emanuele Orlando e Sidney Sonnino abandonaram temporariamente a Conferência de Paz. O gesto de hostilidade com relação aos aliados não passaria incólume. Ao final, a Itália obteve os territórios previstos no Pacto de Londres, mas, comprometida pela atuação de sua delegação, não participou da partilha das ex-colônias do dissolvido Império Otomano e da Alemanha. O impasse diplomático sobre os territórios de Fiume e Dalmácia se mantinha. Frente à dificuldade em estabelecer uma fronteira entre a Itália e a recém-constituída Iugoslávia, no dia 8 de agosto de 1919, determinou-se que a administração de Fiume deveria ficar a cargo de uma Comissão Militar Interaliada, composta por tropas militares francesas, inglesas, americanas e italianas, enquanto a questão permanecesse indefinida.

As esperanças de que a atuação italiana na guerra traria uma positiva mudança social, com a melhoria da qualidade de vida para os habitantes da península itálica e maior participação na vida civil do país rapidamente desapareceram. A alta inflação e a desvalorização da lira atestavam o colapso econômico do país que, para suportar quatro anos de guerra, consumira as riquezas dos cofres públicos.

Ora, a participação italiana na Grande Guerra não fora decidida no Parlamento, mas no debate público e por uma barulhenta minoria intervencionista, a qual acreditava

que a guerra era o único meio para dar início a uma revolução na política interna do país e salvaguardar os interesses italianos no plano internacional. Somente 8.200 homens voluntariamente tinham aderido ao exército e ido para os campos de batalha. Coagida, a maioria da população italiana tinha sido forçada a aceitar a guerra como uma fatalidade histórica. E, por esse motivo, pela primeira vez na história do país fora necessária a instituição da inscrição obrigatória no exército.

Durante a Grande Guerra foram convocados quase seis milhões de cidadãos italianos, entre os quais metade era composta por camponeses. Para levantar o espírito e o entusiasmo das tropas, a classe política dirigente prometera terras aos camponeses ex-combatentes. Criara-se a expectativa de que grandes recompensas seriam oferecidas pelo Estado para aqueles que suportassem com coragem os tormentos impostos pela guerra. Exaltava-se a experiência bélica como formadora de uma nova consciência nacional, afirmando-se que a partir dela surgiria uma nova Itália. Com o fim do conflito, os compromissos feitos pelo governo com os soldados foram esquecidos e a perspectiva de manutenção de uma unidade nacional foram frustradas. O sentimento de desilusão tomou a nação italiana quando o sacrifício da guerra não encontrou razão.

O poeta Gabriele D'Annunzio, aproveitando-se da atmosfera de ressentimento para exercitar uma campanha nacionalista e imperialista, criou o *slogan* “vittoria mutilata”. A expressão sintetizava uma sensação difusa entre as massas, de que a guerra não fora realmente vencida, pois suas conquistas tinham sido extraviadas. No desenrolar das negociações promovidas na Conferência de Paz, disseminou-se a ideia de que os aliados não reconheceram o esforço da Itália. Acreditava-se que a Itália havia sido traída pelos seus aliados e que, por isso, a vitória italiana tinha sido mutilada. Gabriele D'Annunzio, poeta vate da nação²¹, publicamente reivindicou o direito do Estado à cidade de Fiume, com base no direito de autodeterminação dos povos e no culto da italianidade. Assim, Fiume tornou-se cidade mártir e símbolo de um triunfo incompleto.

²¹ Depois do falecimento de Giovanni Pascoli, em 1912, Gabriele D'Annunzio assumiu o título de poeta vate do Reino da Itália. O poeta vate tinha a função simbólica de intérprete da comunhão ideal entre o povo e a nação. O que o distinguia era a sensibilidade política, com a qual o poeta eleito conseguia interpretar a matéria histórica e os sentimentos do povo, revelando aos seus contemporâneos significados ocultos. Interlocutor da nação, o vate também era considerado um ser dotado de habilidade profética para cantar o futuro.

Na manhã do dia 12 de setembro de 1919, o célebre poeta e herói de guerra Gabriele D’Annunzio e um exército de legionários (composto por ex-combatentes e desertores) tomaram de assalto a cidade de Fiume, localizada na costa do golfo do Carnaro, Mar Adriático. A entrada ocorreu como um grande ato teatral. Aclamado por uma multidão local, o poeta tomou posse do governo da cidade e declarou publicamente a anexação dela ao Reino de Itália. O ato de Gabriele D’Annunzio não era apenas uma provocação ao governo do presidente do Conselho de Ministros, Francesco Saverio Nitti²² – que ironicamente fora apelidado pelo poeta de “Cagoia” –, e um espetacular exemplo de violência internacional, mas um grande gesto de insubordinação do exército e da marinha à coroa italiana.

Contudo, não só por esse motivo a ocupação de Fiume deve ser considerada um fato de grande importância na história da Itália moderna. Federico Chabod chama atenção para o fato de que a expedição dannunziana foi considerada por líderes do recém-constituído movimento fascista uma espécie de ensaio para a Marcha su Roma. O fiumismo, como movimento de massa originário da Grande Guerra e como reação radical ao socialismo e à velha classe liberal italiana, ofereceu ao movimento fascista uma nova forma política, ajustável aos seus ideais nacionalistas. Dino Grandi e Ítalo Balbo, junto a outros expoentes do movimento fascista, enxergavam Gabriele D’Annunzio como o verdadeiro *Duce*. Acreditavam que o poeta era o *padre spirituale del fascismo*, pois ele teria idealizado uma revolução política e cultural através da construção de um Estado totalitário.

Depois do fim da experiência política em Fiume, Gabriele D’Annunzio foi procurado algumas vezes por membros da direção fascista, com o objetivo de ser convencido a assumir a posição de líder do movimento. Por seu prestígio como herói da pátria, condecorado com cinco medalhas de prata e uma de ouro durante a Grande Guerra, o poeta era considerado a pessoa mais qualificada para conduzir o movimento. Apenas quando ele renunciou a essa posição, Benito Mussolini pôde se colocar como o único *Duce* do fascismo.

²² O presidente do Conselho de Ministros, Vittorio Emanuele Orlando, foi substituído por Francesco Saverio Nitti no dia 23 de junho de 1919.

Através do golpe, Gabriele D’Annunzio tomou a cidade, que governou por dezesseis meses sob o título de “Comandante”. Diariamente, o poeta, vestido com o uniforme usado pelos *arditi*, proferia discursos do alto do balcão do Palazzo Del Governatorato, os quais eram seguidos por uma multidão que em coro lhe respondia com o hino “A noi... Eja, eja, alalà”. Eficiente em conjugar os interesses de grupos heterogêneos, Gabriele D’Annunzio aproveitava-se do domínio das belas palavras para plasmar a massa e invocar a cidade como centro de uma nova revolução mundial. As tropas de legionários, vestidas com camisas pretas de *arditi*, promoviam desfiles militares e condecorações daqueles que deveriam ser considerados, segundo o misticismo dannunziano, os novos heróis da pátria italiana. Inaugurava-se assim uma política espetacular.

A ocupação de Fiume foi caracterizada por um clima de aventura e rebeldia contra a velha ordem. A atmosfera era de festa e suspensão das normas. Assim, abriu-se uma brecha para a experimentação de novas formas de vida. Como afirma Claudia Salaris:

una sorta di piccola “controsocietà” sperimentale, con idee e valori non propriamente in linea con quelli della morale corrente, nella disponibilità alla trasgressione della norma, alla pratica di massa del ribellismo. Libertà sessuale, omosessualità, uso di droga, nudismo, beffe, originalità degli atteggiamenti persino nella foggia del vestire dei legionari, nel loro modo di comportarsi, di addestrarsi, di marciare, di discutere, e poi iniziative più eterodosse [...] ²³.

E, enquanto o poeta se se isolava da realidade em um universo fantasiosamente criado por ele, a situação política e econômica italiana se deteriorava. Escassez de carvão, desvalorização da lira e inflação criaram um descontentamento geral que culminou em uma série de greves populares que paralisaram o país. As esquadras fascistas, organizações paramilitares lideradas por Benito Mussolini e que combatiam com violência os movimentos operários, geravam um clima de guerra civil que impedia a recuperação política e econômica do país. Esses graves episódios políticos foram aos poucos ofuscando a atenção e o interesse midiático pela questão fiumana.

²³ Claudia Salaris, *Alla festa della rivoluzione – Artisti e libertari con D’Annunzio a Fiume*. Bolonha: Mulino, ano 2008, p. 12.

Em Fiume, a situação econômica no pós-guerra era também desastrosa. Internacionalmente segregada, sobrevivia à custa do dinheiro público italiano, de donativos e atos de pirataria. Aos poucos a população local se mostrou descontente com a constante desordem e os inconvenientes prejuízos causados pelo governo dannunziano. Divergências políticas entre as radicais facções que apoiavam a ocupação fiumana também prejudicaram a coesão do movimento. Sob pressão política e econômica, interna e externa, o Comandante, já enfraquecido pela crise, nominou o sindicalista revolucionário Alceste De Ambris para o cargo de chefe de gabinete.

A presença desse experiente líder político deu um novo fôlego para o governo do poeta, quando este propôs a concretização de um projeto orgânico. A *Carta del Carnaro* foi a última tentativa para dar forma à experiência política do *fiumanismo*. Promulgada no dia 8 de setembro de 1920, essa constituição, redigida pelo poeta e pelo sindicalista revolucionário Alceste De Ambris e destinada a regular a Reggenza Italiana del Stato Libero di Fiume, lançou a ideia de um Estado corporativista, fundado na consagração do trabalho como fundamento da vida comunitária. A lei fundamental era um *manifesto* que deveria, simultaneamente, servir como solução para o problema nacional (propiciando um modelo para a modernização italiana e a inclusão das massas na vida política do país) e como catalisador de uma revolução latina.

O Gabinete de Giovanni Giolitti assinou com a Iugoslávia, no dia 12 de novembro de 1920, o Trattato di Rapallo. O acordo estabelecia que a cidade de Fiume se tornava oficialmente uma cidade-estado independente e que a Itália temporariamente renunciava às suas ambições territoriais em relação à Dalmácia. Como através do tratado a Itália confirmava a conquista da Istria, Goriza, Trieste e as ilhas Lussiri, Cherso e Zara, surgiu a oportunidade para o governo italiano pôr fim à experiência política do poeta vate sem criar uma comoção nacional.

Então, o governo italiano impôs que o exército legionário dannunziano abandonasse imediatamente a cidade. Teatralmente, Gabriele D'Annunzio respondeu ao *ultimatum* declarando guerra à Itália. Diante da violação de sua ordem, Giovanni Giolitti organizou uma ação militar para garantir a expulsão dos legionários de Fiume. E, no dia 25 de dezembro de 1920, o exército italiano começou a bombardear a cidade. Dois dias

depois do evento, que ficou registrado pela historiografia como *Natale di Sangue*, o poeta retornava à Itália.

Gabriele D'Annunzio comprou uma propriedade rural na costa do lago de Garda e se dedicou a transformá-la em um grande monumento do *fiuismo*: o Vittoriale degli Italiani. O desaparecimento do poeta da arena política abriu a brecha necessária para que Benito Mussolini se transformasse em chefe incontestável das forças revolucionárias extremistas. Aproveitando-se da liturgia política, hinos, cantos e ritos inventados pelo poeta, Benito Mussolini aperfeiçoou o processo de formação da ideologia fascista.

O beneficente ajoelhado

Às nove horas da noite do dia 30 de agosto de 1920, Gabriele D'Annunzio, poeta vate do Reino da Itália e Comandante do governo provisório da cidade de Fiume, esperava por uma pequena parcela da população fiumana para uma conferência no Teatro Fenice²⁴. Acompanhado de seus oficiais e conselheiros políticos, o líder do exército legionário que ocupou a cidade quase um ano antes tomou o palco diante de um entusiasmado auditório. O teatro, decorado em estilo *art nouveau*, estava abarrotado de uma massa que o aplaudia de pé, enquanto a banda tocava o hino de Fiume. Celebrou-se o culto da figura carismática do poeta e chefe político das novas gerações, como se ele representasse a encarnação dos ideais da nação. O *Duce*²⁵ possuía uma autoridade inquestionável. Venerado pelas multidões, era considerado o único homem capaz de reunir as antagônicas forças radicais para promover uma “revolução italiana”. Passado um primeiro momento de comoção da plateia e feito silêncio, o orador iniciou seu discurso.

Não sem propósito, Gabriele D'Annunzio fora considerado um mestre na arte de comunicação com o grande público. Dotado de aparência delicada, com apenas 1,64m de altura²⁶, no tablado cênico o *prodigio della parola*, como era chamado pelos italianos, revelava a criação de um novo estilo político. Dada a profunda habilidade do poeta em dar forma ao material narrativo, com a fusão de uma cadeia harmônica de palavras acompanhadas por movimentos precisos dos braços, ele criava imagens que

²⁴ Teatro Comunale da cidade de Fiume.

²⁵ O termo, que era usado pela tradição socialista para indicar o líder carismático do movimento, não possuía uma conotação negativa e ditatorial, que surgiu após a instauração do fascismo. Conforme Emilio Gentile, na obra *Il culto del littorio*, ao menos até o final de 1921, Gabriele D'Annunzio era o único *Duce* da Itália. Benito Mussolini não era, então, mais do que habilidoso dirigente político e diretor de um influente cotidiano *Il Popolo D'Italia*. O historiador, ainda pontua: “Egli, cioè, fu accettato come duce dopo che i capi provinciali, fallita la rivolta antimussoliniana e il tentativo di porre alla guida del fascismo D'Annunzio, si erano resi conto che nessuno di loro poteva seriamente contendere a Mussolini la guida del movimento e preservare nello stesso tempo l'unità” (2009, p. 238).

²⁶ Tom Antongini, amigo pessoal do poeta e autor de diversas obras biográficas, entre as quais destaco *Via secreta di Gabriele D'Annunzio*, nos oferece uma precisa descrição física do poeta: “Gabriele D'Annunzio pesa 80 quilos, mede 1 metro e sessenta e quatro de altura, noventa centímetros de circunferência torácica e cinquenta e quatro de circunferência craniana. Seu corpo é perfeitamente proporcional, musculoso e bem modelado. O ombro direito é sensivelmente mais baixo que o esquerdo; tal assimetria parece mais resultado de atitude defeituosa que de defeito orgânico. [...] A pele do corpo de D'Annunzio é lisa e branca, de uma brancura de cera. Nenhuma cicatriz, nenhum sinal particular. O tornozelo e os joelhos são finos, a perna nervosa, o pé bem pequeno, a cintura delgada” (1939, p. 12).

proporcionam uma experiência coletiva capaz de iludir o público. Segundo relato de Filippo Tommaso Marinetti²⁷, Gabriele D'Annunzio jamais improvisava, todos os seus discursos eram ensaiados e decorados previamente. A preparação era importante para criar uma fusão emotiva entre o orador e a plateia.

Como admirador do pensamento político de Niccolò Machiavelli, o poeta compreendia a política enquanto *techné*. Um governante deve saber conjugar as forças em tensão constante e controlá-las através de uma articulação ideológica que dê força a novas possibilidades de existência. Por isso, pelo menos em uma parte de sua exposição oral, era sempre estabelecido um diálogo. Nesse momento, o poeta apresentava ao público algumas perguntas, que eram respondidas em coro. Criava-se, assim, a impressão de que a massa constituía um elemento ativo nessas celebrações²⁸. A ilusão de união entre pensamento e ação materializava a totalidade do espetáculo.

Dessa forma, o poeta encontrava no “teatro de ação”²⁹ um eficaz recurso de *estetização da política*, que servia para a organização de um consenso entre as massas. As aspirações de renovamento social, na retórica de Gabriele D'Annunzio, davam expressão a um sentimento de revolta contra a realidade. Nesses frequentes encontros com o povo, o Comandante operava a organização e mobilização das massas. Seu patriotismo místico animava o culto de uma grande nação italiana libertada da servidão e miséria.

No início do discurso do dia 30 de agosto, o poeta-soldado confessou que jamais, nem nos momentos mais perigosos ou grandiosos de sua vida, sentiu seu coração tomado por uma forte emoção como naquela noite. Recordando-se do colóquio que havia travado com a plateia daquele teatro, na noite do dia 12 de agosto³⁰, Gabriele D'Annunzio informou que o motivo da convocação daquela noite era responder aos cidadãos que tinham reclamado por um *gesto de vida* do governo de Fiume. E, na condição de

²⁷ Conforme o relato de Filippo Tommaso Marinetti, na obra *Taccuini 1915-1921* (1987), Gabriele D'Annunzio sempre decorava todos os seus discursos de memória. Essa afirmação demonstra que o poeta tinha uma técnica bastante sofisticada de se comunicar com o público.

²⁸ Renato Lombardo aponta a genialidade do poeta em falar com as massas: “D'Annunzio a Fiume è stato precirritore dei fortunati movimenti di massa, del coinvolgimento cioè delle popolazioni nelle decisioni politiche, sistema che sarebbe stato adottato nei successivi decenni in Europa e nel mondo, a tutt'oggi non ancora superato, nonostante la affermazione della comunicazione capillare della televisione e di internet” (2009, p. 13).

²⁹ Termo cunhado por Enrico Ghidetti, no artigo “Le Triste Muse del Dannunzianesimo” (2007, p. 72).

³⁰ No dia 12 de agosto de 1920, Gabriele D'Annunzio anunciou, em uma solenidade no Teatro Fenice, a ideia de proclamação do Estado Livre de Fiume e a redação de um novo estatuto.

Comandante do governo provisório, advertiu aos presentes que “nessun atto di vita si compie senza tremito profondo”³¹.

Conforme o raciocínio do poeta, apenas com as convulsões que agitam o corpo da sociedade podem-se promover as transformações necessárias para que a *promessa de vida* se realize: “Il popolo che dà a se stesso la propria rinascita in una più alta forma di vita, in un superiore ordine di libertà e di giustizia, non può non essere agitato da una commozione calda come l’ispirazione”³². Nessa afirmação é possível constatar que Gabriele D’Annunzio enquadrava a emoção que atingia o corpo, abalando-o violentamente, como força motriz de um espírito que busca as formas mais altas de vida. Serviu-lhe naquele instante como fonte de inspiração uma pequena história, que foi por ele compartilhada com o público. Não se sabe ao certo se este é um relato verídico ou uma história inventada, mas, de qualquer modo, ela foi apresentada como a metáfora do projeto político que o poeta-soldado propôs para a população de Fiume.

Vejamos. Gabriele D’Annunzio relatou que num dia de inverno, quando saiu a pé do Palazzo Del Governatorato, ocorreu de encontrar no meio do caminho um mendigo. Sensibilizado com a situação de extrema pobreza daquele cidadão de Fiume, o poeta teria tirado tudo que guardava em seus bolsos e oferecido ao pedinte. Quando o pobre percebeu que lhe era concedida uma enorme quantia em dinheiro, segurou a mão do poeta e começou a beijá-la compulsivamente. Então, travou-se uma rixa entre o mendigo que, tomado pelo sentimento de extrema humildade, insistia em beijar as mãos de seu benfeitor, e entre o poeta que desajeitadamente repulsava o ato. Gabriele D’Annunzio contou que, no meio do tumulto, acidentalmente ele caiu de joelhos no chão, em frente ao pedinte. Por alguns minutos os dois ficaram ajoelhados, um em frente ao outro, até que finalmente o mendigo se levantou.

Foi sob a perspectiva dessa *fábula* que Gabriele D’Annunzio iniciou a leitura do desenho de um novo ordenamento do Estado Livre de Fiume, para a plateia do Teatro

³¹ Palavras proclamadas por Gabriele D’Annunzio no discurso de apresentação do estatuto da *Reggenza Italiana Del Carnaro*, apresentado no dia 30 de agosto de 1920, no Teatro Fenice. O texto integral encontra-se nos Anexos desta tese.

³² *Idem*.

Fenice. O carismático *Duce* da nova Itália³³ declarou desejar que a população de Fiume acolhesse o novo estatuto como uma oferta fraterna, feita por um coração puro e sob o vértice da liberdade.

A *caritas* – como a mãe de todas as virtudes³⁴ – foi aqui compreendida como a ligação social essencial entre os homens. A esmola é um ato de benevolência, que encontra justificativa no sentimento altruísta de amor ao próximo e teria como pressuposto a busca da Justiça. Uma ação que, segundo o catolicismo, refletiria e glorificaria a natureza do amor de Deus pelo homem, permitindo ao espírito humano atingir a perfeição. Na obra *De regimine principum*, *caritas* ganhou contornos políticos na expressão “Amor patriae in radice charitatis fundatur”³⁵, de Tolomeu de Lucca³⁶.

À vista disso, a solidariedade foi apropriada pelo poeta como princípio norteador para a “teologia” nacionalista, que encontrou na pátria a sua fé. A cidade de Fiume, como símbolo desse espírito, foi consagrada como santuário de uma nova Itália. A constituição de Fiume, intitulada como a *Carta del Carnaro*, deveria modelar a imagem de uma sociedade *ideal*, em que as relações humanas fossem baseadas no princípio da reciprocidade e da autonomia. A capacidade de negar a si próprio sacrificando interesses privados em favor de um bem superior seria a *virtude* necessária para a formação de um *ótimo* regime.

Redigida pelo Comandante-poeta e pelo Chefe do Gabinete³⁷ do governo, Alceste De Ambris, a nova constituição seria um brinde de justiça, mas não deveria ser recebida como um ato de subordinação do povo a seu Comandante, e sim, como uma comunhão entre o espírito e a vontade. E Gabriele D’Annunzio, proclamando-se como o único autêntico intérprete da comunidade itálica, tinha como missão impulsionar o povo a um destino de potência. No discurso, inspirando-se no glorioso passado latino, o “*poeta della*

³³ Gabriele D’Annunzio, que conquistou o *status* de líder carismático de uma série de grupos políticos heterogêneos, apoiado pelos militares e veteranos de guerra impulsionou o movimento nacionalista a assumir um caráter revolucionário.

³⁴ A caridade é uma virtude teológica, sendo considerada por Tommaso d’Aquino, em *Suma teológica* (1-2 q. 62, a. 4), o fundamento para todas as outras virtudes.

³⁵ “O amor à pátria funda-se na raiz da caridade” (DE LUCCA, 1997, p. 78, tradução nossa).

³⁶ Como amigo e seguidor do pensamento de Tommaso d’Aquino, Tolomeu de Lucca continuou a redação da obra *De regimine principum*, após a morte do autor. E é nela que figura essa frase, muitas vezes erroneamente atribuída ao santo.

³⁷ Alceste De Ambris assumiu, no dia 13 de janeiro de 1920, o cargo de secretário para negócios civis do comando do Exército de Libertação de Fiume.

terza Italia” dava uma bela forma aos anseios populares, ao profetizar o futuro da nação³⁸.

“Se ci rialzeremo nel tempo medesimo prendendoci per mano, avremo salvata ed esaltato l’anima, avremo salvata ed esaltato la Patria”³⁹. Ou seja, segundo a mitologia política dannunziana, se esse documento conseguisse proporcionar uma unidade espiritual entre a consciência e a alma do povo, ele se tornaria uma força geradora de virtude, capaz de salvar a pátria da decadência. Essa seria a expectativa messiânica do poeta: de que, na garantia de liberdade e justiça, o tempo e eternidade se encontrassem, produzindo uma brecha de redenção da história. O novo ordenamento seria, portanto, a projeção de uma ação radical capaz de transformar a realidade existente e o nascimento de uma civilização regenerada dos seus antigos males.

Vivere inimitabile

Gabriele D’Annunzio tinha o ímpeto de “devorar a vida”⁴⁰. Poeta, romancista, dramaturgo, cronista, agitador cultural, publicitário, político, profeta, militar, conquistador de mulheres, editor, aviador, herói de guerra, comandante, criador de cavalos e cães – são algumas das muitas funções que o escritor colecionou na sua trajetória. Ambicionava “inventar a si mesmo”, transformando a própria vida em uma obra de arte⁴¹. Essa regra, que foi levada ao limite máximo pelo poeta, inclinándolo a transformar sua existência em um mito.

³⁸ Esclarecedora é a interpretação da personalidade política de Gabriele D’Annunzio oferecida por Emilio Gentile, na obra *Le origini dell’ideologia fascista*: “Autoproclamatosi nuovo eroe del popolo, D’Annunzio visse la guerra e il dopoguerra considerandosi, come il solo, vero ed autentico interprete della comunità popolare che era la patria, conlui che dava forma alla volontà del popolo, unico sovrano, e ne profetizzava il destino. Facendosi partecipe del movimento combattentista, accogliendone e moltiplicandone i miti, D’Annunzio lanciò il verbo di questa religione mistico-popolare della patria, affermando che i termini della lotta politica erano determinati dal conflitto fra volontà sovrana del popolo e dei suoi eroi, da una parte, e dall’altra, le caste politiche, le oligarchie economiche e le false rappresentanze del lavoro, che pretendevano di arrogare a sé l’interpretazione della volontà del popolo.” (1996, p. 232).

³⁹ Discurso do dia 30 de agosto, de Gabriele D’Annunzio.

⁴⁰ Termo de Elena Puliti, no ensaio “Un mappa di orientamento sulle tracce di D’Annunzio”. In: *1910 – Fuga dalla Capponcina...* (2011, p. 13).

⁴¹ Referência à celebre frase proferida pelo pai de Andrea Sperelli, personagem do romance *Il piacere* (1995, p. 37), de Gabriele D’Annunzio: “Bisogna fare la propria vita, come si fa un’opera d’arte. Bisogna che la vita d’un uomo d’intelletto sia opera di lui. La superiorità vera è tutta qui”.

Consequentemente, ele foi um dos primeiros intelectuais modernos a compreender a importância da construção de uma “máscara” excêntrica para atrair o interesse do público. Aceitou o processo de mercantilização da arte, desejando difundir o ideal de beleza em todos os objetos de consumo, e tornou-se um grande *manager* de si mesmo, aproveitando-se dos novos meios de comunicação. O poeta, que conhecia as técnicas publicitárias e as regras do mercado editorial⁴², dissipou uma verdadeira fortuna comprando móveis, tapetes persas, pratos e vasos japoneses, roupas, sapatos, joias e obras de arte para compor um extravagante estilo de vida. Seu desejo de sucesso o propendia, inclusive, a disseminar falsas notícias, como quando anunciou no jornal *Gazzetta della domenica* a sua morte acidental⁴³, poucos dias antes do lançamento de uma nova edição da obra *Prime vere* (1879). Mestre na arte do *vivere inimitabile*, tinha ciência de que a crise da representação e a perda da aura da figura do artista no mundo moderno o impeliam a estabelecer uma nova relação de interdependência entre arte e vida, e a exaltar a necessidade estética da eterna renovação.

O escritor, consciente da perda da noção de totalidade e da transformação da sociedade pela massificação, articula em suas obras uma “luta íntima, profunda, passional, com o objetivo de firmar a ideia contra as forças do caos, no exterior, e contra o inconsciente, no interior, para onde elas se retiraram agastadas”⁴⁴. O fato é que uma parcela central da literatura produzida no final do século XIX e no início do XX encontrou, justamente, sua motivação na representação do esfacelamento do ideário romântico. O movimento decadentista, que tem a obra de Gabriele D’Annunzio como sua maior representante italiana, propunha uma reflexão sobre a crise do positivismo e a degeneração dos ideais morais de toda uma sociedade, com experiências de caráter excepcional que, portanto, escapam da vida burguesa vulgar. O autodilaceramento da escritura de Gabriele D’Annunzio manifesta um mal-estar frente à realidade de um

⁴² De acordo com os críticos literários Marcello Carlino e Francesco Muzzioli: “Manager smalzato, che sembra conoscere a fondo le tecniche pubblicitarie, D’Annunzio è un accorto imprenditore delle sue opere, la cui tessitura tiene in conto la dialettica di domanda e offerta, il regime concorrenziale, il valore di scambio che regolano il mercato.” (1989, p. 24).

⁴³ No dia 13 de novembro de 1880, Gabriele D’Annunzio divulgou a notícia de sua morte no jornal *Gazzetta della domenica*, de Florença. A dissimulada nota de falecimento informava que o talentoso escritor teria sido vítima de uma queda de cavalo na estrada de Francavilla.

⁴⁴ Palavras de Oswald Spengler sobre a função do artista na decadência da cultura. In: *A decadência do ocidente* (1964, p. 96).

mundo medíocre, no qual o poeta não se reconhece mais, e se revela na obra pelo instinto de autodestruição e na possibilidade de transgressão da ordem pela desconstrução de modelos literários. Esses traços fundamentais singularizam o estilo desse literato italiano, quando atingem um nível abstrato.

Acuado pela impossibilidade de nomear o mundo com antigas fórmulas, Gabriele D'Annunzio teve de enfrentar a difícil tarefa de encontrar novos modos de representação. Através de propostas estéticas que celebravam a *beleza pura*⁴⁵ e obedeciam radicalmente aos princípios do prazer, o poeta figurava por meio da negação os impasses da vida moderna. Na tentativa de responder aos novos estímulos e ciente dos obstáculos, o poeta italiano buscou refugiar-se do mundo vil em um ideal de beleza das obras de arte. Isso porque a *beleza* ofereceria um *conforto* filosófico, útil àqueles que se sentiam oprimidos pela realidade. Ou como afirma o filósofo pragmatista William James: “Garantisce vacanze morali. È ciò che fa anche ogni intuizione religiosa”⁴⁶.

Essa dimensão da crise, que pareceu delinear a sua produção artística, tornou-se o impulso para projeção de uma experiência capaz de resgatar um ideal perdido: “Io non sono un predicatore della decadenza italiana”, assegurou ele com ênfase ao rejeitar as regras morais da sociedade burguesa. Na realidade, o inconformado escritor assumia a tarefa de dar a um mundo degradado uma bela forma, transfigurando-o⁴⁷ em um lugar melhor. Esta era sua missão social: como esteta e grande admirador da filosofia de Friedrich Nietzsche, Gabriele D'Annunzio reconhecia a decadência como fenômeno fundamental da evolução burguesa e identificava nela os elementos que poderiam superá-la⁴⁸.

Assim, o poeta se convertia em Messias, disposto a despertar componentes agressivos da intelectualidade burguesa imperialista e a conduzir uma profunda

⁴⁵ Marcello Carlino e Francesco Muzzioli, na brochura *La letteratura italiana del Primo Novecento (1900-1915)*, identificam nos escritores italianos do início do século XX a busca por um ideal abstrato de beleza pura na arte: “La pura bellezza è una formula astratta e compromissoria: lasciata nel vago per poter aggregare intellettuali di diversa provenienza, essa presta il fianco a un marcato eclettismo”. “Dall’alto e dal basso in pose sublimi” (1989, p. 14).

⁴⁶ William James, *apud* Gyorgy Lukács em “La distruzione della ragione” (2011, p. 23).

⁴⁷ Referência ao poema sinfônico *Morte e Transfiguração*, de Richard Strauss (1891).

⁴⁸ Ao mesmo tempo em que aprova o decadentismo, Gabriele D'Annunzio o nega. Esse movimento dialético de sua escritura se coloca a serviço de uma reação militante contra a realidade.

renovação da humanidade⁴⁹. E, por isso, defendeu a expansão do individualismo para além das regras morais e proclamou em sua obra o “direito à vida bela e heroica”. Ele acreditava que, ao colocar-se a serviço ativo da beleza e do imperialismo, a decadência superaria a si mesma, tornando-se sadia. Assim, a política dannunziana aparecia em um horizonte mítico e abstrato.

Provido de um espírito revolucionário, Gabriele D’Annunzio reconstruiu, a partir do artifício formal, um novo universo que se opôs à tradição esfacelada. Nesse sentido, podemos supor que, ao enfrentar a dificuldade de representar a vida diante da fragmentação do mundo, o escritor foi constrangido a trazer para o centro de suas preocupações a política e a necessidade de a vida reivindicar-se *inteira*.



Gabriele D’Annunzio vestido como um príncipe do Renascimento
Foto do Centro de Documentação Mondadori/Album D’Annunzio Mondadori (1990)

⁴⁹ Para Gabriele D’Annunzio, o que estava em jogo era a afirmação cultural e política da Itália, que tinha a oportunidade, no início do século XX, de afirmar-se como grande potência mundial. A conquista de novos territórios seria um grande passo para a realização do desejo de expansão territorial.

O príncipe das vanguardas

“In un’epoca propensa a creare miti, Gabriele D’Annunzio è certo il primo scrittore a inventare il proprio”, afirmou a crítica literária Annamaria Andreoli⁵⁰. De origem pequeno-burguesa, o escritor da provinciana cidade de Pescara, soube desde a juventude aproveitar-se das oportunidades para criar a si mesmo. Basta recordar que, em 1882, em uma entrevista com Edoardo Scarfoglio⁵¹, o poeta deixou publicar uma versão lendária do seu nascimento. Ao invés da monótona história de um menino concebido na modesta casa paterna⁵², fez propagar a imagem de um “filho do mar”, nascido a bordo do bergantim “Irene”, no curso de uma viagem de Trieste a Pescara. E, cercando-se de imagens fantasiosas, o poeta se fez um *mestre na arte de fazer sonhar*.

Gabriele D’Annunzio ofereceu a seus leitores um mergulho no *idealismo mágico*. Em sua poética, ele fundiu imagens do *passado augusto* com as máquinas da vida moderna com o intuito de pregar a iminência de um novo Renascimento⁵³. Isso ocorre porque, na concepção do autor do célebre romance *Il piacere* (1889), a modernidade contempla em si todos os elementos de gloriosos tempos de outrora, colocados sob um princípio novo que transforma completamente o organismo. No *hic et nunc*, o tempo e a eternidade colidem, surgindo uma oportunidade de redenção da história, de modo que seria possível projetar uma ação radical de transformação da realidade existente e o nascimento de civilização regenerada dos seus antigos males sociais.

Sendo assim, seus romances, poemas e peças teatrais oferecem erotizadas imagens da ação de um herói dominado pela *vontade de potência*. Dotados de um temperamento individualista e aristocrático, seus protagonistas exprimem o desprezo pela realidade e possibilidade de transformar sua vulgar existência através da liberdade.

No que se refere à concepção historiográfica, Gabriele D’Annunzio parecia aproximar-se do pensamento do filósofo político Vincenzo Gioberti⁵⁴, quando concordava

⁵⁰ Annamaria Andreoli. D’Annunzio. Bolonha: Mulino, 2004, p. 2.

⁵¹ *Apud* Tom Antongini (1938, pp. 39-40).

⁵² Gabriele D’Annunzio nasceu no dia 12 de março de 1863, às 8 horas da manhã, na casa de Don Francesco Paolo D’Annunzio, em Pescara.

⁵³ Annamaria Andreoli (2004, p. 7).

⁵⁴ Vincenzo Gioberti foi um sacerdote piemontês que, influenciado pelo pensamento político de Giuseppe Mazzini, militou pela “causa italiana” através da publicação de artigos no jornal *Giovane Italia*, produzido

que a população itálica teria a capacidade de ressurgir continuamente nos momentos de decadência⁵⁵. Talvez o poeta tenha assimilado da obra *Del primato morale e civile degli italiani* (1843) a existência de uma esperada missão moral do povo italiano em conduzir os demais povos por um processo de renovação cultural. Isso porque, segundo essa lógica, desde a construção do Império Romano, a fundação da Igreja Católica, a formação do pensamento humanista e o Renascimento, a virtude criadora e redentora do povo italiano teriam contribuído incessantemente para a história da humanidade com a propagação de valores universais que revolucionaram o continente. Geradora de grandes movimentos espirituais e culturais, a nação italiana deveria – na ótica dannunziana – agora também ressurgir para conceber a consciência do homem moderno.

Ao colocar-se em evidência no cenário cultural, como *cantor da nascente industrialização*⁵⁶, Gabriele D’Annunzio consagrou-se como um dinâmico artista de vanguarda⁵⁷. Sua produção literária exercitou uma influência profunda no espírito de toda uma juventude italiana. Eleito profeta da Itália, o admirado esteta da vida moderna exaltava o espírito de união nacional e o culto da nação com uma mítica imagem do Império Romano. O idealismo “super-hominístico” e a apologia do imperialismo como antídoto para a decadência deram coro a um desejo de transformação social e econômica.

pela insurgente organização de política fundada por Mazzini, a qual, mais tarde, colocou-se como Associação Nacional Italiana. Esse fato resultou na prisão do filósofo e no seu exílio na Bélgica. Durante o período de desterro em Bruxelas, Vincenzo Gioberti se dedicou à composição da obra *Del primato morale e civile degli italiani* (1843), que foi recebida com imensa popularidade pelo movimento neoguelfo – que pretendia restaurar a participação política da Igreja Católica na formação de um estado nacional italiano. Isso ocorreu porque, na visão de Vincenzo Gioberti, a Igreja Católica teve um papel fundamental ao conferir à comunidade itálica um princípio moral que, somado ao sangue e à tradição literária, lhe garantia uma identidade nacional. O filósofo concebia que o *Risorgimento* italiano não deveria ser um processo de luta, mas que deveria ser conduzido sob a direção da monarquia, ambicionando a construção de uma federação dos estados da península itálica, na qual a presidência seria atribuída ao Papa da Igreja Católica. Aqui, nos interessa apenas aproximar a leitura de Vincenzo Gioberti sobre a natureza moral e civil da comunidade italiana como agente propulsor para a realização de uma missão civilizatória. A hipótese é que Gabriele D’Annunzio tenha recuperado, da obra *Del primato morale e civile degli italiani*, o mito para a formação de uma Grande Itália que assumiria a soberania política e cultural.

⁵⁵ Gabriele D’Annunzio acreditava que a população italiana era dotada de um sentimento estético pela beleza e uma capacidade criativa extraordinária na busca do novo. E que esses atributos seriam fundamentais para se compreender porque, durante o curso da história, a Itália contribuiu inúmeras vezes com novas formulações sobre os problemas do gênero humano.

⁵⁶ Anamaria Andreoli (2004, p. 7).

⁵⁷ Sua produção literária era bastante apreciada por grandes mestres da literatura europeia, como Hugo Von Hofmannsthal, Robert Musil, André Gide, Marcel Proust, Henry James, D. H. Lawrence, sendo considerado pelo ensaísta Charles Maurras “o mais cosmopolita de todos os escritores de agora” (GUERRI, 2008, p. 871). E André Gide, certa vez declarou que, graças à obra de Gabriele D’Annunzio, a literatura italiana, que era considerada morta, atraía novamente a atenção de toda a Europa (*apud* GUERRI, 2008, p. 87).

A recusa em compreender o universo e a história por um aspecto racional, bem como a propensão pela liberdade e pelo ativismo representavam uma alternativa moral ao socialismo e ao pensamento científico. Junto a outros jovens intelectuais de sua geração, que sentiam a crise dos valores do Ottocento e ansiavam pelo novo, Gabriele D’Annunzio fundou a revista *Il Marzocco* (1896). Este periódico, sob a direção de Enrico Corradini, inaugurou uma série de revistas⁵⁸ florentinas⁵⁹ que propuseram um debate sobre os problemas sociais e apresentaram propostas para modificar a realidade.

O nome “*Il Marzocco*” e o heráldico símbolo de leão da República Florentina que cobriam o cabeçalho foram escolhidos por Gabriele D’Annunzio⁶⁰ para representar o espírito militante da publicação. Ambos faziam referência à vitalidade cultural que a cidade toscana oferecia durante a *età comunale*. Isso porque, mesmo depois de perder o posto de capital do Reino da Itália⁶¹, Florença ainda se manteve animada por uma força dinâmica, que a colocava disposta a enfrentar as mudanças da sociedade italiana. Ela não apenas era o território do qual derivava a cristalização de um renascimento idealizado, que era traduzido em diversas tendências estéticas⁶², mas também, por conta da distância que mantinha do centro do capitalismo, era um espaço privilegiado para a *decantação*⁶³ de novas ideias. Ponto de encontro do *arcaico* com o *moderno*, a cidade de Florença suscitava o confronto de imagens de um passado regressivamente *utópico* – e por isso ainda válido – e de um presente decadente.

⁵⁸ Muitas vezes interpretado pela crítica como um fenômeno menor, de uma vasta história italiana, o conjunto de revistas culturais florentinas que surgiram na virada do século e seguiram no decorrer do *Novecento*, participando ativamente do debate social, oferece ao leitor a oportunidade de conhecer o espírito de uma época. Além disso, pode-se afirmar que essas publicações proporcionam uma profunda diversidade de testemunhos e de convicções, de uma geração que assumiu um papel fundamental na modernização da Itália.

⁵⁹ Elas são: *Leonardo* (1903), *Il Regno* (1903), *Hermes* (1904), *La Voce* (1908), *L’Unita* (1911), *Lacerba* (1913), *La Ronda* (1919), *Il Selvaggio* (1927), *Solaria* (1926), *Il Frontespizio* (1929), *Campo di Marte* (1938), entre outras.

⁶⁰ Não por acaso, Gabriele D’Annunzio foi o padrinho da revista “*Il Marzocco*”. No programa editorial, escrito pelo poeta e por Giuseppe Saverio Gargano, estes manifestam que o objetivo da publicação é opor-se com todas as forças a produções literárias e artísticas que não obedeçam à beleza pura. A “arte pela arte” era, portanto, a palavra de ordem para a formação de uma oposição a tradição positivista.

⁶¹ A cidade de Florença foi capital do Reino da Itália pelo período de 1865 a 1870.

⁶² Conforme Elena Puliti, “Un mappa di orientamento sulle tracce di D’Annunzio”. In: *1910- Fuga dalla Capponcina D’Annunzio tra Firenze e Francia* (2011, p. 19).

⁶³ Aqui, o termo “decantação” é usado segundo análise de Elena Puliti: “Firenze non è propriamente un luogo di azione, lo definirei più ‘luogo di decantazione’, dove fermarsi a riflettere, per ritrovarsi e confrontarsi” (2011, p. 20).

O *Risanamento*⁶⁴ deixou marcas profundas na história da cidade de Florença. Graças às intervenções urbanas realizadas no centro histórico, para transformá-la em capital política do país, ela ganhou contornos progressistas depois da unificação italiana, tendo sido modificada sobretudo a região do *mercato vecchio*. O antigo centro da cidade era uma zona ocupada pela Loggia del pesce (que foi mais tarde transferida para a Piazza del ciampi), a Colonna dell'abbondanza, duas sinagogas e um degradado gueto judaico. A drástica destruição de edifícios serviu ao interesse de construção de uma ampla praça dedicada ao Rei Vittorio Emanuele II, mas, depois da transferência da capital para Roma, a reforma urbana da cidade ficou inacabada, restando apenas a imagem de uma promessa de modernização incompleta. Contudo, a Piazza Vittorio Emanuele⁶⁵ foi tomada por diversos bares no estilo *liberty*⁶⁶, que serviam como espaços de agregação e interlocução. Era precisamente nas mesas desses estabelecimentos, entre goles de café e absinto, que universitários e intelectuais “em trânsito por Florença” confrontavam ideias sobre os principais movimentos estéticos e políticos europeus.

Essa também é a Florença cobijada por Gabriele D'Annunzio. O poeta mudou-se para a capital da província Toscana no final do século XIX, com sua companheira Eleonora Duse. Em busca de tranquilidade, alugou a antiga Villa dei Capponi, na colina de Settignano, nos arredores de Florença. A residência “La Capponcina”, minuciosamente decorada em estilo neorrenascentista, serviu ao poeta como *dimora dei sogni*, para os momentos em que buscou isolar-se do fervor social da cidade. Então, ele oscilava a sua frequência entre a *villa* e os refinados círculos culturais florentinos. No café Doney, encontrava-se com os amigos da revista *Il Marzocco*, políticos, músicos e literatos. E, talvez por influência de sua amante, Eleonora Duse, e pela interação com Edward Gordon Graig e Isadora Duncan, durante o período, a linguagem teatral tornou-se a forma privilegiada nas pesquisas estéticas realizadas pelo poeta. De maneira que Florença parecia deter uma fértil atmosfera para a colaboração criativa.

⁶⁴ O termo *Risanamento* serve para nomear o período de transformação urbana pós unificação da Itália. Capital do Reino da Itália (1856 a 1871), Florença passou por um largo processo de destruição e construção de um novo centro histórico.

⁶⁵ Após a queda da monarquia, o nome da praça foi trocado para Piazza della Repubblica e o monumento do rei-herói da unificação italiana foi transferido para a Piazza Vittorio Veneto.

⁶⁶ Entre esses bares, que mais tarde seriam conhecidos como “cafés históricos”, podemos destacar o Michelangelo (que era frequentado por artistas do movimento Macchiaioli), Doney e o Fratelli Reininghaus, mais conhecido como o Giubbe Rosse, por causa do uniforme dos garçons.

O resultado desse intenso diálogo entre intelectuais e artistas foi a formação de órgãos de discussão empenhados na renovação dos valores culturais. *Il Marzocco* foi, portanto, a primeira eficiente experiência de associação e divulgação de novas correntes artísticas e filosóficas, que, como já dissemos, abriu caminho para uma sequência de revistas militantes. Abrangendo um eclético conjunto de artigos e tendências, a revista ajudou a difundir, na Itália, o pragmatismo de William James⁶⁷, o irracionalismo de Friedrich Nietzsche e o “intuicionismo” de Henry Bergson, entre outras correntes “da moda”, que se opunham ao positivismo e ao naturalismo.

Esses jovens intelectuais, insatisfeitos com a realidade italiana, encontravam na ruptura com a tradição racionalista⁶⁸ ottocentesca a motivação para afirmação de seu individualismo. Contra o materialismo e a razão, afirmavam a supremacia da beleza e da vontade do espírito, como concreta forma de criação histórica. Certamente, o espírito estetizante da dannunziana revista *Il Marzocco* foi uma força de influência aristocrática e *pré-rafaelita*⁶⁹, que inspirou o surgimento das vanguardas estéticas do início do século XX e estimulou certa inquietação política contra um governo que se mostrava incapaz de concretizar seus ideais.

Através dessa revigorante atividade de organização artística e intelectual, essas revistas militantes inseriram fermentos ideológicos na vida política e cultural do país. *Leonardo* (1903-1907), *Il Regno* (1903-1906), *Hermes* (1904-1906), *La Voce* (1908-1916), *Lacerba* (1913-1915) tornaram-se órgãos de *speculação abstrata para a ação prática antidemocrática* e de propaganda nacionalista, que agitavam a oposição contra o pacifismo da *età giolittiana*. Revistas escritas e dirigidas por jovens que combatiam a

⁶⁷ O pragmatismo de William James forneceu valor instrumental de teoria para o homem apropriar-se de sua existência de significado e conduzir-se a sua ação, de forma a interferir no curso da história.

⁶⁸ György Lukács, na obra *La distruzione della Ragione*, interpreta o irracionalismo como um fenômeno internacional que se difundiu no século XIX em “ripudio della realtà oggettiva e della conoscibilità razionale, la riduzione della conoscenza a semplice utilità tecnica, l’appello a un’apprensione intuitiva della vera realtà dichiarata essenzialmente irrazionale” (2011, p. 24).

⁶⁹ Nome usado para definir tendência artística disseminada pela Confraria Pré Rafaelita inglesa, que surgiu em 1848 como uma reação às convenções acadêmicas da Royal Academy, de Londres. O grupo, composto por Dante Gabriel Rossetti, William Holman Hunt, John Everett Millais, James Collinson, Thomas Woolner, Edward Burne Jones, John Ruskin, Ford Madox Brown e William Morris, buscou, através da recuperação dos princípios estéticos que vigoravam entre os artistas fiorentinos do *Quattrocento*, anteriores a Raffaello Sanzio di Urbino (1483-1520), o retorno a uma arte pura. Apesar da confraria ter se dissolvido em 1853, seu ideal permaneceu influenciando estetas na busca por uma nova arte, por todo o final do século XIX e início do século XX.

cultura oficial acadêmica e ambicionavam a fundamentação de uma nova teoria da arte, que traria um renovamento em todos os aspectos da sociedade italiana.

Cientes de que a burguesia nacional não possuía a virilidade necessária para o cumprimento de sua missão revolucionária, os jovens redatores das revistas combateram com agressividade o reformismo conservador das classes dirigentes e o *passadismo* cultural. E a violência se transformou em instrumento válido para conversão da ordem. O advento da Grande Guerra interrompeu o experimentalismo estético e impôs a esses jovens redatores a vontade de converter suas revistas em periódicos de vanguarda política para disseminar uma nova consciência capaz de reeducar as massas. A partir disso é possível afirmar que o conflito bélico reorientou as pesquisas formais desses artistas de vanguarda, na medida em que estimulou o reconhecimento de uma posição ideológica do movimento.

Um novo ordenamento

Após o fim da Grande Guerra e com a dissolução do Império Austro-Húngaro, as antigas regras que regulamentavam a vida política e social no território do Golfo do Carnaro⁷⁰ não faziam mais sentido. Esse processo de ruptura com a velha tradição constitucional habsburga se intensificou, ainda mais, quando a ocupação de Fiume pelo exército legionário transformou a cidade em um centro de experimentação de novas formas de vida e de política. A ação revolucionária, como um fenômeno não jurídico, constituiu o pressuposto material para o nascimento de um novo ordenamento constitucional. Portanto, diante da perda da eficácia da constituição anterior e da necessidade de registrar um assentamento do processo de modificação social, foi estabelecido um novo poder originário.

Assumindo a função de poder constituinte, o Comandante do governo provisório, Gabriele D'Annunzio, e o Chefe do Gabinete, Alceste De Ambris, elaboraram secretamente a *Carta del Carnaro*. Desta forma, os dois artífices excluíram a participação

⁷⁰ Termo de origem grega (Quarnaro), refere-se a uma baía situada ao norte do Mar Adriático e que separa a Ístria das ilhas de Crês, Krk, Pág, Rab e Losinj.

consciente e a representação da população de Fiume na autoria do documento⁷¹. Isolados no gabinete do Palazzo del Governatorato e sem jamais consultar a vontade da população, os autores conceberam o Stato Libero di Fiume. As normas editadas pelo poder recém-constituído propunham acolher as audaciosas ideias do movimento fiumano, ostentando suas diretrizes materiais, e absorver variadas formas de “liberdade”, à luz de outras experiências constitucionais, para servir como instrumento de transformação da realidade política e social.

Como idealizador e fundador da Unione Italiana del Lavoro, o sindicalista revolucionário Alceste De Ambris tinha aderido à aventura dannunziana em Fiume, como chefe de gabinete depois da demissão do nacionalista Giovanni Giuriati. Hábil na arena política, propôs-se a congregar a extrema esquerda e a direita para transformar a experiência política fiumana em uma revolução nacional. Com esse intuito, os artífices se puseram a cristalizar a experiência revolucionária em um estatuto que estabelecesse uma organização jurídica originária para a instauração da Reggenza Italiana del Carnaro⁷² e fornecesse as bases para a conversão do precedente sistema de relações sociais. Isso significa que a constituição não era considerada como um mero instrumento organizatório de governo, mas como um fenômeno *político* em sua totalidade. Ou seja: capaz de converter num plano normativo um processo de realização da sociedade.

Nessa perspectiva, a *Carta del Carnaro* era uma lei fundamental *aberta e dinâmica*, pois, além de servir como instrumento ordenador e estabilizador da vida social, indicava os processos ainda a serem realizados. Em face desse duplo espectro, talvez a Constituição de Fiume possa ser entendida como uma ordem político-social carente de concretização na práxis real. Assim, o estatuto não apenas respondeu à exigência de seu momento histórico, ao estabelecer a estrutura do Estado, a forma de governo, o modo de aquisição e exercício do poder, a organização de seus órgãos, os limites de atuação, os direitos e garantias dos indivíduos, os fundamentos dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais, mas também serviu como instrumento principal da sociedade do porvir.

⁷¹ Domenico Rosa. *Fiume dannunziana tra irredentismo e fantasia* (2012, p. 96).

⁷² A lei fundamental tem como objetivo estabelecer a estrutura do Estado, a forma de governo, o modo de aquisição e exercício do poder, a organização de seus órgãos, os limites de atuação, os direitos e garantias dos indivíduos, os fundamentos dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Utopia como experiência jurídica

Gabriele D'Annunzio se considerava um ente estranho à mesquinha mundana, um *aristocrata do espírito*, acima de qualquer lei. Um gênio destacado da sociedade e, por isso, sua lógica seria incomunicável e incompreensível. Governado apenas pelo seu particular sentimento de justiça, o poeta vate da pátria assumia o papel de organizador e de expressão ativa da vontade coletiva nacional. Encarregava-se de cumprir a missão de romper com a tradição cristalizada, instaurando uma grande mudança no curso da história. Segundo o biógrafo Giordano Bruno Guerri, o poeta “guarda la folla dall’alto, la disprezza, ma vuole dominarla, orientandone i gusti, plasmandone i miti, celebrandone i modelli”⁷³. Empenhava-se em apresentar seu pensamento político como um profeta, proclamando-se um arauto, revelador de verdades profundas, e figurava sua ideologia política de forma literária. Justamente por assumir o papel de herói do povo, anulava a tradicional distância entre os intelectuais e a massa.

O poeta não possuía um concreto programa político, mas detinha a habilidade de suscitar fortes emoções na massa pela retórica da profecia. Do alto do tablado, construía um mundo de fantasia através de “palavras encantadas” que seduziam o público. Sua ambição era liderar um processo de regeneração da nação italiana, transformando todas as esferas sociais a fim de criar o “novo homem” latino, capaz de dar luz a uma nova civilização.

Por isso, *A Carta del Carnaro* não foi apresentada apenas como um raciocínio doutrinário, mas sim como a idealização de um Estado imaginário para a criação de uma “fantasia concreta”. Tendo como fundamento o direito do homem de modelar sua vida coletiva e o Estado segundo princípios racionais, a *Carta* apresentava-se como uma novidade política, quando comparada aos modelos constitucionais vigentes no período, porque propunha antecipar “o futuro”, resolvendo complexos problemas da convivência humana⁷⁴. Idealizada no período posterior à Grande Guerra⁷⁵, a nova Constituição foi

⁷³ Giordano Bruno Guerri, *D'Annunzio*, 2009, p. 128.

⁷⁴ Gian Luigi Cecchini, no artigo *La reggenza fiumana nella storia e nell'ordinamento giuridico internazionale*, chama a atenção para o fato de que a *Carta del Carnaro* antecipou uma série de artigos que iriam apresentar-se na constituição italiana, apenas em 1948, com a instauração da República. Nas palavras do professor de direito internacional: “La Costituzione dello Stato libero del Carnaro, redatta da

concebida a partir de uma realidade histórica concreta e da percepção de uma grave crise que atingia a civilização ocidental. Nasceu sob o signo da decadência e do desejo de modificar o presente para criar uma existência coletiva diversa daquela que se impunha.

Em uma entrevista⁷⁶ publicada no *Bollettino Ufficiale*, o jornalista Brajer, do periódico *Neue Freie Presse*, perguntou ao Comandante Gabriele D'Annunzio, com base em uma série de boatos que haviam se espalhado pela cidade do Carnaro, sobre a possibilidade da instituição de uma nova forma de governo na cidade. O poeta respondeu, de modo bastante vago, que o Conselho de Fiume ainda se orientava pelo mesmo objetivo que conduzira o exército legionário na Marcia di Ronchi. Não satisfeito, o jornalista repetiu a pergunta, questionando o Comandante se existia uma ideia concreta sobre qual forma de governo surgiria no Estado Livre de Fiume. A resposta foi:

If we have to draft a new constitution, we will create a constitution of liberty infinitely different from the old statutes... Even if, after a very short time (as we devoutly wish), the annexation should prevent us from applying the constitution in all forms, it could still remain as an example to all the world of the aspiration of a people and of a group of spirits. With such a constitution we will be able to reunite the communal liberties ... with the most recent institutions which move the world of today⁷⁷.

O curioso na resposta do poeta é constatarmos que, quando a Constituição de Fiume foi desenhada pelo governo dannunziano, esperava-se ainda que o gesto de anexação deste território ao Estado italiano eliminasse a necessidade de aplicação desta carta. Nesta caso ela seria, portanto, um instrumento de pressão sobre o governo italiano e os partidos políticos⁷⁸. Uma vez unificada ao reino de Vittorio Emanuele III, a cidade

D'Annunzio e dal sindacalista rivoluzionario Alceste De Ambris, è per sé rivoluzionaria, solo che si pensi che molti degli aspetti del suo articolato normativo troveranno definizione nella nostra Carta Costituzionale del 1948 e alcuni profili diverranno legge dello Stato democratico, anche se solo a meta degli anni settanta del secolo passato” (2009, p. 77).

⁷⁵ Talvez a Grande Guerra possa ser considerada um período de fratura social. Ou seja, quando as instituições, os valores e fundamentos que regulavam a vida social perderam sentido e foram substituídos por outros. Com o objetivo de regulamentar a vida no pós-guerra e fazer reconhecer o novo desenho político-geográfico europeu, surgiram novas constituições. Como, por exemplo, a *Constituição de Weimar*, de 1919.

⁷⁶ Publicada no dia 13 de abril de 1920, no *Bollettino Ufficiale*. Michael A. Ledeen. *The First Duce* (1977, p. 161).

⁷⁷ Michael A. Ledeen. *The First Duce* (p. 162).

⁷⁸ Renzo De Felice. *Sindacalismo Rivoluzionario e Fiumanesimo nel Carteggio De Ambris – D'Annunzio* (1966, p. 76).

de Fiume seria dirigida pelo *Statuto Albertino*, e a *Carta del Carnaro* inevitavelmente seria revogada “as we devoutly wish”. De modo que Gabriele D’Annunzio afirmou ao jornalista que a *Carta del Carnaro* deveria tornar-se um exemplo para o mundo, de uma constituição de liberdade – completamente diferente das existentes.

Sendo assim, somos colocados frente a um desenho de sociedade que formalizaria as contradições do momento histórico através da contraposição espetacular de uma estrutura de Estado que se opunha radicalmente àquela existente. O Estado desenhado no estatuto era produto de uma história e sociedade, mas a contradizia, à medida que a transfigurava. Ou seja, a partir da verificação da forma política “tal como é”, pretendia-se propor como a política “deveria ser”. Afinal, o Estatuto formalizava uma investigação sobre a natureza da política, sobre a necessidade do Estado e a melhor forma de governo. Procurava-se superar os problemas da realidade oferecendo um estatuto que removesse a injustiça e a corrupção do presente, servindo como paradigma do *bom* Estado – fonte de inspiração para toda a humanidade. “E sarebbe portentosamente bello che quell’italico spirito soffiasse da Fiume su L’Italia e sul mondo”⁷⁹ – afirmou Gabriele D’Annunzio no dia 30 de agosto, no Teatro Fenice de Fiume.

A necessidade de consagrar a fundação de um Estado Livre de Fiume ocorreu apenas por causa da irredutível posição do governo italiano em não reconhecer o direito de autodeterminação do povo fiumano de escolher pertencer ao Reino da Itália. O governo dannunziano acreditava que declarar o *status* de “*corpus separatum*” seria a única forma de salvaguardar os direitos da população fiumano.

Diante das confusas aspirações do comandante Gabriele D’Annunzio em renovar a forma política do seu governo, o habilidoso chefe do gabinete da cidade, Alceste De Ambris, foi encarregado de formular as bases do audacioso projeto constitucional⁸⁰, enquanto o poeta se dedicou a desenhar uma nova bandeira. O projeto ganhou corpo depois de inúmeras reuniões dos dois artífices⁸¹, nas quais o Comandante indicou as linhas principais sobre as quais deveria surgir o desenho do novo Estado de Fiume. Alceste De Ambris buscou imprimir as fantasiosas ideias dannunzianas em sua base

⁷⁹ Trecho do discurso proferido por Gabriele D’Annunzio, na noite do dia 30 de agosto de 1920. Texto integral nos anexos desta tese.

⁸⁰ Somente depois da descoberta da primeira versão do estatuto de Fiume, no arquivo do *Vittoriale degli italiani*, em 1973, foi possível avaliar a contribuição de Alceste De Ambris para o projeto.

⁸¹ Francesco Perfetti. *Fiumanismo, sindacalismo e fascismo* (1988, p. 19).

teórica de inspiração sindicalista revolucionária nos artigos constitucionais e, depois de aprovada a versão original do novo estatuto, escrita pelo chefe de gabinete, o documento foi transformado em prosa de arte por Gabriele D'Annunzio⁸².

O caráter fundamental da *Carta del Carnaro* é justamente a fusão da ideologia política nacionalista e a literatura. A retórica política de Gabriele D'Annunzio dava uma fascinante forma aos sentimentos e aos mitos do nacionalismo revolucionário, que encontravam vazão entre as massas. Especialmente entre a geração de jovens que cresceu durante a guerra, habituando sua personalidade a um clima constante de suspensão das normas, as abstratas aspirações de renovamento social e revolução do espírito criavam a impressão de que era possível uma nova prática social.

O exaltado sentimento patriótico do Comandante, místico e populista, criava um clima de entusiasmo e agitação política, sob a pressão de um inimigo constante. Como observou Emilio Gentile, “Fiume ripresentava per molti la prosecuzione del clima di festa, cioè di sospensione delle regole normali e di annullamento delle dimensioni usuali fra realtà e sogno, fra realismo e idealismo, fra arte e vita, fra letteratura e politica, fra rivoluzione ed avventura”⁸³.

Constelação mitológica a serviço do fumanismo

O comandante sabia que através da adoção de um sistema de símbolos, mitos e ritos era possível integrar as massas e instaurar uma fé política de sacralização da nação. O benefício da instrumentalização de uma constelação mitológica na arena política, para governar a opinião pública, já havia sido indicado pelos teóricos Vilfredo Pareto⁸⁴, no

⁸² Giordano Bruno Guerri: “Il documento esprime la personalità politica di De Ambris, attento a dargli un impianto concreto di natura rivoluzionaria, e quella oracolare di D'Annunzio, teso a renderlo anche una creazione culturale, una materia di fantasia con cui esaltare e attirare a sè gli italiani, di destra e di sinistra, ostili al governo Giolitti” (2009, p. 252).

⁸³ Emilio Gentile, na obra *Le origini dell'ideologia fascista* (1996, p. 233).

⁸⁴ Conforme Norberto Bobbio, Vilfredo Pareto foi o cientista político que contribuiu para formar as bases de um estudo empírico da política na Itália. Suas principais contribuições foram: *Cours d'économie politique* (1896), *Les systèmes socialistes* (1902-1903), *Manuale di economia politica* (1906); os escritos sobre sociologia publicados sob o título *Il mito virtuista e La letteratura immoral* (1911); e, por fim, as mais de 1.700 páginas que compõem o *Trattato di sociologia generale* (1916). Além disso, como “um espectador impassível da luta política que se desenvolvia diante de seus olhos” (BOBBIO, 2002, p. 85), colaborou intensamente com jornais e revistas, elaborando comentários sobre acontecimentos extraordinários. Seu objetivo era simplesmente aproveitar os fatos históricos para verificar teoremas gerais da sociologia e encontrar confirmação de suas hipóteses.

Trattato di sociologia generale (1916), e Georges Sorel⁸⁵, em suas *Réflexions sur la violence* (1911)⁸⁶. E, na próspera atmosfera de debates políticos do início do século XX, Gabriele D'Annunzio absorveu a ideia de que o *mito* é um recurso técnico profícuo para a arena política. Pelas suas polêmicas concepções sociológicas, ambos teóricos exerceram singular atração entre jovens intelectuais e revolucionários italianos, dentre os quais é possível destacar os futuristas Giovanni Papini e Giuseppe Prezzolini⁸⁷, Filippo Burzio e Benito Mussolini⁸⁸. Suas obras foram tentativas originais de um estudo crítico sobre a força persuasiva das ideologias e as várias formas de “mascaramento” dos instintos humanos.

De acordo com Vilfredo Pareto, a sociedade não é governada por forças racionais⁸⁹, mas por uma minoria que consegue destacar-se e impor seus interesses ao restante da população. Essa elite demonstraria eficácia ao estabelecer seus mitos e ao organizar as massas, por um objetivo comum. O reconhecimento da autoridade dessa elite imporiria uma nova hierarquia social e definiria uma ilusória estrutura de Estado. Assim, o progresso seria uma típica ilusão burguesa, e toda a história das transformações sociais se resolveria pela substituição da velha classe dirigente por uma nova elite. Logo, seria

⁸⁵ Sobre a influência do pensamento de Georges Sorel na sociedade italiana, ver a obra *Sorel e L'Italia* (1975), de Gian Biagio Furiuzzi.

⁸⁶ Importante também, recordar a obra *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie - Untersuchungen über die oligarchischen Tendenzen des Gruppenlebens* (1911), de Robert Michels e a teoria da classe política de Gaetano Mosca, publicada em *Elementi di scienza politica* (1922). Nestas, os dois teóricos questionam as possibilidades revolucionárias e contribuem com a teoria das elites, proposta por Vilfredo Pareto.

⁸⁷ No artigo “L’aristocrazia dei briganti”, publicado na revista *Il Regno*, Giuseppe Prezzolini reconhecia na obra de Vilfredo Pareto justificativa científica e filosófica para a sua prática.

⁸⁸ Durante o período de exílio na Suíça, o jovem Benito Mussolini se inscreveu na Faculdade de Ciências Sociais, na Universidade de Lausanne, para seguir alguns cursos, dentre os quais dois sobre economia política ministrados por Vilfredo Pareto. Enquanto seguia todas as aulas daquele que considerava “un maestro che tracciava la fondamentale filosofia economica del futuro”, também se dedicava à leitura dos escritos de Georges Sorel. Segundo Renzo De Felice, essa temporada de estudos teria sido de fundamental contribuição para a formação política ideológica do jovem revolucionário (1965, pp. 37-40).

⁸⁹ Nos *Ensaio sobre ciência política na Itália*, Norberto Bobbio avalia que uma das teses fundamentais de Vilfredo Pareto é que o homem não é um ser de razão pura, mas sobretudo um ser de sentimento e fé. A maior parte das ações humanas seria governada pelo instinto, porém o homem experimentaria prazer ao apresentar um esforço racional para explicá-la postumamente (2002, p. 100). De modo que, já na introdução de *Systemes sociales* (1902), Vilfredo Pareto já apresentava uma prévia de sua concepção gnoseológica. Ou seja, a de que existem ações humanas lógicas (motivadas pela razão) e não lógicas (guiadas por sentimentos).

delineada uma visão da “história como história de aristocracias que se revezam no poder”⁹⁰.

A ideologia serviria para legitimar os interesses particulares de uma minoria que ambiciona conquistar o poder ou se perpetuar nele. Em concordância com o estudo de Vilfredo Pareto, Georges Sorel⁹¹ identificava no mito o instrumento para que a elite seja admitida pelas massas com devoção religiosa. Afinal, sendo o mito um fragmento primitivo que agrupa uma seleção de imagens da história humana, que se apresenta como uma fonte inesgotável de moralização, regeneração e heroísmo, ele evoca nas massas os sentimentos mais profundos e motivadores. O pensamento mítico como força religiosa, que se opõe ao racionalismo, transforma-se em uma técnica política extremamente útil à medida que se torna força motriz para impulsionar a ação revolucionária. De modo que ambos os teóricos parecem julgar o mito como uma “representação coletiva mobilizadora” e “um meio de agir sobre o presente”⁹².

Georges Sorel⁹³, assim como Gabriele D’Annunzio, desprezava a cultura da burguesia. Apesar disso, não conseguia libertar-se da influência desta sobre seu pensamento⁹⁴. Destacava o mito da sociedade, privado de qualquer conteúdo concreto e transformando-se em um estímulo, em fé e paixão. Tornando-se, assim, um artifício de

⁹⁰ Norberto Bobbio, em “Introdução à sociologia de Pareto” (2002, p. 43).

⁹¹ Vilfredo Pareto e Georges Sorel se conheceram pessoalmente por ocasião da viagem do italiano a Paris. Depois desse encontro, os dois desenvolveram uma intensa amizade. A relação e o diálogo teórico entre Georges Sorel e Vilfredo Pareto estão amplamente documentados. Ver as obras: *Sorel e Pareto: riflessione e ricerche* de Tommaso Giancalone-Monaco; *Carteggi Paretiani*, organizada por Gabriele De Rosa; e *Cahiers Vilfredo Pareto*, de Giovanni Busino. Norberto Bobbio ainda afirma: “Como Maquiavel e como Marx, Sorel é para Pareto um dos poucos sábios que se aproximaram do estudo dos fatos sociais sem preconceitos, com espírito científico abandonando os vanilóquios aos pregadores e aos politíqueiros” (2002, p. 79). Por esse motivo, em inúmeras ocasiões, Pareto prestou elogiosas menções públicas ao autor de *Réflexions sur la violence*. Entre as quais destaco a homenagem escrita por Pareto e publicada na edição de set.-out. de 1922, da revista *La Ronda*, por ocasião da morte de Sorel.

⁹² Georges Sorel, *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, 1992, p. 145.

⁹³ György Lukács ofereceu aos seus leitores, na obra “La distruzione della ragione”, uma precisa interpretação do pensamento de Georges Sorel, ao afirmar: “Nelle sue convinzioni filosofiche Sorel è un pensatore puramente borghese, un tipico intellettuale piccolo borghese. Dal punto di vista econômico come da quello filosofico egli accetta la revisione del marxismo compiuta da Bernstein. Insieme a Bernstein rifiuta la dialettica interna dello sviluppo economico, in particolare del capitalismo, come processo che conduce necessariamente alla rivoluzione proletaria; conforme a ciò, seguendo ancora Bernstein, respinge anche la dialettica come metodo filosofico. *Questa viene da lui sostituita col pragmatismo di James e anzitutto con l’ituituzione bergsoniana* (2011, p. 30, grifo meu). Portanto, o filósofo identificava no sistema soreliano uma aproximação com o pragmatismo de William James e a teoria de Henri Bergson.

⁹⁴ György Lukács, em “La distruzione della ragione” (2011, p. 31).

manipulação das forças irracionais das massas para fazer exacerbar um sentimento passional contra a realidade.

Como elemento de unificação moral das massas e de organização da vontade coletiva, o mito apresenta ao povo uma *miragem do futuro* e o orienta em sua conduta. Em síntese, os mitos, símbolos e ritos seriam elementos fundamentais para a instauração de um sentimento de esperança coletiva e transformação do mundo. É dessa forma que Gabriele D'Annunzio compreende o mito e o adota como categoria fundamental na definição da natureza de seu projeto político. Através dele se cria uma condição ideológica de euforia e entusiasmo por uma ação radical na disputa pela supremacia latina.

A bandeira de Fiume

A bandeira de Fiume era um importante instrumento para o poder, pois, assim como a *Carta del Carnaro*, possuía uma dimensão organizativa. Ela era composta em linhas simples, mas conseguia sintetizar todo o ideário fiumano como um símbolo representativo da Reggenza Italiana del Carnaro. Em homenagem à *Serenissima Repubblica di Venezia*, o corpo retangular da bandeira foi tingido pela cor carmim e, no centro, foi incluído o emblema circular na forma de uma serpente de ouro que morde a própria cauda. O círculo simbolizava a perfeição e a eternidade de um universo único, sem princípio nem fim. A serpente dourada abrangia as sete estrelas principais, que compõem a constelação da Ursa Maior⁹⁵. Essas estrelas, que serviam de guia aos navegadores, apareciam na bandeira do Estado Livre de Fiume como um reconhecimento da potência marítima da República de Veneza e da importância do porto nacional. No tronco do emblema aparecia o moto “Quis contra nos?”, que também está presente no título da constituição fiumana, publicada no jornal *Bollettino Ufficiale*⁹⁶. Malgrado o moto ser inspirado na frase “Si Dio pro nobis, quis contro nos?”, proferida por São Paulo aos romanos, na *Carta del Carnaro* o significado era essencialmente laico e nacionalista.

⁹⁵ As principais estrelas da constelação de Ursa Maior são: Alioth, Dubhe, Alkaid, Mizar, Merak, Phecda, Megrez.

⁹⁶ Na primeira página do jornal *Bollettino Ufficiale*, número 31, do dia 1 de setembro de 1920, A *Carta del Carnaro* foi publicada com o título La Reggenza Italiana del Carnaro e no subtítulo aparecia a frase: “Si Spiritus pro nobis, quis contra nos?”.

Em duas das três franjas aparecem as bandeiras tricolores do Estado italiano (verde, branco e vermelho) e da cidade de Fiume (azul, amarelo e vermelho).



*Bandeira da Reggenza Italiana del Carnaro
Museu do Vittoriale degli Italiani*

Manifesto do fiumanismo

Sob a direção do Comandante, Alceste De Ambris terminou de redigir a primeira versão da *Carta del Carnaro* no primeiro trimestre de 1920. Coube a Gabriele D'Annunzio fazer pequenas correções, algumas inserções de enorme significado político e transfigurar o texto em arte. O poeta ofereceu um significado literário ao ordenamento do Estado Livre de Fiume, adicionou lírica aos artigos e acolheu vocábulos e expressões arcaicas para fazer o documento aparentar um antigo estatuto da *età comunale* italiana. Procurando evitar divergências com a casa monárquica de Savoia, Gabriele D'Annunzio substituiu a palavra *Repubblica*, presente no nome do novo estatuto, por *Reggenza*. Em uma nota enviada ao capitão Giuseppe Piffer, o poeta relatou que a alteração lhe fora sugerida por uma força inspiradora: “Credo che ho avuto nella notte la visitazione del Genio consigliere. Chiamerò lo Stato libero ‘Reggenza Italiana del Carnaro’. Che le sembra? Inoltre è un endecasillabo. Il ritmo ha sempre ragione”.

Essa pequena mudança não alterava a forma dada ao Estado de Fiume, mas procurava maquiá-la aos olhos do público. De forma que o poeta procurou evitar uma presunção antimonárquica e inconciliável com o objetivo de unificar o território do Carnaro com a Itália. O termo *Reggenza*, além de proporcionar ritmo ao título do estatuto, era ambíguo. Sem dispor uma clara oposição entre república e monarquia, a carta se tornava um documento adaptável a qualquer uma dessas formas de governo. O poeta também colaborou com a versão *deambrisana*, acrescentando uma curta introdução, intitulada “Della perpetua volontà popolare” e três artigos “Credenza religiose”, “Edilità” e por último “Musica”.

Gabriele D’Annunzio assumiu publicamente total paternidade da carta. E, em uma correspondência, Alceste De Ambris corroborou essa atitude, ao afirmar que não fizera mais do que “interpretar o seu pensamento político com grande fidelidade e um leal entendimento”. No entanto, quando descoberto no arquivo do Vittoriale degli Italiani, em 1973, o texto original da constituição de Fiume⁹⁷, foi possível avaliar que a contribuição do sindicalista revolucionário tinha sido atenuada na história. Após analisar os manuscritos do texto de Alceste De Ambris, pode-se afirmar que, com o absoluto apoio de Gabriele D’Annunzio⁹⁸, o chefe do gabinete imprimiu ao estatuto uma estrutura política corporativista, projetada segundo sua base teórica sindicalista revolucionária.

Todavia, contra a fortuna crítica que, a partir da descoberta do manuscrito, declara que Alceste De Ambris foi o verdadeiro arquiteto da constituição de Fiume e que o poeta nada mais fez do que proporcionar valor estético, numa clara tentativa de acentuar o caráter revolucionário de *sinistra* do documento, na presente tese se reconhece que a paternidade da *Carta del Carnaro* é dupla. Mesmo que os dois artífices tivessem personalidades e trajetórias políticas bastante distintas, ambos compartilhavam o mesmo desejo por modernização e transformação social. O documento é a perfeita articulação do esteticismo político e do nacionalismo dannunziano, com as ideias radicais do

⁹⁷ A versão original da *Carta del Carnaro*, escrita pelo chefe de gabinete Alceste De Ambris em março de 1920, foi encontrada pelo historiador Renzo De Felice no arquivo do Vittoriale degli Italiani.

⁹⁸ Em uma carta escrita no dia 18 de março de 1920, Alceste De Ambris anunciava ao Comandante que, como existia uma completa identidade de pensamento e sentimento entre os dois, o resultado apresentado por ele com o manuscrito da *Carta del Carnaro* corroborava as expectativas dannunzianas. As palavras do sindicalista revolucionário: “c’era fra noi due una completa identità di pensiero e di sentimento, oso sperare che la fatica durata abbia dato un risultato non troppo lontano dalla tua aspettazione”.

sindicalismo revolucionário, que dão luz a uma estrutura econômica corporativista. Por isso, Patrick Karlsen é certo quando diz que

la paternità della Carta è quindi perfettamente duplice: è il risultato ed esprime sua la personalità politica di De Ambris, attento a fornire una compiuta e concreta veste di natura rivoluzionaria, sai li stile e le intuizioni di D'Annunzio sulle relazioni tra estetica e potere nella società di massa⁹⁹.

Sistematizada em um texto único, essa lei fundamental da *Reggenza Italiana Del Carnaro* exprimia, através de um complexo de normas, a afirmação de uma organização administrativa e política formada por uma “multiétnica” população, assentada no território da cidade de Fiume, localizada na baía do Carnaro e dirigida por um governo soberano com a finalidade do bem comum. A *Carta del Carnaro* é composta por uma curta introdução e vinte sessões, que subdividem sessenta e cinco artigos. Esse documento edificava as bases do ordenamento social, econômico e político sobre o qual o Estado deveria ser erguido e também anunciava o nascimento de uma nova civilização.

Nas mãos do poeta, a constituição do Estado Livre de Fiume tornou-se um manifesto artístico e político para a formação do *homem novo*. Nela sobressaía o sentimento de entusiasmo com a transformação do mundo no pós-guerra e com a possibilidade de o homem inventar a si mesmo, criando novas formas de vida. Governada pela vontade de potência individual e coletiva, a *Carta del Carnaro* dava impulso ao espírito para uma grande revolução italiana, capaz de criar uma moderna civilização. Ora, o Estado italiano estava ainda muito atrasado juridicamente, com relação a outras nações europeias. Por isso, a Carta não deve ser interpretada como um ato de loucura. A Constituição fiumana surgiu como expressão das exigências do mundo contemporâneo e em oposição ao *Statuto Albertino* – corpo de regras que definiam a organização fundamental do Reino da Itália desde sua fundação, em 1861.

Statuto Albertino

⁹⁹ Patrick Karsen. In: *La carta rivoluzionaria di D'Annunzio e De Ambris* (2009, pp. 131-142).

Outorgado¹⁰⁰ pelo monarca Carlo Alberto di Savoia, como consequência política das revoltas de 1848, o *Statuto Albertino* revelava um importante traço de continuidade entre o Reino do Piemonte-Sardenha e o Reino da Itália. Esse documento, escrito por um comitê de nobres e liberais, foi expressão de um pacto entre as tradicionais forças conservadoras do reinado e a burguesia contra uma possível revolução social. Surgiu frente à necessidade da institucionalização política em defesa dos direitos do rei e dos cidadãos das classes dominantes sob a pressão dos eventos revolucionários da primavera de 1848. Ao invés de enfrentar com reformas sociais o constante empobrecimento da população, o estatuto servia para restringir os espaços de participação política e a liberdade das classes mais baixas.

A carta constitucional aplicada ao Reino da Itália previa que a religião Católica Apostólica Romana era a única religião do Estado e que os outros cultos eram tolerados conforme a lei. O Estado era dirigido por um governo monárquico representativo e o trono era hereditário. O poder legislativo era praticado pelo rei e pelas câmaras de deputados e pelo senado. Esses três órgãos exerceriam coletivamente o poder, mas, como soberano, o rei podia nomear quantos senadores desejasse; o sistema político, na prática, assumiu um esquema bipartidário. Sendo que a Câmara era eleita apenas por uma parcela da população, que detinha o direito ao voto, e o Senado era uma instituição composta por membros eleitos pelo rei, dificilmente poderíamos considerá-los como órgãos representativos do interesse da totalidade da população. A natureza conservadora do *Statuto Albertino* fica ainda mais evidente quando analisamos o quarto e o quinto artigo dessa carta constitucional.

No artigo 4º é declarada a prevalência absoluta do monarca, que era considerado pessoa sagrada e inviolável. Assumia-se assim, que o poder do rei teria origem divina e não estaria sujeito ao controle de outras instituições. O artigo 5º¹⁰¹ ampliava a esfera de

¹⁰⁰ Oficialmente intitulado como *Statuto Fondamentale della Monarchia di Savoia*, o *Statuto* era a carta constitucional do Reino do Piemonte-Sardenha. Outorgada no dia 4 de março de 1848, pelo Rei Carlo Alberto di Savoia, “con lealtà di Re e con affetto di Padre”. Essa lei fundamental orientou o Estado italiano até 1946.

¹⁰¹ Art. 5º do *Statuto Albertino*: “Al Re solo appartiene il potere esecutivo. Egli è il Capo Supremo dello Stato: comanda tutte le forza di terra e di mare; dichiara la guerra: fa i trattati di pace, d’alleanza, di commercio ed altri, dandone notizia alle Camere tosto che l’interesse e la sicurezza dello Stato il permettano, ed unendovi le comunicazioni opportune. I trattati che importassero un onere alle finanze, o variazione di territorio dello Stato, non avranno effetto se non dopo ottenuto l’assenso delle Camere”. In: ALLEGRI, Giuseppe. *Le due carte che non fecero l’Italia*. Roma: Fefè, 2013, pp. 27-28.

ação prevista ao monarca, ao declarar que somente a ele pertencia o poder executivo. Na condição de chefe supremo do Estado, o rei era quem comandava todas as forças da terra e do mar, declarava guerras, fazia os tratados de paz, de aliança, comércio, entre outros, notificando as câmaras assim que o interesse e a segurança do Estado permitissem. O rei nomeava todos os cargos do Estado, fazia os decretos e os regulamentos necessários para a execução das leis. Apenas ele tinha o poder de sancionar ou promulgar as leis e poderia conceder indulto ou comutar as penas. De forma que o estatuto limitava a autonomia do governo e garantia ao rei da Itália quase absoluta direção do Estado.

Outro aspecto chave para a compreensão do caráter do *Statuto Albertino* é que o documento era apresentado como lei fundamental perpétua e irrevogável. Isso não significa que se tratava de uma constituição rígida que não permitisse qualquer alteração pelos estados gerais. Através de leis ordinárias, emitidas conforme as regras do estatuto, era possível fazer algumas modificações tácitas. Basta recordar que, em 1926, o regime fascista de Benito Mussolini aprovou uma lei que regulamentava os decretos-lei, estabelecendo que, após a deliberação do Conselho de Ministros, podiam ser promulgadas, por decreto real, normas com força de lei¹⁰².

Colóquio do poeta Gabriele D'Annunzio com o rei Vittorio Emanuele III

Um caso bastante curioso relatado por Giovanni Giuriati¹⁰³ foi o de que, pouco antes da ocupação de Fiume, Gabriele D'Annunzio teria se aproveitado de um encontro com rei Vittorio Emanuele III para solicitar uma reforma no *Statuto Albertino*. A reunião ocorreu porque o Comitato per Rivendicazione Nazionali¹⁰⁴ – que reunia as associações “Trento-Trieste”, “Dante Alighieri”, “Associazione Combattenti”, “Associazione Radicale Romana”, os “Comitati d’Azione” e a “Associazione Mutilati” – que era presidido pelo major Giovanni Giuriati (futuro chefe de gabinete do governo de Fiume), solicitou uma audiência com o rei para apresentar-lhe um projeto de ação.

¹⁰² Cf. Giorgio Agamben. *Estado de exceção* (2007, p. 30).

¹⁰³ Giovanni Giuriati. *Con D'Annunzio e Millo in difesa dell'Adriatico* (1954, p. 3).

¹⁰⁴ O Comitato per Rivendicazione Nazionali foi fundado no dia 2 de maio de 1918.

Giovanni Giuriati¹⁰⁵ era um advogado veneziano e expoente do movimento irredentista italiano¹⁰⁶. Ex-combatente condecorado¹⁰⁷ por sua atuação na Grande Guerra, nutria um ódio contra o império austríaco e devoção à causa adriática. Membro da organização Trento e Trieste, desde sua fundação em 1903, Giovanni Giuriati construiu sua carreira política na luta contra forças democráticas. Aproximou-se no pós-guerra do sindicalista revolucionário Angelo Oliviero Olivetti, do anarquista Massimo Rocca e de Francesco Porro na tentativa de incitar através do “Patto Nuovo” os veteranos para a luta contra os movimentos socialistas.

Em decorrência da crise política aberta na Conferência de Paz e da demissão do presidente do Conselho de Ministros, Vittorio Emanuele Orlando, Giovanni Giuriati, em acordo com os grupos nacionalistas, mobilizou o Comitato per Rivendicazione Nazionale para promover um encontro com o monarca. Contudo, o pedido foi negado pelo rei Vittorio Emanuele III. Após a recusa do monarca em participar de uma conferência com o major Giovanni Giuriati, o Comitato procurou pelo poeta Gabriele D’Annunzio para que interferisse a favor dos interesses da organização nacionalista.

O poeta fez algumas objeções, mostrando-se cético sobre a possibilidade de êxito de tal tentativa, mas acabou aceitando colaborar com o Comitato. A nova solicitação foi aceita. O General Cittadini – primeiro ajudante de campo do rei – teria dito¹⁰⁸ que a majestade abriria uma exceção à norma de não atender a uma audiência privada durante uma crise do governo, porque ele não poderia negar um encontro com o poeta Gabriele D’Annunzio. Então, como representante dos interesses do Comitato, o poeta se dirigiu ao parque da Villa Savoia às sete horas da tarde, do dia 23 de junho. Juntos, o rei e o poeta percorreram as alamedas a passos lentos. Enquanto Gabriele D’Annunzio pronunciava um manifesto de ação para a reversão da crise política do país no pós-guerra, o rei se

¹⁰⁵ Para um perfil histórico e ideológico de Giovanni Giuriati, ver obra “Giovanni Giuriati – Biografia Política” (2006), de Sheyla Moroni.

¹⁰⁶ Irredentismo é o termo usado para definir o movimento político que, a partir das últimas três décadas do século XIX, lutou pela anexação de territórios que teriam identidade étnica e um forte vínculo histórico com a Itália.

¹⁰⁷ Conforme pesquisa de Sheyla Moroni, Giovanni Giuriati foi lesionado e condecorado duas vezes no curso da Grande Guerra. A primeira no dia 24 de novembro de 1915, quando teve seu braço direito gravemente ferido e recebeu a medalha de prata; a segunda em 1917, por mérito de guerra na batalha de Bainsizza e Isonzo.

¹⁰⁸ Segundo Giovanni Giuriati, a resposta exata teria sido “A te però il Re non può negare udienza: tu sei D’Annunzio” (1954, p. 4).

limitou a escutar em silêncio esse discurso. Quando terminado, o rei Vittorio Emanuele III teria agradecido o encontro com um caloroso aperto de mãos e dispensado o poeta com a seguinte afirmação: “Caro Maestro, lo Statuto è un minimo di libertà per mio popolo e un massimo di libertà per me”¹⁰⁹.

Nessa memorável frase, o monarca resumia bem a natureza da lei fundamental que tinha sido outorgada pelo seu avô Carlo Alberto. Na ótica do rei Vittorio Emanuele III, não existia qualquer motivo pelo qual ele aceitaria uma reforma da Carta. Muitas vezes a historiografia moderna deprecia a importância política do chefe do Estado italiano no século XX, principalmente durante o governo fascista, mas é fundamental ter em conta que o *Statuto Albertino* se manteve em vigor até a queda do regime monárquico (1946)¹¹⁰, sendo substituído apenas em 1948¹¹¹, quando foi promulgada a *Costituzione della Repubblica Italiana*.

¹⁰⁹ Giovanni Giuriati. *Con D’Annunzio e Millo in difesa dell’Adriatico* (1954, p. 5).

¹¹⁰ Durante o governo fascista, o *Statuto Albertino* foi formalmente mantido, ainda que tenham sido elaboradas diversas leis que concentravam grande parte do poder nas mãos do Duce Benito Mussolini. No dia 24 de Julho de 1943, o Gran Consiglio del Fascismo foi convocado para uma reunião secreta e para a aprovação da *Ordine del Giorno Grandi*. A aprovação provocou a queda do regime fascista e a prisão de Benito Mussolini por ordem do rei Vittorio Emanuele III.

¹¹¹ Talvez pudéssemos, aqui, por brincadeira, responder a questão “Haverá, por exemplo, algum país no mundo que participe tão ingenuamente de todas as ilusões do regime constitucional sem compartilhar das suas realidades como a chamada Alemanha Constitucional?”, proposta por Karl Marx na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução” (2013, p.159) (escrita entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844), com “sim, a Itália, desde a sua fundação até 1948”.

Desenho de um novo ordenamento

*“La vita è bella,
e degna che severamente e magnificamente la viva
l’uomo rifatto intiero dalla libertà”*

*“L’uomo intiero è
colui che sa
ogni giorno
inventare la sua propria virtù
per ogni giorno
offrire ai suoi fratelli un nuovo dono”*

*“Il lavoro,
anche il più umile,
anche il più oscuro,
se sia bene eseguito,
tende alla bellezza e orna il mondo.”*

Art. XVI – Carta del Carnaro

*“Toda época anseia por um mundo mais belo.
Quanto mais profundos o desespero e a consternação diante de um presente
incerto, tanto maior será esse desejo.”*

Johan Huizinga

Um estatuto para a nova Itália

Como já vimos, a Constituição da Reggenza Italiana di Fiume, elaborada em 1920 por Gabriele D'Annunzio e Alceste De Ambris, ambicionava superar radicalmente o arcaico estatuto do reino do Piemonte-Sardenha e proporcionar uma solução orgânica que impulsionasse o total renovamento da sociedade. O Comandante e o chefe do gabinete acreditavam que apenas com a garantia jurídica da liberdade de pensamento, imprensa e reunião a todos os cidadãos, e com o reconhecimento de igualdade frente à lei seria possível elevar a dignidade humana e modernizar a nação. A Carta idealizava a construção de um estado que confirmasse e tutelasse os direitos fundamentais dos cidadãos. E propunha que o Estado assumisse a função revolucionária e pedagógica de concretizar um processo de regeneração total da consciência dos seus cidadãos.

Della perpetua volontà popolare

A introdução do desenho de um novo ordenamento da Reggenza Italiana Del Carnaro, redigida no mistificante estilo dannunziano, afirmava o direito terrestre, histórico e humano da população fiumana, que formaria uma “armadura impenetrável do mito romano”¹¹², em legitimar o seu arbítrio.

Fundada durante o Império Romano, com o nome de Tarsatica, e depois civilizada pela Sereníssima Repubblica di Venezia, a cidade do Carnaro compreenderia, em si, toda a tradição histórica e científica latina. O canto IX, do livro “Inferno”, da obra *Divina Commedia*, de Dante Alighieri, atestaria sua natureza: “Si come ad Arli, ove Rodano stagna; sì come a Pola, presso del Carnaro ch’Italia chiude e i suoi termini bagna [...]”.¹¹³ Conclamada como a extrema rocha da cultura latina e portadora do registro de Dante, a cidade de Fiume teria conservado no seu espírito, por diversos séculos de luta, a italianidade que irradiava para a costa e suas ilhas adriáticas.

A *Carta del Carnaro* declarava que o povo de Fiume, heroico ao superar violências de todo tipo, reivindicava, desde a dissolução do Império Austro-húngaro, a liberdade de escolher seu próprio destino. E, justamente com base no princípio de

¹¹² Cf. *Carta del Carnaro* (anexos).

¹¹³ Dante Alighieri. *La divina commedia*. Milão: Mondadori, 2005.

autodeterminação, a *Carta* reitera o *direito terrestre, histórico e humano*¹¹⁴ de integrar o Golfo do Carnaro aos limites sagrados do Estado Italiano.

Em contraste com esse tríplice direito da população de Fiume, afirmava-se que se impunha a iniquidade e a prepotência estrangeira. Em clara objeção à posição do governo italiano que, sob pressão das nações aliadas, teria abdicado de lutar pelo território do Carnaro, deixando parte de seu povo entregue à subordinação de estrangeiros, Gabriele D'Annunzio escreve: “triste Italia che lascia disconoscere e annientare la sua propria vittoria”¹¹⁵. Dada a inviabilidade de reconhecimento desse legítimo direito dos cidadãos de Fiume, que por voto unânime tinham expressado livremente sua vontade de incorporar o território do Carnaro ao Reino da Itália, através do plebiscito do dia 30 de outubro de 1918, o Estatuto declarou que se fazia necessária a instauração de um Estado Livre de Fiume, como “*corpus separatum*”. Valendo-se de sua soberania, a população fiumana deliberou a renovação de seu ordenamento, conforme o “espírito de sua nova vida”.

Isso não representava o abandono do desejo de formação de uma grande Itália. Ao invés disso, admitindo a impossibilidade de prolongar o governo provisório como resistência às pressões internacionais, a introdução do estatuto promovia a defesa da exigência do reconhecimento da identidade nacional fiumana e reafirmava a perpétua vontade da população em combater com todas as suas forças para garantir a incorporação da cidade de Fiume à mãe pátria. Portanto, o documento serviria como instrumento transitório de defesa dos ideais revolucionários no processo de reunificação de Fiume à pátria italiana.

O Poder Constituinte reconhecia a cidade de Fiume como uma extensão de terra que surge na Veneza Giulia e dali se estende pelo golfo do Carnaro. Geograficamente situada na costa da parte oriental da península itálica, Fiume, assim como a Ístria, fariam parte da cadeia dos Alpes Julianos. Contudo, o ordenamento não se limitaria apenas ao território que fora definido como “*corpus separatum*” e prescrito à Sérvia (Fiume), mas sim seria oferecido a toda a comunidade adriática que desejasse romper com a inércia e agitar a opressora tristeza, uma oportunidade de fazer ressurgir a nova Itália. Como

¹¹⁴ De acordo com o Estatuto, o *direito terrestre* se ampara na posição geográfica e na situação geopolítica, o *direito histórico* é definido pela origem da cidade e sua história, e o *humano* é determinado pelo desejo de autodeterminação de um povo.

¹¹⁵ Este pequeno trecho, escrito no estilo dannunziano, foi retirado da introdução “*Della perpetua volontà popolare*”, da *Carta del Carnaro* (anexos).

definiu Carlo Montani, a intenção era estender o novo ordenamento do Carnaro por toda a península itálica, transformando a cidade de Fiume na “capital moral” da nova Itália.

Dei fundamenti

A primeira sessão da Carta Constitucional de Fiume, intitulada como *Dei Fondamenti*, tinha a função de nortear todos os demais artigos da *Carta del Carnaro*. Nela era reafirmada a soberania do povo de Fiume, que pela vontade de unificação constituía seu Estado Livre como “*Corpus Separatum*”. E, como se pretendia garantir a possibilidade de sua anexação ao Reino da Itália, ratificava-se uma não renúncia a um mais justo e seguro confim oriental, que poderia ser determinado por um evento político futuro. Declarava-se, então, que a *Reggenza Italiana del Carnaro* compreendia o território da cidade de Fiume, com todas as suas estradas asfaltadas e o seu porto, as ilhas de antiga tradição veneta que por vontade declarassem desejar aderir à oportunidade e todas aquelas comunidades que por um ato sincero poderiam ser acolhidas no espírito por uma lei prudencial.

Foi atestado que o Estado Livre de Fiume era um governo dirigido pelo povo – “*res populi*”¹¹⁶ – que tinha como fundamento a potência do trabalho produtivo e as mais largas e variadas formas de autonomia que foram exercitadas nos quatro “gloriosos séculos” da *Età comunale*. Não foi por acaso que Gabriele D’Annunzio se apropriou de termos linguísticos do período para dar forma à constituição. A vitalidade dos municípios do centro-norte da Itália, que na ausência de um governo nacional, entre os séculos XI e XIV, constituíram-se sob a forma de cidades-estados, política e economicamente autônomas, serviu à *Carta del Carnaro* como modelo de organização. O poeta e o chefe de gabinete identificaram na *Età comunale* a estrutura de um Estado que se formara por vontade e esforço comum, com uma avançada organização dos cidadãos em *corporações* que permitiam, através de assembleias populares, o exercício de um autogoverno.

A *Reggenza* reconheceu e confirmou a soberania coletiva de todos os cidadãos de Fiume, sem distinção de sexo, raça, língua, classe ou religião. Todos os cidadãos do

¹¹⁶ Conforme Marco Fressura e Patrick Karlsen (2009, p. 98), aqui o estatuto faz referência ao filósofo romano Cícero, que na obra *De Re Publica*, I 25, 39, afirmou: “*Est igitur ... res publica res populi*”, ou seja, “O estado é coisa do povo”.

Estado foram considerados iguais diante da nova lei e o exercício dos seus direitos foi reconhecido, não podendo ser suprimidos sem antes ter participado de um julgamento público seguido por condenação solene. A liberdade fundamental de pensamento, publicação e reunião foi garantida a todos os cidadãos. O reconhecimento do direito de associação era uma medida fundamental para a emancipação política da sociedade civil e o nascimento de uma democracia pluralista. Todos os cultos religiosos foram admitidos e respeitados. Também foi assegurado, pela Constituição, o direito de edificação de templos religiosos, mas nenhuma crença poderia ser invocada como justificativa para o não cumprimento dos deveres prescritos na lei. Ficou estabelecido que o abuso da liberdade, quando tivesse como finalidade prejudicar o equilíbrio da convivência civil, poderia ser punido por leis específicas que não ferissem o perfeito princípio da liberdade.

Além disso, o Estado deveria garantir a todos os cidadãos de ambos os sexos o direito a instrução primária em escolas claras e limpas, educação física em ginásios abertos e equipados. Todos os cidadãos, de ambos os sexos, teriam permissão para escolher se desejavam trabalhar na indústria, executar uma profissão liberal ou dedicar-se ao artesanato. Dessa maneira, o estatuto antecipou a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948.

Na Reggenza Italiana Del Carnaro, fundamentada pela primazia do trabalho produtivo, todos tinham a obrigação e o dever de participar da produção de riqueza e de contribuir para o crescimento do bem-estar social. Com o objetivo de criar condições que permitissem aos cidadãos produzir livremente, o Estatuto estipulava o direito do trabalhador a um salário mínimo que garantisse o “bem viver”, assistência em casos de doença, invalidez e desemprego involuntário, aposentadoria para a velhice e uso dos bens legitimamente adquiridos.

Essas garantias eram frutos da convicção de Gabriele D’Annunzio e Alceste De Ambris de que, se o homem deve produzir, o Estado deve garantir os meios, mínimos e o indispensáveis, para fazer cumprir essa obrigação. Nessa perspectiva o estatuto não assumiu apenas um ideal abstrato do direito, mas procurou sanar as necessidades concretas do homem na sociedade.

O novo ordenamento pretendeu confirmar a proteção dos componentes do Estado, assegurando liberdades individuais e estabelecendo normas de tutela contra os possíveis

abusos do poder existente. Com esse objetivo, estabeleceu a igualdade jurídica absoluta de todos os cidadãos de Fiume (sem distinção de sexo, religião ou fé política), o direito ao *habeas corpus* e a compensação dos danos em caso de erro judiciário ou abuso de poder.

Inspirado no direito anglo-saxão, o *habeas corpus* foi incorporado pelo estatuto como garantia constitucional da inviolabilidade do indivíduo contra qualquer forma de constrangimento abusivo de sua liberdade por parte do Poder Público, tutelando o direito do cidadão de conhecer o motivo pelo qual é aprisionado. Trata-se de um meio para proteger o direito de ir e vir do cidadão em face de violência e coação ilegal. Tal característica anunciava um tema que só se tornou recorrente na jurisprudência e comum a quase toda civilização ocidental depois da Convenção Europeia de 1950.

No artigo V dos Fundamentos, afirmava-se, ainda, que a Reggenza del Carnaro protegia, defendia e preservava todas as formas de liberdade e todos os direitos populares. Certificava a ordem interna através da disciplina e da justiça e pretendia reconduzir os dias e as obras em direção ao sentimento de uma alegria virtuosa que deveria renovar profundamente a população, finalmente libertada de um regime uniforme de submissões e mentiras. Proclamava o constante esforço para elevar a dignidade e ampliar a prosperidade de todos os cidadãos. Sendo assim, ao ser concedida a um estrangeiro a cidadania do Carnaro, este deveria ser considerado um título de altíssimo privilégio, como na época da Roma antiga.

Seguindo o idealizado modelo do Império Romano, a diversidade étnica e cultural da cidade de Fiume deveria ser aproveitada para a construção da unidade através de uma pacífica convivência entre culturas heterogêneas. “Cosciché dal gioco armonico delle diversità sia fatta sempre vigorosa e più ricca la vita comune”¹¹⁷. Em chave otimista, a *Carta del Carnaro* compreendia a heterogeneidade como um aspecto positivo, quando colaborava para a formação de uma vida coletiva mais rica. O jogo harmonioso da diversidade colaboraria no desenvolvimento de todas as capacidades humanas em várias direções. Este seria um aspecto dinâmico da sociedade fiumana, destinada a se transformar em uma *città di vita*.

¹¹⁷ Trecho do artigo IV, dos Fundamentos da *Carta del Carnaro* (Anexos).

A propriedade privada¹¹⁸ não era descrita como domínio absoluto de uma pessoa sobre a coisa ou como um privilégio¹¹⁹, e sim, como bem subordinado ao interesse geral. Pretendeu-se, desta forma, incitar que os proprietários adotassem uma prática de aproveitamento de sua posse que correspondesse às necessidades do coletivo orgânico. O Estatuto estabeleceu que nenhum proprietário poderia deixar sua propriedade inerte ou dispor dela de modo inadequado. “Unico titolo legittimo di dominio su qualsiasi mezzo di produzione e di scambio è il lavoro”¹²⁰. Só o trabalho dá vida e legitima a propriedade, por isso a propriedade era vista como mera retribuição dele. O proprietário que dispusesse de seu bem com eficácia, potencializando a produção, realizaria a mais útil função social. Decretou-se, então, que o único título legítimo de domínio sobre qualquer meio de produção e de troca era o trabalho. De modo que nos Fundamentos da *Carta del Carnaro* apareceu a tese, de economia política, de qualquer fruto do trabalho produtivo enriquece a sociedade.

O porto, a estação e as estradas de ferro incluídas no território de Fiume eram propriedades perpétuas, incontestáveis e inalienáveis do Estado. No entanto era concedida – com a autorização do Porto – amplo e livre exercício do comércio, da indústria e navegação para todos os estrangeiros e nativos, com igualdade de tratamento, imunidade de postagens e segurança na expedição de pessoas e coisas.

A Constituição previu ainda a fundação da instituição financeira Banca Nazionale del Carnaro, que, sob o controle da *Reggenza*, deveria emitir o papel moeda e fazer operações de crédito. Também afirmava que outra lei seria promulgada, determinando as regras, encargos, obrigações e direitos do Banco.

¹¹⁸ Na *Constituição de Weimar*, promulgada no dia 11 de agosto de 1919, o artigo 14 previa que toda e qualquer propriedade privada deveria ser usada conforme o interesse geral. A expropriação poderia ocorrer mediante uma indenização em justa conta com os interesses da comunidade e dos afetados, quando fosse para o bem coletivo. Nota-se, portanto, que a *Carta del Carnaro* e a constituição Alemã compreendiam a propriedade privada como função social. Ambas as constituições, escritas e promulgadas no imediato pós-Guerra, consagravam uma tentativa de conciliar a tradição liberal de direito ao domínio da propriedade privada e o princípio coletivista do socialismo.

¹¹⁹ O conde Saint-Simon, quando se debruçou sobre o processo de produção de riqueza, também procurou distinguir a burguesia entre aqueles que contribuíam na produção de riqueza e os que apenas consumiam o luxo.

¹²⁰ Trecho do artigo IX, dos Fundamentos da *Carta del Carnaro* (anexos).

Por fim, nos fundamentos da *Carta del Carnaro* foram apresentados três princípios que deveriam ser colocados como universais. Vejamos a seguir, o que talvez seja uma das mais enigmáticas passagens dessa constituição:

Tre sono le credenze religiose collocate sopra tutte le altre nella università dei Comuni giurati.

La vita è bella, degna che severamente e magnificamente la viva l'uomo rifatto intiero dalla libertà;

L'uomo intiero è colui che sa ogni giorno inventare la sua propria virtù per ogni giorno offrire ai suoi fratelli un nuovo dono;

Il lavoro, anche il più umile, anche il più oscuro, se sia bene eseguito, tende alla bellezza e orna il mondo¹²¹.

Ao examinar o artigo XIV, nos deparamos com a presença de alguns elementos utópicos. O Estado de Fiume, consagrado pelo *fiumanismo* e pelo Estatuto como santuário máximo do nacionalismo italiano, reconhecia, acima de todas as coisas, três crenças religiosas. Numa tentativa de fundar a *religião da pátria*, proclamou-se em um tom místico-social, típico da retórica política dannunziana, que a vida é bela e digna de ser rigorosa e magnificamente vivida. O homem deveria ser refeito inteiro pela liberdade. O homem inteiro seria aquele que sabe a cada dia inventar sua própria virtude e oferecer a seus irmãos um novo dom. O trabalho, até mesmo o mais humilde e o mais obscuro, se bem executado, tenderia à beleza e ornamentaria o mundo. De modo que os princípios de *liberdade, fraternidade e trabalho* foram apresentados pelo estatuto como ícones de uma nova fé, que deveria orientar os cidadãos da *Reggenza* na vida cotidiana.

Influenciada pelas ideias humanistas, a *Carta del Carnaro* afirmava que o homem se distingue dos outros animais, porque é um ser de natureza ontologicamente indefinida. Sua natureza não é dada *a priori*, mas construída pelo próprio homem *a posteriori*. Sendo assim, cabe ao próprio homem determinar sua forma, como artífice de si mesmo. O homem é o único ser racional, e esta faculdade é que lhe permite conhecer e tomar consciência sobre si próprio e sobre as condições previamente dadas. É a capacidade racional do homem que o propulsiona a tomar consciência de sua liberdade.

¹²¹ Artigo XIV, dos Fundamentos da *Carta del Carnaro* (anexos).

Com efeito, essa seria a condição que dá possibilidade para pensar o homem como tal, distanciando-o dos outros seres. O ser humano, sendo dotado de liberdade, teria infinitas possibilidades de escolha para seu destino. Ele não seria um ser estático, condenado a viver de um só modo, nos limites circunscritos, mas, ao invés disso, seria concebido como um ser dinâmico. A afirmação de que o homem deve ser refeito inteiro pela liberdade propunha que, a partir das condições dadas pela nova Constituição, ele direcionasse seus esforços para realizar-se inteiramente. Dessa forma, o homem poderia agir de modo individual, explorando suas possibilidades, construindo sua sorte, mas o âmbito dinâmico no qual se realizariam as suas ações seria aquele das relações sociais entre os homens. A questão central seria a de como viver e fazer-se valorizado dentro da sociedade.

“O homem inteiro é aquele que sabe a cada dia inventar a sua própria virtude e oferecer a seus irmãos um novo dom”¹²². O Estado oferecia ao homem um espaço de ação. Nele o homem deveria se aperfeiçoar como indivíduo, ao mesmo tempo em que deveria colaborar pessoalmente para o desenvolvimento da sociedade. Seguindo o princípio democrático, construir seu próprio destino equivalia a viver e agir na coletividade. Era justamente na troca perpétua entre o campo de ação individual e as possibilidades dadas pela sociedade que se realizava a experiência cotidiana.

Como afirma Agnes Heller, na obra *O cotidiano e a história*, “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”¹²³. A felicidade se realizaria quando os indivíduos exercitam sua virtude, na contemplação do ideal de bem supremo do Estado. No interesse coletivo, o trabalho representaria a possibilidade de uma vida afortunada, pois se compreendia que era através dessa atividade que se promovia a elevação espiritual de um povo. O homem como artífice do Estado à sua imagem e semelhança.

Ora, não é coincidência se as três crenças religiosas estabelecidas pelo estatuto fazem recordar as palavras de ordem da Revolução Francesa. Afinal, ainda que o estatuto não incluísse diretamente o termo “igualdade”, substituindo-o por “trabalho” – porque,

¹²² Trecho do artigo XIV, dos Fundamentos da *Carta del Carnaro* (anexos).

¹²³ Agnes Heller. “Estrutura da vida cotidiana”. In: *O cotidiano e a história* (2008, p. 31).

como veremos adiante, compreendia-se que o trabalho era um pré-requisito para a igualdade –, parece-nos que a *Carta del Carnaro* ambicionava justamente a reposição do atraso e a modernização do Estado italiano.

Dei Cittadini

A *Carta del Carnaro* estabelecia que deveriam receber o título de cidadão da *Reggenza*: todas as pessoas que naquele momento estivessem incluídas na cidade Livre de Fiume; todos os cidadãos pertencentes a outros municípios que solicitassem a incorporação de seus territórios ao novo Estado; todos aqueles a quem, por decreto público do povo, conferido o título de cidadania por méritos especiais; e, por fim, todos aqueles cidadãos comuns que tivessem seu pedido de cidadania deferido pelo governo de Fiume.

Todos os cidadãos do *Stato Libero di Fiume* eram investidos de seus direitos civis e políticos quando completavam 20 anos de idade, sem distinção de sexo, tornando-se legitimamente eleitores e elegíveis para todas as funções públicas. É importante destacar que a emancipação jurídica das mulheres, que assumiam como qualquer cidadão o direito de participação política, podendo inclusive assumir altos cargos no governo, foi um dos aspectos mais progressistas da Constituição de Fiume. Afinal, até aquele momento, pouquíssimos países haviam consagrado o sufrágio universal total¹²⁴. Na Itália, apenas em 1912, como consequência da crise do governo de Giovanni Giolitti¹²⁵, foi introduzido o direito de voto a todos os cidadãos masculinos com idade superior a 30 anos.

O projeto de ampliação do corpo eleitoral, apresentado pelos líderes socialistas Leonida Bissolati e Ivanoe Bonomi, somente foi aprovado, porque o chefe do Conselho de Ministros buscava apoio entre expoentes da *Sinistra* para fazer a Guerra Ítalo-Turca. Entretanto, depois dessa experiência, constatou-se que a introdução de novos sujeitos no processo político impunha a necessidade de renovação das antigas fórmulas políticas,

¹²⁴ Dentre esses países, é possível destacar: Nova Zelândia, Austrália, Finlândia, Islândia, Canadá, Noruega, União Soviética, entre outros.

¹²⁵ Giovanni Giolitti foi o político italiano mais influente na virada do século XIX para o século XX. Ocupou o cargo de Primeiro Ministro do Reino da Itália pela primeira vez em 1892 e, a partir desse momento, tornou-se o maior protagonista dos inúmeros gabinetes liberais que chefiaram governo por mais de 30 anos. Seu último mandato foi de 1920 a 1921, no qual foi responsável pela expulsão do poeta Gabriele D'Annunzio e de seu exército legionário da cidade de Fiume.

dirigindo-as para um conjunto maior e mais homogêneo da população¹²⁶. Entretanto, na tentativa de impedir a transfiguração da Itália em uma sociedade das massas, com características modernas, o processo de reforma eleitoral foi postergado. No momento que a *Carta del Carnaro* foi promulgada, o sufrágio era ainda restrito aos homens. Somente em 1945, a reforma do código eleitoral democratiza o Estado italiano, reconhecendo as mulheres este direito¹²⁷.

A *Carta del Carnaro* afirmava que eram privados de seus direitos políticos aqueles cidadãos que, por sentença regular, fossem condenados por desonra; rebeldia contra o serviço militar obrigatório na defesa do território; inadimplência no pagamento das taxas; e por se comportar como “parasita incorrigível”. Os “parasitas” eram definidos, pela Constituição de Fiume, como aqueles cidadãos que não eram velhos, nem doentes, e que, mesmo sendo plenamente capazes de trabalhar, optavam pelo ócio.

Como poderemos constatar, a depreciação da ociosidade e o elogio da função do trabalho no engrandecimento da sociedade são elementos fundamentais da *Carta del Carnaro*. Assim como uma propriedade não podia ser mal aproveitada pelo seu possuidor porque ela deveria cumprir uma função social, condenavam-se aqueles cidadãos que não executassem um trabalho produtivo. Não trabalhar e ter de ser suportado pelo município era considerada uma grave deformidade. Afinal, entendia-se que, por não mensurar o tempo¹²⁸ segundo as exigências de um *labor* e por não se servir dele para produzir o *bem comum*, o ocioso colocava-se em estado semelhante aos animais. O resultado seria a perda da dignidade, em um nocivo estado de inércia bestial. Ora, a ambição maior do *fiumanismo* era justamente remover qualquer traço de mediocridade do indivíduo.

¹²⁶ A reforma eleitoral instituída em 1912 foi uma concessão de Giovanni Giolitti para equilibrar o jogo político, porque, ao conceder à *Destra* e aos nacionalistas a guerra pela conquista da Líbia, ele teve de oferecer algo vantajoso para a *Sinistra*. Essa medida revelou-se um grave engano, quando o partido liberal, não confiante de que conseguiria assegurar a reeleição no processo eleitoral de 1913, precisou buscar aliança com expoentes da Igreja Católica. O pacto *Gentiloni*, firmado entre Giovanni Giolitti e o presidente da Unione Elettorale Cattolica Italiana, Conde Vincenzo Ottorino Gentiloni, foi um acordo privado que garantiu a continuidade da política giolittiana, mas teve como efeito a degeneração dos ideais do partido liberal e o ingresso oficial da religião na arena política italiana (Isnenghi, 2011, p. 141).

¹²⁷ Na Itália, as mulheres exerceram o direito de voto pela primeira vez somente no dia 2 de junho de 1946, quando foram às urnas para decidir se o país deveria permanecer uma monarquia ou transformar-se em uma República.

¹²⁸ Talvez seja possível afirmar que o tempo era entendido pela *Carta del Carnaro* como propriedade do homem.

Acreditava-se que era função do Estado imunizar a sociedade das pulsões causadoras da desagregação social.

Se a *Carta del Carnaro* reconhecia no trabalho produtivo o fundamento para a igualdade e a liberdade, o ócio representava a negação desses valores. Como no antigo provérbio romano, o ócio era entendido como “il padre dei vizi”. Nessa lógica, o “parasita” não seria apenas aquele indivíduo que, tomado pelo sentimento de egoísmo, deixava de ser produtor de riqueza e promotor da potência nacional, mas também aquele que poderia arruinar a harmonia social e semear a desigualdade. Desse modo, o Estatuto afirmava que um “parasita incorrigível” não merecia ser considerado pelo Estado como um cidadão e deveria ser punido através da privação dos direitos¹²⁹.

Nota-se uma contradição na concepção de liberdade. Enquanto a *Carta del Carnaro* defendia a liberdade e incentivava o homem a escolher seu destino, condenava aquele que optasse por não fazer nada. Confiscar os direitos civis e políticos daqueles indivíduos que optassem, por livre decisão, não trabalhar, era uma medida coercitiva do Estado. No estatuto, acentuava-se a responsabilidade individual para levar os cidadãos a desfrutarem de sua existência em favor da exigência coletiva e a não fazerem sobrepor seus interesses pessoais aos da cidade. Por tudo isso, talvez seja possível afirmar que o cidadão de Fiume era obrigado a desejar fazer parte ativa da sociedade. Caso ele escolhesse não realizar essa possibilidade, era subtraído do corpo comunitário. Tudo isso viria como consequência de um Estado que garantiria a todos os seus cidadãos o pleno emprego.

Delle Corporazioni

No artigo XVIII, da *Carta del Carnaro*, o Estado era definido como a vontade e o esforço comum do povo em direção a um grau cada vez maior de matéria e vigor espiritual. Com isso, o estatuto evidenciava a superioridade do corpo comunitário, pelo seu caráter de unidade moral, política e econômica, em oposição ao indivíduo. Norteados por essa ideia de Estado, o artigo decretava que apenas os produtores frequentes da

¹²⁹ Segundo Jacques Le Goff, essa concepção sobre o ócio foi difundida na Itália a partir da primeira metade do século XIV, quando perder tempo tornou-se um pecado grave. O historiador aponta o Domenico Cavalca, em *Disciplina degli spirituali*, como um dos mais significativos propagadores dessa nova percepção do tempo. Ver: Le Goff. *Para uma outra Idade Média* (2013, p. 99).

riqueza comum e criadores contínuos da potência comum eram considerados pela Reggenza como *cidadãos inteiros*¹³⁰. Assim sendo, somente por meio do trabalho o cidadão encontraria a plena realização de sua personalidade na sociedade fiumana. Os produtores constituíam uma só entidade operante e uma só totalidade ascendente. Segundo Achille Chiappetti¹³¹, em uma tentativa de suprimir a tensão entre empregadores e trabalhadores, a *Carta* fez uso do termo “produtores”, genérico e amplo, ao que parece, buscando constituir um valor unificador entre as classes sociais antagônicas. Em outras palavras: o estatuto celebrava o mérito social do trabalho produtivo.

No estatuto da Reggenza Italiana del Carnaro, o trabalho não era configurado apenas como direito ou cumprimento de um *dever social*, mas sim como possuidor da característica fundamental de poder desenvolver a capacidade humana. Como consequência direta do trabalho, o homem criaria objetos de beleza e instrumentos para transformar a realidade. No progresso infinito da técnica e dos materiais, o homem encontraria um meio de remediar suas necessidades, contentar seus desejos e satisfazer as exigências da sua imaginação, conferindo prazer e fantasia à vida. Não apenas a arte seria uma derivação da criação do trabalho, mas a própria natureza humana. Portanto, a *Carta* fazia uma mensuração positiva do trabalho produtivo, não o concebendo como penitência¹³² ou fonte da alienação, e sim, como *substância antropológica*¹³³. No limite, o trabalho possibilitaria a produção infinita de conhecimento e a aplicação deste na promoção do homem e na transformação da realidade.

Por esse motivo, na *Carta del Carnaro*, o trabalho era consagrado como valor fundamental da vida comunitária. Seria através dele que surgiria o *homem novo*. Conforme o Estatuto, qualquer que fosse a espécie de trabalho produzido na Reggenza, através das mãos ou da mente, de indústria ou da arte, de ordenação ou realização, todos

¹³⁰ O artigo XVIII, da *Carta del Carnaro* provavelmente foi incluído por Gabriele D’Annunzio. Na versão original do estatuto, escrita por Alceste De Ambris, não existia neste artigo qualquer definição do estado como “la volontà comune e lo sforzo comune del popolo verso un sempre più alto grado materiale e spirituale vigore”, nem dos produtores como “cidadãos inteiros”.

¹³¹ No artigo “Lo Statuto della Reggenza italiana del Carnaro”. In: *Lo Statuto della Reggenza Del Carnaro* (2009, p. 24).

¹³² A percepção do trabalho como penitência foi amplamente difundida pela Igreja Católica, como consequência do pecado original e da queda do paraíso.

¹³³ Esta é, segundo Agnes Heller, a interpretação dada ao trabalho durante o Renascimento. Nas suas palavras: “Il più grande merito del Rinascimento è quindi – rispettiamo – L’interpretazione del lavoro in quanto sostanza antropológica” (ano 1977, p. 581).

eram obrigados a se inscreverem em uma das dez corporações a serem instituídas. Apenas aqueles inseridos no sistema corporativista – “svolgono liberamente la loro energia e liberamente gli obblighi mutui e le mutue provvidenze¹³⁴” – como produtores de riqueza comum eram tidos pela Reggenza como *homens inteiros*. Sendo assim, o princípio de cidadania se completava com o corporativo. Registrar-se em uma das associações profissionais previstas pela Constituição e comprometer-se com ela através do trabalho era uma obrigação para todos os cidadãos do *Stato Libero di Fiume*. E o não cumprimento dessa responsabilidade, salvo em caso de doença ou velhice, deveria ser penalizado com a perda dos direitos civis e políticos.

O termo corporativismo derivou das *Corporazioni delle Arti*¹³⁵ e dei *Mestieri*, ou seja, de associações criadas a partir do século XII com o objetivo de regulamentar e tutelar as atividades dos integrantes de uma determinada categoria profissional. Esse fenômeno econômico-político, na Itália, foi intrinsecamente ligado ao reflorescimento das cidades na região centro-setentrional da península, durante a Baixa Idade Média. Ocorreu em consequência do crescimento demográfico, do avanço das companhias artesanais, da expansão do tráfico comercial e da circulação monetária, que provocaram a expansão de antigos burgos e a revitalização das cidades como espaço vital para as relações sociais.

A afirmação de uma nova configuração social, não mais determinada pelas relações de dependência da sociedade feudal, deu início a novas formas de sociabilidade. Por tudo isso, esse momento foi marcado por uma grave crise dos fundamentos do feudalismo e constituiu-se numa importante etapa do processo de transição para a Idade Moderna. O renascimento do comércio e dos centros urbanos foi a materialização dessa transformação social que culminou na formação de novas classes e no declínio do papado.

Ora, especialmente na Itália, onde a dissolução das relações de servidão da gleba ocorreu antes do que em qualquer outro lugar da Europa, sendo ela emancipada antes mesmo de ter sido assegurado o direito de usucapião da terra, os antigos servos foram

¹³⁴ Trecho do artigo XVIII, da seção *Dei cittadini*, da Carta del Carnaro.

¹³⁵ Importante ressaltar que o termo “arti” se refere aqui aos trabalhadores artesanais. Apenas no fim do século XVIII surgiu um significado para a palavra “artista” distinto do sentido de artesão (2014, p. 236).

constrangidos a se transferirem em massa do campo para os centros urbanos¹³⁶. Sua única “propriedade” consta em algumas ferramentas e sua força trabalho. Na cidade foram compelidos a se submeter à posição determinada justamente pela demanda de trabalho.

Entre os séculos XI e XIII, novas categorias profissionais e ofícios apareceram, impondo-se no plano material em busca da consagração de suas atividades. Como afirma o historiador Jaques Le Goff¹³⁷, na Itália, o triunfo das novas camadas impôs à antiga aristocracia um novo estilo de vida. Se em outros lugares a nobreza hostilizava a institucionalização do trabalho, considerando-o uma ocupação indigna, na península itálica, já na virada do século XI, os ofícios artesanais e a comercialização de mercadorias passaram a gozar de certa valorização.

Com a progressão da atividade comercial sedentária¹³⁸ e amplificação da economia monetária, foi necessário construir mercados cobertos que proporcionassem maior comodidade às relações de troca¹³⁹, expandir as praças públicas ornadas com chafarizes, construir aquedutos e poços, e, nas cidades situadas às margens de rios, edificar pontes que permitissem uma rápida circulação de pessoas e mercadorias. Também, tornou-se indispensável garantir a proteção desses espaços urbanos da violência externa, por isso eles foram cercados com muralhas¹⁴⁰.

Como o investimento privado se mostrava insuficiente para quitar o custo de tais construções e garantir o funcionamento urbano, foi preciso estabelecer organismos

¹³⁶ Ver nota 189, do item “Expropriação da terra pertencente à população rural”, na obra *O capital*, de Karl Marx (2013, p. 788).

¹³⁷ Jacques Le Goff. *Para uma outra Idade Média* (2013, p. 133).

¹³⁸ A passagem do mercado itinerante para o mercado sedentário é apontada pelo historiador Jacques Le Goff como uma das modificações cruciais na concepção e no uso do dinheiro do período medieval (2013, p. 31).

¹³⁹ Os artesãos eram também comerciantes, não existindo ainda nesse período uma separação do trabalho de produção e comercialização. Como indicam Karl Marx e Friedrich Engels, na *Ideologia alemã* (2007, p. 54), a separação entre produção e comércio foi consequência da expansão da divisão do trabalho e deu origem a uma classe particular de comerciantes. A partir daí, “as cidades estabeleceram ligação umas com as outras, novas ferramentas foram levadas de uma cidade para a outra e a separação entre produção e comércio provocou rapidamente uma nova divisão da produção entre as diversas cidades, que passaram cada qual a explorar um ramo industrial predominante”. É essa divisão do trabalho que teria permitido o nascimento das manufaturas.

¹⁴⁰ Isso porque: “Os mercadores e as suas mercadorias eram, com efeito, uma presa demasiado cobiçada para que não se tratasse de protegê-los com uma sólida muralha. A sua construção foi a primeira obra pública que empreenderam as cidades e a que, até fins da Idade Média, gravou com maiores despesas as suas finanças. Na realidade, foi cada uma delas o ponto de partida da organização financeira. Por isso, deu-se o nome ‘firmeza’ (*firmitas*) em Liège, por exemplo, ao imposto comunal; por isso, também, em muitas cidades, dedicou-se *ad opus castris*, isto é, à construção da muralha, parte das multas impostas pelo tribunal urbano”. Cf. Henri Pirenne, em *História econômica e social da Idade Média* (1978, p. 59).

públicos, autorizados pelo poder senhorial a operar coletas de impostos entre a população citadina. Sendo assim, a partir do século XII, as despesas comunitárias e a fiscalização das obras ficaram sob a responsabilidade de órgãos municipais¹⁴¹. Rapidamente, as instituições municipais conseguiram se aperfeiçoar e desfrutar do apoio da população. Dessa forma, surgiram, como organismos políticos, os municípios (*i Comuni*), os quais, eram guiados por novos grupos emergentes, e aos poucos substituíram as antigas instituições feudais e buscaram a afirmação de sua autonomia local. Por acelerar a alteração dos valores, modificando as crenças e a percepção do lugar de cada homem na sociedade, as cidades¹⁴² adquiriram força política própria.

A evolução da economia, através da retomada do grande comércio, seguido pela especialização do trabalho em ofícios, produziu uma mobilidade social que, no limite, produziu uma nova dinâmica nas relações sociais. Esse impulso urbano foi uma das razões fundamentais para o surgimento das associações de seguros mútuos entre comerciantes¹⁴³. Diante da instabilidade política¹⁴⁴ e do acúmulo de tensões entre os novos grupos sociais, surgiram *Corporazioni delle Arti e dei Mestieri*. Trabalhadores artesanais e mercadores se associaram em organizações corporativas que agrupavam todos os mestres de um ofício ou comércio específico, com o objetivo de garantir o monopólio dentro da cidade, eliminando a concorrência de estrangeiros e não inscritos¹⁴⁵.

¹⁴¹ “O século XII é também a época em que começam a ser edificadas as ‘casas de cidade’, que mais tarde serão chamadas câmaras municipais” (Le Goff, 2013, p. 35).

¹⁴² Conforme definição dada por Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 53), na Idade Média as “cidades eram verdadeiras associações, criadas pela necessidade imediata, pela preocupação com a defesa da propriedade privada e para multiplicar os meios de produção e os meios de defesa dos membros individuais”.

¹⁴³ Henri Pirenne (1978) alerta que muito se discutiu sobre a origem das corporações de ofício. “Primeiramente foi ela procurada de acordo com a tendência dos eruditos, em princípios do século XIX, nos *collegia* e nas *artes*, que, sob o Império Romano, agrupavam os artesãos das cidades. Supunha-se que haviam sobrevivido às invasões germânicas e que o renascimento econômico do século XII as fizera reviver. Nenhuma prova, entretanto, pôde-se aduzir em favor de tal sobrevivência ao norte dos Alpes, e que se sabe sobre o completo desaparecimento da vida municipal, a partir do século IX, permite-nos admiti-lo” (1978, pp. 179-180).

¹⁴⁴ Muitos municípios se recusaram a se submeter à autoridade do Sacro Império Romano Germânico, e isso provocou violentas disputas. Em 1154 o Imperador Frederico “Barbarossa” fez uso da força de seus exércitos para pressionar o reconhecimento, por parte dos municípios, de sua autoridade suprema sobre aqueles territórios.

¹⁴⁵ Henri Pirenne destaca que as corporações de ofícios respondiam a uma necessidade de proteção econômica: “A urgência da sua união uns aos outros, a fim de resistirem à concorrência dos forasteiros, era demasiado premente para não se impor desde as origens da vida industrial” (1978, p. 180).

Eles adotaram, para isso, o modelo das associações religiosas formadas em torno das igrejas e mosteiros (*fraternitates, caritates*).

Essas corporações logo foram reconhecidas pela autoridade local, por servirem como eficaz instrumento de vigilância do poder municipal. O órgão se tornou responsável pela regularização da qualidade dos produtos, pelos preços, salários, pelas condições de trabalho e pela realização de greves. “Cada trabalhador tinha de estar habilitado a executar toda uma série de trabalhos e tinha de ser capaz de produzir tudo aquilo que era possível ser produzido com suas ferramentas, [...] cada um que quisesse se tornar mestre tinha de dominar por inteiro seu ofício”¹⁴⁶.

Essa mudança em relação ao trabalho é que teria permitido ao homem adquirir uma consciência de si, através do ofício que ele exercia e da corporação a que pertencia. Com isso, o “artesão medieval plenamente absorvido em seu trabalho” poderia até mesmo encontrar uma “aprazível relação servil”, podendo inclusive “elevar-se até a um limitado sentido artístico”¹⁴⁷. Ao controlar sua própria atividade, tutelando o interesse de seus membros, as corporações se transformaram em órgãos políticos, chegando a reivindicar autonomia administrativa e a disputar por uma ampla e direta participação no governo.

Contudo, logo o sistema corporativo encontrou seu limite. Em consequência da divisão do trabalho entre diferentes cidades, da demanda pela expansão da produção e do comércio, surgiram as manufaturas e outros ramos de produção que ultrapassavam as esferas do sistema corporativo. E, enquanto as corporações não eram estimuladas a ampliar a produção e mantinham uma relação de tipo patriarcal entre aprendizes, oficiais e mestres (uma hierarquia semelhante à existente no campo), as manufaturas introduziram a relação monetária entre trabalhador e empregador, que acelerava a acumulação do capital móvel. Por isso, a ascensão das manufaturas resultou na decadência do sistema corporativo.

O sistema corporativista como alternativa revolucionária para a solução da crise do Estado e das instituições liberais foi, durante a segunda metade do século XIX e no

¹⁴⁶ Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 54).

¹⁴⁷ Talvez fosse justamente essa relação, da Idade Média, do artesão com o trabalho – indicada por Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 54) – que o sistema corporativista de Alceste De Ambris propunha recuperar.

início do século XX, tema do debate de alguns socialistas e sindicalistas revolucionários, que, inspirados na tradição de representação dos trabalhadores por organismos autônomos da Idade Média, propunham o princípio de colaboração entre classes, com o objetivo de criar uma sociedade harmônica. Com isso, não se pretendia restituir uma forma de vida anterior ao capitalismo, mas sim incorporar elementos comunitários em uma sociedade que tinha dissolvido esses laços do contrato social. Ou seja: mediante o sistema corporativista, almejava-se recuperar o espírito de protecionismo e de solidariedade entre os pares, característico da economia urbana da Idade Média, a fim de garantir independência e maior igualdade entre os trabalhadores, por meio da subordinação de todos.

Essa nova doutrina sugeria que a política pudesse ser absorvida por uma organização social e econômica, na qual os interesses e as relações são estabelecidos e baseados na unidade orgânica dos coletivos. As corporações teriam a função de organizar as forças produtivas, determinar os preços dos produtos, os valores dos salários e a produção conforme a exigência do mercado. Segundo essa lógica, as corporações deveriam desenvolver sua atividade sob a perspectiva da solidariedade entre os pares, e não pelo critério possuída propriedade dos meios de produção.

Influenciadas sobretudo pela leitura dos reformistas franceses, como Emile Durkheim e Georges Sorel, algumas formulações dessa tendência política, econômica e social foram concebidas na Itália, por Alfredo Rocco, Filippo Corridoni, Alceste De Ambris e Arturo Labriola. Isso implicou na defesa da existência de organizações, compostas por pessoas que consagrassem a mesma atividade profissional, empenhadas em arbitrar sobre os interesses de seus membros nos conflitos relacionados ao trabalho, produção e capital, atribuindo a cada um os limites que convinham. Esses agrupamentos de profissionais serviriam para resolver os conflitos de interesse das classes.

Na *Carta del Carnaro*, Alceste De Ambris¹⁴⁸ arquitetou uma complexa estrutura corporativa que tendia à conservação do equilíbrio entre as partes que a integravam, ao

¹⁴⁸ Nessa sessão da *Carta del Carnaro*, Alceste De Ambris imprimiu de forma clara o modo como concebia a organização econômica ideal de um Estado. A originalidade desse sistema político vinha da convicção de que, passado um período de transição, as corporações poderiam acabar por substituir inteiramente a direção do Estado. Isso obviamente não significava que este deixaria de existir, mas apenas que o controle ficaria nas mãos do sistema corporativista.

instituir o trabalho como critério central da sociedade. As corporações, independentes e apolíticas, deveriam eliminar a distância que separava o indivíduo do Estado. Através da recusa de um sistema político partidário, pretendia-se garantir que nenhum governo pudesse favorecer o interesse de uma minoria, em detrimento do bem-estar coletivo.

A recuperação dos valores das *Corporazioni delle Arti e dei Mestieri*, da *Èta Comunale*, visava reconstruir os traços comunitários e possibilitar que a relação do indivíduo com a sociedade fosse mediada por instituições orgânicas. O Estatuto apresentava a estrutura corporativa como um eficaz instrumento para tutelar o trabalho e regular a crescente produção de riqueza do Estado, em favor do coletivo. Buscava-se uma formação social que conseguisse eliminar ou reduzir a luta de classes para um nível insignificante. Pretendia-se criar condições para que todos cidadãos pudessem conjugar seus esforços para a construção de uma sociedade que atingisse um elevado vigor espiritual e material.

As dez corporações criadas deveriam capturar de seus municípios a sua forma e desenvolver deliberadamente a sua energia, determinando suas mútuas obrigações e providências. Cada corporação deveria desenrolar o direito de uma pessoa jurídica inteira, completamente reconhecida pelo Estado. A relação entre a *Reggenza* e as Corporações, e das Corporações entre si, seriam reguladas segundo o modo definido no Estatuto. Os sócios de qualquer corporação constituiriam um livre corpo eleitoral para eleger os representantes do *Consiglio di Provvisori*. Vejamos, então, como eram divididas as corporações.

A *Primeira Corporação* reunia todos os operários assalariados da indústria, da agricultura, do comércio, do transporte, artesãos e pequenos proprietários de terras (que faziam eles mesmos o trabalho rural ou que possuíam poucos ajudantes).

Na *Segunda Corporação* eram inscritos todos os funcionários, com exceção dos proprietários, do corpo técnico e administrativo das companhias privadas.

A *Terceira Corporação* recolhia todos os funcionários das empresas comerciais, que não fossem operários. Dessa corporação eram excluídos os coproprietários, ou seja, aqueles que possuíam uma parcela da companhia.

A *Quarta Corporação* agregava todos os empregadores da indústria, da agricultura, do comércio e do transporte que não fossem apenas proprietários, mas que,

segundo o espírito do novo estatuto, fossem dirigentes sagazes, que engrandeciam continuamente suas empresas.

Faziam parte da *Quinta Corporação* todos os empregados públicos dos municípios e do Estado, de todos os graus hierárquicos.

A *Sexta Corporação* compreendia “il fiore intellettuale del popolo”: a juventude estudiosa e seus mestres, os professores das escolas públicas e os estudantes das instituições superiores, os escultores, os pintores, os decoradores, os arquitetos, os músicos e todos aqueles que exercitavam as belas artes, a arte dramática e a arte de embelezar.

Na *Sétima Corporação* servia a todos aqueles que exerciam profissões liberais, não consideradas nas corporações precedentes.

A *Oitava Corporação* era constituída pelas sociedades cooperativas de produção, de trabalho, de consumo, industriais, agrárias, que não pudessem ser representadas, se não pelos administradores das associações responsáveis.

Na *Nona Corporação* era incluída toda “la gente di mare”.

Finalmente, a *Décima Corporação*:

La decima non ha arte né novero né vocabolo. La sua pienezza è attesa come quella della decima Musa. È riservata alle forze misteriose del popolo in travaglio e in ascendimento. È quasi una figura votiva consacrata al genio ignoto, all'apparizione dell'uomo novissimo, alle trasfigurazioni ideali delle opere e dei giorni, alla compiuta liberazione dello spirito sopra l'ànsito penoso e il sudore di sangue.

È rappresentata, nel santuario civico, da una lampada ardente che porta inscritta un'antica parola toscana dell'epoca dei Comuni, stupenda allusione a una forma spiritualizzata del lavoro umano: “Fatica senza fatica”¹⁴⁹.

Cada Corporação devia escolher seus cónsules, manifestar sua vontade nas suas assembleias, estabelecer seus pactos, seus tratados e suas convenções. Cada uma regulava, de acordo com sua sabedoria e experiência, a própria autonomia. E devia amparar suas necessidades e engrandecer seu patrimônio coletando dos seus sócios um imposto fiscal, de acordo com a remuneração, o salário e o lucro da empresa ou lucro profissional. Era através dessas taxas que as Corporações quitavam seus custos

¹⁴⁹ Artigo XIX, Dalle Corporazione, da *Carta del Carnaro* (anexos).

financeiros. A Corporação tinha ainda a atribuição de criar suas bandeiras, seus emblemas, suas músicas, seus cantos e suas rezas. Instituir seus rituais e cerimônias. “Concorre, quanto più magnificamente possa, all’apparato delle comuni allegrezze, delle feste anniversarie, dei giochi terrestri e marini; venera i suoi morti, onora i suoi decani, celebra i suoi eroi”¹⁵⁰. Ou seja, a Corporação tinha a obrigação de contribuir, na celebração de seus heróis, ritos e mitos, com o engenho da alegria do Estado.

Ao confrontar o rascunho do estatuto apresentado pelo Chefe do Gabinete com o documento final, promulgado no dia 30 de setembro, nota-se que foram adicionadas três novas corporações à versão original. No rascunho, estavam presentes apenas as primeiras sete corporações. Ainda que já existisse uma breve indicação sobre o lugar das sociedades cooperativas de produção, percebe-se que existia certa hesitação do sindicalista revolucionário em transformá-las em um órgão com plena autonomia organizacional. A oitava corporação, que se supõe de invenção dannunziana, englobava abstratamente “tutta gente di mare”. Não existindo qualquer descrição sobre a função executada por seus integrantes.

Já a décima corporação era definida, no manuscrito original, como a musa inspiradora. Ela era reservada para o desconhecido e, por esta razão não tinha arte, nem vocábulo. Como afirmava o estatuto, ela estava reservada a forças misteriosas de um povo que se coloca em processo contínuo de produção. Conforme o princípio da perfectibilidade, o estatuto ambicionava incluir ofícios e profissões que ainda não existissem. Essa corporação serviria a formas de trabalho que seriam criadas a partir da concretização de uma nova vida. Tendo em vista que o homem se aperfeiçoa continuamente, através da criação de novas técnicas, imaginava-se que era necessário estabelecer previamente um lugar, onde elas pudessem ser incluídas na estrutura do Estado. Na Constituição, era descrita como figura vocativa dedicada ao gênio desconhecido, ao aparecimento de um homem novíssimo. Celebrava-se o *novo* como característica fundamental da Reggenza de Fiume, assim como os *arditi* louvavam em seus cantos a virilidade da juventude como “primavera de beleza”¹⁵¹.

¹⁵⁰ Trecho do artigo XX, dos Fundamentos da *Carta del Carnaro* (anexos).

¹⁵¹ O hino “Giovinezza” foi muito celebrado e cantado pelos *arditi* durante a Primeira Guerra Mundial. Em Fiume, o canto tornou-se símbolo da revolução guiada por Gabriele D’Annunzio. O maestro Arturo Toscanini, em concerto realizado durante do governo provisório do poeta, na cidade de Fiume, fez sua

Na exaltação do trabalho enquanto força emancipatória do espírito humano, a décima corporação deveria representar uma “lâmpada ardente do santuário cívico”, que trazia a antiga expressão da época dos municípios medievais “Fatica senza fatica”. O dito marcava justamente uma ruptura com a negativa concepção cristã do trabalho, enquanto penitência divina, e a satisfação como condição fundamental da realização de uma atividade. A negação do ócio, a primazia do trabalho e essa concepção de um trabalho que não se esgota seriam incorporadas à ideologia política fascista. Pois, como se sabe, Benito Mussolini fazia questão de deixar as luzes de sua sala, no Palazzo Venezia, sempre acesas, para dar a impressão a seu povo de que ele não dormia, apenas trabalhava.

A Corporação deveria defender em cada campo a sua própria classe e se esforçar em acrescentar dignidade a ela. Deveria estudar para conduzir à perfeição a técnica da arte e do ofício, e procurar disciplinar o trabalho voltando-se para modelos de beleza moderna. A Corporação tinha a função de determinar as providências em favor dos companheiros doentes ou debilitados, e de consagrar as obrigações de assistência mútua. Deveria também incorporar os trabalhadores de ocasião, saber animá-los e iniciá-los em uma ocupação.

É curioso perceber que os artífices acreditavam que, através da adoção do sistema corporativista, seria possível superar aquilo que a teoria marxista nomeou de *desemprego estrutural*. Para garantir que todos os cidadãos estivessem empregados e desempenhando uma função ativa no Estado, o Estatuto declarava que as Corporações deveriam incorporar aqueles que se encontrassem involuntariamente desempregados.

Contudo, em função da análise proposta por Karl Marx, em *O capital*¹⁵², sabe-se que, na dinâmica do funcionamento do capital, a composição orgânica é proporção entre capital constante (maquinário, ferramentas etc.) e capital variável (trabalho). O processo de acumulação capitalista gera investimento de capital constante, que reduz o papel do capital variável, porque mais máquina significa menos necessidade de trabalhadores. Portanto, a economia cresce, gera investimento e maior capacidade de produção, mas não

orquestra tocar esse hino em homenagem à ocupação da cidade do Carnaro. Com o passar dos anos, muitos cantos e expressões foram sendo incorporados à música. Em 1925, Salvator Gotta fez uma alteração nela, que se tornou a versão oficial do Partito Fascista. Em maio de 1931, no Teatro Comunale di Bologna, o maestro Arturo Toscanini se recusou a fazer tocar a versão fascista, sendo então vítima de agressão por parte de esquadristas.

¹⁵² Capítulo XXIII, *Teoria geral da acumulação*, item 2, p. 704. In: *O capital*, 2013.

engloba mais trabalhadores no mercado. Forma-se assim um *exército industrial de reserva*, de grande utilidade para os donos dos meios de produção, que precisam retirar mais valia para lucrar mais. Ou seja, o desemprego involuntário é intrínseco ao sistema capitalista, e a solução corporativista não consegue prevenir a redução do capital vivo na composição do capital orgânico.

A organização econômica proposta pela *Carta del Carnaro* encontrou oposição entre membros do governo de Fiume, dentre os quais se destaca o ministro das finanças¹⁵³ do governo, Maffeo Pantaleoni. O famoso autor da obra *Principii di economia pura* (1889), como um dos principais expoentes do marginalismo econômico, recusava a ideia de que o sistema corporativista pudesse regular a concorrência e o mercado. Isso o levou a contestar uma série de medidas econômicas assumidas pelo Estado de Fiume. Por exemplo, ele alertou o Comandante Gabriele D'Annunzio de que a carta era “incompatibile con ogni attività economica moderna, in contrasto con qualsiasi Codice civile e commerciale moderno”¹⁵⁴. Por fim, por conta da recusa do Comandante em aceitar seus conselhos, Maffeo Pantaleoni se demitiu do cargo no governo provisório e retornou à Itália. Após a experiência fiumana, o economista aderiu ao fascismo, por reconhecer em Benito Mussolini um novo líder, contra o comunismo.

Como se sabe, alguns anos depois do fim da experiência política do poeta Gabriele D'Annunzio na cidade de Fiume, o governo de Benito Mussolini também adotou o corporativismo como doutrina política e econômica do Estado. Por influência dos membros originários do sindicalismo revolucionário, a doutrina corporativista foi incorporada pelo regime fascista na tentativa de conquistar o apoio dos trabalhadores.

E a associação de membros do sindicalismo revolucionário ao movimento fascista formou um núcleo político de grande importância durante o regime. Basta recordar que o teórico Angelo Oliviero Olivetti foi o autor do *Manifesto dei sindacalisti*, que Sergio Pannunzio tornou-se deputado fascista em 1924 e Edmondo Rossoni – que, por convite de Alceste De Ambris, também passou por um período de exílio no Brasil, onde se tornou um líder do movimento operário de São Paulo e jornalista do periódico ítalo-brasileiro *Fanfulla* – aderiu ao fascismo em 1919. Esses três expoentes do sindicalismo

¹⁵³ O economista Maffeo Pantaleoni foi convidado pelo Comandante Gabriele D'Annunzio para ocupar o cargo de *rettore delle finanze*, no dia 22 de setembro de 1920.

¹⁵⁴ *Apud* Giordano Bruno Guerri (2009, p. 253).

revolucionário, durante o regime fascista estiveram entre os dezoito membros do Consiglio Nazionale dei Corporazioni, tornando-se importantes teóricos do corporativismo fascista e responsáveis pela instituição da *Carta del Lavoro*.

Em maio de 1921, Edmondo Rossoni foi convidado por Italo Balbo para dirigir uma organização sindical fascista e no ano seguinte foi nomeado secretário geral da Confederação dos Sindicatos Fascistas. Malgrado o fato de o corporativismo deambrisiano ser considerado por grande parte da fortuna de comentadores como de natureza distinta daquele adotado pelo regime fascista, sabe-se que a Constituição de Fiume influenciou a redação da *Carta del Lavoro*, de 1927¹⁵⁵. Como afirmou o ministro delle Corporazione e Dell'Educazione Nazionale do regime fascista, Giuseppe Bottai¹⁵⁶: “le dichiarazioni della Carta del Carnaro costituiscono la prima espressione del nuovo ordinamento spirituale e giuridico degli italiani”¹⁵⁷. Fenômeno que foi lamentado por Alceste De Ambris, que acusou o governo de Benito Mussolini de ter surrupiado e deformado sua proposta¹⁵⁸.

No entanto, diferente da *Carta del Carnaro*, a *Carta del Lavoro* não era uma lei fundamental. Ela não se opunha ao *Statuto Albertino*, não contestava a instituição monárquica, nem pretendia redesenhar o Estado italiano na sua totalidade, mas sim propunha a base para uma nova doutrina econômica¹⁵⁹. Nela vinha ratificado o sistema de gestão direta da economia pelas categorias produtivas, que, organizadas em corporações, deveriam agrupar trabalhadores e empresários separados por setor de atividade. O documento¹⁶⁰, redigido por Carlo Costamagna sob a autoridade de Alfredo Rocco¹⁶¹ e

¹⁵⁵ A *Carta del Lavoro* foi promulgada em uma solenidade de Estado, no dia 21 de abril de 1927.

¹⁵⁶ Giuseppe Bottai foi um dos fundadores do Fasci di Combattimento di Roma, em 1919. Participou da Marcia su Roma e em junho de 1923 fundou a revista *Critica Fascista*, como espaço de debate e elaboração da ideologia do partido. De 1926 a 1920, assumiu o cargo de subsecretário do regime de Benito Mussolini. De 1929 a 1932 foi ministro delle Corporazione e de 1936 a 1943 foi ministro dell'Educazione. Giuseppe Bottai foi um dos grandes teóricos e idealizadores da *Carta del Lavoro* (1927) e também do *Manifesto della Razza* (1938). Como ministro da Educação, Giuseppe Bottai assinou a norma *Provvedimenti per la difesa della razza nella scuola fascista* (1938), que determinava a expulsão imediata dos professores e estudantes judeus das escolas e universidades.

¹⁵⁷ Giuseppe Bottai. *Ordinamento Corporativo*. Mondadori, Milano (1938, p. 14).

¹⁵⁸ Conforme artigo “Teresina e os seus amigos”, de Antonio Candido. In: *Teresina etc.* (2007, p. 72).

¹⁵⁹ Giuseppe Bottai esperava que a *Carta del Lavoro* inaugurasse uma reforma completa da Constituição, com o estabelecimento de um novo contrato social, conforme as exigências do sistema corporativista.

¹⁶⁰ No plano teórico, o corporativismo fascista foi concebido por Giuseppe Bottai, Alfredo Rocco e Edmondo Rossoni. E, à luz do corporativismo idealizado por Alceste De Ambris, na *Carta del Carnaro*, eles ambicionavam resolver os conflitos entre as diversas classes sociais, superar os limites do Estado Liberal e fazer uma frente de oposição ao socialismo.

aprovado pelo Gran Consiglio del Fascismo, era na verdade apenas uma declaração de princípios sociais do fascismo. Em oposição à economia liberal e ao comunismo, a *Carta del Lavoro* considerava a produção como uma função de interesse nacional, destacando a superioridade da nação frente ao indivíduo.

Dei Comuni

A *Carta del Carnaro* estabelecia para todos os municípios o antigo poder normativo que garantia o direito de autonomia plena. Isso significava que os municípios não eram limitados pela Constituição, mas sim habilitados a projetar suas próprias leis e exercer todos os poderes que não fossem atribuídos a algum dos órgãos legislativos, executivos ou judiciários da Reggenza. A cada município era atribuída a faculdade de formar um corpo unitário de leis municipais, derivadas de sua personalidade, nova consciência, índole e energia. E, desde que não apresentassem ideias contrárias aos artigos prescritos na Constituição da Reggenza e fossem expressão da vontade da maioria, passavam a vigorar no município.

Aos municípios era reconhecido o direito de conduzir acordos, praticar compromissos e concluir tratados entre si, mas era obrigatório submetê-los ao exame do Poder Executivo Central. Se o Poder Executivo determinasse que tais acordos, compromissos e tratados estavam em contraste com o espírito da Constituição, eles seriam remetidos para a avaliação definitiva da Corte della Ragione. Se fossem declarados ilegítimos ou inválidos pela Corte, o Poder Executivo da Reggenza impelia à anulação dos mesmos.

Quando a ordem interna de um município era perturbada por facções que provocavam qualquer tipo de violência e abuso, ou quando a integridade e a dignidade de um município eram ameaçadas ou lesadas por outro município, o poder Executivo da Reggenza intervinha como mediador e pacificador.

¹⁶¹ O sindicalista Alfredo Rocco, na obra *Scritti e discorsi politici*, dedicou-se ao tema das corporações. No seu ponto de vista, os sindicatos de trabalhadores e os industriais deveriam se reunir em órgãos comuns que tutelassem os interesses comuns e resolvesse os conflitos, para encontrar soluções que satisfizessem os interesses particulares dos produtores, e também o geral da produção.

Segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Escolástico do Estado, cabia aos municípios a responsabilidade de fundar escolas de instrução primária, instituir e manter uma polícia municipal, aplicar impostos, contratar empréstimos no território da Reggenza e no exterior (em casos específicos prescritos na lei).

Del Potere Legislativo

Através da correspondência entre Alceste De Ambris e Gabriele D’Annunzio, sabe-se que os autores da *Carta del Carnaro* encontraram um impasse para optar entre o sistema Parlamentarista e o Presidencialista. Críticos do que o chefe do gabinete nomeou como “la commedia politica che si gioca ora in America” e que seria uma prova do perigo de se adotar um sistema presidencialista, mas também cientes dos prejuízos e danos que o sistema parlamentar poderia trazer, os dois artífices procuraram diminuir, ou ainda eliminar, elementos inconvenientes aos sistemas, conferindo ao Poder Executivo certa estabilidade que evitava os riscos de um governo refém dos caprichos de um homem e também da ineficácia política parlamentar – distante das massas do Parlamento.

Alceste De Ambris acreditava que, ao reduzir a duração dos mandatos dos membros do Poder Executivo para um ano, eles teriam tempo suficiente para realizar um programa imediato, mas não tanto para constituir uma ameaça ao Estado.

Representavam o Poder Legislativo dois grupos formados no processo eleitoral: o Consiglio degli Ottimi e o Consiglio Provvisori¹⁶². Para o Consiglio degli Ottimi era eleito por sufrágio universal direto e secreto por todos os cidadãos da Reggenza del Carnaro que tivessem acima de 20 anos e estivessem no poder de direitos políticos. Qualquer cidadão da Reggenza, detentor desses pré-requisitos, podia ser candidato ao Consiglio dei Ottimi. Esses representantes eram eleitos para a função durante três anos. O Estatuto previa que deveria ser eleito um representante para cada milhão de eleitores, mas o número total do Conselho não poderia ultrapassar o número de 30 pessoas em

¹⁶² Os títulos imputados aos dois grupos que compõem o Poder Legislativo foram alterados por Gabriele D’Annunzio. Os nomes anteriormente atribuídos por Alceste De Ambris eram “Camara dei Rappresentanti” (Consiglio degli Ottimi) e “Il Consiglio Economico” (Consiglio dei Provvisori).

exercício. Consequentemente esse era um sistema de representação proporcional, eleito diretamente por um corpo único.

O Consiglio degli Ottimi era encarregado de estruturar e legislar o Código Penal e Civil, a Polícia, a Defesa Nacional, a Instrução pública primária e secundária, as belas artes, as relações entre o Estado e os municípios. Esse Consiglio se reunia uma vez por ano, no mês de outubro, com brevidade e concisão.

O Consiglio dei Provvisori era composto por sessenta membros eleitos, que ocupavam a função por dois anos. Para ser elegível a este conselho, o candidato deveria fazer parte da Corporação representada. A eleição era realizada por sufrágio universal secreto e seguia a seguinte regra de representação proporcional: Dez *provvisori* eram eleitos pelos operários da indústria e trabalhadores rurais, dez por trabalhadores do mar, dez por empregadores, cinco por técnicos agrários e industriais, cinco por funcionários e administradores de empresas privadas, cinco por professores das escolas públicas, estudantes das escolas superiores, e sócios da sexta corporação, cinco por profissionais liberais, cinco por empregados públicos, cinco por empregados da sociedade cooperativa de produção, trabalho e consumo.

O Consiglio dei Provvisori se reunia duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro. Nesses encontros deveriam tratar e legislar sobre os objetos de sua competência, e fazer um debate conciso. Era de sua incumbência ordenar a Instrução técnica e profissional, as indústrias e os bancos, as artes e os ofícios, o Código Comercial e Marítimo, o transporte, obras públicas, tratados de comércio, alfândega, tarifas e outros assuntos relacionados.

O Consiglio degli Ottimi e o Consiglio dei Provvisori se reuniam uma vez ao ano em um só corpo, no início do mês de dezembro, constituindo um grande Consiglio Nazionale sob o título de Arengo del Carnaro. O Arengo tratava e deliberava sobre os seguintes assuntos que eram objeto de sua competência: as relações exteriores, finanças e tesouro, altos estudos, possíveis reformas na Constituição e a ampliação da liberdade.

Del Potere Esecutivo

O Poder Executivo da Reggenza Del Carnaro era composto por sete reitores, eleitos na Assembleia Nazionale, no Consiglio degli Ottimi e no Consiglio dei Provvisori. Eles exerciam os cargos de: Reitor das Relações Exteriores, Reitor das Finanças e Tesouro, Reitor da Instrução Pública, Reitor do Interno e da Justiça, Reitor da Defesa Nacional, Reitor da Economia Pública e Reitor do Trabalho. A função dos sete reitores era estável e contínua. Esses funcionários e representantes do Estado deliberavam sobre qualquer assunto que não coubesse à administração corrente.

O Reitor das Relações Exteriores, o Reitor das Finanças e do Tesouro e o Reitor da Instrução Pública eram eleitos pela Assembleia Nazionale. O Reitor do Interno e da Justiça e o Reitor da Defesa Nacional eram eleitos através do Consiglio degli Ottimi. O Consiglio dei Provvisori elegia o Reitor da Economia Pública e o Reitor do Trabalho.

O Reitor das Relações Exteriores assumia o título de Primeiro Reitor, pois representava a Reggenza perante outros Estados. A expressão “primus inter pares”, usada por Alceste De Ambris para definir o caráter da função do Reitor das Relações Exteriores, era uma tentativa de combinar, no sistema parlamentar, um cargo que remetesse ao sistema presidencialista, mas de um modo que se prevenisse contra eventuais abusos¹⁶³. A ele era atribuída a função de regular o debate do Poder Executivo e, em casos de empate, fazer uso do voto decisivo. A duração do mandato era de um ano e eles apenas podiam se candidatar à reeleição uma vez. Acabado o segundo mandato e depois de cumprido o intervalo de um ano do exercício da função, era possível se candidatar novamente para o cargo.

Del Potere Giudiziario

O Poder Judiciário era composto pelos Buoni uomini, Giudici del Lavoro, Giudici Togati, Giudici del Maleficio e pela Corte della Ragione.

Os Buoni Uomini eram eleitos pela confiança popular de todos os eleitores dos vários municípios em equilíbrio com o número. Sentenciavam nas controvérsias civis e

¹⁶³ Alceste De Ambris, na carta do dia 18 de março de 1920, justificou essa opção a Gabriele D’Annunzio.

comerciais que atingissem até cinquenta mil liras e deliberavam sobre irregularidades que ocorressem sobre penas não superiores a um ano.

Os Giudici del Lavoro julgavam as controvérsias singulares entre assalariados e empregadores. Eles constituíam um colégio de juízes nominados pelas Corporações que elegiam o Consiglio dei Provvisori. Eram divididos da seguinte forma: dois operários da indústria e trabalhadores da terra, dois trabalhadores do mar, dois proprietários de empresas, um técnico industrial e agrário, um profissional liberal, um funcionário administrativo das empresas privadas, um empregado público, um dos sócios da Sexta Corporação, um da Sociedade Cooperativa de Produção, de Trabalho e de Consumo. O juiz do Trabalho tinha a faculdade de dividir em sessões o seu colégio para solicitar suas sentenças de forma ágil e rápida. Ao Colégio competia o julgamento dos apelos.

Os Giudici Togati eram cidadãos que, munidos do diploma de doutor em jurisprudência, tinham sido aprovados através de um concurso pela Corte della Raggione, esta que ocupava no Estado de Fiume a função de Suprema Corte. Os Giudici Togati julgavam todas as questões civis, comerciais e penais que não fossem da competência dos Buoni Uomini e os Giudici del Lavoro, exceto aqueles pertencentes ao Giudici del Malefício. Constituíam um tribunal de apelo para as sentenças dos juízes municipais.

Sete cidadãos jurados, assistidos por dois suplentes e presididos por um *giudice togato* compunham o Tribunale del Malefício. Os Giudici del Malefício deliberavam sobre todos os delitos de caráter político e todas aquelas contravenções que deviam ser punidas com a privação da liberdade física por um tempo superior a três anos.

Eleita pelo Conselho Nacional, La Corte della Ragione era composta por cinco membros efetivos e dois suplentes. Dos membros efetivos pelo menos três, e dos suplentes pelo menos um, deveriam ser escolhidos entre os doutores da lei¹⁶⁴. A Corte della Ragione arbitrava os atos e decretos emitidos pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo, e os aprovava conforme a Constituição. Ela também devia sentenciar os conflitos de caráter constitucional entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, entre a Reggenza e os municípios, dos municípios entre si, entre a Reggenza e o particular, entre municípios e Corporação e entre municípios e o particular.

¹⁶⁴ Que possuíam, portanto, diploma em jurisprudência.

A Corte della Ragione deveria intervir também nos casos de alta traição contra a Reggenza por obra dos cidadãos participantes do Poder Executivo e Legislativo, nos atentados contra o direito do povo, nas contestações civis entre Reggenza e municípios e dos municípios entre si. Também era sua função julgar as transgressões cometidas por participantes do poder, nas questões acerca dos direitos de cidadania e dos desprovidos de pátria; assim como nas questões de competência entre os vários juízes magistrados.

Cabia à Corte della Ragione rever a última instância das sentenças pronunciadas pelas outras ordens judiciárias e nominar através de concurso os Giudici Togati. Aos cidadãos constituídos na Corte della Ragione era proibido ter qualquer outro encargo, fosse na sede ou no município. Também não podiam exercitar nenhum trabalho na indústria ou ofício por toda a duração do seu mandato.

Del Comandante

A *Carta del Carnaro* deliberava que, quando a Reggenza fosse colocada sob perigo extremo, o Conselho Nacional, solenemente reunido no Arengo, poderia nomear de viva voz e por voto, um Comandante como chefe supremo do Estado de Fiume. Qualquer cidadão investido de seus direitos civis e políticos, fosse ou não funcionário de outros Poderes da Reggenza, poderia ser eleito ao supremo ofício. Sendo assim, a “saúde da nação” era entregue nas mãos de um único homem, que deveria ser dotado da capacidade de reunir, exercitar e conduzir todas as forças do povo na luta e na vitória. Como afirma Alceste De Ambris, em sua correspondência com o Comandante Gabriele D’Annunzio, essa figura constitucional lhe fora sugerida pelo presente histórico e lhe parecera ser um elemento necessário para consolidar a arquitetura da República.

O objetivo era imprimir à *Carta del Carnaro* a função política que o próprio poeta Gabriele D’Annunzio, como *Comandante* da cidade de Fiume, exercia. De fato, talvez esse fosse um dos poucos artigos da Constituição que traduzia um processo já realizado. No esforço de conferir legitimidade a esse cargo, Alceste De Ambris afirmou ter se debruçado sobre outros estatutos na procura de algo similar. Todavia declarou: “Essa non esiste in nessun’altra Costituzione; ma esisteva nell’antica Repubblica Romana col nome

di ‘dictator’”¹⁶⁵. A partir de então, o sindicalista revolucionário propôs um resgate desse arcaico termo, já caído no esquecimento e em desuso, para ratificar a função do Comandante¹⁶⁶. “È nei momenti eccezionali, gravi e pericolosi per la Repubblica che sorge questa figura, per scomparire con lo scomparire del pericolo¹⁶⁷”.

Como tentativa de incluir na ordem jurídica um estado de anormalidade, ou seja, uma exceção ao seu estado regular, o Estatuto determinava a instauração da ditadura conforme o modelo da antiga República Romana. Isto é, uma magistratura extraordinária que se justificaria quando constatada uma grave desordem. Aqui, mais uma vez, a Carta sugeria a recuperação de um *tempo idealizado*.

Faz-se necessário que retomemos resumidamente a figura do ditador proposta pelo paradigma, para que compreendamos o significado atribuído ao cargo de “Comandante”, na *Carta del Carnaro*.

Durante a República Romana, quando uma insurreição ou conflito armado provocava uma circunstância que poderia trazer prejuízo ao Estado, o Senado emitia um *senatus consultum ultimum*¹⁶⁸. Esse decreto servia para convocar os cônsules e, em alguns casos, os pretores e tribunos para que decidissem – com urgência – sobre a questão da segurança da República¹⁶⁹. “Consules darent operam ne quid detrimenti res publica caperet”¹⁷⁰. Averiguando-se que a crise representava risco ao governo, era

¹⁶⁵ Trecho da carta escrita por Alceste De Ambris, no dia 18 de março de 1920, para o comandante Gabriele D’Annunzio (anexos).

¹⁶⁶ Por iniciativa de Alceste De Ambris, o termo “ditador” foi resgatado para definir a função exercida por Gabriele D’Annunzio em Fiume. Sabe-se que chefes de governo como Benito Mussolini, Adolf Hitler, Francisco Franco, Antonio de Oliveira Salazar, entre outros, iriam reproduzir essa conduta, apresentando-se ao público como “ditadores”. O significado original do termo “ditador” foi completamente alterado, passando a definir, no direito público moderno, chefes de governo de Estados totalitários. O regime fascista, ao ser proclamado como uma ditadura, disseminou uma imagem enganosa da real natureza do regime, afinal, Benito Mussolini era na verdade um chefe de governo, que respondia diretamente ao rei da Itália. Foi o rei Vittorio Emanuele III quem investiu de poder legalmente o líder fascista, e o *Statuto Albertino* jamais deixou de vigor durante o regime. E, quando o rei Vittorio Emanuele III avaliou que o regime de Benedito Mussolini estava prejudicando a instituição monárquica, decretou a demissão deste do cargo.

¹⁶⁷ Carta do dia 18 de março de 1920, escrita por Alceste De Ambris para Gabriele D’Annunzio.

¹⁶⁸ A expressão, que tinha como significado a “resolução final do Senado”, foi originalmente usada por Julio César (Bel. Civ. 1.5), tendo sido emitida sob a forma de decreto pela primeira vez em 121 A.C contra a insurreição liderada por Caio Semprônio Graco. Depois disso, o decreto do Senado na defesa do Estado foi ratificado inúmeras vezes pelo governo romano.

¹⁶⁹ Giorgio Agamben. *Estado de exceção* (2007, p. 68).

¹⁷⁰ Os consules deviam garantir que nenhum prejuízo sucederia ao Estado.

declarado o estado de emergência (*tumultus*¹⁷¹) e proclamado o *iustitium*, isto é, uma “suspensão não apenas da administração da justiça, mas do direito enquanto tal”¹⁷². Abria-se uma zona de anomia, na qual todas as determinações jurídicas estavam desativadas, portanto, um *estado de exceção*. Então, os cônsules podiam nomear um ditador para governar o Estado durante um período emergencial.

A *Carta del Carnaro* se apropriou desse recurso jurídico, como medida preventiva, para salvaguardar a ordem constitucional diante de uma situação de risco. Ora, malgrado Alceste De Ambris declarar só encontrar na antiga República Romana um título apropriado para definir constitucionalmente a função exercida pelo Comandante Gabriele D’Annunzio¹⁷³, o *estado de sítio* já estava previsto no decreto do dia 8 de julho de 1891, da Assembleia Constituinte Francesa. Como uma criação da tradição democrático-revolucionária, a partir dessa data ele passou a vigorar em alguns estatutos¹⁷⁴ e ser recorrentemente implantado para solucionar as crises políticas que tomaram de assalto o velho continente, no decorrer dos séculos XIX e XX. O *estado de sítio* era justamente interpretado como uma garantia constitucional para que, nos momentos de emergência, se evitasse que o regime democrático fosse ameaçado. Tratava-se, portanto, de um instrumento de defesa para a preservação do Estado de Direito.

A *necessidade* de o Estado assumir a forma ditatorial teria sido consequência de uma situação histórica hipotética. Através da legalização de uma medida que determinava a atuação do Estado, em caráter de exceção, a *Carta del Carnaro* pareceu propor solução para uma situação não concreta. Pretendeu-se, desse modo, resolver impasses que ainda

¹⁷¹ Sobre a definição *tumultus*, ver Giorgio Agamben. *Estado de exceção* (2007, p. 68).

¹⁷² Giorgio Agamben. *Estado de exceção* (2007, p. 68).

¹⁷³ A definição de ditadura Constitucional idealizada por Alceste De Ambris era, portanto, anterior à publicação do livro *Die diktatur* (1921), de Carl Schmitt.

¹⁷⁴ Faz-se importante recordar que o *estado de sítio* ou *estado de emergência* não estavam previstos no *Statuto Albertino*, pelo simples motivo de que a Constituição vigente garantia ao monarca italiano um poder quase absoluto. Contudo, como recorda Giorgio Agamben, “os governos do reino recorreram muitas vezes à declaração do estado de sítio: em Palermo e nas províncias sicilianas, em 1862 e 1866; em Nápoles, em 1862; na Sicília e na Lígúria, em 1892; em 1898, em Milão e Nápoles, onde a repressão das desordens foi particularmente sangrenta e suscitou duros debates no Parlamento. A declaração do estado de sítio por ocasião do terremoto de Messina e Reggio Calabria, em 28 de dezembro de 1908, é um caso à parte apenas aparentemente. Não só as verdadeiras razões da declaração eram de ordem pública (tratava-se de reprimir o vandalismo e os saques provocados pela catástrofe), como também, de um ponto de vista teórico, é significativo que esses excessos tenham fornecido a oportunidade a Santi Romano e outros juristas italianos de elaborarem a tese [...] da aparente necessidade como fonte primária do direito” (2007, p. 31).

não existiam no real, mas que, em uma situação fictícia, poderiam vir a ocorrer. A noção utópica da *perfectibilidade social*, concebida como um ideal realizável, determinava aqui a necessidade¹⁷⁵ como justificativa para a transgressão da norma¹⁷⁶. De forma que, sustentado por um princípio racional, o Estatuto pareceu querer remover qualquer possibilidade de desestabilização da harmonia cidadina, criando um sistema político para o caos.

A *suspensão* temporária¹⁷⁷ do ordenamento tinha o objetivo de garantir que a estabilidade da cidade não fosse corrompida por uma prejudicial interferência externa. O uso deste poder ficava sob o subjetivo critério do Conselho Nacional, que deveria interpretar a história e nela saber reconhecer os momentos que ameaçavam a existência do Estado, conforme o molde idealizado pelo seu Estatuto. Sua aplicação serviria como medida para prevenir a degeneração do Estado e do seu ideal.

Na *Carta del Carnaro* estava previsto – como paradigma constitutivo da ordem jurídica – que nesses períodos de perigo extremo fosse estabelecido um “breve Imperio, non dimenticando che nella Repubblica romana la dittatura durava sei mesi”¹⁷⁸. No decorrer do seu Império, o Comandante assumia todos os poderes políticos, militares, legislativos e executivos. E aos participantes do Poder executivo era atribuído o ofício de secretários e comissários. No limite, essa ampliação dos poderes governamentais do Comandante – que assumia “plenos poderes” – o habilitava a modificar, anular ou promulgar decretos com força de lei. A esse respeito, o jurista Herbert Tingsten¹⁷⁹ pondera que o uso provisório e controlado dos plenos poderes é tecnicamente compatível com as constituições democráticas, mas alerta que o exercício sistemático e regular do instituto levaria necessariamente à liquidação da democracia.

Aos cidadãos estava previsto no artigo XXXXIX que, mesmo em caso de guerra, eles não perderiam seus direitos civis e políticos, mas não poderiam exercê-los quando

¹⁷⁵ O filósofo Giorgio Agamben evidencia que “somente com os modernos é que o estado de necessidade tende a ser incluído na ordem jurídica e apresentar-se como verdadeiro ‘estado’ da lei. O princípio de que a necessidade define uma situação particular em que a lei perde a sua *vis obligandi* ‘esse é o sentido do adágio *necessitas legem non habet*’ transforma-se naquele em que a necessidade constitui, por assim dizer, o fundamento último e a própria fonte da lei” (2007, p. 43).

¹⁷⁶ Giorgio Agamben. *Estado de exceção* (2007, p. 41).

¹⁷⁷ “Temporária”, portanto, legítima apenas enquanto durasse o estado de exceção.

¹⁷⁸ Trecho do artigo XXXXIII, da Seção do comandante, da *Carta del Carnaro* (anexos).

¹⁷⁹ *Les pleins pouvoirs: l’expansion des pouvoirs gouvernementaux pendant et après la Grande Guerre*. (1934, p. 333). *Apud* Giorgio Agamben. *Estado de exceção* (2004, p. 19).

eles fossem inconciliáveis com a necessidade de disciplina ativa. Ou seja, a liberdade individual poderia ser reprimida, quando fosse vital para a prática militar frear impulsos pessoais em benefício do Estado. De modo que, nesse artigo abria-se uma franja ambígua, que constituía um ponto de desequilíbrio entre o jurídico e o político. Afinal, durante a guerra, o cidadão fiamano poderia ser esvaziado dos seus direitos civis e políticos, quando estes não fossem compatíveis com a defesa do Estado. Configurava-se assim, na *Carta del Carnaro*, uma brecha para a instauração da *suspensão* dos direitos dos cidadãos. Isso não significava a abolição do ordenamento jurídico, mas apenas a interrupção da sua aplicação total ou parcial e por “breve” período. Uma vez neutralizada a crise, a ordem jurídica seria restituída como anteriormente, e a figura do ditador deveria também desaparecer.

Como vimos, a *Carta* determinava que o Império deveria ser “breve”, recordando-se que na República Romana a ditadura durava seis meses. Essa afirmação surgiu do receio de que o período de ditadura pudesse oferecer um risco de abuso de poder por parte do Comandante. Expirado o tempo do Império, o Conselho Nacional se reuniria novamente, podendo reconfirmar o Comandante em seu cargo, substituí-lo por outro cidadão, depô-lo ou até mesmo bani-lo. Consequentemente, segundo a *Carta del Carnaro*, era o Conselho Nacional quem determinaria quando se iniciaria e quando terminaria o *estado de exceção*. E a atuação do Conselho Nacional como órgão fiscalizador da conduta do Comandante – passado o período de Império – era a única salvaguarda institucional capaz de garantir que os poderes de emergência fossem usados com o objetivo de salvar o Estado de direito. Não existindo outra garantia prescrita na lei, corria-se o risco de o governo ser transformado em um sistema autoritário.

Ora, classificava-se o *bom* governante como aquele que se vale do próprio poder, agindo em conformidade com as leis, para alcançar o bem comum, enquanto o *mau* governante seria aquele que faz uso do poder para satisfazer seus interesses privados. A tirania, seria, portanto, uma degeneração da ideia de *bom* governo. Essa compreensão da política recuperava, mais uma vez, a tradição política da *Età Comunale*, na qual o bom governo era identificado com aquele que garantiria a prosperidade, riqueza e felicidade, e o mau governo disseminaria violência, pobreza e infelicidade.

A série de afrescos pintados por Ambrogio Lorenzetti, no Palazzo Pubblico de Siena, era justamente uma alegoria que representava essas duas concepções antagônicas de governo. Os afrescos dispostos na Sala del Consiglio del Nove¹⁸⁰, onde eram decididas as questões do governo municipal, serviam para lembrar aos representantes do povo sua responsabilidade civil. A representação artística cumpria, portanto, uma função pedagógica. Intitulada de Allegoria ed Effetti del Buono e del Cativo Governo, a série, realizada entre 1337 a 1339, apresentava a dramática relação de causa e efeito da ação dos governantes na cidade-estado. Sendo uma das primeiras obras estéticas de caráter cívico, os afrescos Ambrogio Lorenzetti são expressões dos vícios e virtudes dos governantes, com a intenção de demonstrar que apenas uma conduta justa traz fortuna e aumenta o bem-estar coletivo.

Na parede localizada do lado direito da sala, é apresentada a alegoria do bom governo. A figura do regente é a de um velho, vestido com um traje nas cores da Repubblica di Siena¹⁸¹, rodeado por figuras alegóricas que representam a justiça, a temperança, a magnanimidade, a prudência, a fortaleza, a sabedoria e a paz. Sobre a cabeça do regente pairam angelicais personificações das virtudes teologais (fé, esperança e caridade). Em outro afresco, por consequência do bom governo, nota-se que a cidade de Siena é tomada por uma atmosfera de prosperidade, representada pelo trabalho e pela festa. Na parte mais alta do afresco, a cidade aparece em construção. Em outra cena, são mostrados os efeitos do bom governo no campo, onde homens e mulheres trabalham a terra que produz em abundância. A imagem procura demonstrar que, quando uma cidade-estado é bem administrada, existe um perfeito equilíbrio entre a vida no campo e a vida na cidade. A boa regência seria aquela norteada pela justiça, que assegura a paz e o bem viver de todos os cidadãos. E seu efeito máximo seria a beleza.

Já na parede do lado esquerdo é apresentada a alegoria do mau governo. Nela, o regente aparece vestido por um traje de cor escura com detalhes em dourado, dentes caninos pontiagudos e com chifres na testa. Essa personificação do diabo é contornada por figuras alegóricas, dentre as quais se destacam a crueldade, a traição, a maldade, o

¹⁸⁰ Também conhecida como Sala della Pace.

¹⁸¹ Siena foi uma das mais prósperas cidades da península Itálica. Já em 1287 a cidade passou por um processo de lutas entre a antiga nobreza e as novas classes, que culminou na instituição de um novo governo municipal, representado por uma junta de nove governantes, e na expulsão de algumas nobres famílias da cidade.

furto, a discórdia, a guerra, a ira, a vanglória, a avareza e a soberba. Nesse afresco, a figura da justiça surge triste e oprimida aos pés do mau regente. Com essa alegoria, pretendia-se demonstrar como a tirania neutraliza a justiça e promove a desigualdade social.

Mas, como seria possível assegurar em um estado de exceção, quando todos os poderes são concentrados nas mãos de um único Comandante, que este não se deixaria levar por paixões e caprichos pessoais? A questão repousaria sob o *princípio da responsabilidade* do governante com o seu povo. Contudo, não existia garantia sobre a qualidade do governo implementado pelo Comandante eleito pelo Arengo para a instauração de uma ditadura provisória. A *Carta del Carnaro* descrevia apenas que ele deveria saber recolher, exercitar e conduzir todas as forças populares para a luta e para a vitória, mas não descrevia quais suas virtudes necessárias, nem como poderia remediar os vícios. Contra o perigo da tirania, a doutrina não apresentava nenhum remédio imediato.



Alegoria de um Bom Governo



Efeito de um Bom Governo na Cidade



Alegoria de um Mau Governo

Della Difesa Nazionale

Na exigência de a cidade de Fiume se precaver contra um possível inimigo externo, a *Carta del Carnaro* afirmava que na Reggenza todos os cidadãos, de ambos os sexos, com idade superior aos dezessete anos e inferior aos cinquenta e cinco, eram

obrigados ao serviço militar para a defesa da terra. “Naturalmente questo non significa che le donne debbono fare il soldato nel senso corrente della parola: esse, al pari degli uomini non validi, saranno adibite ‘secondo le loro attitudini – come precisa il citato articolo – ai servizi ausiliari, amministrativi di sanità’; ma devono ad ogni modo pagare anche’esse il tributo alla difesa della Repubblica come corrispettivo dei diritti che questa loro garantisce” – escreveu Alceste De Ambris a Gabriele D’Annunzio, na carta do dia 18 de março de 1920.

Feita a milícia, os homens válidos serviriam nas forças de terra e de mar. Os homens mais baixos e as mulheres serviriam nas ambulâncias, hospitais, administrações, fábricas em qualquer outro trabalho auxiliar, conforme disposição e capacidade de cada um. O serviço militar obrigatório era limitado aos períodos de instrução, nos casos de guerra declarada e perigo próximo. Nos tempos de paz e de segurança, a Reggenza não mantinha um exército, mas toda a nação se mantinha armada, nos modos prescritos pela lei especial, e mantinha com sagaz sobriedade todas as suas forças de terra e de mar.

A todos os cidadãos que durante o serviço militar contraíssem uma enfermidade incurável e aos seus familiares em necessidade, o Estado deveria proporcionar assistência. O Estado adotaria os filhos dos cidadãos que gloriosamente tivessem sucumbido em defesa da terra, socorreria os consanguíneos que estivessem em desconforto e marcaria os nomes dos mortos na memória das gerações.

Dell’Istruzione Pubblica

A *Carta del Carnaro* declarava, para qualquer pessoa de nobre origem, que a cultura é a mais luminosa das grandes armas. Para a população adriática, de século em século constrangida a uma luta sem trégua contra um usurpador privado de cultura, essa era mais do que uma arma: “è una potenza indomabile come il diritto e come la fede”. Para o povo de Fiume, a cultura era o mais eficaz instrumento de saúde e fortuna para a superação da armadilha estrangeira, que por séculos a coagira. Nos termos usados na carta constitucional: “la coltura è l’aroma contro le corruzioni. La coltura è la saldezza contro le deformazioni. [...] Sul Carnaro di Dante il culto della lingua di Dante è appunto il rispetto e la custodia di ciò che in tutti i tempi fu considerato come il più prezioso

tesoro dei popoli, come la più alta testimonianza della loro nobiltà originaria, come l'indice supremo del loro sentimento di dominazione morale”¹⁸².

Desse modo, mais uma vez, a *Carta del Carnaro* propunha o reconhecimento da cidade de Fiume como território italiano, por isso afirmando:

“La dominazione morale è la necessità guerriera del nuovo Stato. L'esaltazione delle belle idee umane sorge dalla sua volontà di vittoria. Mentre compisce la sua unità, mentre conquista la sua libertà, mentre instaura la sua giustizia, il nuovo Stato deve sopra tutti i suoi propositi proporsi di difendere conservare propugnare la sua unità la sua libertà la sua giustizia nella regione dello spirito. Roma deve qui essere presente nella sua coltura. L'Italia deve qui essere presente nella sua coltura.

Il ritmo romano, il ritmo fatale del compimento, deve ricondurre su le vie consolari l'altra stirpe inquieta che s'illude di poter cancellare le grandi vestigia e di poter falsare la grande storia. Nella terra di specie latina, nella terra smossa dal vomere latino, l'altra stirpe sarà foggata o prima o poi dallo spirito creatore della latinità: il quale non è se non una disciplinata armonia di tutte quelle forze che concorrono alla formazione dell'uomo libero.

Qui si forma l'uomo libero. E qui si prepara il regno dello spirito, pur nello sforzo del lavoro e nell'acredine del traffico. Per ciò la Reggenza italiana del Carnaro pone alla sommità delle sue leggi la coltura del popolo; fonda sul patrimonio della grande coltura latina il suo patrimonio”¹⁸³.

Contudo, dada a impossibilidade histórica da anexação do território do Golfo do Carnaro com suas ilhas e a necessidade de construção de um Estado Livre de Fiume, para legitimar a autoridade do governo provisório de Gabriele D'Annunzio, a Constituição elencou os principais pontos que deveriam nortear a formação dos cidadãos fiumanos, para que estes cumprissem com o objetivo de transformar-se em “homens livres”. Para isso, deveria ser instituída na cidade de Fiume uma Universidade Livre – situada em um vasto edifício capaz de comportar qualquer maior aumento das disciplinas de estudos e dos alunos –, dirigida pelos seus próprios estatutos como uma Corporação. Deveria ser estabelecida na cidade de Fiume uma escola de Belas Artes, uma escola de Arte Decorativa e uma escola de Música, colocadas acima da abolição de todos os vícios e prejuízos magistras, conduzidas por sincero e *ardito* espírito de pesquisa da novidade,

¹⁸² Trecho do artigo L., da seção “Dell'istruzione pubblica”, da *Carta del Carnaro* (anexos).

¹⁸³ Trecho do artigo L., da seção “Dell'istruzione pubblica”, da *Carta del Carnaro* (anexos).

governadas por entusiasmo para purificar dos “estorvos mal dotados”; elas deveriam separar, distinguindo os bons dos melhores, e depois destacar os melhores na descoberta de si e de novas relações entre a difícil matéria e o sentimento humano.

Era determinada também a fundação, através do Consiglio degli Ottimi, de escolas médias, e do Consiglio dei Provvisori, as escolas técnicas e profissionais. Os Altos Estudos universitários ficavam ao encargo do Consiglio Nazionale. Em todas as escolas de todos os municípios a língua italiana seria ensinada com o distinto privilégio. Nas escolas médias seria obrigatório o ensinamento de todos os diversos idiomas falados em toda a Reggenza Italiana del Carnaro. O ensino primário seria feito na língua falada pela maioria dos habitantes de cada município, e na língua falada pela minoria em cursos paralelos. Se algum município tentasse subtrair-se da obrigação de instituir tais cursos, a Reggenza exercitaria seu direito de provê-los à custa do município.

Essa foi uma tentativa proposta por Alceste De Ambris para fazer respeitar a diversidade cultural das raças e línguas dos cidadãos do Estado Livre de Fiume. Ainda que o chefe de gabinete tivesse forte certeza de que Fiume era uma cidade italiana, acreditava que a população eslava – presente no território – não deveria ser ignorada. “Nascondersi questa verità o negarla pretendendo d’imporre una legge uniforme che tenga conto solo degli italiani ignorando volutamente coloro che italiani non sono, significherebbe basare la Costituzione su di una ingiustizia, sicura portatrice d’interne discordie e di gravi pericoli.”¹⁸⁴,

Ci siamo chiesti perciò come si potrebbe risolvere il problema ed abbiamo trovato nell’antica sapienza romana e nell’esperienza moderna la risposta: soltanto un sistema di larghe autonomie locali ed un spirito di grande tolleranza può rendere possibile la convivenza pacifica di varie razze in un medesimo aggregato politico. La Confederazione Elvetica – che sotto molti aspetti presenta una situazione analoga a quella in cui si trova la nostra Repubblica – ci offre l’esempio significatissimo di un Cantone – come quello dei Grigioni – dove 50 mila tedeschi, 37 mila romanci e ladini, 18 mila italiani, divisi per giunta in protestanti e cattolici, possono convivere in pace unicamente perché a ciascuna razza è riconosciuto il diritto di serbare la propria lingua e le proprie costumanze in seno all’aggregato politico cui appartiene. Roma pote reggere per molti secoli il mondo accordando il diritto

¹⁸⁴ Palavras de Alceste De Ambris para Gabriele D’Annunzio, na carta do dia 18 de março de 1920

di cittadinanza a tutti i popoli dell'Impero col rispetto per i costumi e per la lingua di ciascuno.¹⁸⁵

O Conselho escolástico determinaria o arranjo do conteúdo e o modo do ensino primário, que era obrigatório em todas as escolas de todos os municípios. O ensino de canto coral deveria ser fundado sobre os motivos da mais ingênua poesia das aldeias, e o ensino da decoração sobre os exemplos mais frescos da arte rústica teria lugar privilegiado. Para Gabriele D'Annunzio a música era uma linguagem universal que podia ser compreendida por todos os indivíduos dotados de sensibilidade estética.

O Conselho escolástico era composto de: um representante de cada município; dois representantes das escolas médias; dois das escolas técnicas e profissionais; dois das instituições superiores – eleitos pelos professores e estudantes; dois da escola de música; e dois da escola de arte decorativa.

Nas claras e arejadas paredes das escolas, não deveriam ser colocados emblemas religiosos nem figuras de referência política. Segundo a Carta, as escolas públicas deveriam acolher os seguidores de todas as religiões, crentes de todas as fés e aqueles que pudessem viver sem altar e sem deus. Era perfeitamente respeitada a liberdade de consciência e cada um podia professar a sua religião de forma reservada. No entanto, o programa educacional não poderia ser subordinado às exigências da fé. Com isso, entendia-se que o aprendizado não deveria ser realizado a partir de adaptações de obras, feitas com a censura de doutores das igrejas; ao invés disso, todos deveriam poder ler obras originais e publicar obras, mesmo que estas contrariassem doutrinas religiosas.

Della Riforma Statutaria

O artigo LV, da *Carta del Carnaro*, estabelecia que a cada sete anos o grande Consiglio Nazionale deveria se reunir em assembleia extraordinária para a reforma da Constituição. Os membros do Consiglio Nazionale, os representantes dos municípios, a Corte della Ragione e as Corporações eram dotados de autoridade para propor emendas ao texto constitucional. Em concordância com o princípio de “liberdade”, que era compreendido pelo estatuto como o direito de autodeterminação de um povo em escolher

¹⁸⁵ Palavras de Alceste De Ambris para Gabriele D'Annunzio, na carta do dia 18 de março de 1920.

sua forma de organização coletiva e poder criar suas próprias leis, declarava-se que a *Carta del Carnaro*, também poderia ser alterada, de tempos em tempos, quando solicitado por pelo menos um terço dos cidadãos em juízo de seus poderes de voto. Dessa forma, a Constituição tenderia a ampliar a esfera de autodeterminação coletiva ao permitir modificações no seu conteúdo, uma vez que estaria sujeita à vontade geral.

Nesse breve artigo é possível notar que Gabriele D’Annunzio e Alceste De Ambris não pretenderam, com Estatuto, apresentar o desenho de uma sociedade perfeita, estática e anti-histórica. A categoria utópica de *perfectibilidade*, na Reggenza, cumpria uma função paradigmática, ao indicar que a sociedade poderia sempre melhorar. A perfeição era uma aspiração, um ideal realizável por aqueles indivíduos que detivessem em sua alma “a ambição de não se contentar com coisas medíocres, mas de anelar às coisas mais altas”¹⁸⁶. O homem, como um ser dotado da capacidade de se aperfeiçoar infinitamente e de construir o Estado, à sua imagem, seguiria o mesmo princípio. Essa faculdade é que permitiria corrigir os defeitos e transformar continuamente a realidade existente. A estrutura do Estado Livre de Fiume deveria ser remodelada com o tempo, a fim de se corrigirem seus defeitos ou acrescentar detalhes. Um processo de evolução permanente para a perfeição ser atingida, na dinâmica do tempo e do espaço.

Alceste De Ambris, na carta do dia 18 de março de 1920, escreveu a Gabriele D’Annunzio:

Abbiamo cercato di far sì che la legge fondamentale della Repubblica fosse non già una barriera, ma piuttosto una via aperta verso l’avvenire. Agli uomini di buona volontà spetta di suscitare le forze perché il cammino della nostra generazione e di quelle che verranno sia rapido e lungo. Non noi certamente avremo paura d’andar più lontano, che il nostro posto non fu mai, in nessun campo, fra la retroguardia¹⁸⁷.

De modo que a Constituição ambicionava se manter *nova*, como manifesto de vanguarda das civilizações futuras, transformando-se constantemente conforme a vontade do povo. Esta era a ambição do documento: permanecer como um “farol luminoso no meio da escuridão”.

¹⁸⁶ Giovanni Pico Della Mirandola. *Discurso sobre a dignidade do homem* (2010, p. 61).

¹⁸⁷ Cf. anexos.

De Diritto d'Iniziativa

Todos os cidadãos que faziam parte do corpo eleitoral do Estado Livre de Fiume, possuíam o direito de iniciar propostas de lei do seu interesse nas matérias reservadas a empresas privadas ou de outro Conselho. No entanto, essa iniciativa não era validada se pelo menos um quarto dos eleitores, por um ou pelo outro conselho, não a apoiassem.

Della Riprova Popolare

Todas as leis consagradas pelos dois corpos do Poder Legislativo podiam ser submetidas à aprovação do consenso ou da contestação pública, quando sua verificação fosse questionada por um número de eleitores igual ou de pelo menos um quarto dos cidadãos com direito a voto.

Del Diritto di Petizione

Todos os cidadãos possuíam o direito de apresentar petições para o corpo legislativo, que por eles tinha sido legitimamente eleito.

Della Incompatibilità

Nenhum cidadão podia exercer mais de um poder, nem participar de dois corpos legislativos ao mesmo tempo.

Della Rivocazione

Cada cidadão podia ser revogado da função que ocupava, quando perdesse todos os seus direitos políticos por sentença confirmada pela Corte della Ragione ou quando a cassação fosse imposta por voto sincero de metade mais um dos inscritos no corpo eleitoral.

Della Responsabilità

Todos os participantes dos poderes e todos os oficiais públicos da Reggenza eram penal e civilmente responsáveis pelo dano que o Estado, os municípios e as Corporações pudessem causar, fosse por negligência, abuso ou descaso.

Della Retribuzione

A todos os oficiais públicos, nomeados no estatuto, era feita uma retribuição justa, determinada por uma lei votada ao final do ano, pelo Conselho.

Della Edilità

Conforme estabelecido no artigo LXIII, do estatuto, a organização e mobilização da cultura seriam responsabilidades do Collegio di Edili. Assim como nos tempos da antiga República Romana, Collegio di Edili era um órgão de Estado, composto por grupo de cidadãos que tinha o compromisso de organizar os festivais e jogos, zelar pela boa condição das ruas, estradas e prédios públicos, e impor a ordem pública, quando fosse necessário para manter a harmonia social. Os Edili deviam ser escolhidos com discernimento e entre aqueles cidadãos de “gosto puro”; deviam possuir “delicada competência” e novíssima educação.

A *Carta del Carnaro* declara que o Collegio di Edili revigora aqueles oficiais que, durante os tempos romanos, eram responsáveis pela decoração da cidade e que no Quattrocento compunham uma rua ou uma praça com “a mesma sensibilidade musical que os orientava na aparelhagem de uma cerimônia pública republicana ou em uma representação carnavalesca”. Encarregados de zelar pela beleza do Estado, os Edili deveriam chefiar a dignidade de vida dos cidadãos; controlar a decoração da cidade; garantir a segurança, decência e limpeza dos prédios públicos; defender a boa disposição dos edifícios públicos e das casas particulares; impedir a desfiguração das vias com fábricas mal colocadas; preparar as festas cívicas da terra e do mar com “sóbria elegância

recordando-se dos antepassados para os quais fazer um milagre de alegria bastava a luz e qualquer leve guirlanda”.

Também era estipulado pelo Estatuto que os Edili deveriam persuadir os trabalhadores a ornarem com qualquer registro de arte popular sua humilde residência. Acreditava-se que, ao decorar sua casa, por mais modesta que ela fosse, os cidadãos de Fiume não apenas conferiam beleza à sua vida, mas também manifestavam “um sentimento religioso do mistério humano”. Decretava-se que cabia ao Collegio di Edili executar a missão pedagógica de devolver ao povo o amor pela bela linha, pelas belas cores nos objetos que servem na vida de todo dia, “mostrando que ‘a nossa velha gente’ sabia fazer nascer a beleza com um leve desenho geométrico, com uma estrela, com uma flor, com um coração, uma serpente, uma pomba em cima de um pote, sobre um jarro, sobre um banco, sobre uma bandeja”.

O artigo LXIII, da *Carta del Carnaro* ainda atribuía ao Collegio di Edili a incumbência de estudar como demonstrar ao povo *por que e como* o espírito das antigas *ciudades-estados*, da *età comunali*, não se manifestava apenas nas linhas, relevos, conjugação das pedras, mas até mesmo na impressão do homem posta no seu utensílio, fazendo-o vivo e potente. Afirmava-se que os Edili deviam se esforçar para incentivar os construtores, engenheiros e arquitetos a compreenderem os novos materiais – o ferro, o vidro, o cimento – para usá-los apenas quando fosse para elevar a um grau mais alto a vida harmoniosa na invenção de uma nova arquitetura. Afinal, era da convicção do Comandante poeta – que claramente redigiu este artigo do estatuto – que a arquitetura podia acrescentar dignidade à vida, ao fazer jus ao espírito de potência do povo.

De modo que o Collegio di Edili era encarregado, pelo estatuto, de mostrar ao povo de Fiume que, se soubesse enfeitar seus utensílios e objetos, decorar sua discreta residência, ornar sua cidade – cercado-se de arte –, ele recordaria seus antepassados e faria ressurgir o espírito da época em que prevalecia o sentimento de *comunidade*. Gabriele D’Annunzio expressou neste artigo a certeza de que a busca de um povo pelo belo era um importante motor da sociedade.

Della Musica

O último artigo da *Carta del Carnaro* era dedicado à Música. O estatuto declarava que, na Reggenza, deveriam ser instituídos em todos os municípios do Estado Livre de Fiume corpos de corais e orquestras, com a concessão do Estado. Ao Collegio di Edilli foi encomendada a edificação de um teatro arena, provido de arquibancada cômoda, vasto fosso para a orquestra e coro, capaz de comportar pelo menos dez mil auditores. Afirmava-se que grandes celebrações dos corais e das orquestras deveriam ser totalmente gratuitas; “assim como aos padres da igreja é dito graças a Deus”, decretava-se que a Música é uma instituição religiosa e social.

Ogni mille anni, ogni duemila anni sorge dalle profondità del popolo un inno e si perpetua. Un grande popolo non è soltanto quello che crea il suo dio a sua simiglianza ma quello che anche crea il suo inno per il suo dio. Se ogni rinascita d’una gente nobile è un sforzo lirico, se ogni sentimento unanime e creatore è una potenza lirica, se ogni ordine nuovo è un ordine lirico nel senso vigoroso e impetuoso della parola, la Musica considerata come linguaggio rituale è esaltatrice dell’atto di vita, dell’opera di vita.

Non sembra che la grande musica annunzi ogni volta alla moltitudine intenta e ansiosa il regno dello spirito?

Il regno dello spirito umano non è cominciato ancora.

“Quando la materia operante su la materia potrà tener vece delle braccia dell’uomo, allora lo spirito comincerà a intravedere l’aurora della sua libertà” disse un uomo adriatico, un uomo dalmatico: il cieco veggente di Sebenico.

Come il grido del gallo eccita l’alba, la musica eccita l’aurora, quell’aurora: “excitat auroram”.

Intanto negli strumenti del lavoro e del gioco, nel macchine fragorose che anch’esse obbediscono al ritmo esatto come la poesia, la Musica trova i suoi movimenti e le sue pienezze. Dalle sue pause è formato il silenzio della decima Corporazione.

“STATUM ET ORDINATUM EST. IVRO EGO.” [Estado e ordem. Eu juro.]

A questão de Fiume

O impasse diplomático

No dia 8 de setembro de 1920, foi outorgada pelo Comandante Gabriele D'Annunzio, a Carta Constitucional de Fiume. Intitulado como *Carta del Carnaro*, este documento, como já dissemos, idealizado pelo sindicalista revolucionário Alceste De Ambris e pelo poeta-comandante do governo da cidade, procurava responder à recusa do Reino da Itália em anexar Fiume ao seu território e à pressão internacional para incluí-la no recém-formado estado Iugoslavo.

A questão permanecia um impasse diplomático desde a Conferência de Paz em Paris (1919)¹⁸⁸, quando a delegação italiana apresentou às nações aliadas a requisição do cumprimento do Pacto de Londres¹⁸⁹, mais a anexação da cidade de Fiume ao território italiano. Esta pequena cidade portuária do Golfo do Carnaro, no mar Adriático, composta por uma população multiétnica, sendo em sua maioria italiana¹⁹⁰, deveria, conforme a reclamação da comissão, pertencer ao Reino da Itália, com base no princípio da nacionalidade¹⁹¹.

O problema era que, ao reivindicar a cidade de Fiume, com apoio nos fundamentos culturais e étnicos, colocava-se em questão a validade dos acordos secretos

¹⁸⁸ A Conferência de Paz foi aberta em Paris, no dia 18 de janeiro de 1919, e durou até o dia 18 de janeiro de 1920. Essa reunião, convocada pelos representantes das cinco grandes potências vencedoras na Grande Guerra, tinha como objetivo redesenhar a carta política mundial após o fim do conflito. Malgrado a tentativa do presidente norte-americano, Thomas Woodrow Wilson, em buscar reconstruir um equilíbrio europeu com base nos princípios de democracia, nessa grande conferência diplomática, na qual participaram delegações de trinta e dois países, prevaleceu a “política da paz punitiva”. Ou seja, predominou a posição dos chefes de estado da França, Grã Bretanha e Itália, que determinaram a exclusiva responsabilidade do bloco agressor pelo conflito bélico e a imposição de condições punitivas contra estas nações que tinham disturbado a paz mundial e causado uma enorme perda econômica.

¹⁸⁹ Os chefes de estado da Grã Bretanha, França, Rússia e Itália assinaram, no dia 25 de abril de 1915, o Pacto de Londres. Segundo esse acordo secreto, em caso de vitória, a Itália receberia os territórios do Tírento, Tirolo Cisalpino, Veneza Giulia, Trieste, Gorizia, Gradisca, toda a península Ístria até o Carnaro, Volosca, as pequenas ilhas de Plavnik, Unie, Canidole, Palazuoli, San Pietro di Nembi, Asinello, Granica, a Dalmácia com suas ilhas. A Itália também receberia inteira soberania sobre Valona, as ilhas do Dodecaneso e a responsabilidade de representar a Albânia nas suas relações políticas externas. Com a Revolução Russa e a instituição do governo soviético, todos os pactos secretos foram publicados para conhecimento público. Em resposta a esta denúncia do governo russo, o presidente norte-americano Thomas Woodrow Wilson repudiou a velha foma diplomática, baseada em acordos secretos, e a falta de transparência das potências europeias.

¹⁹⁰ Segundo a estatística apresentada por Depoli, no texto *La Popolazione di Fiume. Risultati del censimento fatto nel dicembre 1918*, a presença italiana era de 62,2%; o restante da população se dividia entre croatas, eslovenos e húngaros.

¹⁹¹ Baseando-se no direito de autodeterminação dos povos, o Consiglio Nazionale Italiano, fundado na cidade de Fiume, havia expressado o desejo de anexação do seu território à Itália.

que não respeitavam essa mesma norma para a formação de novos confins territoriais¹⁹². Desta forma, a exigência da delegação italiana encontrou oposição tanto das nações aliadas, que exigiam que o *pacto secreto* assinado no dia 26 de abril de 1915 fosse integralmente respeitado, como também do presidente dos Estados Unidos¹⁹³, Thomas Woodrow Wilson¹⁹⁴, que sustentava a tese de que todas as fronteiras italianas deveriam ser reajustadas, respeitando linhas reconhecíveis da nacionalidade¹⁹⁵. A comissão italiana argumentou que, se o critério usado pelo presidente americano era que as fronteiras geográficas deveriam ser demarcadas seguindo a nacionalidade da população existente, Fiume deveria pertencer à Itália, e que, nas outras regiões onde prevalecia uma diversidade de etnias, a aplicação do mesmo princípio tornava-se imprecisa e que, portanto, o *pacto secreto* deveria ser respeitado.

O presidente Wilson não apenas rejeitou a proposta italiana de anexação de Fiume, sugerindo que a cidade deveria torna-se um *corpus separatum*, como exigiu que a Itália renunciasse à disputa com a Iugoslávia pela península de Ístria, a Dalmácia e as ilhas adriáticas¹⁹⁶. Frente à tentativa do presidente americano em preservar os interesses iugoslavos, e com um compromisso italiano de abdicação de territórios previstos no Pacto de Londres, a delegação liderada pelo presidente do Conselho de Ministros, Vittorio Emanuele Orlando, abandonou¹⁹⁷ a Conferência¹⁹⁸.

¹⁹² A contradição é que o princípio de autodeterminação dos povos era aplicado pela comissão diplomática italiana quando se referia à cidade de Fiume, mas ignorado quando se tratava dos territórios do Südtirol, da península de Ístria e Dalmácia (regiões que compreendiam um percentual expressivo de populações eslavas).

¹⁹³ É importante lembrar que os Estados Unidos da América não estavam vinculados ao Pacto de Londres. Portanto, questionando a legitimidade deste, não renunciavam a qualquer território.

¹⁹⁴ O presidente democrata dos Estados Unidos da América, Thomas Woodrow Wilson, propôs, no dia 8 de janeiro de 1918, em uma mensagem ao Congresso, catorze pontos que deveriam orientar a política internacional. O chefe de governo projetava a aplicação de princípios justos e transparência política para garantir a paz mundial. Essa seria uma nova via diplomática, que seria regulamentada pela constituição de um órgão permanente para debate sobre os conflitos internacionais.

¹⁹⁵ No ponto número 9, Thomas Woodrow Wilson afirmou: “A readjustment of the frontiers of Italy should be effected along clearly recognizable lines of nationality”.

¹⁹⁶ A delegação servo-croata-eslovena reivindicou, no dia 18 de fevereiro de 1919, na Conferência de Paz, para a futura Iugoslávia: a península de Ístria, a Dalmácia, a Goriza e a Veneza Giulia. Todos esses territórios estavam previstos ao Reino da Itália pelo Pacto de Londres. Na tentativa de solucionar a crise sobre a questão adriática, o presidente norte-americano expressou disponibilidade em reconhecer para a Itália as regiões do Alto Adige, Goriza e Trieste, mas rejeitou a possibilidade de incorporar Ístria, Dalmácia e Fiume.

¹⁹⁷ O presidente do Conselho, Vittorio Emanuele Orlando, e o ministro das Relações Exteriores, Sidney Sonnino, abandonaram a Conferência de Paz no dia 24 de abril de 1919. Embora o gesto desse protesto tenha sido recebido como um ato heroico por uma parcela da população italiana, criou um grave

Ora, não se sabe ao certo porque o ex-presidente do Conselho de Ministros, Antonio Salandra, e o ministro das Relações Exteriores, Sidney Sonnino, quando se reuniram em Londres com os chefes de estado da Tríplice Entente para consolidar o *pacto secreto*, que definiu a participação italiana¹⁹⁹ no conflito, não adicionaram a cidade de Fiume como parte do seu espólio no caso de vitória. Ao invés disto, o governo italiano assinou um documento que expressamente declarava²⁰⁰ que a cidade de Fiume deveria ser anexada à Croácia, renunciando o seu direito sobre o território. O fato é que jamais essa cidade havia constado nas reivindicações irredentistas italianas e tão pouco estava assegurada pelo acordo diplomático de Londres. Portanto, não apenas a delegação italiana exigiu um território que não estava reservado a ela, como insistia na renúncia croata de um limite pré-acordado. É importante ressaltar que o território de Fiume também representava um importante ponto estratégico para o novo Estado iugoslavo, pois compreendia um porto marítimo com um avançado sistema ferroviário que a conectava com Belgrado, Budapeste, Praga e Zagreb.

Por outro lado, era de conhecimento geral que o resultado de um plebiscito ocorrido em dezembro de 1918, na cidade de Fiume, atestava a vontade da maioria da população fiumana em pertencer ao Reino da Itália. De modo que a delegação italiana se ancorava no fato de que a questão de Fiume envolvia outro conteúdo jurídico: “Non

constrangimento político internacional. O resultado foi que a delegação italiana privou-se de defender seu ponto de vista sobre as questões apresentadas na conferência. Após tal demonstração de debilidade diplomática, chegou ao fim o governo de Orlando, que foi substituído pelo economista Francesco Saverio Nitti.

¹⁹⁸ O presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália, Vittorio Emanuele Orlando, declarou: “Dopo quattro anni di inenarrabili sacrifici superati possiamo trovarci di nuovo a doverci imporre patimenti, privazioni e sacrifici... so che l’Esercito e la Marina d’Italia sono in questo momento più pronti che non lo fossero nel maggio 1915”. O discurso do presidente agradou o movimento nacionalista. Até mesmo o poeta vate, Gabriele D’Annunzio, expressou publicamente o seu apoio à posição adotada pelo governo italiano.

¹⁹⁹ A posição da Itália era particularmente complexa no início da Grande Guerra, porque estava vinculada aos impérios centrais, através da Tríplice Aliança. Sob a orientação da política giolittiana, a Itália assumiu a posição neutral. Contudo, registrou-se uma inversão de posição quando a monarquia sofreu intensa pressão por parte de grupos nacionalistas, industriais, sindicalistas revolucionários, intelectuais e estudantes, que conseguiram fazer prevalecer uma posição intervencionista sobre a maioria. A Itália entrou em guerra contra o império Austro-Húngaro, aliada da Tríplice Entente, no dia 24 de maio de 1915.

²⁰⁰ Paolo Simonelli, em uma comunicação apresentada no dia 21 de outubro de 2008, no Congresso de História, Direito Internacional e Direito Constitucional, que ocorreu na Università degli Studi di Roma “La Sapienza”, chama atenção para o fato que, através do Pacto de Londres, a Itália renunciou formalmente à cidade de Fiume, uma vez que não fez qualquer referência à cidade. O professor de história moderna especula que isso pode ter ocorrido em demonstração de amizade ao Império Russo, defensor das populações eslavas, ou como alternativa do governo para evitar qualquer discussão sobre o *estatus* de Trieste (2009, pp. 40-41).

fummo noi che chiedemmo Fiume, fu Fiume che chiese se stessa. E noi allora, in forza dei principi di nazionalità che erano stati proclamati fondamento di tutte le trattative, e in forza dell'italianità ci facemmo tutori della richiesta di Fiume”²⁰¹. O não reconhecimento do direito de autodeterminação dos cidadãos da cidade por parte do presidente Wilson – um grande defensor deste princípio – despertou um sentimento de injustiça para com a causa italiana e de parcialidade do governo americano nas questões territoriais. Em réplica, Wilson argumentou que, se o princípio de autodeterminação fosse transformado em um dogma absoluto e imposto a Fiume, seria possível aplicá-lo também a bairros de Nova Iorque, onde viviam muitos italianos. A resposta irônica do chefe do estado norte-americano não passou incólume pela delegação italiana, que registrou no ato de Wilson um comportamento populista e irregular.

Pode-se afirmar que o gesto de resignação do governo italiano colaborou para construir um isolamento político no pós-guerra. Afinal, prosperou entre as potências aliadas a convicção de que a Itália era um país onde se praticava a política da aventura e que o governo era incapaz de manter sua própria palavra²⁰². Os membros do Conselho da conferência também insistiram que a delegação italiana não havia produzido nenhuma contribuição positiva na Conferência de Paz, mas, apenas procurado obter vantagens para medir a sua força bélica. É verdade que, ao deixar a Conferência, a delegação italiana privou-se de defender seu ponto de vista sobre importantes impasses internacionais apresentados²⁰³ e, principalmente, de fazer reconhecer uma posição de potência europeia. Portanto, a dificuldade da delegação italiana em optar por uma via diplomática²⁰⁴, fosse esta a velha convenção política de potência ou a moderna reivindicação da libertação de

²⁰¹ Paolo Alatri. *Nitti, D'Annunzio e la questione adriatica* (1959, p. 18).

²⁰² Paolo Alatri completa que o sentimento de hostilidade dos aliados com a nação italiana foi expresso no dia 26 de junho de 1919, pelos aliados em Paris (1959, p. 46).

²⁰³ Durante a Conferência de Paz, foram estabelecidos os acordos de paz com a Alemanha (Tratado de Versailles), com a Áustria (Tratado de Saint Germain), com a Bulgária (Tratado de Neuilly), com a Hungria (Tratado de Trianon) e com o Império Otomano (Tratado de Sèvres). Além disso, foram criados os novos estados europeus: Iugoslávia, Romênia e Tchecoslováquia.

²⁰⁴ A comissão diplomática italiana estava dividida, durante a Conferência em Paris, em duas perspectivas opostas: a do presidente do Conselho de Ministros, Vittorio Emanuele Orlando, que preferia abdicar à Dalmácia em troca da cidade de Fiume, e a do ministro das Relações Exteriores, Sidney Sonnino, que acreditava que o território dalmata oferecia mais vantagens que a cidade portuária do Golfo do Carnaro. Sem solucionar a divergência, os representantes italianos optaram por requerer os dois territórios.

povos respeitando os critérios nacionais, durante a Conferência de Paz, essa dificuldade significou um enorme fracasso²⁰⁵ para o governo de Vittorio Emanuele Orlando.

A vitória mutilada

A gratificação parcial das pretensões territoriais italianas, somada à grave situação socioeconômica do pós-guerra, deixou semear um sentimento de rancor para com as nações aliadas e uma insatisfação difusa na população. Ora, talvez seja possível afirmar que a Grande Guerra foi o primeiro grande esforço militar da população italiana como um estado unificado. Para milhões de italianos, a Grande Guerra foi a primeira *experiência nacional* vivida coletivamente²⁰⁶. Uma longa luta armada, combatida com empenho e sacrifício de toda a população em busca de grandes ideais. Um conflito completamente diverso daqueles que o antecederam, pois mobilizou todas as forças nacionais e fez sentir seus efeitos em todos os campos da vida social. Ainda que muitos não sentissem o entusiasmo patriótico daqueles que forçaram a entrada da Itália na guerra, todos compartilhavam os efeitos da trágica experiência. Uma *guerra total*, em que as massas tomaram os campos de batalha, assumindo um papel de protagonista na vida civil. Nesse sentido, a Grande Guerra marcou a entrada do povo italiano na vida política do país, onde antes era escassa a sua participação.

Durante o conflito bélico, a classe dirigente liberal havia encorajado uma atmosfera de esperança, com a ideia de que a guerra era uma etapa necessária para completar a edificação do Estado unitário e a modernização italiana. Um exemplo disso é que, depois da trágica derrota italiana na Batalha de Caporetto (1917), foram feitas promessas de terras aos camponeses que se alistassem no exército e de melhoramento das condições de vida na Itália pós-guerra. Também é importante lembrar que, desde o início do século, cultivou-se no pensamento político e cultural das vanguardas, a noção de que era necessário que a Itália conquistasse a modernidade, pois ela produziria uma nova dimensão da história humana, com a qual a nação poderia prosperar. E no desenrolar da campanha intervencionista se formou a ideia de que a guerra compreendia um valor

²⁰⁵ Segundo Paolo Alatri: “L’errore fondamentale della linea adottata da Orlando e Sonnino era stato quello di non saper scegliere tra due soluzioni possibili” (1959, p. 17).

²⁰⁶ Emilio Gentile. *La grande Italia – il mito della nazione nel XX secolo* (2009a, p. 84).

positivo: como processo para a formação de uma consciência moderna. Na batalha, a população seria formada pela pedagogia do heroísmo e do sacrifício, exercitaria a disciplina e a sublimação da individualidade em favor do coletivo²⁰⁷. Por isso, acreditava-se que a guerra significaria a aceleração de um processo histórico e o início de uma revolução política e social, com a formação de uma nova consciência nacional produzida nas trincheiras²⁰⁸.

Se por um lado a Itália saiu da trágica experiência da Grande Guerra como um país militarmente vitorioso, por outro, estava arruinada. A nação havia superado a disputa mais difícil da sua curta história como estado unificado, mas não havia conquistado a paz. Do ponto de vista econômico e financeiro, o conflito europeu corroborou²⁰⁹ as expectativas do ex-presidente do Conselho de Ministros, Giovanni Giolitti²¹⁰, que se manteve neutro durante toda a campanha intervencionista, por acreditar que esse conflito seria muito longo para ser suportado pelos cofres públicos²¹¹. A longa experiência como chefe do estado italiano conferia a Giovanni Giolitti uma precisa perspectiva do momento

²⁰⁷ Emilio Gentile afirma que o valor positivo da guerra surgiu do mito de um palingênese nacional, no qual a violência assumia um papel regenerador. Muitos intelectuais e intervencionistas italianos acreditavam que, para a Itália conquistar a modernidade, ela precisaria passar por uma experiência extrema de violência. In: *The Struggle for Modernity – Nationalism, Futurism and Fascism* (2003, p. 58).

²⁰⁸ A ideia de que a guerra era um método legítimo de transformação social circulava na Itália desde 1911, quando, por ocasião da Guerra Ítalo-Turca, setores da extrema esquerda reivindicaram a conquista de novos territórios como pré-requisito necessário para a solução do problema agrário. Sintomática foi a publicação do célebre discurso *La grande proletaria si è mossa* (1911), de Giovanni Pascoli, em que se encontram elementos do nacionalismo com ideário socialista.

²⁰⁹ Frederico Chabod, na obra *L'Italia contemporanea 1918-1919* (1961), apresenta um balanço dos gastos dos cofres do Estado italiano durante os quatro anos de guerra. Vejamos: enquanto no ano 1913-1914, período em que a Itália se manteve neutra, foram gastos dois bilhões e 501 milhões; no ano de 1915-1916, foram gastos 17 bilhões e 315 milhões. Os valores continuaram em ordem crescente nos anos subsequentes: entre 1916-1917, foram gastos 25 bilhões e 334 milhões, entre 1917-1918, 30 bilhões e 857 milhões (1961, p. 28).

²¹⁰ Em 1914, Giovanni Giolitti era ainda o político com maior autoridade no cenário político italiano. Convencido de que a Itália deveria evitar qualquer participação na guerra “europeia”, defendeu a neutralidade como a decisão mais acertada para a Itália. Sob influência da política do ex-presidente do Conselho, o Estado italiano declarou-se neutro em agosto de 1914. Essa decisão contentou os membros do Partido Socialista Italiano, os liberais e os católicos, mas revoltou os pequenos grupos da esquerda radical, nacionalistas e republicanos.

²¹¹ A convicção do presidente do Conselho de Ministros em exercício, Antonio Salandra, era bem diferente do ponto de vista giolittiano. Tomado de otimismo, Salandra acreditava que o conflito duraria apenas alguns meses após a assinatura do Pacto de Londres. O presidente acreditava que seria uma vitória fácil, assim que o exército austro-húngaro fosse coagido pelo exército russo nos confins orientais e pelo italiano no ocidental. Salandra subestimou a potência do exército austro-húngaro e, por esse motivo, pediu auxílio financeiro a seus novos aliados para apenas dois meses de combate. Esse erro de interpretação do contexto histórico custou caro ao governo da Itália, que não tinha nem condições financeiras para sobreviver um longo conflito, nem um exército preparado para a guerra.

histórico. As consequências financeiras da Grande Guerra foram a inflação, a desvalorização da lira italiana²¹² e uma enorme dívida com os Estados Unidos²¹³. Essa crise econômica se refletiu no empobrecimento de grande parte da população e no encarecimento do custo de vida.

Durante a guerra foram convocados pelo exército quase seis milhões de cidadãos italianos, dos quais quatro milhões foram enviados para as trincheiras, onde viram de perto os horrores de uma guerra com alto grau de tecnologia para o extermínio de massas. Sem dúvida foi um evento traumático que registrou profundas marcas na sociedade e na cultura italiana do início do século XX. Calcula-se que pelo menos quinhentos e setenta mil soldados italianos morreram em combate²¹⁴. Esse altíssimo número de perdas humanas sem compensação, somado às polêmicas suscitadas pela Comissão de Investigação, promovida pelo Supremo Tribunal Militar sobre a derrota de Caporetto²¹⁵, colocava em discussão a memória da guerra e o valor das vítimas dela. Muitos enxergaram o conflito como um massacre inútil, que não promoveu nenhum ganho significativo para a sociedade europeia.

Ao menos se esperava que a Itália saísse da guerra completamente unificada e com uma posição reforçada entre as grandes potências mundiais. Nicola Pascazio escreveu no jornal *Fronte Nazionale*, dia 29 de março, expressando os anseios dos grupos nacionalistas:

Siamo entrati in guerra per assurgere a grande potenza europea, da pari a pari con i nostri alleati, in condizioni di alta fierezza con i nemici. Vogliamo tutto quello che ci spetta, dall'Alto Adige, all'Istria, alla Dalmazia, alla Bocche del Cattaro, all'Albania, al Médio Oriente e

²¹² Frederico Chabod informa que, no segundo semestre de 1920, a lira valia um quinto do valor que tinha em 1914 (1961, p. 29).

²¹³ Todos os países beligerantes, com a exceção dos Estados Unidos, saíram da Grande Guerra em uma gravíssima crise econômica. A França, o Reino Unido e a Itália contraíram dívidas altíssimas com os Estados Unidos para financiar o esforço bélico. A economia norte-americana desfrutou enormes vantagens durante o conflito, graças ao seu extraordinário desenvolvimento industrial.

²¹⁴ Números fornecidos por Roberta Suzzi Valli, na obra *Le origini del fascismo* (2003).

²¹⁵ Com o objetivo de confirmar as causas da derrota italiana na Batalha de Caporetto, o governo italiano instituiu uma comissão de investigação, composta por sete comissários sob a presidência de um general. No período de um ano e meio, foram feitos cerca de 1000 interrogatórios. Foram desencadeadas inúmeras polêmicas sobre a grave condição de inferioridade tecnológica com que os soldados eram enviados para os campos de batalha e a inaptidão dos oficiais.

alle molteplici influenze in ogni parte del mondo dove trovano facile sbocco la produzione ed il lavoro italiani²¹⁶.

Nesse sentido, o resultado da atuação da comissão italiana, na Conferência de Paz, em Paris, foi um banho de água fria nas expectativas de quem imaginava que uma grande Itália surgiria do conflito. O país havia alcançado os seus confins naturais e visto a improvável dissolução do Império austro-húngaro – o grande inimigo do Risorgimento²¹⁷ italiano –, mas a cidade de Fiume lhe havia sido negada.

Sufocada pelo seu triunfo e pela grave crise do pós-guerra, se propagou pela península itálica a expressão “vitória mutilada”, do poema *Preghiera di Sernaglia*²¹⁸, de Gabriele D’Annunzio, condensando todo um ressentimento nacional. E o poeta teve a habilidade de colocar em evidência a incapacidade do Estado Liberal em resolver a questão do Carnaro a seu favor e enfatizou a frustração coletiva, publicando uma série de artigos intervencionistas. Promovendo discursos nacionalistas nas praças e teatros, convocando o povo a tomar uma iniciativa concreta contra a política parlamentar do velho continente, o poeta tornou-se porta voz da resignação nacional. Fiume logo se tornou uma questão sentimental para o povo italiano. Cidade símbolo do mal-estar do pós-guerra, do martírio dos italianos mortos no conflito e objeto concreto de aspiração para nacionalistas e para a esquerda intervencionista.

Enquanto se fazia um inventário das esperanças e decepções construídas na guerra²¹⁹, uma onda de mobilizações e greves exigia uma redefinição das relações entre estado e sociedade. Profundamente transformada pelo ingresso das massas na cena política, a Itália foi envolvida em uma série de revoltas orientadas por uma diversidade de setores sociais e com reivindicações de diversos tipos. A dificuldade do governo em assumir o controle dos inúmeros processos de luta, através dos mecanismos da política

²¹⁶ Apud Sheyla Moroni, in: *Giovanni Giuriati – biografia politica*, 2006, p. 31.

²¹⁷ O termo “Risorgimento” foi amplamente difundido para nomear o movimento que conduziu à formação do estado unitário nacional italiano e tinha o sentido de ressurreição de uma pátria destruída pelas invasões estrangeiras e pela fragmentação política. A metáfora de ressonância religiosa ganhou contornos políticos quando foi usada para projetar uma nova fase de renascimento cultural e econômico, capaz de superar a decadência que se impôs à península itálica no século XVI.

²¹⁸ O poema *Preghiera di sernaglia*, de Gabriele D’Annunzio, foi publicado pela primeira vez no jornal *Corriere della Sera*, no dia 24 de outubro de 1918, quando a Guerra ainda ocorria. O poema celebrava o aniversário da Batalha de Caporetto e o início da Batalha de Vittorio Veneto. A estrofe: “Vittoria nostra, non sarai mutilata”, transformou-se em moto do pós-guerra.

²¹⁹ Mario Missiroli, *Il fascismo e la crise italiana*, p. 294.

tradicional, evidenciou a vulnerabilidade do governo liberal. As massas camponesas reivindicavam o cumprimento da promessa de terras e ameaçavam fazer uma revolução inspirada na soviética; os operários ocupavam as fábricas, organizavam greves gerais exigindo melhores condições de trabalho e a burguesia acusava o governo de ineficiência no combate contra a crise interna e externa.

Acusado pela opinião pública de jogar com os interesses nacionais, Vittorio Emanuele Orlando se demitiu do cargo de presidente do Conselho de Ministros, no dia 23 de junho de 1919, e foi substituído pelo economista Francesco Saverio Nitti. A mudança do chefe de governo não foi suficiente para contentar a população. Depois de assumir o posto de chefe do governo da Itália, o novo presidente do Conselho preferiu não estender as negociações territoriais na Conferência de Paz²²⁰. Acreditando ser melhor garantir um acordo de paz com a Áustria do que uma vitória gloriosa, optou por concluir rapidamente o debate.

Leonida Bissolati, um dos apoiadores do novo presidente do Conselho, fez uma palestra no teatro Scala, de Milão, justificando à população a posição assumida pelo governo na Conferência de Paz. Na ocasião, foi declarado que o governo de Francesco Saverio Nitti reconhecia a predominância da população eslava na Dalmácia e a importância do porto marítimo de Fiume para o estado iugoslavo. Argumentou-se que a Itália já possuía diversos importantes portos no mar Adriático e que, para construir uma Itália moderna, era preciso manter boas relações com os países vizinhos. Defendeu-se que a Itália deveria ser conduzida com moderação e seriedade, evitando qualquer possibilidade de um novo conflito.

O discurso do porta-voz do governo irritou os grupos radicais que assistiam a ele, provocando uma onda de vaias e algazarra no teatro. Futuristas, intervencionistas e nacionalistas que se organizavam em um novo movimento político, chamado *Fasci di Combattimento*²²¹, impediram o fim da exposição, promovendo uma violenta revolta

²²⁰ Francesco Saverio Nitti assumiu o governo às vésperas da assinatura do Tratado de Versalhes. De forma que a posição italiana já estava gravemente comprometida, pelos atos do seu governo antecessor, e quase sem possibilidade de negociação.

²²¹ Renzo De Felice, na obra *Mussolini - il rivoluzionario*, apresenta a tese de que o movimento fundado por Benito Mussolini surgiu assim como tantas outras organizações do pós-guerra, que questionavam a atuação do governo italiano para a solução da crise da vitória. As palavras do teórico: “I fasci di combattimento nacquero in realtà come tanti altri movimenti, tante altre organizzazioni degli anni della guerra e dell’immediato dopoguerra, destinati a un’esistenza grama e ad un esaurimento più o meno rapido.

contra o orador. Francesco Saverio Nitti era um expoente democrático da classe liberal, representava a continuidade da política giolittiana e, justamente por isso, suscitava a fúria dos grupos radicais²²². Detestado pela esquerda e também pela extrema direita, o novo presidente do Conselho teve de enfrentar a crise da classe liberal, que aos poucos perdia sua hegemonia, favorecendo forças políticas estranhas ao Estado.

Sobretudo entre alguns ex-combatentes, que fermentaram uma tendência nacionalista durante o conflito, manifestava-se uma irritação com a política parlamentarista e a burocracia. A desmobilização de soldados veteranos, que depois da guerra passaram a incorporar a massa de desempregados, despertava um sentimento de ingratidão do Estado pelos sacrifícios suportados.

No tempo da guerra, os soldados tinham a garantia de salário e muitos encontraram nos campos de batalha, satisfação na vida militar. No periódico *Gagliardetto*²²³, dirigido pelos *arditi* – a tropa especial de choque do exército²²⁴ – foi feita uma dura crítica à atitude da comissão italiana na Conferência de Paz. O órgão concluiu que a Itália não poderia ser governada por parlamentares que não soubessem impor os direitos da população e que o país precisava urgentemente de uma nova classe dirigente, formada por ex-combatentes.

Foi em decorrência da derrota diplomática da comissão de Orlando e do sentimento de desonra frente ao esforço italiano na Grande Guerra, que se começou a imaginar que apenas através de uma ação prática, organizada por uma nova força dirigente, o país seria capaz de conquistar a cidade de Fiume. Para muitos dos ex-combatentes, a guerra foi uma grande experiência de heroísmo, uma prova de virtude daqueles que estavam dispostos a morrer pela pátria. Consideravam que nos campos de batalha, apenas os espíritos mais elevados encontravam total liberdade para alterar o

[...] I fasci di combattimento nacquero in un clima confuso e contraddittorio, nacquero essi stessi pieni di confusione e di contraddizioni, nacquero contro il Partito socialista e inquinati di nazionalismo” (1965, pp. 460-461).

²²² Gabriele D’Annunzio teria afirmado “It is shameful that men like Giolitti and Nitti should still be speaking in Parliament. They represent Decomposition” (Rhodes, 1959, p. 167).

²²³ O jornal *Popolo d’Italia*, fundado e dirigido por Benito Mussolini, também dedicou amplo apoio aos movimentos antiparlamentaristas, cedendo páginas do seu periódico para ex-combatentes e organizações de *arditi* manifestarem suas ideias.

²²⁴ Os *arditi* foram tropas de assalto organizadas durante a Grande Guerra, compostas basicamente por voluntários. Esse grupo especial do exército procurava conquistar territórios inimigos através de ataques surpresa.

rumo da história. De forma que apenas uma minoria teria compreendido o valor revolucionário do conflito bélico mundial. Esses indivíduos, que lutaram com uma especial condição de espírito, não desejavam o retorno da vida normal e do seu antigo lugar no sistema. Ao contrário, eles encontravam grande dificuldade de adaptação à realidade do pós-guerra, pois se sentiam entediados e ofuscados pelo sistema²²⁵. Esses jovens ex-combatentes sentiam-se libertados de todo o *passadismo* e de toda a degeneração política, sentiam-se pertencentes a uma *elite* que poderia transformar a Itália em uma potente nação.

Acreditava-se que essa *elite* da guerra, formada nas trincheiras, estaria destinada a assumir um papel protagonista nas decisões políticas da nova Itália. Da necessidade de dar vida a novas forças políticas, foram fundadas a Associazione Nazionale Combattenti (1919) e a Associazione Arditi d'Italia (1919), por iniciativa do futurista Mario Carli. Ambas as organizações se apresentavam como núcleos de uma minoria ativa, uma aristocracia oriunda da guerra, jovem e dinâmica, que ambicionava construir uma *terceira via* política, diversa da capitalista e da comunista. Um dos representantes dessa geração de jovens ex-combatentes, entusiasmados com um significado revolucionário do conflito bélico, foi o escritor Giovanni Comisso. Na narrativa de testemunho intitulada *Le mie stagioni*, o soldado procurou descrever sua experiência nos campos de batalha e o possível significado do conflito:

La guerra aveva creato coscienze nuove, e queste dovevano avere la loro parola. Il mondo di prima era morto e uno nuovo doveva sorgere. L'Italia aveva compiuto non solo una guerra di liberazione di territori e di uomini, ma soprattutto di liberazione da principi, idee e costumi che le erano stati imposti dalla casta borghese nel secolo passato. Essa doveva ritrovare i suoi intimi valori spirituali, portarli a potenza e con questi dominare il mondo²²⁶.

As palavras de Giovanni Comisso demonstravam uma grande esperança de que a Grande Guerra representasse a possibilidade de renovamento total da sociedade. O

²²⁵ O general Badoglio teria alertado o presidente do Conselho, Francesco Saverio Nitti, dizendo que “a kind of fever has invaded the younger elements of our army due, it seems, to a dislike of ordinary, grey, everyday life and the constituted order; a scorn for goodness and saving, for the family, tradition, religion” (Rodhes, 1959, p. 168).

²²⁶ Giovanni Comisso *apud* Emilio Gentile (1909a, p. 56).

conflito não seria apenas a luta pela libertação de homens e territórios oprimidos pela força do império austro-húngaro, mas também um processo de libertação dos laços que prendiam os cidadãos italianos a valores arcaicos e burgueses. Esse surto revolucionário possuía, na concepção de uma geração de ex-combatentes, uma dupla natureza: a de destruição do antigo e de criação do novo. A aventura da guerra suscitaria novas energias hostis ao mundo existente, libertando os soldados e promovendo novos valores e regras.

Essa interpretação de que a luta armada era uma explosão de energia humana já estava presente em muitos movimentos radicais italianos, fossem de esquerda ou de direita. Desde as últimas décadas do século XIX, na Itália ocorriam tentativas de mobilização social e politização das massas. Acreditava-se na ideia de tradição mazziniana de que o Risorgimento italiano tinha sido uma “revolução incompleta”, porque, além de não ter concluído a unificação territorial, não havia nacionalizado as massas.

Ao lançarmos um breve olhar sobre o processo de formação do Estado unitário italiano, podemos perceber que ele ocorreu graças a manobras diplomáticas do Reino do Piemonte-Sardenha, que apresentava melhores condições de desenvolver o seu programa de expansão territorial e soube aproveitar-se do desenvolvimento de forças patrióticas em uma minoria dos habitantes da península itálica, os quais se dividiam em diversas correntes ideológicas que eram constantemente reprimidas pelas forças dos estados locais. Ao convencer esses grupos a se juntar e a aceitarem a representação política da aristocracia liberal piemontesa, esta os obrigou a reorganizar suas “forças no sentido da direita, após um processo interno de esclarecimento e cisão em cada um dos grupos”²²⁷, conservando na sua essência a manutenção de antigas estruturas políticas.

Portanto, o Reino do Piemonte-Sardenha, mesmo ocupando uma posição geográfica marginal na península itálica, com potência militar limitada, sem o consenso nacional e desprovido de uma profunda difusão da tradição italiana, conquistou o objetivo de constituição de um estado unitário e revelou-se intransigente frente a qualquer possibilidade de rompimento com forças conservadoras. A consequência foi a perpetuação das antigas formas de poder do Reino do Piemonte-Sardenha, através do triunfo da política aristocrático-liberal do conde Camillo Benso de Cavour, sob as

²²⁷ Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere* (v. 5, 2011, p. 280).

correntes influenciadas pelo teórico republicano democrático Giuseppe Mazzini e pelo Partito d’Azione, o que significou a improvável conjunção entre o moderno e o arcaico nos alicerces da nação.

Essa constatação aponta o caráter *revolucionário passivo*²²⁸ da formação do Estado italiano, que ocorreu através de reformas e batalhas nacionais que simularam a participação das massas e se distanciaram da política radical. A classe dirigente piemontesa foi incapaz²²⁹ de transformar-se, na prática, em representante de um grupo hegemônico e de guiar as massas para o desenvolvimento de suas potências progressistas, a fim de inovar substancialmente a constituição da Itália moderna. A classe dirigente que conduzia o processo de unificação recusou-se a ir além de suas exigências vitais, não acolhendo reivindicações do povo e ampliando o programa revolucionário em benefício de outras esferas sociais.

Ficou claro que a classe dirigente “na realidade se preocupava mais com os interesses econômicos do que com fórmulas ideais, e combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e a transformasse em luta social (no sentido de uma reforma agrária) do que contra os inimigos da unidade”²³⁰. Em outros termos: a dificuldade de comover as massas para que se unissem a esse movimento nacionalista ocorreu diante da falta de elementos concretos e ideológicos que, através de um programa político mais democrático e da promoção da reforma agrária, representassem os interesses do povo. Portanto, a direção do processo de formação do Estado moderno italiano não assumiu o papel histórico revolucionário radical. Ao contrário, temerosa de que as barricadas se voltassem contra ela, optou pela *via conservadora*, distanciando-se assim das classes populares²³¹.

²²⁸ Esse conceito, criado pelo militante e teórico Vincenzo Cuoco para descrever o processo revolucionário que tomou conta da cidade de Nápoli no ano de 1799, apareceu pela primeira vez na obra *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana*, publicada em 1801. Mais tarde, o termo foi reabilitado por Antonio Gramsci para a fundamentação teórica da formação da unificação italiana.

²²⁹ “A burguesia italiana não soube unificar em torno de si o povo, e esta foi a causa de suas derrotas e das interrupções de seu desenvolvimento. Também no Risorgimento, tal egoísmo estreito impediu uma revolução rápida e vigorosa como a francesa”. Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (v. 5, 2011, p. 141).

²³⁰ Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (v. 5, 2011, p. 40).

²³¹ Em *Cadernos do cárcere*, Antonio Gramsci aponta que a unificação italiana foi na verdade uma “rivoluzione mancata”, pois não mobilizou a massa para combater em nome dos ideais que contagiaram a Revolução Francesa.

Por esta razão, não podemos superestimar a participação popular no Risorgimento, ainda que tenham existido momentos de colaboração através do voluntarismo e da identificação de um inimigo comum, ou seja, o domínio estrangeiro. Essa acomodação, forjada por uma elite desejava de manter as rédeas de uma sociedade governada por ela, determinou uma problemática estrutura de sociabilidade, que se fomentava sob os signos do atraso e da modernização, um acentuado caráter artificial e autoritário da unificação.

A Grande Guerra difundiu por todo o país uma onda de entusiasmo nacionalista que encontrou sua fórmula na retórica do Risorgimento, para a qual a conquista dos territórios irredentistas representava a realização do sonho de construção de uma Grande Itália. A imprensa, a literatura e a propaganda engrandeceram o esforço militar italiano como unificação moral da população italiana. A guerra foi celebrada como um sacrifício necessário para o Estado tornar-se uma potência industrial. Os soldados que combatiam nos campos de batalha eram transfigurados pela imprensa em heróis, descendentes dos legionários romanos. A conclusão vitoriosa da participação italiana, ao lado dos países aliados, foi sublimada como o nascimento da nova Itália. A guerra teria renovado a consciência italiana e o espírito nacional.

A exaltação da experiência de guerra como fundamento do direito para assumir o poder contra o Parlamento, contra a política da classe liberal e também a burguesia conservadora deu ânimo a um fenômeno de revolta permanente contra a ordem existente. Esse clima de exaltação coletiva da suspensão das normas, do lícito e do ilícito, caracterizou a nova relação dessa geração com os movimentos políticos. Esses ex-combatentes sentiam aversão aos velhos sistemas e instituições do Estado, desprezo pelo comportamento reformista dos partidos e pelos políticos.

A Conferência de Paz também refletiria um prolongamento das organizações políticas tradicionais, no qual se deu um espaço para a demagogia e a defesa de interesses privados maquiados por belas palavras e ideais. Foi desse apartidarismo político, da desconfiança em relação às instituições e da dificuldade de readaptação na vida cotidiana que se afirmou uma nova geração de jovens desejosos de um protagonismo heroico. Muitos militares e soldados voluntários aprenderam que a ação violenta da vida militar era um método concreto para a rápida solução de impasses políticos. Quando os ex-

combatentes formaram uma força política e organizam as primeiras tentativas de reação ao governo, a violência se transformou em um instrumento legítimo para a arena política, fruto da valorização da guerra como modo de impor reformas radicais no campo social.

Itália e a Iugoslávia

Alceste De Ambris iniciou o seu artigo “Italy and Jogo-Slavia” (1919) com a afirmação de que ele não era um inimigo dos iugoslavos. Assegurava que sempre acreditou e ainda acreditava que os eslavos do sul, como qualquer outro povo, possuíam o direito de unificação. O sindicalista revolucionário avaliou que a concretização desse direito poderia beneficiar o mundo inteiro, já que tornaria a ressurreição do Império Austro-húngaro para sempre impossível. Além disso, admitiu que a união do povo croata, esloveno e servo em uma nação construiria uma benéfica barreira contra a Alemanha, no oeste da Europa.

Após essa curta introdução, que serviu como atestado de boa fé, Alceste De Ambris apresentou-se como um divulgador desinteressado do impasse entre a Itália e Iugoslávia. O então membro do Parlamento italiano propôs que a questão adriática fosse tratada com calma e espírito de justiça, especialmente pelos americanos que tinham sido chamados para a disputa quase como árbitros. Advertia que, embora os italianos tratassem da questão diplomática com prudência, os iugoslavos estavam conduzindo uma campanha agressiva e dissimulada, na defesa dos seus interesses, dando uma irreal impressão da situação. E, a partir disso, assumiu a tarefa de elucidar os fatos para que a população americana obtivesse uma opinião justa sobre o impasse.

Mais uma vez, o sindicalista revolucionário reconheceu o direito de autodeterminação da população, que ocupava a região norte, central e ocidental dos Bálcãs, em formar o Estado Iugoslavo. O impasse surgiria apenas quando os iugoslavos se empenhassem em incorporar territórios com população mista. Esses territórios seriam Ístria, Trieste, Friuli oriental, Goriza, Gradisca, Fiume e Dalmácia. Alceste De Ambris admitia que a questão sobre as zonas compostas por uma população mista era bastante complexa. Ele supunha que idealmente a solução seria a formação de um Estado

federativo, que seguisse o modelo americano, mas como não parecia ser essa a linha a ser adotada, sugeria definir quais as fronteiras ideais entre Itália e Iugoslávia.

Conforme análise apresentada por Guido Depoli ²³², a Ístria e o Friuli oriental eram territórios predominantemente italianos. Segundo o sindicalista revolucionário, bastaria apenas contemplar os nomes das cidades e vilas no mapa para notar a prevalência latina. Apenas no passado recente elementos eslavos teriam se estabelecido na região. Mesmo sob o protesto dos italianos, que manifestavam seu desejo de desligar-se do Império Austríaco, este teria promovido um influxo artificial de imigrantes.

Guiado pelo mesmo raciocínio, Alceste De Ambris sustentava que Fiume seria indiscutivelmente italiana. Ele garantia que, antes da Grande Guerra, a população de Fiume era composta por 26.000 italianos subordinados à Áustria; 6.000, ao Reino da Itália; 12.000 eram croatas; e 6.000, húngaros. De acordo com os números apresentados por ele, 65% da população seria constituída por italianos. Geograficamente, tanto a Ístria, como Friuli oriental e parte da Dalmácia pertenceriam à Itália. A cadeia de montanhas alpinas e o mar Adriático delineariam os confins naturais do país. A história e também a cultura dessas regiões seriam, segundo Alceste De Ambris, desassociáveis da Itália. Primeiro pertencentes ao Império Romano e depois civilizadas pela Sereníssima Repubblica di Venezia, as cidades teriam assumido um caráter latino. Na condição de cidades livres, elas teriam incorporado a arquitetura, a língua e a literatura italiana.

No artigo, Alceste De Ambris também apontava para a participação da população da Ístria e da Dalmácia nas conspirações irredentistas e tentativas de insurreições do longo processo de unificação italiana. Alienada dos seus direitos e da *madre-pátria*, a resistência italiana nas regiões dominadas pelo império austro-húngaro teria superado uma longa prova para garantir à Itália os seus confins naturais. E ele acreditava que o esforço da população adriática de afirmação de sua identidade itálica não deveria ser ignorado. Além disso, afirmava que a Itália teria reconquistado esses territórios, através do sangue de seus soldados, e que a adesão do país aos aliados tornara possível uma vitória antecipada. Portanto, Alceste De Ambris alegava que a Itália deveria poder

²³² DEPOLI, Guido. *La popolazione di Fiume. Risultati del censimento fatto nel dicembre 1918*. Rivista “Fiume” della Società di Studi Fiumani Anno II, 1924, p. 192.

desfrutar dos duros sacrifícios suportados durante o conflito e que os iugoslavos não deveriam esquecer que eles deviam à Itália a sua liberdade.

Mais adiante, Alceste De Ambris procurou tornar evidente não apenas os traços históricos e culturais de continuidade entre esses territórios com a Itália, mas também a importância estratégica deles para a defesa da nação. Nessa lógica, os Alpes seriam uma barreira natural que protegeria a Itália das invasões estrangeiras. Alceste De Ambris ressaltou que a costa oriental da península itálica era uma contínua e longa faixa de terra, sem qualquer defesa natural que a preservasse de um ataque. A curta distância que separa a costa da península itálica do outro lado do estreito mar Adriático poderia transformar a Itália em uma presa fácil, caso aqueles territórios estivessem sob o domínio de inimigos.

There are practically no harbors – none at all which can be used by deep water ships or which lend themselves to fortification. This coast is thickly settled, each town or village merging into the next. The railroad runs along the shore line of the Adriatic serving these towns and the settlements in the interior. All of Italy's naval bases are on the west shore line of Italy. She has none whatever on her Adriatic coast – it is entirely unprotected²³³.

Na passagem aqui registrada, Alceste De Ambris buscou destacar que o domínio italiano dos territórios da Ístria e do Golfo do Carnaro era fundamental para que a Itália pudesse garantir a sua defesa nacional. No mais, visto que a Itália combateu a Grande Guerra junto à Tríplice Entente, seria também do interesse norte-americano que esses territórios fossem por ela anexados. Ao dizer isso, o parlamentar procurou demonstrar que a defesa da nação italiana era fundamental para garantir a vitória dos aliados, na iminência de um novo conflito mundial.

²³³ DE AMBRIS, Alceste. *Italy and Jugo-Slavia* (2010).

A conquista de Fiume

Marcia di ronchi

A ideia de um golpe de estado nasceu do encontro dos anseios nacionalistas, de alguns ex-combatentes, de setores industriais e de militares de alto escalão, que projetaram uma ação política, capaz de recuperar a dignidade do país no pós-guerra. A luta armada pela cidade de Fiume era identificada como símbolo da regeneração da pátria italiana, ou seja, “la lotta del nuovo contro il vecchio, non solo in una prospettiva interna, ma anche internazionale”²³⁴.

Com o apoio do Duque da Aosta (primo do rei Vittorio Emanuele III), do General Giardino, do dramaturgo Sem Benelli e do Capitão dos *arditi* Giovanni Host-Venturi²³⁵, iniciou-se a preparação secreta de uma *marcia su Fiume*. Já em abril o capitão Giovanni Host-Venturi tinha organizado um batalhão de voluntários, com militares dispostos a violar o juramento de obediência ao rei. Também aderiram grupos de voluntários irredentistas, nacionalistas, futuristas, *arditi* e sindicalistas revolucionários, com intuito de fazer um golpe de estado que provocasse a anexação de Fiume à Itália. Naquela época, o capitão procurava por um grande nome para ocupar o lugar de líder para a marcha até Fiume. Foram cogitados os nomes de Sem Benelli e Peppino Garibaldi, mas, depois de intensa discussão, foi decidido que o poeta Gabriele D’Annunzio serviria melhor à causa fiumana.

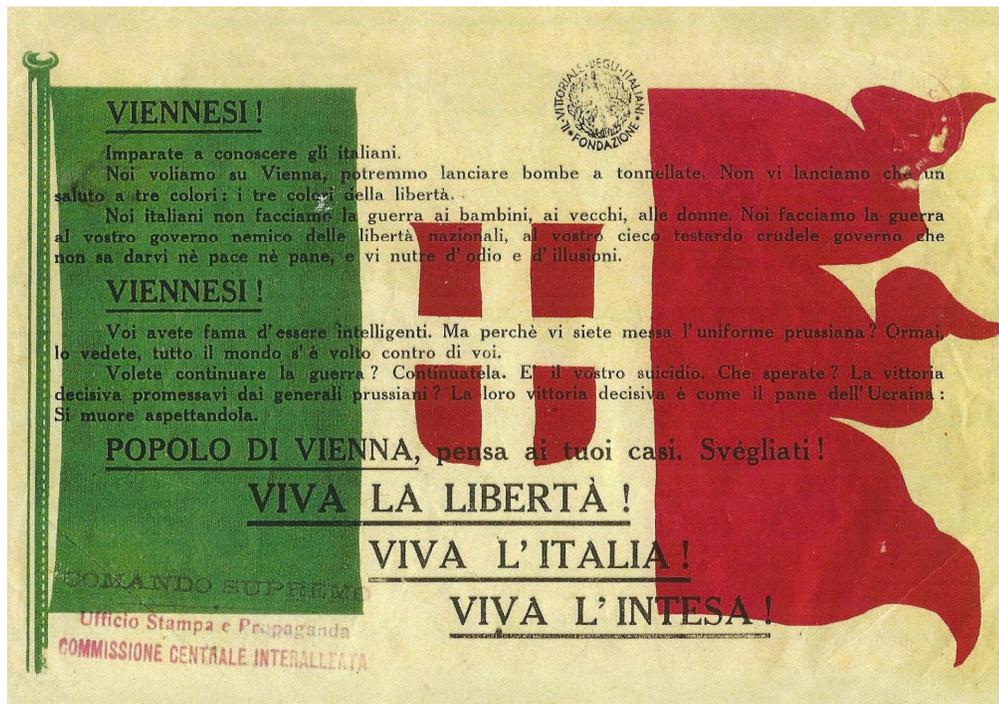
O poeta vate já havia oferecido grandes provas de heroísmo e patriotismo. Desde a juventude, afirmava seu espírito político contra o pacifismo, o liberalismo, o parlamentarismo e o Império Austro-húngaro. Durante a campanha intervencionista, tinha promovido as célebres jornadas de *maggio radioso* e, quando a guerra foi declarada, alistou-se no exército contra a vontade do presidente do Conselho de Ministros, Antonio Salandra, que o considerava uma pessoa valiosa demais para o Reino da Itália. Com cinquenta e dois anos, o poeta combateu com coragem as forças do Império Austro-húngaro. Como membro da cavalaria e importante personagem da vida pública italiana,

²³⁴ Palavras de Sheyla Moroni, em *Giovanni Giuriati – biografia politica* (2006), p. 58.

²³⁵ Conforme Nino Daniele (1928, p. 43), Host-Venturi foi um humilde operário e assistente de dentista, que em 1915 se declarou italiano por vontade. Croata, adotou o nome “Venturi” e se alistou como voluntário no exército italiano. Após sucessivas batalhas e demonstrações de mérito, no curso da Grande Guerra, Host Venturi foi promovido à patente de Capitão. Durante o governo provisório de Gabriele D’Annunzio, em Fiume, foi indicado ao cargo de *Ministro della Guerra della Reggenza del Carnaro*.

teve mobilidade para circular, segundo a sua vontade, por todas as esferas do exército, participando de ações marítimas, aéreas e terrestres²³⁶.

Mesmo em um contexto histórico caótico, marcado pela censura de todo tipo, o poeta soube organizar grandes gestos que o colocaram em evidência na imprensa internacional. Por exemplo, ele organizou um bombardeio único na cidade de Viena. No dia nove de agosto de 1918, pilotos arriscaram suas vidas, sobrevoando a capital do grande inimigo do Estado italiano, para espalhar papéis com as cores da bandeira da Itália nos céus. Em cada um desses panfletos, estava escrita uma mensagem para a população local: “Viennesi! Noi voliamo su Vienna, potremmo lanciare bombe a tonnellate. Non bi lanciamo che un saluto a tre colori: i tre colori della libertà”.



Por essas e outras, Gabriele D’Annunzio tornou-se um odioso inimigo da casa real austríaca, que ofereceu um prêmio para quem capturasse o poeta italiano, com ou sem vida. Nem uma medalha poderia ser tão gratificante pelos seus esforços militares do que essa condenação pelo inimigo. O poeta soldado orgulhava-se de ser uma *persona non grata* ao Império Austríaco. Esse gesto de prepotência bem que poderia ter sido

²³⁶ Michael A. Ledeen. *The First Duce...* (1977, p. 10).

imaginado pela vanguarda futurista, que tanto desejava romper o *tédio* com ações provocatórias, mas foi executado por Gabriele D'Annunzio. E o poeta tinha oferecido um exemplo fascinante de ação, no qual a “politica non era più scindibile dall'estetica e l'arte dall'agire”²³⁷.

Mestre na arte de inventar a si mesmo, durante os trágicos anos de guerra o poeta conseguiu consagrar-se como um mito. Após sucessivas demonstrações de coragem em arriscadas ações militares, tornou-se um símbolo nacional do heroísmo itálico em uma guerra sem glória. E enquanto a guerra europeia rapidamente se transformava em um conflito mundial, nos discursos de Gabriele D'Annunzio era afirmado que aquela era na verdade a “nostra guerra”, ou seja, a quarta guerra de independência²³⁸ dos povos itálicos oprimidos pela violência dos Habsburgos. Na ótica do escritor, a Grande Guerra era uma batalha em defesa da raça itálica e de toda a cultura produzida por ela. Nessa perspectiva, o conflito armado seria um momento de *virilidade* no qual uma sociedade italiana projetaria para si obras audaciosas, tornando-se o motor de criação do novo.

De forma que os oficiais do exército e os soldados estavam habituados a considerar Gabriele D'Annunzio como um arauto da Itália. Ele parecia possuir todos os atributos necessários para mobilizar as minorias ativas e guiá-las em uma expedição rumo à conquista de Fiume. Além disso, desde o fim da Grande Guerra, o poeta havia transformado sua residência veneziana, conhecida como “Casseta Rossa”²³⁹, em um centro de propaganda nacionalista e de defesa da causa fiumana. E, após a publicação da célebre *Lettera ai dalmati*²⁴⁰, Gabriele D'Annunzio alcançou prestígio entre a população irredentista fiumana. Tratava-se de uma resposta ao presidente americano, Woodrow

²³⁷ Giordano Bruno Guerri (2009, p. 221).

²³⁸ Embora a Grande Guerra não possa ser considerada como a quarta guerra de independência, do Risorgimento, muitos cidadãos italianos viveram esse momento como se o fosse.

²³⁹ A residência veneziana de Gabriele D'Annunzio tornou-se famosa pela cor vermelha de seus muros, graças a seus visitantes. Localizada no Grande Canal, no Campo San Maurizio, era, segundo descrição do biógrafo Antonio Spinosa, “un edificio a due piani allietato da una balaustra di marmo e da un piccolo giardino ornato di oleandri, disseminato di statue lillipuziane e di conchiglie. L'appartamento del poeta-soldato era composto di quattro stanze: una sala da pranzo, due camere da letto e una saletta 'lucente di specchi, adorna di ghirlande', ricca di maioliche, ventagli, antiche borsette veneziane. Tutte cose preesistenti al suo arrivo e che appartenevano al proprietario, il munifico principe austriaco Fritz Hohenlohe, dal quale l'insigne inquilino aveva persi la casa in affitto sul finire del 1915, quando già da alcuni mesi aveva definitivamente lasciato la Francia, andando incontro alla guerra [...]” (1987, p. 13).

²⁴⁰ Segundo Nino Daniele, a *Lettera ai dalmati* foi publicada contemporaneamente, na vigília da Conferência de Paz de Versailles, no jornal romano “Idea Nazionale”, no milanês “Popolo D'Italia” e no “Gazzetta del Popolo”, de Torino (1928, p. 17).

Wilson, que contestara a validade do *pacto secreto* assinado em Londres pelos aliados e submetera o presidente do Conselho de Ministros, Vittorio Emanuele Orlando, a uma humilhação.

Justamente pelo caráter agressivo da carta, o diretor do *Corriere Della Sera*, Luigi Albertini, recusou-se a publicar a *lettera* em seu jornal. Nela, o poeta acusava de traidores os chefes de estado das nações aliadas e incitava a violência ao afirmar: “Se sarà necessario affronteremo la nuova congiura alla maniera degli Arditi, con la bomba in ciascuna mano e con la lama fra denti”²⁴¹. A ruptura política²⁴² de Gabriele D’Annunzio com o amigo Luigi Albertini ocorreu justamente porque o jornalista discordava da posição imperialista radical assumida pelo poeta. “Tu vuoi per l’Italia territori che non le competono e che non potrebbe annettere senza danno e pericolo. Io vorrei con tutte le mie forze che tu ripudiassi le concezioni violente e assegnassi all’Italia ben più alta missione nel mondo”²⁴³. E com essas palavras do diretor interrompeu a intensa colaboração do poeta com jornal *Corriere Della Sera*.

O artigo foi então publicado no dia 14 de janeiro de 1919, no jornal *Gazzetta di Venezia* e, um dia depois, também apareceu no *Il Popolo d’Italia*, periódico sob direção de Benito Mussolini. Nota-se que o poeta se afastou das alas moderadas, que insistiam na busca por uma solução diplomática do impasse, e se aproximou dos grupos nacionalistas da *sinistra* e da *destra* radical, que encontravam na violência um modo legítimo para o expansionismo Adriático.

Ao perceber que Gabriele D’Annunzio era um homem capaz de oferecer à população fiumana o impulso necessário para a realização dos anseios de anexação de

²⁴¹ Palavras de Gabriele D’Annunzio na *Lettera ai dalmati*: “Assistiamo a uno spettacolo miserando. Sembriamo quasi oppressi dal nostro trionfo. C’è chi vuol spaventarci coi pericoli della vittoria, noi che abbiamo soverchiato tutti i pericoli della vittoria, noi che abbiamo soverchiato tutti i pericoli. Ecco che non facciamo se non cianciare ‘con la lingua che par mano tesa’. Mendichiamo il sorriso dell’arbitro. Celebriamo i trentadue denti di quel sorriso indecifrabile. [...] L’Italia vittoriosa, la più vittoriosa su se stessa e sul nemico – avrà comunque elle sue Alpi e nel suo mare la pace romana, la sola che le convenga. Abbiamo combattuto per la più grande Italia. Vogliamo l’Italia più grande. Io e i miei compagni non vorremmo più essere italiani di una Italia rammollita dai fomenti transatlantici del dottor Wilson e amputata dalla chirurgia transalpina del dottor Clemenceau. Quel che fu gridato dal popolo di Roma in una sera di tumulto, vale ancora per oggi, ancor più vale per oggi. ‘Non ossi, non tozzi, non zenci, non baratti, non truffe. Basta! Rovesciate i banchi! Spezzate le false bilance!’ Se sarà necessario affronteremo la nuova congiura alla maniera degli Arditi, con la bomba in ciascuna mano e con la lama fra denti” (1954, p. 804).

²⁴² Importante deixar claro que a ruptura política não significou o fim da relação entre Gabriele D’Annunzio e Luigi Albertini, na vida pessoal os dois continuaram amigos.

²⁴³ Antonio Spinosa, *D’Annunzio – il poeta armato* (1987, p. 21).

Fiume ao Reino da Itália, o Consiglio Nazionale di Fiume enviou uma mensagem para o poeta. No dia 7 de abril, Gabriele D'Annunzio recebeu na sua residência veneziana a visita do capitão Arturo Marpicati, que lhe trouxe a seguinte mensagem²⁴⁴:

Fiume, che vede sancito il suo diritto, coronata la sua fede, invia un fervido saluto al grande Poeta della Terza Italia e fa voti, perché, nell'ora solenne della redenzione (...)

Deste modo, o Consiglio Nazionale di Fiume fez o convite para que o poeta vate rompesse com a inanição do governo e unificasse a cidade do Carnaro com o Reino da Itália. Aproveitando-se da atmosfera de crise e agitação, Gabriele D'Annunzio assumiu o papel de libertador da *italianità adriática*²⁴⁵. Promovendo discursos nacionalistas que faziam recordar o clima das jornadas realizadas em maio de 1915, o poeta oferecia, mais uma vez, uma amostra do seu espírito de contestação à ordem. Justamente por seu ousado espírito de luta, ao enfrentar, no plano nacional, o governo recém-instituído de Francesco Saverio Nitti e, no internacional, as decisões dos aliados da Conferência de Paz, Gabriele D'Annunzio ganhou apoio de largos setores da burguesia. Foi nos sonhos do poeta de grandeza e modernização que uma nova burguesia industrial encontrou eco aos seus desejos. E ele representava para essa nova elite econômica a possibilidade de romper com a deteriorada democracia parlamentar, despertar a classe do comodismo e fazer cumprir sua missão histórica.

Gabriele D'Annunzio foi procurado pelo capitão Giovanni Host-Venturi, pelo Granadeiro Rajna e pelo Tenente Grand-Jasquet, membros da recém-constituída Legione Fiumana, para promover uma ação radical em defesa da anexação de Fiume à Itália. Eles demonstravam preocupação com a possível decisão dos aliados em conceder a cidade à Jugoslávia e pretendiam resolver a questão através da força de suas armas. Na Casseta

²⁴⁴ O Consiglio Nazionale di Fiume também enviou uma mensagem para ser publicada no jornal *Corriere della Sera*. Segue aqui a transcrição de um trecho do texto, divulgado no dia 9 de abril: “Cielo e del mare, che con la scia temeraria della piccola nave seppe rompere il falso confine della Patria per rimporlo nella verità, del sacro termine d'Italia, consacri nel Quarnaro di Dante lo storico evento, nel quale la gran madre abbraccerà questa sua devota figlia per stringerla in un amplesso eterno”.

²⁴⁵ Gabriele D'Annunzio recebeu um telegrama do Conselho Nacional de Fiume, com a seguinte mensagem: “Ci rivolgiamo al solo Duce del popolo italiano fermo e intrepido. Comandate-ci. Siamo pronti” (GUERRI, 2009, p. 223).

Rossa apresentaram ao escritor a ideia de promover a marcha de um exército legionário até a cidade de Fiume. No mesmo período, Gabriele D'Annunzio prospectava a possibilidade de completar um *raid* aéreo, de Roma até Tóquio, por isso hesitou em responder ao chamado, mas, por fim, acabou aceitando a proposta de tornar-se Comandante do exército rebelde. O apoio financeiro para a marcha até Fiume, requisito fundamental para sua concretização, foi garantido por Giuseppe Toeplitz, delegado da Banca Commerciale, e por alguns setores industriais²⁴⁶ do norte da Itália.

No dia 11 de setembro de 1919, Gabriele D'Annunzio partiu de Veneza em direção da cidade de Ronchi di Monfalcone²⁴⁷, província de Trieste. O poeta fez questão de ir abordo de seu automóvel conversível vermelho, Fiat 4. “Fiat Lux! È appropriato al momento, non credete?”²⁴⁸, teria dito o Comandante ao Tenente Ricardo Frassetto. O piloto que se colocou à disposição do poeta era o tenente aviador Guido Keller²⁴⁹.

Logo no início da jornada, num extravagante gesto, Guido Keller presenteou o comandante com um maço de rosas vermelhas²⁵⁰, que foram postas sobre o automóvel. Apelidado de *Asso di Cuori* por sua atuação na Grande Guerra como aviador do esquadrão Francesco Baracca, Guido Keller tinha um aspecto bizarro, com barba e bigodes rebeldes. Ele andava sempre com um crânio humano na mochila, símbolo *arditi* para os assaltos às trincheiras. “È italiano, non può portarci che bene”, justificava.

A campanha não ocorreu sem percalços: inicialmente apenas 186 granadeiros compunham o exército legionário, e, sem os prometidos carros de guerra, o percurso se tornou uma tarefa quase impossível. Porém, graças à iniciativa de Guido Keller, que conseguiu assaltar um depósito do exército italiano, fazendo juntar 26 carros armados Fiat 15 Ter à expedição, a marcha colocou-se na direção da cidade de Fiume.

Sob o comando de Gabriele D'Annunzio, os batalhões de granadeiros interromperam o percurso quando atingiram Castelnuovo, já território da Ístria. Ali o poeta colocou-se em cima do capô do automóvel e anunciou aos oficiais de seu exército:

²⁴⁶ Entre os financiadores da expedição fiumana, destaca-se o industrial triestino Oscar Sinigaglia.

²⁴⁷ Depois a cidade foi renomeada com o nome Ronchi dei Legionari, em memória da marcha que partiu da cidade com o objetivo de ocupar Fiume.

²⁴⁸ Conforme Luigi Vatta, 2009, p. 12.

²⁴⁹ O aviador Guido Keller tornou-se, mais tarde, “segretario d'azione” do governo dannunziano.

²⁵⁰ Gabriele D'Annunzio teria respondido ao excêntrico ato perguntando ao piloto: “erano forse destinate a une delle tue profumate zambracche, Guido? Sei proprio il solito! O forse ti sei innamorato di me?” E Guido teria respondido, ajoelhando-se na frente do poeta: “Dell'amore più puro”(Luigi Vatta, 2009, p. 14).

“È dato il tratto!”. Naquele instante realizou um discurso sobre o sacrifício militar e, por fim, realizou uma espécie de cerimônia de batismo dos legionários com um grito de guerra de sua invenção “Eia! Eia! Alalà!”. Então, foi reiniciada a marcha até a pequena cidade portuária na costa do mar Adriático.

Na porta da cidade, o general Vittorio Emanuele Pittaluga, comandante do Corpo di Occupazione Interalleato de Fiume, tentou impedir a entrada na cidade do poeta-soldado com seu exército de rebeldes. Primeiro solicitou que um de seus oficiais atirasse em Gabriele D’Annunzio e, depois de escutar sua ordem recusada, dirigiu-se até o poeta pessoalmente para obstruir seu caminho. O general declarou que era o seu dever impedir que um ato infame e de consequências incalculáveis comprometesse a Itália e ordenou que as tropas do exército *regular* italiano detivessem a marcha dannunziana.

O poeta não se intimidou. Ostentando o distintivo dos mutilados de guerra e a fita azul de sua medalha de ouro, o poeta convidou o general Pittaluga a abrir fogo contra ele: “Non sarò io, figlio e nipote di garibaldini, che spargerò sangue fraterno; ma Lei, da buon soldato, ubbidisca [...] No, andrò a Fiume a qualunque costo”²⁵¹. E assim, como recorda o jornalista Antonio Spinosa, tomado por um ímpeto teatral, Gabriele D’Annunzio repetia o gesto de Napoleão no lago Laffrey²⁵². Aos poucos muitos outros voluntários foram aderindo à campanha dannunziana, e estima-se que, quando chegou na cidade de Fiume, a marcha superava a marca de dois mil soldados.

Aos gritos de “Viva l’Italia! Viva Fiume! Viva Fiume Italiana”, o exército dannunziano, abordo carros armados, caminhonetes e motocicletas, ingressou na cidade de Fiume, no dia 12 de setembro 1919²⁵³. Já na cidade de Fiume, foi acolhido com entusiasmo por uma significativa parcela da população local. Simultaneamente, um grupo de cidadãos invadiu a sede do governo e retirou dos mastros do Palazzo del Governatore as bandeiras das nações aliadas, e os comandos, franceses e ingleses, ordenaram a retirada de suas tropas militares da cidade.

²⁵¹ Antonio Spinosa, *D’Annunzio – il poeta armato* (1987, pp. 73-74).

²⁵² Em 1815, quando o imperador Napoleão retornava à França, do exílio na ilha de Elba, teria convidado os soldados que tivessem se desistido de segui-lo a atirar contra ele.

²⁵³ O dia em que o exército legionário invadiu a cidade de Fiume, sem que um tiro fosse necessário, foi celebrado como a “Santa Entrata”, por Gabriele D’Annunzio.

Na chegada a Fiume, Gabriele D’Annunzio se dirigiu ao Hotel Europa para um breve descanso²⁵⁴. Lá foi comunicado, pelo legionário Guido Keller, que o Conselho Nacional de Fiume²⁵⁵ o nomeara representante legítimo do povo e lhe haviam sido conferidos plenos poderes políticos e militares. Escoltado por seus legionários e alguns membros do Conselho, o poeta avançou na direção do Palazzo del Governo no final da tarde. Do balcão do Palazzo, anunciou, para a multidão que se agremiava na praça e o aplaudia, que contra as determinações da Conferência de Paz em transformar Fiume em uma cidade mártir, ou “la città olocausta”, ele a consagrava como símbolo máximo da liberdade. Esse primeiro discurso *no balcão* inaugurou uma longa série que se repetiu, fosse em Fiume e por Gabriele D’Annunzio, ou na cena política moderna do pós-guerra e por outros estadistas. Nas palavras do poeta:

Italiani di Fiume!
Nel mondo folle e vile Fiume è oggi segno della libertà.
Nel mondo folle e vile vi è una sola cosa pura: Fiume.
Vi è solo una verità: e questa è Fiume.
Vi è un solo amore: e questo è Fiume!
Fiume è come un faro luminoso che spende in mezzo ad un mare di
abiezione. [...]
Io sono soldato, io sono volontario, io sono mutilato di guerra, credo
di interpretare la volontà di tutto il sano popolo d’Italia proclamando
l’annessione di Fiume.

Na declaração de independência da cidade de Fiume e sua anexação ao Reino da Itália, Gabriele D’Annunzio elaborou uma inversão simbólica ao transformar a “città olocausta” em uma “città di vita”. O termo *cidade holocausta*, cunhado pelo poeta durante a campanha contra as decisões da Conferência de Paz, era uma referência aos anos de opressão sob o domínio estrangeiro, ao sacrifício da população fiumana durante os anos da guerra e, por fim, à negação do direito dessa população de afirmação de sua identidade nacional.

Conforme a lógica do poeta-soldado, a expedição de Fiume cumpria o objetivo de libertar a população submetida ao *martírio* da separação com a pátria, reparando o ato de

²⁵⁴ Se o fato causa riso ou estranhamento, deve-se considerar que Gabriele D’Annunzio possuía 56 anos no momento que comandou a expedição para ocupar a cidade de Fiume.

²⁵⁵ Já no final de outubro de 1918, foi constituído em Fiume um Conselho Nacional, com o objetivo de afirmar a identidade itálica dos habitantes da cidade e anexá-la ao Reino da Itália.

injustiça dos aliados. Não apenas isso, a anexação de Fiume ao Reino da Itália representaria o fim do processo para unificação italiana e a superação de longo período de decadência da cultura latina. Essa ocasião heroica transformava Fiume na cidade perfeita, isolada da mediocridade do mundo ocidental por um oceano, que irradiava a luz da cidade como um farol luminoso, em meio à escuridão.

O poeta acreditava que o povo itálico era dotado de uma missão moral²⁵⁶ em conduzir os demais povos por um processo de renovação cultural e que Fiume representaria um ato de recuperação da virtude criadora e redentora com a qual a raça tinha contribuído incessantemente na história da humanidade, com a propagação de valores universais que haviam revolucionado o mundo. Desde a construção do Império Romano, da fundação da Igreja Católica, a formação do pensamento humanista e o Renascimento, a população itálica afirmara seu cosmopolitismo, como geradora de grandes movimentos espirituais e culturais. Para Gabriele D'Annunzio, ao garantir a anexação de Fiume, a Itália tinha a oportunidade consolidar uma hegemonia política e cultural e de fazer ressurgir a nova consciência do homem moderno. A marcha até Fiume seria, portanto, um ponto de partida para a nova civilização europeia, tornando-se um mito norteador para uma nova elite que desejava libertar-se das antigas estruturas para construir a sua própria história.

²⁵⁶ Talvez o poeta tenha assimilado o conceito da obra *Del primato morale e civile degli italiani* (1843), de Vincenzo Gioberti.



Entrada de Gabriele D'Annunzio em Fiume.
Fonte: Archivio Fiumano do Vittoriale degli Italiani

Recepção da marcha

A ocupação de Fiume surpreendeu²⁵⁷ o presidente do Conselho de Ministros, Francesco Saverio Nitti, como um grande ato de insubordinação²⁵⁸ do exército italiano contra as decisões estabelecidas pelo Tratado de Versalhes e contra o arbítrio do rei Vittorio Emanuele III. Ao contrário de Giuseppe Garibaldi, que, em respeito à vontade da casa real de Savoia, não liderou seu exército voluntário na direção de Roma quando recebeu o pedido do rei Vittorio Emanuele II, Gabriele D’Annunzio contestou a decisão do monarca, ao reivindicar no ato de rebelião o dever de concluir com o processo de unificação italiana²⁵⁹. De maneira que o poeta-soldado parodiou às avessas o ato do herói da pátria, demonstrando que o projeto de uma grande Itália não deveria ser subordinado aos caprichos da coroa.

A preocupação do presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália era como resolver o impasse sem colocar em risco a relação do Estado italiano com seus aliados de guerra. Depois de ter defendido vigorosamente, na Conferência de Paz, a necessidade de aliança internacional entre os países vencedores e se comprometido a colaborar na recuperação econômica da Europa²⁶⁰, o presidente do Conselho sentiu que a ocupação de Fiume prejudicava seu governo.

Apreensivo com a repercussão internacional dos acontecimentos em Fiume, o presidente Francesco Saverio Nitti reconheceu publicamente que no movimento dannunziano era expressiva a participação de setores do alto escalão do exército italiano e que, portanto, tratava-se da manifestação de uma crise política interna. Afligia-se com a

²⁵⁷ Nino Valeri informa que a primeira notícia da marcha liderada pelo poeta chegou aos ouvidos do presidente do Conselho, na tarde do dia 12 de setembro de 1919, quando ele assistia a uma conferência na Câmara. “Il sottosegretario agli Interni – notarono i cronisti di turno – si avvicinò al Presidente del Consiglio e gli sussurrò all’orecchino la notizia (che già tutti conoscevano...). Nitti confabulò nervosamente con il ministro della Guerra, Albricci, che era al suo fianco, appoggiando il suo dire con gesti di impazienza e battendo anche con energia, a più riprese, le palme sul tavolo. Quindi si alzò di scatto, e all’on. Marangoni (che aveva sollecitato un chiarimento immediato) confidò, in privato (ma in modo che tutti lo sepperò): ‘Siamo alla vigilia della fame. Con questi atti si vuole affrettarla’” (1956, p. 42).

²⁵⁸ Frederico Chabod: “Ciò significa che il problema adriatico, le questioni di politica estera, rappresentano un elemento capace di turbare profondamente lo stesso ordine interno della vita statale; significa che nel seno stesso dello stato c’è qualcosa che non funziona più, come un ingranaggio che si sia spezzato” (1961, p. 25).

²⁵⁹ A paródia às avessas do grande gesto de Giuseppe Garibaldi não foi apenas premeditada como também declarada através do artigo *Disobbedisco*, publicado no dia 1 de julho no jornal *Idea Nazionale*.

²⁶⁰ Francesco Saverio Nitti contava, sobretudo, com o apoio financeiro dos Estados Unidos. Portanto acreditava ser absolutamente necessário não desagradar o governo norte-americano.

ideia de que o ato dannunziano projetava a imagem de um país instável e com uma formação ainda incipiente. Frente à delicada circunstância, ele advertiu as tropas militares rebeldes de que um conflito com as potências aliadas só amplificaria a ruína e a desonra do Estado italiano. Declarou publicamente que a guerra havia deixado um enorme déficit financeiro, com a ausência de alimentos, carvão, navios, materiais de primeira necessidade e que para o país se recompor seria necessário enfrentar os problemas com seriedade, trabalho e paz. Portanto, o presidente do Conselho recomendou manter a mais rigorosa disciplina e ameaçou aplicar o artigo 138²⁶¹ do Código Militar contra os soldados que não retornassem a seu posto. “Si serve la Patria solo con l’obbedienza”²⁶². Os soldados que rompessem com a ordem seriam considerados pelo governo um inimigo da pátria e, por esse motivo, deveriam ser reprimidos pelas forças do Estado.

Na verdade, acima de tudo, Francesco Saverio Nitti contava com empréstimos financeiros²⁶³ dos Estados Unidos para solucionar a crise econômica. Por isso, desejava evitar qualquer problema diplomático que pudesse prejudicar os acordos entre os dois países. E o presidente Wilson já tinha deixado claro, na Conferência de Paz, que os Estados Unidos não reconheciam a legitimidade do Pacto de Londres ou o direito da Itália de anexar a cidade de Fiume a seu território.

“Non è concepando imprese simili, come um raid, uma spedizione d’avventura, come qualcosa fra il romantico e il letterario, che si determina la fortuna del proprio Paese!”²⁶⁴ – proclamou Francesco Saverio Nitti no discurso do dia 13 de setembro de 1919. A expedição foi considerada por ele como um problema interno da Itália, já que ato fora promovido por generais e oficiais superiores do exército regular, ativos e em serviço. Por esse motivo, o governo teria a missão de recuperar a dignidade do país, solucionando a questão. Os Primeiros Ministros David Loyde George (do Reino Unido) e Georges Clemenceau (da França) reagiram de forma positiva às preocupações do presidente do

²⁶¹ Conforme o artigo 138 do Código Militar, vigente na época, era considerado desertor aquele que não se apresentasse na sua seção em cinco dias após a convocação oficial (Spinosa, 1987, p. 87).

²⁶² Paolo Alatri, *Nitti, D’Annunzio e la questione adriatica* (1959, p. 203).

²⁶³ Michael A. Ledeen: “For Nitti, then, the paramount consideration was one of economics: Italy could live without glory, but she could not survive long without money. The key to the financial security of the country was America, and consequently, whatever he might think of the glory of D’Annunzio’s enterprise, Nitti was determined to settle Fiume crisis in a way that did not produce total rupture with United States” (1977, p. 131).

²⁶⁴ Nino Valeri (1956, p. 42).

Conselho de Ministros, oferecendo-lhe a confiança de que o governo italiano saberia solucionar essa crise e reverter a conjuntura.

Pouco tempo depois, a expedição dannunziana tornou-se um dos símbolos do espírito de revolta que atingiu o velho continente no pós-guerra²⁶⁵. Em chave libertária, a ocupação de Fiume foi acolhida pelas vanguardas de toda a Europa como um gesto heroico, contra as prepotentes regras políticas impostas pelas potências internacionais. Entre idealismo e anarquia, esse gesto de loucura significou uma resposta ao mal-estar social gerado pelo conflito bélico e uma esperança de que através da vitalidade fosse ainda possível desintegrar o velho sistema político e transformar a realidade social. A marcha dos legionários seria uma ruptura definitiva com a tradição e a afirmação de uma geração que buscava criar um mundo novo. Foi desse modo que os artistas dadaístas Richard Huelsenbeck, Johannes Baader e George Grosz interpretaram a *Marcia di Ronchi*. O grupo da vanguarda alemã enviou ao jornal *Corriere della Sera* um telegrama congratulando o ato de Gabriele D'Annunzio como a realização de um gesto dadaísta:

Ill.mo Signore Gabriele D'Annunzio

Se gli alleati protestano preghiamo telefonare Club Dada Berlino. Conquista grandiosa impresa dadaista per il cui riconoscimento interverremo con tutti i mezzi. L'atlante mondiale dadaistico DADAKO (editore Kurt Wolff, Leipzig) riconosce Fiume già italiana.

Club Dada

Huelsenbeck. Baader. Grosz²⁶⁶.

Essa posição de aprovação da expedição fiumana não era hegemônica. Ainda que a grande maioria dos jornais publicados na península itálica fermentasse o sentimento a favor da anexação de Fiume, o presidente do Conselho de Ministros relatou ao comissário extraordinário militar, Pietro Badoglio, que grande parte do país se mantinha calma e não participava de manifestações em prol do exército de legionários. Efetivamente, apenas uma minoria da opinião pública se declarava a favor da ocupação de Fiume.

A verdadeira força de Gabriele D'Annunzio era a corroboração do exército; isso era, de fato, o que impedia o governo de fazer uso da força para retirar as tropas

²⁶⁵ Emilio Gentile, em *Le origini dell'ideologia fascista 1918-1925* (1996).

²⁶⁶ Claudia Salaris, em *Alla festa della rivoluzione – artisti e libertari com D'Annunzio a Fiume* (2002).

legionárias do Palazzo del Governo. Constrangido pelas potências aliadas a assumir o controle da situação, Francesco Saverio Nitti procurou²⁶⁷ reforçar a disciplina do exército italiano e jogar com o fator do tempo para que a situação interna em Fiume se solucionasse sozinha. O Presidente sabia que muitos oficiais do exército e da marinha italiana se solidarizavam com a causa fiumana e com a figura de Gabriele D'Annunzio, e, não desejando correr o risco de fazer despontar uma resistência que pudesse desencadear uma insurreição, decidiu jogar com o tempo para suprimir o movimento fiumano. E, impondo uma série de embargos ao abastecimento da cidade, o presidente do Conselho criava os antagonismos necessários para desencadear uma crise na ocupação dos legionários.

Esfacelado o objetivo imediato de provocar a queda do governo nittiano, de desestabilizar os acordos de Versailles e de mobilizar a opinião pública a favor da anexação de Fiume, Gabriele D'Annunzio foi impelido a formar um governo provisório. Muitas foram as propostas²⁶⁸ para convencer o poeta a estender sua ação política até Roma, liderando assim uma nova marcha revolucionária, mas a ideia não foi acolhida pelo Comandante de Fiume. Não existia nem um consenso popular para fazer um percurso tão longo, nem concretude política para dar luz a um novo regime²⁶⁹, e Gabriele D'Annunzio temia que em um tal marcha prevalecesse o movimento republicano.

A cidade sobreviveu em uma situação crítica, que se prolongou até a instituição da *Carta del Carnaro*. Nesse documento, de poder constituinte, proclamava-se a criação da Reggenza Italiana del Carnaro. Embora esta pudesse parecer a negação prática do ideal da expedição legionária e da população fiumana, o Comandante e seu primeiro secretário de governo reconheceram a necessidade de declarar a fundação de um Estado Livre, como única forma de salvaguardar os direitos da população.

²⁶⁷ Renzo De Felice, em *Mussolini il rivoluzionario 1883-1920* (1965, p. 549).

²⁶⁸ O expoente do movimento nacionalista italiano, Enrico Corradini, e o fundador da organização Fasci di Combattimento, Benito Mussolini sugeriram que Gabriele D'Annunzio liderasse uma *Marcia su Roma*, transformando-se em líder de uma revolução concreta.

²⁶⁹ Segundo Giovanni Giuriati, na obra *Con D'Annunzio e Millo – in difesa dell'Adriatico* (1954).

Fiumanismo e fascismo

A dificuldade que se apresenta ao estudioso que ambiciona compreender a natureza ideológica da *Carta del Carnaro* é a de que esta parece acomodar elementos, tanto de uma direita autoritária, como da esquerda radical. E, justamente por isso, as interpretações da experiência política de Gabriele D'Annunzio oscilam entre duas visões opostas e, muitas vezes, inconciliáveis.

A primeira é aquela que entende o aventureiro governo do poeta como um *protofascismo* – movimento precursor do regime totalitário instaurado na Itália em 1922. Conforme a ótica, não apenas a marcha executada pelo exército legionário teria servido como um modelo para Benito Mussolini realizar a *Marcia su Roma*²⁷⁰, mas também em Fiume teria surgido a ideologia política fascista.

Já a segunda corrente de interpretação defende o fiumanismo da acusação acima, alegando que na verdade este movimento foi a oposição radical aos regimes autoritários, justamente por ser a idealização de um Estado *sob o vértice da liberdade*. De modo que a ocupação de Fiume seria marcada por um espontâneo espírito de ruptura com a tradição e de transgressão da ordem, antecipando a onda de movimentos da contracultura dos anos sessenta.

Como é possível notar, a questão é bastante complexa. Revisar os veredictos impostos ao estatuto fiumano, tanto pelo regime fascista como pela crítica historiográfica, impõe também um problema de captação da mensagem por trás do texto constitucional. Aqui, somos tomados de um esforço dialético, que nos obriga olhar para trás, não ignorando a tradição de estudos críticos sobre a experiência política dannunziana, mas também nos mantendo focados na *Carta del Carnaro*, como objeto primário. Por isso, será preciso avançar por um instante sobre a relação entre os dois revolucionários fiumanos com o movimento fascista.

²⁷⁰ É bastante recorrente, na fortuna de comentadores, as tentativas de filiação dos movimentos de massa arquitetados por Gabriele D'Annunzio com a revolução fascista. Em uma obra intitulada *Nazionalfascismo* (1923), de Luigi Salvatorelli, por exemplo, insinua-se que, já nos discursos intervencionistas promovidos pelo poeta, no famoso *maggio radioso*, existem elementos protofascistas, isso porque Gabriele D'Annunzio chegara a declarar que os jovens patriotas não deveriam deixar os deputados neutralistas entrarem na Câmara para votar a entrada da Itália na Guerra. Interpretado como a instituição da violência como prática produtiva para defender os interesses da nação, o gesto dannunziano seria acolhido anos mais tarde pelo *squadrisimo*.

Comparado à figura do santo João Batista²⁷¹, que introduziu o mais importante ritual da Igreja Católica, Gabriele D’Annunzio teria institucionalizado a sacralização política, como culto coletivo dos mitos e rituais da nação. O poeta, que assumiu efetivamente o papel de profeta da nação nas campanhas intervencionistas de 1915, foi, de fato, “um criador inesgotável de metáforas religiosas, ao desenhar livremente com a tradição cristã, a mitologia clássica, os cultos de trincheira, para elaborar uma refinada retórica político-religiosa”²⁷².

Pode-se afirmar que Gabriele D’Annunzio se destacou entre os inúmeros intelectuais, que desde o final do Ottocento buscavam assumir um papel protagonista na política italiana, porque criou novas formas de mediação do consenso nacional e cumpriu com a exigência de nacionalizar as massas. Expressão dos esforços ideológicos das *vanguardas nacionalistas e modernistas*, Gabriele D’Annunzio tornou-se o poeta vate de um estado retrógrado, que se manteve à margem de um grande processo científico e tecnológico europeu. Grande organizador e articulador das massas, ele fundou uma constelação de símbolos e mitos na tentativa de criar uma “consciência latina”, capaz de realizar uma *nova vida*.

Nas principais praças e avenidas de Fiume, durante o governo provisório, continuamente se festejava a vitória da “revolução”. Celebravam-se rituais de culto da nação, enaltecia-se a juventude, glorificavam-se os heróis e os mártires do fiumanismo, consagravam-se os símbolos nacionais. Exaltavam-se as constantes aparições do poeta no balcão do Palácio do Governo – gesto que seria depois imitado por tantos outros chefes de Estado do Novecento, como a encarnação vida da nação. Grande admirador do Império Romano, Gabriele D’Annunzio recuperou a saudação romana, que foi adotada entre o exército legionário, e cantos como o “*Eia! Eia! Alalà*”. Essas festas coletivas, que davam vida a uma religião laica, serviam para difundir o sentimento de unidade moral, educando a população a respeitar a causa fiumana e a expressar um amor absoluto pela pátria italiana.

No momento máximo da experiência política fiumana, a *Carta del Carnaro* surgiu como sugestão formal de instauração de um *Estado educador*, que detinha a missão de

²⁷¹ Michael A. Ledeen, *The First Duce – D’Annunzio at Fiume* (1977).

²⁷² Emilio Gentile, *O culto del Littorio...* (2009, p. 30).

restaurar a unidade do corpo político. Caberia ao Estado estabelecer a noção de um dever cívico norteador da prática de todos os cidadãos, para formar uma sociedade mais virtuosa. Por isso era necessário modificar os pilares fundamentais da sociedade burguesa, harmonizando as forças e os interesses das classes políticas em corporações autônomas, que indiretamente fortaleceriam o poder do Estado.

Renzo De Felice, um dos primeiros historiadores a analisar seriamente a relação entre o fiumanismo e o fascismo, afirmou que a participação de Benito Mussolini na aventura fiumana foi supervalorizada²⁷³ por grande parte da crítica. Todavia, isso não significa que o diretor do jornal *Il Popolo d'Italia* não tivesse estudado com cautela a figura política de Gabriele D'Annunzio ou colaborado, ainda que de modo modesto, com os desdobramentos do governo provisório de Fiume. Nas palavras do historiador:

Indubbiamente Mussolini, attraverso *Il Popolo d'Italia*, ebbe una parte notevole nel preparare l'opinione pubblica all'idea della necessità del colpo di mano e, scattata il 12 settembre l'operazione, nel sostenerla a spada tratta; così pure, egli era da tempo al corrente dei propositi del comandante e si adoperò per favorirli²⁷⁴.

Gabriele D'Annunzio e Benito Mussolini estabeleceram contato direto nos últimos dias do ano de 1918. O poeta, mergulhado na defesa da italianidade adriática, enviou uma carta ao diretor do *Il Popolo d'Italia*, com o objetivo de compreender quais eram as suas convicções políticas naquele momento e os seus propósitos de ação.

Desde a expulsão de Benito Mussolini com o Partido Socialista Italiano – que assinalou a ruptura definitiva do jornalista revolucionário com o socialismo –, ele se tornou um militante híbrido, que circulava entre futuristas, sindicalistas revolucionários, anarquistas, sem aderir a nenhum movimento. *Il Popolo d'Italia*, fundado pelo jornalista em novembro de 1914, tinha adquirido notável importância na divulgação do intervencionismo revolucionário, mas no imediato pós-guerra perdeu sua concretude ideológica, e, por esse motivo, o poeta escreveu-lhe indagando sobre qual a posição do jornal frente à crise política.

²⁷³ Renzo De Felice, *Mussolini – il rivoluzionario 1883-1920* (1965, p. 545).

²⁷⁴ Renzo De Felice, *Mussolini – il rivoluzionario 1883-1920* (1965, p. 545).

A resposta, escrita por Benito Mussolini no dia primeiro de janeiro atestava vontade de uma profunda renovação da vida nacional e necessidade de não deixar que a vitória italiana na Grande Guerra fosse mutilada. Nessa carta, o jornalista também mencionava a possibilidade de os dois se conhecerem pessoalmente, mas esse encontro acabou ocorrendo apenas em junho.

Por iniciativa do jornalista Nino Daniele, Gabriele D'Annunzio e Benito Mussolini entraram em contato direto no dia 23 de junho de 1919. Nino Daniele tomou essa atitude, pois sabia que os dois já estavam em contato epistolar e acreditava que era preciso aproveitar a oportunidade de reuni-los em benefício da nação italiana. O jornalista tinha conhecimento de que Gabriele D'Annunzio não concordava com o programa máximo da organização Fasci di Combattimento, mas sabia também que ele respeitava a contribuição que o cotidiano fundado e dirigido por Benito Mussolini tinha prestado durante a campanha intervencionista.

Os dois por acaso estavam em Roma no mesmo período, e Nino Daniele orquestrou o encontro no Grand Hotel. Conforme o combinado, às dez horas da manhã, o diretor do *Il Popolo d'Italia* foi, junto com o redator Gaetano Polverelli, ao hotel onde o poeta estava hospedado. Gabriele D'Annunzio os recebeu com meia hora de atraso, no salão amarelo para uma reunião que durou quase uma hora. Sabe-se, através do relato de Nino Daniele, que Benito Mussolini expressou satisfação de poder conhecer o poeta, porque reconhecia nele uma “forza superiore e indispensabile alla sua”²⁷⁵.

A partir desse encontro, os dois mantiveram o contato epistolar e a promessa de colaboração. Entre final de julho e início de setembro, o jornal *Il Popolo d'Italia* tornou-se “uno dei più accesi vessilliferi dell'opposizione a Nitti, accolse con sempre maggiore frequenza la voce dei fiumani e si può ben dire che scandisse con la progressione della sua polemica per l'annessione della città del Quarnaro”²⁷⁶. Benito Mussolini foi uma das poucas pessoas que foram informadas sobre a marcha do exército legionário para a ocupação de Fiume. No dia 11 de setembro, pouco antes de deixar sua residência em Veneza, para juntar-se ao exército voluntário em Ronchi, Gabriele D'Annunzio escreveu um telegrama ao diretor do *Il Popolo d'Italia*, informando-o da missão secreta:

²⁷⁵ Palavras de Nino Daniele, na obra *D'Annunzio político* (1928, p. 61).

²⁷⁶ Renzo De Felice, *Mussolini – il rivoluzionario 1883-1920* (1965, p. 533).

Mio caro compagno, il dado è tratto. Parto ora. Domattina prenderò Fiume con le armi. Il Dio d'Italia ci assista. Riassumete l'articolo che pubblicherà la Gazzetta del Popolo, e date intera la fine. E sostenete la Causa vigorosamente, durante il conflitto.

Percebe-se pelo tom da correspondência que Gabriele D'Annunzio confiava a informação do golpe de estado a Benito Mussolini no último momento antes do desenrolar da ação. Também fica evidente que interessava ao poeta o Benito Mussolini jornalista e diretor do *Il Popolo D'Italia*, e não a experiência militante do ex-soldado. Portanto, a ação de Benito Mussolini seria limitada, no momento da marcha, ao cumprimento do pedido de publicação do artigo do poeta, no seu jornal, e a defender publicamente a causa de Fiume. Em resposta, Benito Mussolini exaltou a atitude de Gabriele D'Annunzio, dizendo que os fascistas o aplaudiam: “Noi salutiamo l'eroe e gli promettiamo che ubbidiremo ad ogni suo cenno”²⁷⁷.

Segundo a análise de Renzo De Felice, a questão adriática ofereceu a Benito Mussolini uma oportunidade para romper com o isolamento político, no qual se encontrava desde o final de 1918. Através da defesa da questão adriática e de sua conexão com o líder do fiumatismo, Benito Mussolini conseguiu reinserir-se no jogo do intervencionismo, superando parcialmente as diferenças com a direita e resgatando relações com a esquerda, mas permaneceu como apenas um dos membros de um pequeno grupo de colaboradores da causa fiumana.

Inclusive a conduta de Benito Mussolini, em defesa da ocupação de Fiume, foi colocada em prova, em uma carta escrita por Gabriele D'Annunzio ao diretor do *Il Popolo d'Italia*. Nela o Comandante, de forma bastante irritada, questionava o sentimento nacional e a coragem dos aliados frente ao movimento fiumano. A carta do poeta foi publicada no cotidiano, suprimindo algumas passagens que criticavam a postura do destinatário. O historiador Renzo De Felice foi quem recuperou a versão original, sem censuras, que é transcrita a seguir. Os trechos em itálico foram justamente aqueles cortados pelo diretor, para a publicação no *Il Popolo d'Italia*.

²⁷⁷ Nino Valeri, *Da Giolitti a Mussolini – il saggiaiore* (1956, p. 51).

Mio caro Mussolini, *mi stupidisco di voi e del popolo italiano*. Io ho rischiato tutto, ho dato tutto, ho avuto tutto. Sono padrone di Fiume, del territorio, d'una parte della linea d'armistizio, delle navi; e dei soldati che non vogliono obbedire se non a me. Non c'è nulla da fare contro di me. Nessuno può togliermi di qui. Ho Fiume; tengo Fiume finché vivo, inoppugnabilmente.

E voi tremate di paura! Voi vi lasciate mettere sul collo il piede porcino del più abietto truffatore che avvia mai illustrato la storia del canagliume universale. Qualunque altro paese – anche la Lapponia – avrebbe rovesciato quell'uomo, quegli uomini. E voi state lì a Cianciare, mentre noi lottiamo d'attimo in attimo, con una energia che fa di questa impresa la più bella dopo la dipartita dei Mille. Dove sono i combattenti, gli arditi, i volontari, i futuristi?

Io ho tutti soldati qui, tutti soldati in uniforme, di tutte le armi. È un'impresa di regolari. *E non ci aiutate neppure con sottoscrizioni e collette*. Dobbiamo fare tutto da noi, con la nostra povertà. Svegliatevi! E vergognatevi anche.

Se almeno mezza Italia somigliasse ai Fiumani, avremmo il dominio del mondo. Ma Fiume non è se non una cima solitaria dell'eroismo, dove sarà dolce morire ricevendo un ultimo sorso della sua acqua.

Non c'è proprio nulla da sperare? E le vostre promesse? Bucate almeno la pancia che vi opprime; e sgonfiateela. Altrimenti verrò io quando avrò consolidato qui il mio potere. Ma non vi guarderò in faccia.

Su! Scuotetevi, pigri nell'eterna siesta. Io non dormo da sei notti; e la febbre mi divora. Ma sto in piedi. E domandate come, a chi m'ha visto. Alalà.

Gabriele D'Annunzio

Nota-se, pelo tom agressivo dessa carta, que Gabriele D'Annunzio tinha a intenção de provocar uma reação de Benito Mussolini. O poeta acreditava que a raça latina tinha se tornado uma massa inerte e incapaz de tomar consciência dos acontecimentos que a cercava. E que apenas isso explicava o fato de a população italiana não ter acolhido a ocupação de Fiume pelo exército legionário, como o gesto mais belo depois da expedição *dei mille*. Gabriele D'Annunzio, que construiu a sua imagem sob a sombra do grande herói da unificação italiana, Giuseppe Garibaldi, reafirmou seu heroísmo quando declarou que arriscara tudo pela causa italiana. Vitorioso, tornou-se soberano do território de Fiume, chefe de um exército e detentor de navios, mas a nação ainda lhe negava o reconhecimento. “Svegliatevi!”, ordenou Gabriele D'Annunzio. A carta surtiu efeito. No dia 19 de setembro, o jornal *Il Popolo d'Italia*

lançou um apelo para uma contribuição dos leitores em um fundo pró-Fiume. A campanha foi um sucesso e obteve, em menos de um mês, quase três milhões de liras²⁷⁸.

Algum tempo depois, Benito Mussolini e o Comandante do governo de Fiume encontraram-se pessoalmente mais uma vez²⁷⁹. A reunião ocorreu no Palazzo del Comando, no dia 17 de outubro de 1919, poucos dias antes do início do primeiro Congresso dei Fasci di Combattimento, em Florença. Benito Mussolini chegou a Fiume, a bordo de um avião, no final da tarde daquele dia, carregando consigo 857.842 liras²⁸⁰, recebidas por meio da campanha pró-Fiume do jornal *Il Popolo d'Italia*, para o uso do governo provisório. O encontro com Gabriele D'Annunzio ocorreu secretamente²⁸¹ e durou em torno de duas horas. Ignora-se quais foram os temas tratados, sabe-se apenas que Benito Mussolini tinha já em uma carta, escrita no dia 25 de setembro, projetado uma continuidade da ação revolucionária do exército legionário²⁸² e, no encontro, conforme relato do jornalista legionário Nino Daniele, o diretor do *Il Popolo d'Italia* aconselhou o poeta a realizar uma marcha até Roma²⁸³.

Ao invés de seguir a proposta do colaborador, o Comandante preferiu fazer uma expedição até a cidade de Zadar²⁸⁴, na tentativa de influenciar a população e o governo do Almirante Millo a unirem-se ao governo de Fiume, em defesa da italianidade adriática. Após esse breve encontro, Benito Mussolini permaneceu apenas uma noite em Fiume,

²⁷⁸ Diversos jornais estrangeiros aderiram à campanha pró-Fiume, promovida por Benito Mussolini, arrecadando uma considerável porcentagem do total obtido, nas comunidades italianas americanas, argentinas e brasileiras.

²⁷⁹ Esse encontro também foi descrito pelo jornalista legionário Nino Daniele, no relato memorialista *D'Annunzio político* (1928, pp. 61-62).

²⁸⁰ Giordano Bruno Guerri é quem nos indica o valor exato entregue por Benito Mussolini a Gabriele D'Annunzio naquele encontro. Essa quantia representa apenas uma pequena parte do total acumulado na campanha organizada pelo *Il Popolo d'Italia*; o restante teria sido usado por Benito Mussolini para financiar o movimento fascista (2009, p. 232).

²⁸¹ O Chefe do Gabinete, Giovanni Giuriati, na obra *Con D'Annunzio e Millo in difesa dell'adriatico*, narra que nem mesmo ele sabia daquele encontro. Foi apenas informado por um dos seus secretários, quando os dois já estavam reunidos na sala do comando (1954, p. 37).

²⁸² Conforme publicado por Renzo De Felice, a carta de Benito Mussolini era a seguinte: “Caro D'Annunzio, si delineano delle soluzioni beffarde nel Consiglio della Corona. Nell'attesa di venire a Fiume – per il tempo sufficiente a intenderci – le mie idee sono queste: 1. Marciare su Trieste; 2. Dichiarare decaduta la monarchia; 3. Nominare un direttorio di Governo che potrebbe essere composto di Giardino, Caviglia, Rizzo e del quale direttorio voi sareste presidente; 4. Preparare le elezioni per la Costituente; 5. Dichiarare, ben inteso, l'annessione di Fiume; 6. Mandare truppe fedeli a sbarcare in Romagna (Ravenna), nelle Marche (Ancona) e negli Abruzzi, per aiutare la sollevazione repubblicana. Queste le mie idee. Le sottopongo al vostro esame. Ma prima delle decisioni estreme voglio conferire con voi per l'elaborazione del piano nei suoi dettagli. Io lavoro. Vi saluto. Mussolini” (*apud* 1965, p. 565).

²⁸³ Nino Daniele, *D'Annunzio político* (1928, p. 62).

²⁸⁴ Em italiano a cidade é chamada de Zara.

retornando à Itália por volta das doze horas do dia seguinte. O diretor do *Il Popolo d'Italia* prosseguiu de trem para Florença, com o objetivo de fazer um discurso eleitoreiro no Congresso dei Fasci di Combattimento.

Depois desse episódio, o jornalista continuou a apoiar o governo do poeta e a vilipendiar publicamente o governo de Francesco Saverio Nitti, através do jornal *Il Popolo d'Italia*. Quando sucedeu uma reviravolta política em Fiume, que resultou no pedido de demissão do Chefe do Gabinete do Governo Giovanni Giuriati²⁸⁵, Benito Mussolini escreveu ao comandante uma carta, informando que Alceste De Ambris poderia ajudá-lo a compreender a situação política italiana e apresentar-lhe um programa de ação.

Mio caro Comandante, l'amico De Ambris vi riferirà sulla situazione politica in seguito alle elezioni. Ritengo che dal punto di vista politico non sai cattiva; da punto di vista morale è penosa e mortificante. De Ambris vi darà in dettaglio a voce ciò che penso: credo che ogni marcia all'interno in questo momento getterebbe il paese in convulsioni gravissime. Bisogna attendere che gli elementi nostri si riprendano e tornino al posto. Non si può ignorare la realtà anche se triste.

Desidero che mandiate a Milano un vostro fiduciario al quale voglio render esatto conto di tutte le somme raccolte con la sottoscrizione. I punti sui quali siamo d'accordo tutti noi superstiti elementi del fascismo (abbiamo come sapete in carcere qualche centinaio dei nostri) sono i seguenti. Ocorre:

1. Attendere che con la prima sessione della nuova Camera, si dimostri la sua impossibilità a funzionare.

2. Lanciare un messaggio dichiarativo agli italiani, circa i limiti della occupazioni dalmatiche.

3. Lanciare un messaggio ai lavoratori per ciò che riguarda le loro specifiche rivendicazioni di classe. Questo è necessario per sventare l'imbecille speculazione pussista che continua a dipingerci come cani di guardia del capitalismo parassita.

De Ambris vi parlerà di altre questione di ordine secondario sulle quali ci troviamo pienamente d'accordo.

Vi prego di dare a De Ambris tutte le istruzioni del caso. Con immutata devozione Mussolini²⁸⁶.

²⁸⁵ Giovanni Giuriati (1876-1970) foi um político nacionalista italiano. Ele aderiu, em 1915, às campanhas intervencionistas, alistou-se como voluntário do exército italiano durante a Grande Guerra, tornou-se legionário, depois Chefe do Gabinete do governo provisório e conselheiro político de Gabriele D'Annunzio. Em Fiume congregou forças moderadas no esforço diplomático *modus vivendi*, para garantir a anexação de Fiume ao Reino da Itália. Filiou-se ao Partito Nazionale Fascista (PNF) e foi eleito deputado em 1921. Durante o regime fascista, Giovanni Giuriati acumulou uma sequência de importantes cargos públicos: ministro delle Terre Liberate, Presidente del Consiglio Superiore dell'Emigrazione, Ministro dei Lavori Pubblici, Presidente della Camera dei Deputati, Secretario Nazionale del Partito Nazionale Fascista e Senador.

²⁸⁶ Carta publicada por Renzo De Felice, *Mussolini –il rivoluzionario 1883-1920* (1965, p. 533).

Alceste De Ambris era um expoente do sindicalismo revolucionário, que, durante as campanhas intervencionistas de 1915, assumiu uma posição de liderança na campanha a favor da participação no conflito mundial, pois acreditava que era possível extrair um benefício revolucionário abrindo caminho para a revolução proletária. Nesse período, ele encontrou em Benito Mussolini, antigo antagonista político e ex-diretor do jornal *Avanti!*, um aliado vivaz.

Ambos acreditavam que a violência era uma força criadora e que aquela era uma guerra justa, por defender as liberdades fundamentais contra o imperialismo germânico. Depois da Grande Guerra, Alceste De Ambris fundou o periódico *Il Rinascimento*²⁸⁷ e partiu por dois meses para os Estados Unidos, como integrante da missão italiana do trabalho. No retorno, desiludido com o clima político, começou a participar de algumas iniciativas de grupos *arditi* e fascistas. Aproximou-se de Benito Mussolini, não porque estava de total acordo com suas ideias e com o seu programa de ação, mas porque acreditava que o movimento Fasci di Combattimento representava uma oposição militante, dotada de uma eficaz energia²⁸⁸, para combater o governo e contrastar com o demagogismo do Partito Socialista Italiano.

Em um momento de desilusão com a atuação da Unione Sindacale Italiana (USI) e sem se identificar com qualquer partido político, a organização Fasci di Combattimento, recém-fundada por Benito Mussolini e dotada de um programa bastante dinâmico e socialmente avançado, pareceu a Alceste De Ambris uma sincera tentativa de renovoamento político com base na ação radical e no intervencionismo pré-Guerra.

²⁸⁷ No jornal, fundado em março de 1918, Sergio Panunzio colaborou intensamente. Benito Mussolini publicou o programa em seu jornal e prometeu colaborar com o órgão de Alceste De Ambris. Gian Biagio Furiozzi afirma que “Ciò che più interessò Mussolini fu il progetto di un Partito del Lavoro, dal quale egli trasse – unitamente agli scritti di Jouhauz e della ‘Bataille Syndicaliste’ – molti punti per suo sindacalismo produttivistico” (1995, p. 66).

²⁸⁸ Renzo De Felice, na obra *Sindacalismo rivoluzionario e fiumanesimo nel carteggio De Ambris – D’Annunzio*, justifica porque Alceste De Ambris teria se aproximado de forma não oficial da organização de Benito Mussolini: “Scontento dell’USI e nell’assenza di qualsiasi movimento o partito del quale condividesse la posizione, i Fasci di Combattimento teste sorti a Milano, con loro programma sociale avanzato, con il loro carattere combattentistico e nazionale, con il loro spregiudicato dinamismo, con la loro netta rivendicazione dei “diritti” italiani su Fiume e con il loro (almeno di Mussolini e dei suoi principali collaboratori milanesi, molti dei quali provenivano dal sindacalismo rivoluzionario) sfumato atteggiamento circa la Dalmazia, gli apparvero in un primo momento – così come a tanti altri sinceri esponenti del Vecchio interventismo di sinistra – una realtà dalla quale poteva prendere le mosse una riscossa ‘socialista nazionale’ e la posizione dei quali, in ogni caso, era per molti aspetti la più vicina alla sua” (1966, p. 57).

Como indica Enrico Serventi Longhi²⁸⁹, na primavera de 1919, Alceste De Ambris participou diretamente de diversos confrontos e provocações entre fascistas e socialistas. No órgão de luta L'Internazionale, justificou e apoiou as violentas tentativas das esquadras em disputar a direção nacional dos movimentos sociais, impedindo uma possível revolução de tipo bolchevique. Logo depois do conhecido ataque esquadrista, do dia 15 de abril de 1919²⁹⁰, à sede do jornal *Avanti!*, o sindicalista revolucionário publicou um artigo declarando que o conflito que ocorrera em Milão não era entre o povo e a força pública, mas

fra una folla suggestionata da una propaganda bieca di settarismo, ed un'altra folla, composta in maggioranza di ex combattenti stanchi di subire più a lungo una rivoltante forma demagogica d'oppressione che esprimeva rancore e disprezzo per i sacrifici da essi sopportati nei lunghi anni di trincea²⁹¹.

Apesar de manter uma consistente relação com Benito Mussolini, Alceste De Ambris jamais aderiu formalmente aos Fasci di Combattimento, porque ocupava o cargo de secretário na Unione Italiana del Lavoro (UNL), que o impedia de ligar-se a qualquer partido ou organização política²⁹². Também tinha reservas pelo fato de não se tratar de uma organização de classe e pelo ponto de vista político²⁹³. Pouco antes da instauração do processo para as eleições gerais de novembro de 1919, Alceste De Ambris apresentou sua demissão da UNL²⁹⁴ e também rejeitou todas as propostas de candidatura ao

²⁸⁹ Enrico Serventi Longhi, *Alceste De Ambris – l'utopia concreta di un rivoluzionario sindacalista* (2011, p. 114).

²⁹⁰ No dia 15 de abril de 1919, os *arditi* organizaram uma ação contra as manifestações socialistas que impediram o desenvolvimento de uma greve geral. O episódio foi descrito por Renzo De Felice, na obra *Mussolini – il rivoluzionario 1883-1920* (1965, pp. 519-522).

²⁹¹ Palavras de Alceste De Ambris, no artigo “Sempre e più che mai sindacalisti”, publicado no jornal *L'Internazionale*, no dia 28 de junho de 1919.

²⁹² Alceste De Ambris justificou sua não inscrição na organização fundada por Benito Mussolini: “Io personalmente non sono iscritto nei Fasci di Combattimento; ma ci tengo a far sapere che ciò dovuto soltanto alla mia particolare posizione di segretario dell'Unione Italiana del Lavoro, che m'impone il dovere di non vincolarmi ad alcun altro movimento. Se non fosse per questo farei parte dei Fasci, non già perché trovi in tutto o per tutto accettabile l'azione di essi; ma perché – con tutte le loro manchevolezze – rappresentano oggi l'unico movimento politico italiano che contrasti con efficacia e con energia la getta incapacità delle dirigenti e delle demagogismo socialneutralista”. *Apud* Renzo De Felice, *Mussolini – il rivoluzionario 1883-1920* (1965, p. 516).

²⁹³ Gian Biagio Furiuzzi, *Il sindacalismo rivoluzionario italiano* (1995, p. 66).

²⁹⁴ O pedido de demissão ocorreu porque a Unione Socialista Italiana se mostrou um instrumento ineficiente na direção das lutas políticas.

parlamento. A desistência foi fruto do sentimento de náusea, provocado pela luta política, entre neutralistas e grupos intervencionistas.

Alceste De Ambris era um revolucionário e jamais renunciou a seus princípios e ideais com o objetivo de conquistar sucesso político. “La nausea mi vinse a tal punto che sentii il bisogno di cercare un pò d’aria respirabile e mi parve che avrei potuto trovarla a Fiume”, afirmou Alceste De Ambris²⁹⁵, catorze anos depois de sua aventura política ao lado de Gabriele D’Annunzio. O sindicalista revolucionário permanecia essencialmente um antiparlamentarista e tinha ciência de que, caso se candidatasse, seria constrangido a fazer compromissos com as bases aliadas. Não desejando restringir sua liberdade de ação e desesperançoso com os rumos políticos da Itália, Alceste De Ambris decidiu ir a Fiume²⁹⁶ para “sfuggire all’asfissiante atmosfera elettorale italiana”²⁹⁷.

Chegou a Fiume no dia 8 de novembro de 1919, a tempo de assistir ao discurso de campanha de Luigi Rizzo, para o cargo de deputado no governo provisório. Em Fiume, o sindicalista revolucionário se sentiu atraído pelo incandescente ânimo coletivo, pelo espírito agressivo e heroico dos legionários. Convicto de que Fiume seria uma zona favorável para o desenvolvimento de uma ação revolucionária, no fim do mês de novembro Alceste De Ambris retornou a Fiume, como membro do diretório secreto de Milão, do Comitê Pró-Fiume. Levando consigo a carta de Benito Mussolini para encontrar-se diretamente com o Comandante Gabriele D’Annunzio, Alceste De Ambris estava comprometido com os planos, do Comitê, de livrar o governo de Fiume de uma perigosa concentração de membros nacionalistas reacionários e autoritários²⁹⁸.

Sabe-se que, no momento desse encontro, o Comandante estava extremamente insatisfeito com o andamento das discussões diplomáticas, em Roma, sobre a questão de Fiume. Tendo de enfrentar o isolamento econômico e político estabelecido pelas potências internacionais, o governo provisório de Fiume estabeleceu uma série de projetos para recuperar a simpatia da população italiana pela causa adriática. Uma das

²⁹⁵ *Apud* Enrico Serventi Longhi, *Alceste De Ambris – l’utopia concreta di un rivoluzionario sindacalista* (2011, p. 132).

²⁹⁶ “Erro partito dal regno per non sentir più parlare d’elezioni, di candidati”.

²⁹⁷ Palavras de Alceste De Ambris no texto “Fiume – un tentativo di rinnovamento incompreso e vilipeso”. *Apud* Enrico Serventi Longhi, *Alceste De Ambris – l’utopia concreta di un rivoluzionario sindacalista* (2011, p. 132).

²⁹⁸ Enrico Serventi Longhi, *Alceste De Ambris – l’utopia concreta di un rivoluzionario sindacalista* (2011, p. 130).

mais famosas ações de renovação carismática do governo provisório foi a organização de cruzadas de crianças fiumanas até o Reino da Itália, com o objetivo de divulgar a situação de miséria e martírio a que a população estava sendo exposta, por culpa do presidente do Conselho, Francesco Saverio Nitti. Malgrado a criatividade do governo de Fiume em promover atos para incitar a opinião pública contra a classe liberal, todos fracassaram.

Ora, a ocupação de Fiume foi animada por tensões opostas sobre as quais, em um primeiro momento, prevaleceu a força nacionalista moderada, mas, com a falência das tentativas de acordo com o governo italiano pela política “modus vivendi” de Giovanni Giuriati, este pediu a demissão do cargo de Chefe do Gabinete. Então, abriu-se espaço para que o Comandante colocasse em prática um ambicioso plano de conjugar a esquerda radical com a direita em uma revolução nacional. Esse movimento de aparente *transversalidade política* do governo de Fiume, em redirecionar a sua atuação assumindo um caráter esquerdista, servia a Gabriele D’Annunzio, em um momento de grave crise interna²⁹⁹, para, com o apoio de líderes anarquistas, sindicalistas revolucionários e comunistas, reanimar as massas a favor da expedição, projetando novas possibilidades de ação.

Alceste De Ambris foi tão ágil em expor ao Comandante as suas convicções, que poucos dias depois do encontro com Gabriele D’Annunzio, o sindicalista recebeu em Milão a inscrição do comandante ao periódico *Il Rinnovamento*. Com a derrota das iniciativas diplomáticas do Chefe do Gabinete Giovanni Giuriati pelo *modus vivendi*, Alceste De Ambris pareceu-lhe ser uma pessoa adequada para atrair simpatia e apoio da esquerda, aproximando os combatentes republicanos e fascistas do secretário da Federazione dei Lavoratori del Mare, Giuseppe Giulietti.

Com a mediação de Giuseppe Giulietti, o poeta já havia sondado a disponibilidade de Errico Malatesta, Giacinto Menotti Seratti e Nicola Bombacci para assumirem cargos importantes de direção no governo de Fiume. Embora Bombacci acreditasse que o movimento liderado pelo Gabriele D’Annunzio fosse um verdadeiro ato revolucionário e afirmou que o próprio Lênin, por ocasião do Congresso Comunista de Moscou, teria dito

²⁹⁹ Gabriele D’Annunzio estava sob a pressão de alguns legionários e de alguns apoiadores que queriam dar ao movimento um caráter mais radical e caracterizá-lo como uma alternativa política de esquerda.

que o poeta era o único revolucionário na Itália, preferiu, assim como seus companheiros de luta, manter-se distante da experiência fiumana.

A aproximação de Alceste De Ambris com a questão fiumana ocorreu sem grande esforço do poeta. Contrariando a posição oficial da Unione Italiana del Lavoro, o líder sindicalista revolucionário tinha expressado seu reconhecimento do direito de anexação de Fiume, entre outros territórios na costa do Adriático, no ensaio “Italy and Yugo-Slavia”.

No dia 21 de dezembro, Gabriele D’Annunzio convocou Alceste De Ambris para propor-lhe a fundação de um periódico fiumano de esquerda e averiguar sobre a possibilidade de ele ocupar o cargo de chefe de gabinete do Comando. O objetivo era romper definitivamente com o projeto diplomático *modus vivendi*, desenhando um destino para a cidade do Carnaro. Alceste De Ambris rapidamente se colocou disponível à oferta do Comandante. Empossou-se na função do governo de Fiume no dia 12 de janeiro de 1920, e o futurista Mario Carli recebeu a incumbência de assumir a idealização do órgão político dos legionários³⁰⁰.

Já nos dias sucessivos, Alceste De Ambris teve a preocupação de dar ao governo provisório um caráter sindicalista e associar a Marcia di Ronchi aos movimentos de *sinistra* italianos. Aproveitando-se do afastamento de Giovanni Giuriati da direção do governo de Fiume n, Alceste De Ambris conseguiu convencer o poeta a envolver-se em um radical experimento revolucionário. Ele acreditava que Gabriele D’Annunzio, como líder supremo do *fiumanismo*, poderia contribuir para a realização de uma sociedade mais justa, governada por princípios da tolerância e que fizesse cessar os antagonismos sociais. Acreditava que na cidade portuária do Golfo do Carnaro seria possível concretizar um experimento revolucionário sindicalista, e que este poderia alastrar-se sobre a península Itálica, promovendo uma verdadeira renovação social. Quando assumiu o cargo de Chefe do Gabinete, substituindo Giovanni Giuriati, Alceste De Ambris tornou-se o mais influente conselheiro político do Comandante.

Após uma série de reuniões do sindicalista com o Comandante Gabriele D’Annunzio, foram aprovadas as bases para a criação de uma nova constituição fiumana.

³⁰⁰ O primeiro número do jornal *La Testa di Ferro – Libera Voce dei Legionari di Fiume* foi publicado no dia 1 de fevereiro de 1920.

O Comando defendia que a instauração de um Estado independente, dotado de um ordenamento próprio (diverso daquele em vigor no Reino da Itália), era apenas uma alternativa para a superação da crise econômica e social do governo, e não uma renúncia da anexação. A *Carta del Carnaro* surgiu da necessidade de dar à cidade de Fiume uma estrutura estatal, com todos os atributos e organizações do poder, de modo que oferecesse à população as garantias materiais indispensáveis para o desenvolvimento. O objetivo seria o de reativar a vida econômica da cidade, e não de renegar a “italianidade adriática”.

Essa nova fase extremista do governo frustrou as expectativas do Consiglio Nazionale di Fiume, que confiava nos esforços diplomáticos de Giovanni Giuriatti para confirmar a anexação do território à Itália. Desde a marcha de ocupação militarizada, liderada por Gabriele D’Annunzio, a cidade do Carnaro tinha se tornado um centro de irradiação do movimento pós-intervencionista, agregando forças antagônicas e radicais.

Na primeira fase do governo provisório, os nacionalistas moderados e conservadores tinham conseguido assumir a direção do movimento, mas a designação de Alceste De Ambris como Chefe do Gabinete trouxe a preocupação de que poderia surgir uma ação revolucionária. Foram diversas as manifestações de elementos moderados contra a proposta constitucional. No dia 30 de março, por exemplo, enquanto De Ambris discursava no Teatro Fenice, os muros da cidade foram pichados com louvações ao rei Vittorio Emanuele III. Ainda assim, o Comando não cedeu às pressões dos grupos conservadores liderados pelo general Caviglia, o capitão Vadalà e o capitão Vinci, que acabam abandonando a cidade no dia 6 de maio de 1920.

O fracasso das novas tentativas diplomáticas para a anexação de Fiume ao Reino da Itália, com o governo de Giovanni Giolitti, foi crucial. Gabriele D’Annunzio proclamou a independência do Estado Livre de Fiume e promulgou a nova constituição no dia 8 de setembro de 1920.

Um sindicalista revolucionário

Alceste De Ambris³⁰¹, quando foi convidado por Gabriele D'Annunzio a assumir o cargo de Chefe do Gabinete do governo de Fiume, possuía indiscutível prestígio e importância no movimento revolucionário sindical. Desde a juventude estivera envolvido na luta política por novos ideais sociais. Militante ativo do recém-fundado Partito Socialista Italiano (PSI – 1892), precisou abandonar o curso de direito, na Università degli Studi di Parma, para se dedicar exclusivamente ao movimento operário. Sócio dos círculos socialistas de Aulla e La Spezia, trabalhou na redação do jornal *La Terra*, periódico que abordava a condição de trabalho dos camponeses.

Por suas convicções antimilitaristas, recusou-se a atender à convocação para o serviço militar obrigatório e, por esse motivo, foi considerado desertor pelo Tribunal Militar³⁰². Para evitar a condenação de um ano de reclusão, Alceste De Ambris partiu clandestinamente para a França e depois em exílio para o Brasil³⁰³. Após um curto período no Rio de Janeiro, na companhia dos irmãos Alfredo e Ângelo, seguiu para a cidade de São Paulo, com o objetivo de estudar a situação dos imigrantes italianos. Esse período marcou profundamente a trajetória política de Alceste De Ambris, pois lhe proporcionou a oportunidade³⁰⁴ de participar de forma ativa das primeiras greves operárias do estado de São Paulo e fazer diversas excursões pelo interior do sudeste brasileiro, tanto para conhecer a condição de vida dos trabalhadores nas fazendas como para propagar as bases organizativas do sindicalismo revolucionário³⁰⁵.

³⁰¹ Alceste De Ambris nasceu na cidade Licciana, no dia 15 de setembro de 1874. E faleceu na França, no dia 9 de dezembro de 1934, durante o exílio voluntário de oposição ao governo fascista.

³⁰² Renzo De Felice, em *Sindacalismo rivoluzionario e fumanesimo nel carteggio De Ambris – D'Annunzio* (1966, p. 10).

³⁰³ Para conhecer a trajetória do sindicalista revolucionário Alceste de Ambris no Brasil e sua participação no movimento operário, ver a obra *Travessias revolucionárias: Idéias e militantes sindicalistas em São Paulo*, de Edilene Toledo (2004, p. 166).

³⁰⁴ “Il primo esilio di San Paolo fu quindi una ‘palestra’ sotto molteplici aspetti: dal punto di vista giornalistico, per la riconosciuta e inedita qualità editoriale dell’Avanti!; da quello sindacale, per aver seguito e organizzato i primi scioperi operai dello Stato di San Paolo; da quello politico, per il dialogo con il radicalismo cosmopolita repubblicano; infine, da quello carismatico, per la rivelazione dell’efficacia delle sue virtù non solo organizzative ma anche oratorie, già acquistate negli anni universitari a Parma, a contatto con i migliori propagandisti socialisti, e ulteriormente arricchite dalle sue competenze e passioni artistiche e teatrali”. Enrico Serventi Longhi (2011, p. 24).

³⁰⁵ Renzo De Felice, em *Sindacalismo rivoluzionario e fumanesimo nel carteggio De Ambris – D'Annunzio* (1966, p. 13).

No novo continente, encontrou espaço para o diálogo com diversas correntes da esquerda e para afirmar seu ponto de vista político como redator do jornal *Avanti!*, de São Paulo³⁰⁶. Novamente condenado à prisão, dessa vez pelo Tribunal de São Paulo, por difamar Nicola Matarazzo por meio da imprensa, o sindicalista retornou à Itália em 1903. Assumiu o cargo de secretário da Câmara do Trabalho de Savona e um ano depois foi transferido para a Federação Nacional dos Vidreiros.

Em Roma, Alceste De Ambris dirigiu o periódico *La Gioventù Socialista* e colaborou com a revista *Divenire Sociale* e com o Sindicato Operaio. Ocupou o cargo de correspondente internacional do jornal *Fanfulla*, de São Paulo, e participou da composição da obra *Gli Italiani in Brasile*. Aos poucos, Alceste De Ambris ganhou a convicção de que qualquer colaboração com forças políticas conservadoras era prejudicial para a luta política, rejeitando, assim, as medidas reformistas do Partido Socialista Italiano. As conquistas parlamentares do partido eram vistas por ele com desconfiança, pois, através da colaboração entre as diferentes classes sociais, maquiavam-se seus antagonismos e desestimulava-se a articulação do proletariado. O Partido Socialista Italiano teria perdido seu caráter proletário quando se subordinou em defesa de interesses gerais em detrimento das reivindicações da classe trabalhadora.

Em 1906, Alceste De Ambris rompeu definitivamente com o Partido Socialista Italiano e assumiu o sindicato como único órgão de transformação da sociedade. Essa posição não foi um caso isolado, dentro da extrema esquerda italiana. Até 1904, os sindicalistas revolucionários³⁰⁷ eram uma fração minoritária de tendência radical, no interior do Partido Socialista Italiano, e que disputava com a ala conservadora pela direção do partido³⁰⁸. A hostilidade aos sindicalistas revolucionários teve início no Congresso do partido em Roma, quando, durante uma intervenção, Filippo Turati atacou os sindicalistas revolucionários afirmando que eles representavam a “*età della pietra del*

³⁰⁶ Alceste De Ambris participou da fundação do jornal *Avanti!*, em São Paulo. O periódico seguia a linha institucional do Partido Socialista Italiano.

³⁰⁷ É possível destacar como principais expoentes do sindicalismo revolucionário: Arturo Labriola, Enrico Leone, Romeo Soldi, Walter Mocchi, Sergio Pannunzio, Ernesto Longobardi, Ângelo Oliviero Olivetti.

³⁰⁸ “O primeiro grupo sindicalista revolucionário é fundado em Milão em fins de 1902 e o seu chefe intelectual, Arturo Labriola, inicia em Dezembro a publicação do hebdomadário *Avanguardia Socialista*” (Sternhell, 1955, p. 209).

socialismo”³⁰⁹. O dirigente dos socialistas reformistas defendia que a teoria soreliana de ação direta era infrutífera para a realidade italiana e considerava que apenas através da cooperação do Partido Socialista com a classe liberal os trabalhadores conseguiriam garantir algumas de suas reivindicações essenciais.

Com o triunfo da ala reformista do partido no Congresso de Roma, os sindicalistas revolucionários foram afastados dos cargos de relevo. Em 1905, Enrico Leone e Paolo Orano foram demitidos de seus cargos no jornal *Avanti!*, por defenderem nas colunas do órgão oficial do partido a greve geral de 1904. Isso, de fato, marcou a primeira etapa da ruptura entre a facção radical com o Partido Socialista. Juntamente com Enrico Leone, Paolo Orano, Michele Bianchi, Tomaso Monicelli e outros intelectuais, eles assinaram o “Manifesto dos Demissionários”, publicado no *Divenire Sociale*³¹⁰.

Isolados da direção nacional do diário e dos postos de comando na Confederazione Generale del Lavoro (GGL)³¹¹, os sindicalistas revolucionários tiveram sua atuação reduzida dentro do Partido Socialista Italiano. Forçados a concentrar sua atuação através das Câmaras do Trabalho, os sindicalistas revolucionários adquiriam uma base política através de lutas regionais³¹². De modo que, ao perder a direção do Partido Socialista Italiano, a fração sindicalista revolucionária foi obrigada a procurar por outra base de atuação, transformando-se numa força social independente.

A ruptura entre os sindicalistas revolucionários e o Partido Socialista Italiano ocorreu oficialmente em julho de 1907, por ocasião de um congresso em Ferrara. Para o teórico sindicalista revolucionário Angelo Oliviero Olivetti³¹³, essa ruptura política

³⁰⁹ A acusação de F. Turatti: “I sindacalisti rivoluzionari rappresentano l’età della pietra del socialismo ... in fondo essi sono dei mistici, dei messianici... dei perfetti esteti, degli ideologi puri... Tutta l’azione nostra, tutto il nostro metodo è esatto contrapposto della loro azione e dei metodi loro”. *Apud* Gian Biagio Furiozzi, *Il sindacalismo rivoluzionario italiano* (1995, p. 94).

³¹⁰ 15 de junho de 1905.

³¹¹ Criada em Milão, em 1906.

³¹² João Bernardo alerta que, “para evitar a ação dissolutória da burocracia reformista, os sindicalistas revolucionários organizavam greves através das Câmaras de Trabalho, que no seu entender deveriam construir a célula fundamental da sociedade futura. Foi assim que nas grandes greves rurais de 1907 e 1908 eles adquiriram uma base efetiva, não se limitando a ser uma corrente de opinião e transformando-se numa força social no seio da classe trabalhadora” (BERNARDO, 2003, p. 394).

³¹³ Ângelo Oliviero Olivetti (1874-1931) foi um dos principais teóricos do sindicalismo revolucionário e do corporativismo e membro fundador do Partido Socialista Italiano (1892). Condenado por sua atividade subversiva durante manifestação universitária, foi preso em 1897. Coagido a se refugiar na Suíça, deu origem a uma série de publicações militantes que contribuíram para a elaboração teórica do sindicalismo revolucionário. Em 1906, fundou e passou a dirigir, ao lado de Labriola, o periódico *Pagine Libere*, que teve o *status* de ser a mais respeitável revista e expressão do sindicalismo revolucionário, cumprindo a

radical era fundamental para a direção dos movimentos de esquerda na Itália. Ele tinha a convicção de que o Partito Socialista Italiano não combatia mais a burguesia e ainda prejudicava o avanço da luta dos trabalhadores. Nas suas palavras: “Limita tutta la sua azione a combattere il sindacalismo con una tenacia ed una virulenza, quale non usò mai nemmeno nei suoi tempi migliori contro la borghesia”³¹⁴

Esse também era o ponto de vista de Alceste De Ambris, para quem o sindicato seria

o único organismo capaz de acolher toda a classe trabalhadora, disciplinando as forças com o objetivo imediato de conquista progressiva para o cotidiano melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, sem esquecer a finalidade mais vasta e mais distante da Revolução social³¹⁵.

Nessa concepção, apenas o sindicato rejeitava a infiltração da ideologia conservadora e garantia a autodireção do movimento político.

Justamente por acreditar que a Câmara de Trabalho era um instrumento ativo, que desenvolvia a consciência proletária, Alceste De Ambris empossou-se do cargo de secretário da organização de Parma e administrou o periódico *L'Internazionale*. Tornou-se um expoente do sindicalismo revolucionário internacional ao dirigir a grande greve de 1908, mas, depois da derrota, novamente teve de optar entre o exílio e o cárcere. No segundo período de exílio no Brasil, fundou o periódico *La Sucre – Giornale di Lotta* (1910), com o objetivo de congregar as forças da esquerda sob a base do sindicalismo revolucionário. Um ano depois, Alceste De Ambris retornou para a Europa. Passou um período na cidade de Lugano e dividiu, com Angelo Oliviero Olivetti a direção do jornal *Pagine Libere*, importante periódico do sindicalismo revolucionário.

O regresso de Alceste De Ambris coincidiu com um importantíssimo evento na vida da Itália moderna: a Guerra Ítalo-Turca. Esse episódio não apenas registrou a força da recém-fundada Associazione Nacionalista Italiana (ANL) e o enfraquecimento do sistema político giolittiano (contrário a uma política externa ativa e a empreendimentos

função de orientar o movimento operário. Foi um animador do intervencionismo italiano na Grande Guerra e, mais tarde, promotor do Fascio Rivoluzionario d' Azione Interventista.

³¹⁴ Angelo Oliviero Olivetti, *apud* Francesco Perfetti (19, p. 29).

³¹⁵ Edilene Toledo, *Travessias revolucionárias* (2004, p. 201).

coloniais), como a fratura do movimento sindicalista revolucionário. Isso ocorreu porque alguns expoentes da extrema esquerda, como os teóricos Arturo Labriola³¹⁶ e Angelo Oliviero Olivetti, encontraram razão no argumento de que a Itália seria uma grande “nação proletária”, de Enrico Corradini³¹⁷. No artigo “Nazionalismo e sindicalismo”, publicado no dia 16 de outubro de 1910, o líder nacionalista proclamou: “Há nações que estão em situação de inferioridade relativamente a outras, assim como há classes que estão em situação de inferioridade relativamente a outras classes. A Itália é uma nação proletária. A emigração basta para o mostrar. A Itália é o proletário do mundo”.

Arturo Labriola e Angelo Oliviero Olivetti concordavam com a lógica de Enrico Corradini. Acreditavam que, devido à Itália não possuir colônias, de onde o país pudesse explorar matérias-primas e as quais pudesse povoar, ela não tinha tido até aquele momento participação na distribuição internacional da riqueza. Essa situação de inferioridade com relação a outras nações europeias a transformava em uma “nação proletária”. Conforme essa lógica, para a Itália sair da decadência e erguer-se ao nível das demais nações europeias, ela precisava disputar colônias; só a guerra poderia garantir melhor qualidade de vida para os cidadãos italianos, e só ela garantiria a modernização do país. Assim, Enrico Corradini estendeu a noção de solidariedade econômica de classe do sindicalismo para uma doutrina nacional.

A Guerra Ítalo-Turca, por essa perspectiva, não foi apenas uma ação humanitária do governo, em busca de novas terras férteis, para que a população rural não fosse obrigada a imigrar para territórios estrangeiros³¹⁸, como uma tentativa de afirmar a identidade nacional no plano internacional, questionando a supremacia do Império

³¹⁶ O teórico do sindicalismo revolucionário, Arturo Labriola afirmou: “É possível que a ação na Líbia seja a iniciativa mais importante e mais séria tomada até hoje pelo sindicalismo revolucionário.”

³¹⁷ Corradini *apud* STERNHELL, SZNAJDER e ASHÉRI, *O nascimento da ideologia fascista* (1995, p. 262).

³¹⁸ Nacionalistas e sindicalistas revolucionários ambicionavam a conquista da Líbia por motivos um pouco diversos, mas na prática se aliaram para incitar o imperialismo. Os sindicalistas revolucionários contestavam situação econômica e social, que impulsionava a imigração em massa da população, que buscava escapar da miséria econômica e da fome. Já os nacionalistas preocupavam-se com as implicações econômicas e militares ocasionadas por esse fluxo populacional. Eles acreditavam que a imigração tornaria a Itália um país vulnerável e menos potente. A ação militar do governo italiano na Líbia resolveria esse problema. Se, por um lado, a conquista da Líbia oferecia um território para aqueles cidadãos italianos que se sentissem constrangidos a sair da península, por outro, oferecia um estímulo ao desenvolvimento econômico do país – pela ampliação do mercado e extração de matéria-prima.

Otomano. Ou seja, ao invés de combater os antagonismos sociais através da luta de classes, o “socialismo” seria defendido na luta entre nações opressoras e oprimidas.

Então, proclamava-se que o nacionalismo deveria ser a ideologia de todas as classes, reunidas na luta para a emancipação da nação italiana. O nacionalismo e o sindicalismo recusavam a ordem existente. E ambos idealizavam a vontade de ação para uma mudança radical. Foi sobre essa base que surgiu uma aliança estratégica do nacionalismo, sindicalismo e imperialismo, que, como afirma Claudio De Boni, assumiu um caráter de “renascimento dos valores da vida coletiva”. Qualquer um desses três movimentos possuía a seu modo uma doutrina desigual, mas a arte de sua combinação produzia um sentimento no qual a desigualdade era transfigurada pela participação em uma empresa comum, até que o sentimento de superioridade se deslocasse para fora dos confins nacionais³¹⁹.

Na obra *Dal sindacalismo rivoluzionario al corporativismo* (1988), Francesco Perfetti aponta para o fato de que “in Itália il marxismo era giunto senza Marx, non conosciuto o conosciuto di seconda mano attraverso compendi che arrivano sempre e comunque tardi”³²⁰. De modo que, na Itália, o movimento sindicalista revolucionário e outras correntes socialistas seriam derivações de um marxismo vulgar³²¹, influenciado sobretudo pela leitura revisionista de teóricos como Eduard Bernstein, Georges Sorel, Francesco Saverio Merlino, Carlo Cafiero, Pietro Gori, entre outros³²². Essa conjuntura justificaria a confusão dos movimentos de esquerda italianos na compreensão da dicotomia entre luta de classes e imperialismo. A identificação, por parte de alguns teóricos do sindicalismo revolucionário, com o *moto* nacionalista pró-guerra produziu uma fratura interna no movimento. Operou-se uma divergência entre uma parte grupo sindicalista revolucionário, que aderira à campanha intervencionista por acreditar que ela “rompe com a mediocridade universal, no culto do heroísmo”³²³, e aqueles que adotavam

³¹⁹ Cláudio De Boni. *Lo Stato Sociale nel Pensiero Político Contemporaneo. Il Novecento*. (2009, p.76)

³²⁰ *Dal sindacalismo rivoluzionario al corporativismo* (1988, p. 15).

³²¹ Ver capítulo “La Crisi del Marxismo”, na obra *Sorel e L'Italia*, de Gian Biagio Furiuzzi (1975, p. 55).

³²² No final da segunda metade do século XIX, na Itália se propagaram publicações que propunham uma revisão crítica do marxismo. Entre elas é possível destacar a *Revista Critica del Socialismo*. Fundada em dezembro de 1898, na cidade de Roma, e dirigida por Saverio Merlino, essa publicação contou com a colaboração de Robert Michels, Georges Sorel, Emile Durkheim e Arturo Labriola. A revista também recebeu a adesão de Barbato, Longuet, Lazare, Ferrero, Berstein, Prampolini, Pareto, entre outros.

³²³ Ideia expressa por Ângelo Oliviero Olivetti, no artigo “Sindacalismo e Nazionalismo”. In: *Pagine Libere*, 15 de fevereiro de 1911.

uma postura pacifista. O resultado da discórdia entre os teóricos e expoentes do movimento foi a interrupção da publicação do periódico *Pagine Libere*, no final de 1911³²⁴.

Contrários ao militarismo, Alceste De Ambris e Filippo Corridoni iniciaram uma violenta campanha contra a guerra e contra a posição daqueles que confundiam as massas com o argumento de que o imperialismo era a única forma para garantir terra aos camponeses e a revolução social. Isso não significa que Alceste De Ambris não reconhecia um caráter utilitário: “Não estou longe de admitir que uma guerra possa ser algumas vezes um bom curso de pedagogia revolucionária e não uma proeza de bandidos, de prepotência contra os mais fracos, postos na impossibilidade de defender-se”³²⁵. Contudo, afirmava que a conquista da Líbia não refletia os interesses proletários, mas sim de grupos do setor financeiro e da burguesia. A consequência tinha sido a divisão de todo o movimento e um conflito aberto de ideias nos periódicos militantes e nas praças públicas.

Ainda por efeito da polêmica interna ao movimento sindicalista revolucionário, por motivo da Guerra Ítalo-Turca, houve um aumento dos contrastes entre o Comitato dell’azione diretta e a Confederazione Generale del Lavoro (CGL). Ao constatar a impossibilidade de conquista da direção da CGL por expoentes radicais do sindicalismo revolucionário, Alceste De Ambris passou a dedicar-se à criação da Unione Sindacale Italiana (USI), órgão de oposição à CGL³²⁶. Com sua sede na cidade de Parma e tendo o periódico *L’Internazionale* como seu órgão oficial, a Unione Sindacale Italiana (USI) manteve mais de 100.000 membros³²⁷ e esteve presente na maioria das greves e agitações políticas que ocorreram no final de 1913 e durante 1914. Ela assumiu um papel de relevo durante a Settimana Rossa, onda espontânea de greves que ocorreram do dia 7 ao dia 14 de junho de 1914.

³²⁴ Alceste De Ambris abandonou seu cargo na equipe de redação do jornal *Pagine Libere*, por não concordar com a posição dos colegas Arturo Labriola, Ângelo Oliviero Olivetti e Paolo Orano sobre a Guerra da Líbia.

³²⁵ *Apud* Edilene Toledo, *Travessias revolucionárias*, 2004, p. 223.

³²⁶ Orientada pela política reformista do Partito Socialista Italiano, a CGL, segundo Alceste De Ambris, tinha perdido seu potencial revolucionário. Após a ruptura dos sindicalistas revolucionários com o partido, tornou-se necessária a criação de um órgão de oposição.

³²⁷ O número de membros inscritos na USI, até o final de 1913, é apresentado por Gian Biagio Furiozzi, na obra *Il sindacalismo rivoluzionario italiano* (1995, p. 50).

Ao lado de Filippo Corridoni, Benito Mussolini conduziu várias manifestações em Milão. Os líderes do movimento instigavam os trabalhadores ao uso da violência contra a instituição monárquica. “Vendere le biciclette per comprare rivoltelle”, disse Alceste De Ambris. Porém, a esperança de que a greve geral se transformasse em um surto revolucionário foi frustrada³²⁸.

Com o fracasso do movimento, Alceste De Ambris perdeu sua original fé na luta de classes e na greve geral como eficazes estratégias revolucionárias. Desiludido, reclamou a necessidade de um momento de introspecção e revisão teórica³²⁹. O resultado desse processo foi o abandono do um *sindacalismo revolucionário puro* e a aproximação com o nacionalismo econômico de Enrico Corradini. O sindicalista Alceste De Ambris reivindicou no sistema corporativo a tentativa de estabelecer uma confluência entre todos os revolucionários (sindicalistas, socialistas, anarquistas e republicanos)³³⁰, em favor de um programa político republicano e federalista.

Essa ideia, que também era recorrente em escritos políticos de Georges Sorel, no final do século XIX, conferia a necessidade de uma revolução que destituísse a monarquia e instaurasse um governo conforme o modelo das *ciudades-estados* da Età Comunale³³¹. Tratava-se de fazer ressurgir o conceito de *cidade livre*, forte e disposta a lutar contra a tirania do Império. Seria necessário adaptar o modelo medieval às exigências da vida moderna, transformando-o: “L’organismo integrale, sovrano, assolutamente autonomo nei limiti del suo territorio”³³². As corporações deveriam absorver todas as funções do Estado, reduzindo a um mínimo de competências o

³²⁸ No periódico *L’Internazionale*, dia 20 de junho de 1914, Alceste De Ambris expressou seu sentimento de desilusão com a dispersão dos trabalhadores no fim da Settimana Rossa: “Non credevamo che vi fosse in italia tanta materia infiammabile accumulata. Si era cosi abituati a dare alla parola Rivoluzione un significato concreto, che a tutto si pensava fuorché all’imminente possibilità di farla” *Apud* Gian Biagio Furiozzi, *Il sindacalismo rivoluzionario italiano* (1920, p. 56).

³²⁹ Angelo Oliviero Olivetti também se lançou a um revisionismo de suas concepções políticas em 1914, que culminou no abandono da crença na greve geral como método eficaz na luta política.

³³⁰ Gian Biagio Furiozzi esclarece qual seria a base para o acordo de correntes distintas no projeto de Alceste De Ambris: “Su questo programma politico era possibile – a suo avviso – la convergenza di tutti i rivoluzionari: dei repubblicani, che vi vedevano riconosciuta la superiorità della forma istituzionale per cui si battevano; dei socialisti, che in una libera federazione di comuni capaci di amministrare il bene collettivo potevano riconoscere la possibilità ‘di integrare i loro ideali comunisti senza cadere nella statolaria’; degli anarchici, che nello svuotamento del potere statolatrico vedevano il realizzarsi di quella maggiore libertà da essi vista come la meta ideale dell’umanità; e infine dei sindacalisti che potevano riscontrarvi l’eliminazione di molti impedimenti che ostacolavano il libero sviluppo dei sindacati operai” (1995, p. 57).

³³¹ Gian Biagio Furiozzi, *Il Sindacalismo rivoluzionario italiano* (1995, p. 57).

³³² Alceste De Ambris *apud* Gian Biagio Furiozzi, *Il sindacalismo rivoluzionario italiano* (1995, p. 57).

organismo central, até reduzi-lo à função de coordenador e intérprete da vontade local. Essa sociedade, organizada sobre a base de uma representação direta dos interesses da produção, superaria o conflito de interesses entre trabalho e capital.

Ao defender esse projeto de abandono da luta pela comunhão entre classes, Alceste De Ambris foi vilipendiado por companheiros do movimento e opositores. Foi acusado pelo sindicalista Agostino Lanzillo de ser uma “*corruzione del movimento operaio sindacalista che doveva essere combattuta senza esitazione*” e por Giovanni Baldazzi, em sua coluna na revista *Utopia*, de Benito Mussolini, de descolocar-se da ideologia sindicalista ao afirmar que um município poderia absorver as funções políticas do Estado. Entretanto, o debate sobre o projeto de Alceste De Ambris foi interrompido com a eclosão da guerra. Em um primeiro momento, a USI manteve sua posição antimilitarista, tradicional do sindicalismo, e declarou-se a favor da neutralidade italiana no conflito, mas logo os sindicalistas revolucionários começaram a demonstrar a crença de que a guerra poderia trazer a emancipação dos trabalhadores.

Acompanhando os últimos acontecimentos europeus, Georges Sorel declarou: “Uma grande guerra estrangeira que leve ao poder homens com vontade de governar, ou uma grande extensão da violência proletária que faça aos burgueses a realidade revolucionária”. Isso porque o sindicalista revolucionário francês defendia que altas convicções não dependiam da educação da vontade individual, mas de um estado de guerra, no qual ela se traduziria em mitos. De maneira que Georges Sorel compreendia a guerra como uma fonte moral por excelência, quando estava a serviço dos interesses fundamentais da civilização. “No palco do mundo, só o heroísmo desempenha grandes papéis”³³³, escreveu Georges Sorel em uma carta ao filósofo pragmatista William James, em janeiro de 1914. O movimento italiano, influenciado pela concepção soreliana da violência como um instrumento de alto valor civilizador na luta política, concebia a guerra como uma necessidade – ou, segundo afirmou Paolo Orano, como “a primavera do progresso”³³⁴. No sacrifício e no altruísmo da guerra, os soldados encontrariam uma fonte de energia para escapar da decadência.

³³³ *Apud* Zeev Sternhell. *The Birth of Fascist Ideology* (1989).

³³⁴ No artigo “L’ Antimilitarismo”. In: *Divenire sociale*, 16 de Setembro, 1910, p. 3.

No dia 18 de agosto, Alceste De Ambris, em um discurso³³⁵ na sede da USI de Milão (USM), declarou-se a favor do conflito bélico, lançando um violento ataque à posição neutral. O sindicalista revolucionário justificou sua posição defendendo o potencial revolucionário de uma guerra europeia, que poderia subverter as estruturas sociais políticas das nações em confronto, e a necessidade de a Itália apoiar a Tríplice Aliança contra o despotismo germânico. Rapidamente, a convicção de Alceste De Ambris foi aplaudida pelo chefe da USM, Filippo Corridoni, que, por concordar com a política intervencionista, deixou seu cargo à disposição do anarquista Armando Borghi.

Em outubro de 1914, os sindicalistas revolucionários dissidentes da USI fundaram o Fascio Rivoluzionario D’Azione Internazionalista³³⁶. Simultaneamente, Benito Mussolini abandonou a posição neutral do Partito Socialista Italiano e aderiu à campanha intervencionista, através do jornal *Il Popolo D’Italia* (fundado ainda em novembro de 1914). Junto com artistas futuristas e nacionalistas, Alceste De Ambris³³⁷ e Filippo Corridoni organizaram várias manifestações a favor da intervenção militar italiana. Quando a Itália, após um longuíssimo processo de negociações secretas, entrou na guerra, os líderes da campanha intervencionista se alistaram no exército, como voluntários. Mesmo durante o serviço militar voluntário, Alceste De Ambris manteve sua atividade política militante, organizando um novo periódico intitulado “*Il Rinascimento*”, que se tornou o órgão teórico do sindicalismo revolucionário nacionalista.

No pós-guerra, a Unione Italiana Del Lavoro, criada em 1918, tornou-se o organismo de luta para sindicalistas revolucionários. Durante todo o Biennio Rosso (1919-1920), quando toda a Itália foi agitada por uma série de convulsões sociais, líderes do movimento e nacionalistas reivindicaram a participação dos trabalhadores na gestão das empresas e fábricas, organizando célebres greves gerais e reivindicando um programa

³³⁵ O discurso de Alceste De Ambris era intitulado “I sindacati e la guerra”.

³³⁶ Segundo a obra *O nascimento da ideologia fascista* (1995), o manifesto do Fascio Rivoluzionario D’Azione Internazionalista foi publicado por Angelo Oliviero Olivetti no primeiro volume da nova série de *Pagine Libere*.

³³⁷ “Alceste De Ambris, propagandista incansável ataca violentamente a posição do PSI e da CGL e apela aos trabalhadores para que defendam a civilização ocidental contra o imperialismo alemão. De Ambris agora persuadido de que a guerra implicará a revisão de categorias políticas que fizeram o seu tempo e imporá o apagamento dos velhos modos de pensamento perante outros mais bem adaptados à evolução da sociedade”. *The Bith of Fascist Ideology* (1989, p. 271). Nota-se, portanto, que, conforme a lógica de Alceste De Ambris, a guerra tornara-se uma etapa fundamental para a modernização do país.

de expropriação parcial das terras. Logo após a ocupação militar de Fiume, pelo poeta Gabriele D'Annunzio, o sindicalismo nacional expressou seu apoio a ela.

Considerações finais

Plenamente conscientes das dificuldades que a *Carta del Carnaro* impõe àquele que se propõe interpretá-la, procuramos nesta tese apresentá-la como um estimulante exercício de construção de um Estado *ideal*. A transfiguração da forma do Estado em uma *prosa d'arte* evoca um sonho magnânimo de que, através da política, o homem pode reparar suas misérias, oferecendo dignidade e justiça social ao coletivo. A problemática exprime-se quando o objeto exige a reavaliação crítica de uma concreta realidade histórica. Afinal, a *Carta del Carnaro*, assim como a experiência política do *fiumanismo*, parece recusar encaixar-se numa visão sistemática do passado. Ela extrapola (e escapa a) qualquer tentativa de adequação racional a uma série de causas e efeitos.

Numerosos estudiosos, tanto italianos quanto estrangeiros, dedicaram atenção aos curiosos eventos que transformaram a pequena cidade portuária de Fiume (hoje Rijeka) em um laboratório político. A importância significativa da *Carta del Carnaro*, como momento mais alto do *fiumanismo*, para a compreensão do Novecento jamais foi ignorada ou desvalorizada pela crítica especialista. Não existe qualquer dúvida de que a *Carta del Carnaro* é um documento de extraordinária importância, seja pelo seu valor estético-literário ou por seu significado político. A fusão de elementos radicais com elementos místico-religiosos ofereceu uma contribuição imensurável para a teoria política moderna. Essa é também a grande dificuldade do leitor que se propõe analisar o documento, pois, apesar de a bibliografia produzida sobre o tema ter se acumulado com o passar dos anos, a enigmática natureza ideológica desse documento constitucional permanece obscura, quase inacessível.

Procuramos, no decorrer deste trabalho, evidenciar alguns fatos históricos sem os quais é impossível a compreensão do significado da *Carta del Carnaro*. Como vimos, a cidade de Fiume tornou-se uma questão diplomática central quando a maioria da população local declarou, por voto, o desejo de unificar-se ao Reino da Itália. Durante as discussões da Conferência de Paz, a cidade se transformou no símbolo de uma vitória italiana mutilada pelos aliados, eco da desilusão de uma geração que não conseguiu conquistar seus objetivos com o sacrifício da guerra.

E, no dia 12 de setembro de 1919, o poeta Gabriele D'Annunzio, juntamente com um grupo de ex-combatentes, invadiu a cidade e proclamou-a italiana. A marcha

representou uma tentativa nacionalista para solucionar a questão de Fiume de um modo extraparlamentar. Uma ação política que representava a repulsa pela ideia de uma *Italiotta* e contra a lógica do governo liberal *nittiano*. Como afirma Sheyla Moroni: “La marcia di Fiume assunse, infatti, la caratteristica de una vera e propria sedizione militare, per la partecipazione diretta di alcuni ufficiali delle truppe in zona di armistizio”³³⁸.

Arruinado o propósito de destituir o presidente do Conselho de Ministros Francesco Saverio Nitti do governo e de garantir a anexação do território à Itália, formou-se um governo provisório. O poeta Gabriele D’Annunzio assumiu o cargo de Comandante da cidade, e o nacionalista Giovanni Giuriati, o de Chefe do Gabinete. Nos atos subsequentes, procurou-se estabelecer com o governo italiano o reconhecimento da marcha de ocupação como um ato legítimo.

Por conta dos embargos econômicos impostos à região, foram promovidas campanhas “pró-Fiume” para conseguir ajuda financeira. O exército legionário organizava ataques surpresa aos navios que transitavam pelo Mar Adriático. A cidade tornou-se uma espécie de refúgio, ocupado por políticos radicais, patriotas e artistas que contestavam a realidade, e centro para a experimentação de drogas, nudismo e homossexualismo. Sintomática é a frase proferida pelo futurista Mario Carli: “Il delirio è immenso. Sto benissimo, in un ambiente meraviglioso. Viva la rivoluzione futurista!”³³⁹.

Com o fracasso das novas tentativas de acordo político entre as partes pelo *modus vivendi*, Giovanni Giuriati se demitiu do cargo de Chefe do Gabinete. A ruptura política entre os membros da cúpula do governo de Fiume representou um distanciamento do poeta com grupos nacionalistas irredentistas. Com isso, intensificou-se a natureza extremista e revolucionária do movimento. O *fiumanismo* mostrou-se disposto a aliar-se com as forças proletárias e com expoentes da esquerda revolucionária radical para combater o governo de Francesco Saverio Nitti e todas as nações, que na interpretação dannunziana, faziam-se instrumento do capital americano para subjugar a Itália.

Nessa atmosfera de tensão, o sindicalista revolucionário Alceste De Ambris aderiu ao governo de Gabriele D’Annunzio, ocupando o cargo deixado por Giovanni Giuriati. Fiume, para Alceste De Ambris, representou a possibilidade de ação e de

³³⁸ Sheyla Moroni. *Giovanni Giuriati – biografia politica*. Centro Editoriale Toscano, Firenze (2006, p. 67).

³³⁹ Claudia Salaris, *Alla festa della rivoluzione*. Il Mulino, Bologna (2008, p. 34).

concretização de um experimento sindicalista revolucionário. Durante o período em que o sindicalista ocupou o cargo de Chefe do Gabinete do governo provisório de Fiume, ele se tornou o mais influente conselheiro do Comandante. O sindicalista revolucionário procurou dar forma à política dannunziana através da instituição de uma Constituição para o Estado Livre de Fiume e da aproximação do *fiumanismo* da esquerda radical italiana.

A *Carta del Carnaro* foi um produto da colaboração de Alceste De Ambris com o poeta. No entanto, não houve qualquer possibilidade material para a implementação do novo Estatuto. O Tratado de Rapallo, assinado no dia 12 de novembro de 1920, pelo governo italiano e iugoslavo, determinava que Fiume tornava-se uma *cidade-estado* independente. O poeta se recusou a reconhecer a autenticidade desse contrato e proclamou a guerra de resistência à Itália. O apoio de Benito Mussolini ao Tratado foi interpretado como uma grande traição do chefe do fascismo ao *fiumanismo*. Um bombardeio, na noite de Natal de 1920, pôs fim à aventura política do poeta, obrigando ele e seus legionários a abandonarem a cidade. Assim, encerrou-se esse estranho episódio da História.

No final das contas, sabemos que, com o fracasso do *fiumanismo* e o fim da aventura política de Gabriele D'Annunzio, abriu-se a possibilidade histórica para a ascensão do fascismo. Trata-se, portanto, de um fato histórico decisivo. Os especialistas se dividem entre aqueles que consideram a *Carta del Carnaro* uma antecipação ideológica do fascismo e aqueles que enfatizam o seu feitio anárquico e libertário. Ora, essa diversidade de posições não parece ser apenas consequência da dificuldade de interpretar um documento hermético, mas, em certa medida, resultado de um contínuo desenvolvimento dos fatos históricos.

Após a queda da Reggenza Italiana del Carnaro e a expulsão dos legionários da cidade, Gabriele D'Annunzio se isolou na propriedade Villa Cagnacco di Gardone, às margens do Lago de Garda. Procurado por líderes fascistas e pelo recém-fundado Partido Comunista Italiano, o poeta recusou as ofertas para assumir a direção de outros movimentos revolucionários. Pouco interessado pela política, preferiu dedicar-se à composição da obra *Notturmo*. Benito Mussolini soube aproveitar-se bem dessa nova situação, ao instrumentalizar a memória do *fiumanismo* através de sua retórica. Como

hábil orador e articulador das massas, Benito Mussolini adotou livremente as fórmulas criadas pelo poeta, impondo-lhes, no entanto, um novo significado.

Enquanto isso, o ex-chefe do gabinete do governo de Fiume, Alceste De Ambris, procurou reassumir sua atividade política, candidatando-se independentemente no Collegio Elettorale di Parma – Reggio Emilia – Modena. Se, por um momento, Alceste De Ambris chegou a apoiar o nascimento do Fasci di Combattimento, por considerá-lo uma ala da esquerda realista, após fazer uma revisão crítica do movimento ele mudou de posição. O sindicalista revolucionário concluiu que Benito Mussolini traía os ideais da Revolução de Fiume e que o movimento fascista adotara uma postura reacionária. Depois de declarar-se antifascista³⁴⁰, Alceste De Ambris foi constrangido a emigrar para a França, onde formou um núcleo estrangeiro de oposição ao movimento.

É inevitável que a cadeia de eventos subsequentes à queda do governo de Gabriele D’Annunzio modifique a percepção sobre o *fiumanismo* e proponha uma constante revisão crítica da consciência histórica. O acirramento do debate que a Constituição suscitou entre seus leitores é expressão da dificuldade em reconhecer sua complexa natureza política. O movimento fiumano e o fascismo são dois movimentos que nasceram da memória ativa da Grande Guerra, mas, ainda que possuíssem afinidades, mantiveram-se como entidades distintas.

Orientada para o horizonte imperialista, a atividade política de Gabriele D’Annunzio, que se servia dos recursos da manipulação da retórica do classicismo e do esteticismo para a criação de imagens de uma poderosa nação latina, encontrou aprovação dos movimentos nacionalistas³⁴¹. A ideia de uma grande Itália³⁴², berço de uma nova civilização que se formara no confronto com a modernidade, pelo desenvolvimento econômico, social, cultural e espiritual, surgia nos discursos e canções nacionalistas do poeta sob o signo do Império Romano. Desde os primórdios do

³⁴⁰ Arturo Labriola e Enrico Leone também recusaram qualquer compromisso com o regime fascista, apresentando-se publicamente como oposição. À semelhança de Alceste De Ambris, Arturo Labriola seguiu para o exílio na França, enquanto Enrico Leone foi internado em um hospital psiquiátrico, onde passou o resto de seus dias.

³⁴¹ Conforme Simona Colarizi, em *Storia del Novecento italiani...*: “I nazionalisti sono sicuramente i più abile nel cogliere al volo le potenzialità della nuova ‘politica spettacolo’ e, soprattutto, trovano un attore straordinario in Gabriele D’Annunzio, il bardo, il vate, l’oracolo e l’araldo dell’intervento in guerra, come verrà variamente definito” (2010, p. 60).

³⁴² Sobre a formação da ideia de nação, ver a obra *La grande Italia – il mito della nazione nel XX secolo*, de Emilio Gentile (2009a).

Risorgimento, os literatos italianos buscaram introduzir o movimento nacional na tradição cosmopolita, criando o mito de que na Itália renasceria uma nova cosmópolis mundial.

O mito de grandeza se construiu principalmente sob a imagem da Roma Antiga, que duas vezes fora capital do mundo, conquistadora de terras e objeto de inspiração para a política universal. Amplamente celebrada por Gabriele D'Annunzio, como objeto de orgulho, era também facilmente assimilada pelo povo por representar um passado comum, uma vez que, de qualquer lugar da península, era possível contemplar as ruínas da grande civilização romana. No resgate do passado, o escritor também apontava, à luz da imagem da potência naval romana e da república veneziana, a vocação italiana para dominar terras além mar. Impulsionado pela ascensão do movimento nacionalista, o poeta decadente recuperou as glórias da tradição histórica e os antigos mitos do passado, como fundamento para o imperialismo. As tradições ideológicas da península itálica no passado foram reabilitadas pelo poeta para justificar que a causa italiana era justa e que a luta armada era a única alternativa.

Sendo assim, era também um recurso para dominar a massa no plano das ideias, emprestando um significado mobilizador ao presente histórico. Em busca da identidade nacional, a ideia de cidadania romana era exaltada como exemplo de civilidade e fonte de inspiração para o povo italiano. Tratava-se, como afirma Antonio Gramsci³⁴³, de um “mito verbal e retórico, baseado em um passado e não das circunstâncias dadas pelo presente”. Ainda assim, o mito de que o povo itálico teria a missão de retomar o cosmopolitismo, expandindo-se demográfica e economicamente, exercia papel fundamental como uma espécie de fermento para a história italiana.

Inspirando-se no legado de mestres como Ugo Foscolo, Giusué Carducci e Giovanni Pascoli, Gabriele D'Annunzio aceitou o título de poeta vate, profeta de um povo e uma nação. O polêmico escritor depositava um empenho político desmedido para interpretar os sentimentos mais obscuros da nação, transfigurando-os em ideias que aglutinassem as massas e guiando-os rumo a um objetivo grandioso. O resgate de modelos e *tempos ideais* foi importante recurso da retórica nacionalista d'annunziana, especialmente para a massa se identificar com esses símbolos, organizar sua memória

³⁴³ Antonio Gramsci. “Miscellanea”, in: *Quaderni del cárcere* II, 1932, p. 1.203.

histórica e o desejo de impor-se, sendo “o orgulho um sentimento típico da consciência nacional, que quer afirmar-se como vontade política”³⁴⁴.

Ao fazer uma avaliação crítica da ocupação fiumana, Antonio Gramsci revela que a popularidade política de Gabriele D’Annunzio se deveu à convergência de uma série de elementos. Entre eles, o cientista político destaca a natureza apolítica do povo italiano, em especial da pequena burguesia e dos pequenos intelectuais, que davam a qualquer aventureiro a possibilidade de ser seguido por uma multidão; a falta de um partido, na tradição política italiana, capaz de dar um endereço às massas; a situação no pós-guerra, uma vez que o fim do conflito, depois de quatro anos de combate, transformou dezenas de milhares de homens em “vagabundos”; e a luta feminina por direitos iguais e maior participação na vida política. Esses elementos, somados à inegável capacidade de Gabriele D’Annunzio em instrumentalizar certo “populismo” nos seus grandes atos políticos e nas produções estéticas – aproveitando-se da admiração ingênua e fanática do povo italiano por um homem inteligente como ele –, possibilitaram a integração de uma massa social e territorialmente heterogênea em um movimento. E, assim, “D’Annunzio si presentava come sintesi popolare di tali sentimenti: ‘apolicità’ fondamentale, nel seno che da lui si poteva aspettare tutti fini immaginabili, dal più sinistro al più destro, e l’essere D’Annunzio ritenuto popolarmente l’uomo più intelligente d’Italia”³⁴⁵.

Nos primórdios da Grande Guerra, Gabriele D’Annunzio se fez intérprete desse mito, ao executar uma incendiária campanha a favor de uma insurreição latina. Durante a guerra, fez-se herói e cantor da modernização do país. O empenho político de Gabriele D’Annunzio foi aproveitado pelas organizações nacionalistas italianas, uma vez que a produção estética e a atuação do escritor encontravam difusão na sociedade civil. O poeta era uma figura carismática e, como um dos maiores protagonistas do intervencionismo, tornou-se líder e o maior representante da “Nova Itália”.

Como já foi dito nesta tese, o *fiumanismo* foi um fenômeno que surgiu na crise da sociedade italiana do pós-guerra, como expressão de um espírito de revolta contra a realidade. Contribuiu para a sua formação, uma ideologia ativista, revolucionária e irracionalista, que já era presente nos movimentos políticos e culturais radicais, como

³⁴⁴ Emilio Gentile, *La grande Italia – il mito della nazione nel XX secolo* (2009a, p. 46).

³⁴⁵ Antonio Gramsci. “Miscellanea” in: *Quaderni del carcere* II, 1932, p. 1.203.

futurismo, nacionalismo e sindicalismo revolucionário. Isso porque, entre muitas divergências de valores e ideias, esses movimentos compartilhavam o desprezo pela sociedade burguesa liberal e pelo parlamentarismo *giolittiano*, e a ânsia por uma mudança radical. Para além da estética, buscava-se uma renovação *total* da sociedade. O *fiumanismo* não se propunha a ser um partido político e a transformação dos valores através de uma disputa eleitoral; em lugar disso, constituiu-se em uma milícia que evocava o heroísmo das trincheiras e a *vontade de potência* para a criação de uma nova sociedade. Empenhado na luta e conquista de um Estado forte, o *fiumanismo* assumiu a missão de realizar uma grande revolução italiana. “Fiume non era punto di arrivo, ma un punto di partenza”³⁴⁶.

O *fiumanismo*, assim como outros movimentos de vanguarda, ambicionavam *romper* com o *passadismo*, com a inércia e com a *decadência*. Contudo, isso não significava uma quebra com a *tradição*, e sim uma tentativa de modernização. Já mencionamos que a Itália, no longo período que transcorreu da Revolução Industrial à Primeira Guerra, manteve-se na periferia do sistema capitalista. Ao contrário de França e Inglaterra, que se constituíram como nação no início da Idade Moderna, sofrendo vitoriosos processos revolucionários de caráter democrático e burguês já no século XVII, a Itália apenas se constituiu como nação em 1861.

Esse *atraso*, seja na constituição do país como um Estado nacional, seja na sua inserção ao capitalismo, provocou graves consequências ideológicas e sociais ao país. O progresso técnico apenas atingiu reduzidos setores da população, sem garantir a melhoria da produtividade, indicando um desenvolvimento econômico lento e irregular. É preciso ter em conta, também, que o desenvolvimento retardatário do capitalismo na Itália produziu condições de subordinação estrutural do país ao capital estrangeiro. A tentativa de modernização implicava a revolta contra o presente histórico. O caráter aventureiro e extremista do *nacionalismo modernista* era sintoma desse impulso. Aspirava-se a que a Itália ocupasse um lugar entre as potências imperialistas e colonialistas, e se creditava aos intelectuais a missão de fazer despertar um espírito agressivo, de luta e conquista. Contudo, isso não significava uma quebra com a tradição, mas sim a *superação* dos

³⁴⁶ Giovanni Giuriati *apud* Gaetano Salvemini. **Memorie e soliloqui**. (2001 p. 237).

impasses que impediam a Itália de alcançar o nível de desenvolvimento econômico e civil das nações desenvolvidas. Uma vez ultrapassada a crise, a tradição continuaria evoluindo.

A *Carta del Carnaro* foi justamente uma tentativa *utópica* de acelerar o processo de modernização da sociedade e promover a transformação da mentalidade do povo e de seus costumes, através de uma nova prática social. Por meio de uma série de medidas progressistas, como a instituição do salário mínimo obrigatório, da absoluta igualdade jurídica entre os cidadãos sem distinção de sexo, do voto universal secreto, do uso dos bens legitimamente adquiridos, pretendeu-se facilitar as formas de acúmulo de capital e promover a industrialização.

O Estado assumiu a função pedagógica de elevar o nível de consciência e emancipar a população, instituindo uma unificação moral da sociedade. Ela deveria operar uma revolução antropológica, transformando seus cidadãos em *homens inteiros*. Seria a criação de um novo tipo de ser humano. Fruto da fantasia e da mente criativa de seus artífices, a *Carta del Carnaro* não era um nítido reflexo da matéria histórica. Ela não registrava o assentamento de um processo de transformação real, mas sim pretendia instituir mudanças sem pressuposto material para um novo sistema social.

Elaborada por Gabriele D'Annunzio e Alceste De Ambris como tentativa de dar forma jurídica ao Estado Livre de Fiume, a Constituição era a expressão de um patriotismo convicto, de entonação *mazziniana* e *risorgimentale*. Conforme a lei fundamental, deveriam ser concretizadas novas instituições políticas que buscassem a conciliação entre as diversas classes sociais e privilegiassem a paz social. A *Carta del Carnaro* seria o *manifesto catalisador* de uma revolução *nacionalista italiana*, que oferecia um modelo para a sociedade futura. O anseio de Alceste de Ambris era dar um caráter republicano e ultrademocrático para a doutrina sindicalista-revolucionária corporativa.

A *Carta del Carnaro* procurou repor os elementos de comunidade em uma sociedade. Não proclamou uma volta a um tempo anterior ao capitalismo, mas sim registrou uma grave fratura histórica. Ela refletia a incompletude da vida social e a impossibilidade de realização dos projetos idealizados pelo nacionalismo-modernista durante a Grande Guerra. Era um desenho utópico repleto de contradições e sentimentos contrastantes. Herdeira direta do clima de suspensão das normas, encontrou no

intervencionismo da Grande Guerra uma prática. Trazia a exaltação da violência como eficaz forma de ação para a regeneração moral da sociedade italiana e da juventude como *artífice da história*, e, por isso, portadora de uma nova consciência nacional.

Gabriele D'Annunzio operou uma grande novidade, quando praticou, como Comandante de Fiume, um novo modo de fazer política. Promotor e artífice de *slogans*, bandeiras, símbolos, ritos e mitos, estabeleceu que a vida civil deveria realizar-se em um espetáculo contínuo. O poeta subvertia a lógica, apelava ao sentimento e a fantasiosas imagens literárias para sacralizar a política, ou seja, transformou o nacionalismo em uma religião laica da nação.

Gabriele D'Annunzio era um poeta, mas, como Comandante de Fiume, comportava-se como tal. *Entre um aristocrático conservadorismo e um confuso socialismo anarquizante*, do alto de um balcão, travava diálogos com a multidão que lotava a praça pública. Como observou Nino Valeri, na obra *D'Annunzio davanti al fascismo*: “D'Annunzio era un letterato della politica, prigioniero, egli stesso, del suo mondo di parole incantate”³⁴⁷. A mobilização, integração e organização das massas ocorria nesse fluxo contínuo de manifestações e ritos. Nessas ocasiões, o poeta mobilizava glórias mitológicas consagradas na memória coletiva para a mobilização política. Apresentava-se como um sacerdote da pátria. A figura carismática do líder político era venerada por realizar a organização do consenso, através de uma liturgia, para a formação de comunidade orgânica.

A *Carta del Carnaro*, como documento que deveria organizar a vida social, estabeleceu que o cidadão *fiumano* devia dedicar-se e se subordinar completamente ao Estado. A liturgia política dannunziana ofereceu muitos elementos que seriam mais tarde incorporados pelo fascismo.

Justamente por isso, Antonio Gramsci, nos *Quaderni del carcere*³⁴⁸, propõe que é possível analisar a política de Gabriele D'Annunzio como uma das repetidas tentativas de literatos em promover um *nacional-socialismo* na Itália, conduzindo a grande massa às ideias nacionalistas e imperialistas³⁴⁹. Afinal, o nacional-socialismo, como um fenômeno político moderno, reconhece que tanto a burguesia quanto o proletariado são necessários

³⁴⁷ Nino Valeri, *D'Annunzio davanti al fascismo*, Firenze (1963, p. 18).

³⁴⁸ Antonio Gramsci. *Quaderni del carcere* III, 1975, p. 1.989.

³⁴⁹ Antonio Gramsci. “Miscellanea” in: *Quaderni del carcere* II, 1975, p. 797.

para a *causa nacional* e procura redirecionar o conflito social interno para o exterior, de nações contra nações, estimulando o imperialismo como solução para a questão da desigualdade social.

Iconografia



Gabriele D'Annunzio em Fiume

Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



Gabriele D'Annunzio orando no cemitério de Fiume.
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



Gabriele D'Annunzio entre a população de Fiume e seus legionários
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



Gabriele D'Annunzio com um cão e seu exército em Fiume
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



Gabriele D'Annunzio entre os Arditi.
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



Gabriele D'Annunzio com mulheres de Fiume.
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani

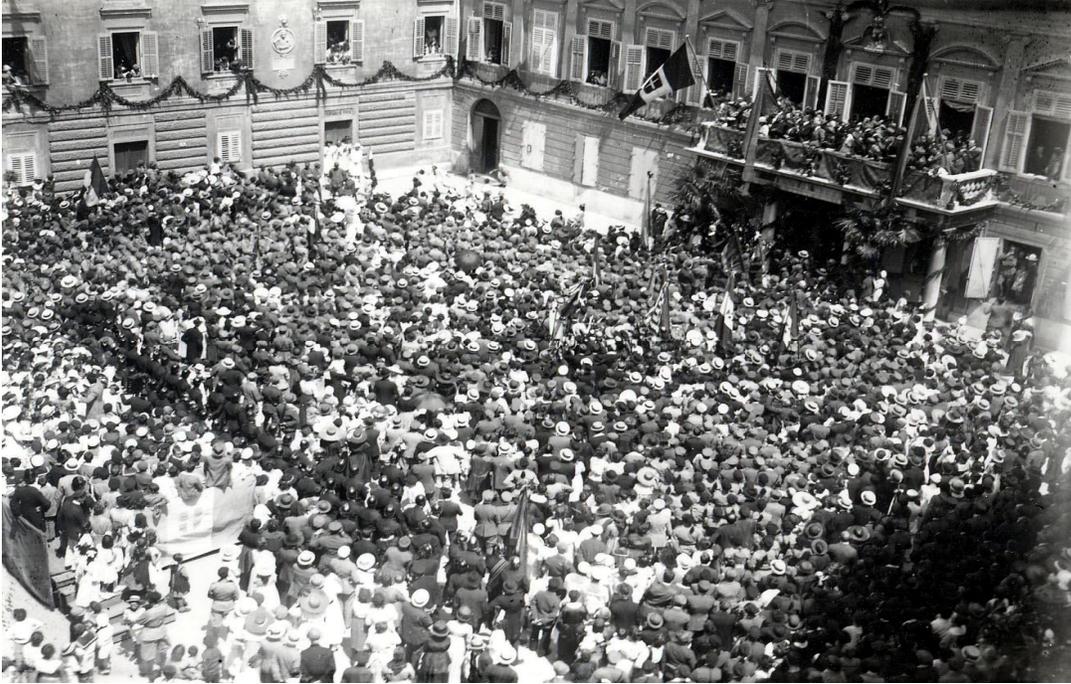


Do balcão do Palazzo del Governatorato, Gabriele D'Annunzio proclama a Reggenza Italiana Del Carnaro, em Fiume.

Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



O poeta-soldado Gabriele D'Annunzio, como Comandante de Fiume.
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



A multidão assiste ao discurso de Gabriele D'Annunzio
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



Gabriele D'Annunzio e os legionários
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



Gabriele D'Annunzio em Fiume.
Fonte: Archivio Fiumano - Vittoriale degli Italiani



O Comandante Gabriele D'Annunzio, poeta vate da Itália.
Fonte: Archivio Fiumano -Vittoriale degli Italiani

Anexos

Carta de Alceste De Ambris a Gabriele D'Annunzio – 18 de março de 1920

Comandante,

Ti presento il *Disegno di Costituzione* che mi ha incaricato di tracciare, dopo avermene indicato le linee principali nelle lunghe conversazioni che abbiamo avuto insieme. Io non so fino a che punto sai riuscito di accogliere e costringere negli scarni articoli di questo disegno le grandi e nobili idee che la tua parola immaginosa suscitava o coloriva con tanta ricchezza, in quei colloqui; ma siccome c'era fra noi due una completa identità di pensiero e di sentimento, oso sperare che la fatica durata abbia dato un risultato non troppo lontano dalla tua aspettazione.

Ed oggi, nel presentarti il *Disegno di Costituzione*, mi è grato ricordarne le genesi e lo sviluppo ch'ebbe in noi, prima di concretarsi nelle formule che sottopongo al tuo esame.

Anzi tutto: Come sorse l'idea? Non è essa la negazione pratica dell'ideale volontà che mosse i Legionari da Ronchi, tante volte affermata e confermata da Fiume: l'annessione all'Italia?

A queste domande risponde la dichiarazione che precede preliminarmente gli articoli della Costituzione: soltanto la strana prepotenza, che non ci è dato di debellare per la nostra pochezza numerica e per la viltà di chi regge lo Stato italiano, ci costringe a ricercare l'estrema difesa del Diritto di Fiume in un suo ordinamento politico indipendente. Dopo aver constatato l'impossibilità attuale di smuovere l'ottusa ostinazione che i governanti dell'Italia hanno messo con tanto zelo al servizio della rapacità capitalistica internazionale, ci siamo dovuti convincere che i termini del problema fiumano non sono più quelli di sei mesi or sono. Oggi l'invocata annessione di Fiume allo Stato Italiano appare impossibile; ed è per questo, *unicamente per questo*, che riconosciamo la necessità di costituire Fiume in Repubblica come l'unico mezzo che ancora ci resta per salvaguardarne i diritti che si vogliono calpestare ed i beni che si vogliono usurpare, per opera di quel trust mondiale degli stati ricchi che ha assunto per irrisione il nome di Società delle Nazioni.

È opportuno che non si lasci sorgere equivoco a questo proposito: Noi siamo ancora e sempre per l'annessione di Fiume allo Stato italiano, e la sua costituzione in Repubblica non è che l'estrema difesa opposta alla rapacità ed alla tirannia di coloro che, dopo aver vinto, tradiscono nella maniera più aperta ed oscena i principi proclamati durante la guerra. Questa difesa ci viene imposta non da una nostra preferenza, ma dal rinnegamento che l'Italia ufficiale ha fatto di Fiume. Se domani l'annessione si ravvisasse nuovamente possibile, noi torneremmo a propugnarla con la stessa fede di ieri, nella sicurezza ch'essa sai la garanzia più valida per il diritto di Fiume.

Oggi, però, dobbiamo riconoscere che non è più possibile prolungare uno stato di provvisorietà che finirebbe coll'esaurire lentamente tutte le riserve della resistenza fiumana, mettendoci nell'impossibilità di vivere senza industrie, senza commerci, senza moneta avente capacità d'acquisto, senza nessuno degli elementi indispensabili all'esistenza di un popolo civile. Non abbiamo da scegliere. La costituzione di Fiume in Repubblica è il solo mezzo per non perire in una forma d'immobilità suicida.

Ma Tu bene illustravi questo concetto che io vorrei poter ripetere con le Tue stesse parole piene di vigore: Poiché la prepotenza e la viltà che dominano il Mondo ci costringono a tanto, diamo al Mondo l'esempio di una Costituzione che in sé accolga

tutte le libertà e tutte le audacie del pensiero moderno, facendo rivivere le più nobile e gloriose tradizioni della nostra stirpe. Una Costituzione veramente latina, che fucini e temperi nell'antica civiltà del nostro popolo quanto di più vero gli altri popoli ci offrono come norma di vita collettiva. Così Fiume perpetuerà la sua missione e rimarrà, quale Tu l'hai voluta e fatta, un faro lucente nel tenebrore in cui brancolano le genti in cerca di una via.

Impresa superba ed ardua, tale da incutere spavento ad ognuno che non respiri quest'aria. Ma chi vive a Fiume – Tu ce lo hai insegnato – non può spaventarsi di nulla; e noi ci siamo accinti all'opera immensa senza tremare. Con la stessa serenità presentiamo oggi l'opera conclusa al giudizio del popolo.

Mi sia permessi d'illustrare i caratteri specifici che più differenziano dagli altri questo *Disegno di Costituzione*. Quasi tutti gli articoli della parte generale non fanno che codificare le conquiste antiche e recenti della democrazia: uguaglianza giuridica dei cittadini, garanzie di libertà individuali, tutela efficace contro gli abusi del potere. Tuttavia anche in questa parte vi sono alcuni punti che meritano di venir segnalati.

Gli art. 2, 4 e 5 stabiliscono in modo preciso la perfetta uguaglianza civile e politica dei due sessi, Questa uguaglianza era già riconosciuta per buona parte dalla legislazione vigente per le donne fiumane; ma esse hanno meritato vederla completata per la coscienza civica, per lo spirito di sacrificio e per la fiera volontà di cui hanno dato prova costante nel lungo periodo della non ancor conclusa lotta che Fiume sostiene contro il Mondo. Alla perfetta uguaglianza dei diritti corrisponde d'altro lato la perfetta uguaglianza dei doveri: l'art. 35 stabilisce che “Tutti i cittadini della Repubblica, *senza distinzione di sesso*, sono obbligati al servizio militare dai 17 ai 52 anni per la difesa della Repubblica”. Naturalmente questo non significa che le donne debbono fare il soldato nel senso corrente della parola: esse, al pari degli uomini non validi, saranno adibite “secondo le loro attitudini – come precisa il citato articolo – ai servizi ausiliari, amministrativi e di sanità”; ma devono ad ogni modo pagare anch'esse il tributo alla difesa della Repubblica come corrispettivo dei diritti che questa loro garantisce.

Fra i diritti del cittadino – oltre quelli contemplati da tutte le più libere costituzioni democratiche – alcuni altri sono affermati in consonanza dello spirito dei tempi. Così l'art. 5 enumera fra i diritti garantiti dalla Costituzione “il lavoro compensato con un minimo di salario sufficiente alla vita, l'assistenza in caso di malattia o d'involontaria disoccupazione, la pensione per vecchiaia”. Noi pensiamo infatti che la Società non possa imporre ai suoi componenti per la sua esistenza e la sua difesa obblighi che vanno fino al sacrificio della vita, se non assicura ad essi almeno quel minimo indispensabile indicato nell'articolo sopracitato, senza di che ogni altro diritto legale diventa nel fatto irritato e nullo.

È questo un primo riconoscimento del valore sociale del lavoro, completamente trascurato nelle costituzioni puramente democratiche, che nella nostra è con maggiore ampiezza confermato all'art. 6: “La Repubblica considera la proprietà come una funzione sociale, non come un assoluto diritto o privilegio. Perciò il solo titolo di proprietà su qualsiasi mezzo di produzione e di scambio è il lavoro, che rende la proprietà stessa fruttifera a beneficio dell'economia generale”. Quest'affermazione a mio avviso, apre la via ad ogni più audace trasformazione sociale, pur senza pretendere di fare anticipazioni artificiose che sarebbero inevitabilmente destinate a fallire.

Ma dove il nostro concetto sociale risulta più chiaro e dove l'organizzazione costituzionale nostra presenta caratteri di maggiore originalità, è ai Capitoli sulle Basi costituzionali e sui poteri della Repubblica. Le costituzioni puramente democratiche considerano soltanto il "cittadino" come entità astratta: milionario e miserabile, lavoratore o fannullone, intelligente od idiota, colto od ignorante, il "cittadino" rappresenta il perno democratico, l'elemento basilare unico ed indifferenziato delle più ammirate costituzioni.

Soltanto negli ultimissimi tempi, soprattutto per l'evidenza in cui lo ha posto la guerra, ci si è accorti del valore sociale preponderante che assume ogni giorno più il lavoro organizzato, di fronte al quale il "cittadino" impallidisce sempre più fino a che non lo vedremo svanire con le stelle al sorgere del sole. È troppo chiaro ormai che la Società – meglio: le Società – volgono verso un assetto che rammenta quello che fu la gloria e la forza del Comune Italiano dal secolo XI al secolo XIV, in cui le Arti, e cioè le corporazioni dei cittadini produttivi, erano padrone dello Stato ed anzi costituivano in qualche modo esse stesse lo Stato.

Il nostro Disegno di Costituzione tien conto di questo; ma tien conto altre sì dello stato di transizione che attraversiamo, in cui le forze democratiche conservano tuttavia una notevole forza, mentre le corporazioni dei produttori sono ancora embrionali, od almeno troppo imperfette ed incomplete per potersi sostituire interamente nella direzione dello Stato.

Perciò è sembrato temerario ricorrere a quell'assoluta attribuzione dei poteri statali alle rappresentanze dei produttori, che gli *Ordinamenti di Giustizia* di Giano della Bella riconoscevano alle Arti e la Costituzione della Repubblica Russa riconosce ai Consigli degli operai, escludendo da ogni diritto politico chi non compia un determinato lavoro. Aggiungiamo che ci è sembrato improvvido anche riguardare come "lavoro" soltanto il lavoro manuale e come cittadini produttivi soltanto gli operai propriamente detti. Noi pensiamo anzi che non solamente il lavoro dell'intelligenza – scientifico, artistico, tecnico ed amministrativo – debba essere considerato come socialmente utile quanto il lavoro manuale; ma che anche il lavoro di chi organizza la produzione o lo scambio debba avere uguale considerazione.

Il capitano d'industria che applica la sua intuizione, qualche volta geniale, ed i suoi studi, spesso lunghi e profondi, per creare forme nuove e più redditizie di produzione o di scambio, con una somma pesantissima di responsabilità, con un lavoro personale intenso, non di rado prolungato fino all'esaurimento, porta un contributo notevole e positivo all'economia generale e non può esser certo considerato come indegno di esercitare i diritti che spettano all'operaio che assolve con Otto ore di fatica quotidiana il suo dovere sociale. Del resto il tentativo già fatto in Russia di escludere tutti coloro che non sono operai manuali dal possesso dei diritti civili e politici ha dato risultati così poco incoraggianti, che la Repubblica dei Consigli deve fare oggi ogni sforzo per attivare nuovamente i capitani d'industria, i tecnici e amministratori nel campo della produzione reso sterile dall'assenza di capacità direttive come è costretta a ricorrere ad ogni mezzo per restituire alla vita sociale quei segni di nobiltà che soltanto gli artisti e gli scienziati possono imprimerle.

Per tutte queste considerazioni di fatto il nostro *Disegno di Costituzione* non pretende distruggere il vecchio tronco democratico; ma vi innesta sopra le concezioni nuove. Il "cittadino" esiste ancora – come continuerà ad esistere fino a che il lavoro non

abbia perfezionato la sua organizzazione -;ma la vecchia astrazione democratica è assai diminuita d'importanza. Lungi dall'essere sovrano assoluto, il cittadino deve far larghissima parte dei suoi poteri al produttore manuale ed intellettuale che gli sorge accanto e che – questa è la nostra convinzione – finirà col prendere tutto il posto, non appena esca di minorità.

Quei Consigli Economici che sono invocati con tanta insistenza trovano dunque un posto ben degno ed assai ampio nel nostro *Disegno di Costituzione* che stimola ed inquadra l'organizzazione del lavoro ed assicura alle sue rappresentanze dirette larghe funzioni legislative, esecutive e giudiziarie.

Per quanto riguarda il Potere Esecutivo ci siamo trovati di fronte al solito dilemma: Parlamentarismo o Presidenzialismo? Ognuno conosce i pregi e soprattutto i difetti di ciascuno dei due sistemi. La commedia politica che si gioca ora in America fra Wilson da una parte e la maggioranza del paese dall'altra, con incalcolabili conseguenze per tutto il Mondo, dimostra meglio di ogni lunga disquisizione i pericoli del sistema presidenzialistico, che assoma in un uomo solo e per un periodo assai lungo tutto il potere esecutivo.

I pericoli e i danni del parlamentarismo ci sono troppo noti per diretta esperienza perché occorra illustrarli. Basterà ricordare come, durante la guerra, fosse sentita l'inferiorità dei paesi retti a sistema parlamentare, con un potere esecutivo in balia delle ambizioni, degli interessi e degli intrighi dei membri d'un' Assemblea non di rado ignara, irresponsabile e perfino isterica.

Il nostro *Disegno di Costituzione* cerca di sminuire, se non di eliminare, gli inconvenienti di entrambi i sistemi, conferendo al potere esecutivo una certa stabilità che lo sottrae all'alea delle cabale e dei colpi di mano parlamentari per un tempo sufficiente a realizzare un programma immediato (un anno); ma non così lungo da costituire una minaccia seria pel caso che un certo punto esso potere esecutivo si mettesse in contrasto con la volontà della nazione.

Inoltre il potere esecutivo è esercitato collegialmente dai sette commissari che lo compongono, fra i quali il Presidente è poco più che un primus inter pares; ed anche questa ci sembra una valida garanzia contro ogni eventuale abuso.

Una figura costituzionale suggerita dal fatto presente e che ci sembra necessaria per consolidare l'architettura della Repubblica è quella del Comandante. Essa non esiste in nessun'altra Costituzione; ma esisteva nell'antica repubblica romana col nome di dictator. È nei momenti eccezionali, grave e pericolosi per la Repubblica che sorge questa figura, per scomparire con lo scomparire del pericolo. La brevità del tempo in cui al Comandante restano affidati i pieni poteri (sei mesi) ci sembra tutela sufficiente contro ogni sorpresa.

Una delle difficoltà più gravi che abbiamo dovuto prendere in considerazione nell'accingerci a tracciare il *Disegno della Costituzione* è stata quella della diversità delle razze e delle lingue dei cittadini della Repubblica. Fiume è senza contestazione una città italiana; ma per piccolo che possa essere il territorio della Repubblica, e quand'anche risultasse composto del solo "corpus separatum" non sarebbe meno vero che una parte della popolazione è slava di razza e di lingua. Nascondersi questa verità o negarla pretendendo d'imporre una legge uniforme che tenga conto solo degli italiani ignorando volutamente coloro che italiani non sono, significherebbe basare la Costituzione su di una ingiustizia, sicura portatrice d'interne discordie e di gravi pericoli.

Ci siamo chiesti perciò come si potrebbe risolvere il problema ed abbiamo trovato nell'antica sapienza romana e nell'esperienza moderna la risposta: soltanto un sistema di larghe autonomie locali ed uno spirito di grande tolleranza può rendere possibile la convivenza pacifica di varie razze in un medesimo aggregato politico. La Confederazione Elvetica – che sotto molti aspetti presenta una situazione analoga a quella in cui si trova la nostra Repubblica – ci offre l'esempio significatissimo di un Cantone – come quello dei Grigioni – dove si trova 50 mila tedeschi, 37 mila romanci e ladini, 18 mila italiani, divisi per giunta in protestanti e cattolici, possono convivere in pace unicamente perché a ciascuna razza è riconosciuto il diritto di serbare la propria lingua e le proprie costumanze in seno all'aggregato politico cui appartiene. Roma poté reggere per molti secoli il mondo accordando il diritto di cittadinanza a tutti i popoli dell'Impero col rispetto per i costumi e per la lingua di ciascuno.

Abbiamo citato un fatto che appartiene alla storia di un lontano passato e che riguardava un Impero immenso, accanto ad un fatto attuale che riguarda invece un piccolo territorio e poche migliaia di uomini, perché mi sembra che entrambi, nella loro diversità di tempo e di entità, concorrano a stabilire una verità sola.

Perciò il nostro *Disegno di Costituzione* stabilisce l'autonomia comunale più larga o completa; che ci pare indispensabile – oltre che per le ragioni già dette – in considerazione anche dal fatto che si esamina la situazione della sponda orientale dell'Adriatico vediamo ripetersi ovunque lo stesso fenomeno: le comunità italiane sono quasi tutte marittime, industriali e commerciali, mentre le comunità rurali sono costantemente slave. Alla divisione etnica corrisponde dunque, *grosso modo*, una divisione economica che concorre a rendere più necessario il regime di autonomia comunale che il *Disegno di Costituzione* contempla.

A completare questo criterio costituzionale, il capitolo che tratta dell'Istruzione Pubblica offre ad ogni minoranza tutte le possibili garanzie per quel che riguarda il patrimonio linguistico che dev'essere considerato come sacro diritto per ogni razza.

Non vi è dubbio che di due civiltà diverse le quali si trovano in permanente contatto, o piuttosto in una continua interferenza, su di uno stesso territorio ed in seno al medesimo aggregato politico, quella che ha in sé stessi minori elementi vitali è destinata a soggiacere di fronte alla civiltà più alta. Ma questo non può e non deve avvenire per sovrapposizione violenta, sebbene per intrinseca virtù. Noi che sentiamo tutto l'orgoglio di essere italiani e che tali vogliamo ad ogni costo rimanere, non possiamo essere così poco fiduciosi della nostra antica civiltà che si è già tante volte rinnovata in nuove meravigliose giovinezze da dubitare che possa non uscire trionfante nella prova e che per salvarsi debba essere assistita dalla sovrachieria legale o la violenza brutale.

Ma si intendiamo così di offrire nuovamente un pegno della larghezza dello spirito latino creatore del concetto della libertà civile e del diritto delle genti; non intendiamo per questo di subire passivamente menomazioni od offese all'italianità nostra. Perciò il *Disegno di Costituzione* riafferma il pieno diritto di Fiume alla proprietà perpetua ed inalienabile del porto e delle ferrovie che sono nel suo territorio, pur assicurandone l'uso libero e con pari diritti per tutti i popoli amici che hanno bisogno di servirsene come sbocco commerciale.

La rivendicazione di questo diritto non ha soltanto un valore economico. Solo alla cecità ed al superficialismo ignorante di qualche politicastro può sfuggire che il porto e la ferrovia di Fiume in mani non italiane significherebbe la snazionalizzazione della città

entro dieci o vent'anni, mediante l'immissione artificiosa di elementi estranei che altererebbero il rapporto demografico ora esistente.

Il *Disegno di Costituzione* prevede pure ad armare la Repubblica dei mezzi difensivi necessari per salvare l'italianità di Fiume da una conquista straniera operata per mezzi della banca o dell'industria.

Così col rispetto verso gli altri vogliamo garantire il rispetto dei nostri supremi diritti. Lo spirito animatore del *Disegno di Costituzione* è tutto qui: audacia novatrice, libertà, autonomie funzionali e locali amplissime.

Non c'illudiamo d'aver fatto cosa perfetta, e perciò il *Disegno di Costituzione* offre la possibilità di una revisione non appena l'esperienza ne abbia dimostrato le manchevolezze.

A coloro poi che troveranno questo Disegno troppo audace rispondiamo fin d'ora che una sana audacia può evitare il tormento di lunghe convulsioni violente da poi che le novità che sono accolte nella Costituzione rappresentano il minimo delle aspirazioni che agitano il mondo in quest'ora di crisi dolorosa e feconda.

A coloro invece che troveranno troppo timida la nostra opera rispondiamo che abbiamo cercato di costruire sulla realtà. Nulla ci spaventa: ma noi sappiamo che la legge non può creare le forze nuove ed i fatti che scaturiscono dalla coscienza delle masse e dalle necessità che le spingono. La legge può soltanto codificare uno stato di fatto che diviene all'infuori di essa, nel gioco dei contrasti economici e con la forma di nuove capacità tecniche e morali. Abbiamo cercato di far sì che la legge fondamentale della Repubblica fosse non già una barriera, ma piuttosto una via aperta verso l'avvenire. Agli uomini di buona volontà spetta di suscitare le forze perché il cammino della nostra generazione e di quelle che verranno sia rapido e lungo.

Non noi certamente avremo paura d'andar più lontano, che il nostro posto non fu mai, in nessun campo fra la retroguardia.

f.to *Alceste De Ambris*
Fiume d'Italia
Il 18 Marzo 1920

Discorso di Gabriele D'Annunzio di Presentazione dello Stato della Reggenza Italiana del Carnaro

“Il Donatore in Ginocchio”

Alla presenza dei miei concittadini io non ho mai avuto il cuore tanto addentro commosso, neppure nelle più aspre ore di travaglio e di pericolo, neppure nei momenti delle più grandi deliberazioni, quando la lunga volontà eroica del popolo pareva a un tratto vacillare oscurata e pareva fosse per prevalere sopra lo spirito di sacrificio il contagio perverso.

Chi fino a oggi mi ha seguito da vicino, chi mi ha guardato con occhi puri, chi ha considerato con pietà umana la mia pena solitaria d'ogni giorno in mezzo a tanta essa, chi ha compreso la mia tristezza e compreso la mia gioia, chi non ha misurato il mio amore e il mio sforzo e il mio dono che soffrono di essere misurati, colui ora comprende perché il mio cuore tremi.

Il 12 di agosto, in questo medesimo luogo, denso di popolo come stasera, gridai: “Domando alla Città di vita un atto di vita”.

Nessun atto di vita si compie senza tremito profondo. Anche il Dio quando crea, trema addentro; anche l'artefice, quando forgia, trema addentro, se bene la mano sia ferma, se bene il pollice sia sicuro.

Il popolo che dà a se stesso la sua propria rinascita in una più alta forma di vita, in un superiore ordine di libertà e giustizia, non può non essere agitato da una commozione calda come l'ispirazione.

Il 12 agosto, rammaricandomi di non essere con voi all'aperto sotto la costellazione della Buona Causa, dissi: “Stasera l'arengo è in una fornace, il più gran fuoco di Fiume è acceso qui”.

Ma stasera, perché la fornace più arda, bisogna che ciascun cittadino, dimentico delle sue dubbiezze e delle sue miserie, vi getti quel che ha di migliore, quel che possiede di più prezioso, come il pio Battista da Arbe quando fondeva la sua campana, come il bizzarro Benvenuto quando fondeva la sua statua.

Noi siamo per fondere la nostra campana e siamo per fondere la nostra statua.

Noi siamo per creare una voce di libertà e siamo per creare una forma di libertà: una voce di bellezza e una forma di bellezza sopra il mondo immemore delle cose alte e delle cose eterne, sopra il decrepito mondo destinato a crollare e disfarsi inesorabilmente.

La passione di Fiume sopravviverà trasformata in splendore. La costanza di Fiume sopravviverà trasfigurata in fulgore³⁵⁰.

Or è quindici mesi, la domenica di Pentecoste, dissi: “Se questo è il giorno dello Spirito e della Fiamma, questo è veramente il giorno di Fiume, questa è la solennità di Fiume, che tutti gli Italiani di qualunque credenza devono celebrare nella chiesa e fuori della chiesa, con un sacrificio d'amore o con un atto di fervore, radunati o in disparte”.

³⁵⁰ Conforme a edição crítica da *Carta del Carnaro e altri scritti su Fiume* (2009), de Marco Fressura e Patrick Karlsen, nesse momento do discurso de Gabriele D'Annunzio, o público, presente no teatro Fenice, interrompeu aplaudindo ruidosamente.

Non è domenica oggi; è lunedì: è il giorno in cui si riprende il lavoro, in cui s'avvia l'opera. È la Pentecoste di Fiume libera.

“Soffiò loro nel viso, e disse loro: ricevete lo Spirito”. Questa è la parola del Vangelo di Giovanni.

Umilmente, devotamente, prima di cominciare la lettura dei nuovi Statuti, io vorrei esser degno di ripetere a voi, miei fratelli, mie sorelle: “Ricevete lo Spirito”.

Or è ventun anno, in un mio tentativo d'invenzione epica mal compreso e vilipeso da quella terza Italia dove lo sbirro spazzava fuori dal Pantheon le corone di Trento e di Trieste come cose di vergogna per “ordine regio”, or è ventun anno, sono queste augurio importuno: “Soffii di nuovo lo spirito delle antiche libertà comunali, su l'Italia una e molteplice”.

Era un augurio, era un presagio, ed anche un volere, importuni.

Tanti anni di fede, tanti anni di perseveranza, tanti anni di aspettazione meriterebbero che l'augurio si compisse, che il presagio si avverasse, che si attuasse il volere.

E sarebbe portentosamente bello che quell'italico spirito soffiasse da Fiume su l'Italia e sul mondo.

La cattedrale si innalzò aerea dal tumulto comunale. La libertà intellettuale del mondo balzò dal sangue purpureo delle repubbliche italiane. La franchezza, la disciplina, la dignità, la grazia del lavoro umano sorsero dall'Istituto giuridico della Corporazione nostra.

Quello stupendo spirito, oggi rinnovellandosi, s'afforza delle esperienze di ieri, raccoglie in sé le divinazioni del domani, precede i più ansiosi, precorre i più pronti.

Precede, non eccede. Percorre, non trascorre.

Conosce l'armonia. Sa la musica.

“Della musica”, considerata come istituzione religiosa e sociale, è l'ultima rubrica di questo Disegno.

Il popolo di Fiume non ebbe nelle ore sue più grandi, la pienezza e l'unanimità del coro?

Come risponderà stasera il coro alla voce sola?, alla voce commossa dell'interprete?

L'avere altamente sperato, l'avere altamente voluto basta a chi per sé non chiede neppure una foglia di quercia o di lauro³⁵¹.

Udite. Un giorno dello scorso inverno m'accadde d'incontrare per una via deserta un poverello: uno di quei nostri poveri, ammirabili e adorabili, che della loro povertà fiumana han fatta una magnificenza italiana. Ne conosco.

Mi soffermai e, non senza timidezza, gli offersi quel che avevo.

Come egli fece l'atto di baciarmi la mano, io mi schernii; e, insistendo egli nell'atto umile e io nella ripulsa maldestra, vacillò e cadde in ginocchio.

Allora anch'io m'inginocchiai davanti a lui. E rimanemmo per qualche attimo l'uno di fronte all'altro, inginocchiati, come quei donatori nel basso delle tavole votive.

Che fu il primo a rialzarsi?

Non io. Mi pareva d'essere il men degno³⁵².

³⁵¹ Ao final dessas palavras, o público do teatro Fenice levantou-se das cadeiras, ovacionando e agitando os lenços (Fressura; Karlsen, 2009, p. 108).

Così mi converrebbe leggere queste pagine che non sono se non un'offerta fraterna, fatta con purità di cuore. Così a noi converrebbe comunicarci nello Spirito, chinati “con le ginocchia della mente” come direbbe il Padre nostro.

Non io me rialzerò per primi, neppure questa volta.

Ma, se ci rialzeremo nel tempo medesimo prendendoci per mano, avremo salvata ed esaltato l'anima, avremo salvata ed esaltato la Patria nel firmamento dell'avvenire e al vertice della libertà³⁵³.

³⁵² Segundo Marco Fressura e Patrick Karlsen (2009, p. 109), quando o Comandante Gabriele D'Annunzio pronunciou essa frase, a massa que assistia à conferência foi agitada pela emoção.

³⁵³ Ainda conforme o estudo de Marco Fressura e Patrick Karlsen (2009, p. 109), a plateia reagiu entusiasmada à narrativa contada pelo poeta, levantando-se das cadeiras e batendo as palmas das mãos fervorosamente. Essa demonstração de ânimo durou alguns minutos, até o instante em que o silêncio foi restabelecido e o orador prosseguiu com seu discurso, lendo o novo estatuto de Fiume. A leitura deste documento, feita pelo próprio Comandante, foi seguida por uma “religiosa attenzione” e interrompida em breves momentos, por longos aplausos de aprovação.

Disegno di un nuovo ordinamento dello Stato Libero di Fiume - La Carta del Carnaro

Della Perpetua Volontà Popolare

Fiume, libero comune italico da secoli, pel voto unanime dei cittadini e per la voce legittima del Consiglio nazionale, dichiarò liberamente la sua dedizione piena e intiera alla madre patria, il 30 ottobre 1918.

Il suo diritto è triplice, come l'armatura impenetrabile del mito romano.

Fiume è l'estrema custode italica delle Giulie, l'estrema rocca della cultura latina, è l'ultima portatrice del segno dantesco. Per lei, di secolo in secolo, di vicenda in vicenda, di lotta in lotta, di passione in passione, si serbò italiano il Carnaro di Dante. Da lei s'irraggiarono e s'irraggiano gli spiriti dell'italianità per le coste e per le isole, da Volosca a Laurana, da Moschiena ad Albona, da Veglia a Lussino, da Cherso ad Arbe.

E questo è il suo diritto storico.

Fiume, come già l'originaria Tarsatica posta contro la testata australe del Vallo liburnico, sorge e si stende di qua delle Giulie. È pienamente compresa entro quel cerchio che la tradizione la storia e la scienza confermano confine sacro d'Italia.

E questo è il suo diritto terrestre.

Fiume con tenacissimo volere, eroica nel superare patimenti insidie violenze d'ogni sorta, rivendica da due anni la libertà di scegliersi il suo destino e il suo compito, in forza di quel giusto principio dichiarato ai popoli da taluno dei suoi stessi avversari ingiusti.

E questo è il suo diritto umano.

Le contrastano il triplice diritto l'iniquità la cupidigia e la prepotenza straniere; a cui non si oppone la trista Italiana, che lascia disconoscere e annientare la sua propria vittoria.

Per ciò il popolo della libera città di Fiume, sempre fiso al suo fato latino e sempre inteso al compimento del suo voto legittimo, delibera di rinnovellare i suoi ordinamenti secondo lo spirito della sua vita nuova, non limitandoli al territorio che sotto il titolo di *Corpus separatum* era assegnato alla Corona ungarica, ma offrendoli alla fraterna elezione di quelle comunità adriatiche le quali desiderassero di rompere gli indugi, di scuotere l'opprimente tristezza e d'insorgere e di risorgere nel nome della nuova Italia.

Così, nel nome della nuova Italia, il popolo di Fiume costituito in giustizia e in libertà fa giuramento di combattere con tutte le sue forze, fino all'estremo, per mantenere

contro chiunque la contiguità della sua terra alla madre patria, assertore e difensore perpetuo dei termini alpini segnati da Dio e da Roma.

Dei Fondamenti

I

Il popolo sovrano di Fiume, valendosi della sua sovranità non oppugnabile né violabile, fa centro del suo libero stato il suo *Corpus separatum*, con tutte le sue strade ferrate e con l'intero suo porto.

Ma, come è fermo nel voler mantenere contigua la sua terra alla madre patria dalla parte di ponente, non rinuncia a un più giusto e più sicuro confine orientale che sia per essere determinato da prossime vicende politiche e da concordati conclusi coi comuni rurali e marittimi attratti dal regime del porto franco e dalla larghezza dei nuovi statuti.

II

La Reggenza italiana del Carnaro è costituita dalla terra di Fiume, dalle isole di antica tradizione veneta che per voto dichiarano di aderire alle sue fortune; e da tutte quelle comunità affini che per atto sincero di adesione possano esservi accolte secondo lo spirito di un'apposita legge prudenziale.

III

La Reggenza italiana del Carnaro è un governo schietto di popolo – *res populi* – che ha per fondamento la potenza del lavoro produttivo e per ordinamento le più larghe e le più varie forme dell'autonomia quale fu intesa ed esercitata nei quattro secoli gloriosi del nostro periodo comunale.

IV

La Reggenza riconosce e conferma la sovranità di tutti cittadini senza divario di sesso, di stirpe, di lingua, di classe, di religione.

Ma amplia ed innalza e sostiene sopra ogni altro diritto i diritti dei produttori; abolisce o riduce la centralità soverchiante dei poteri costituiti; scompartisce le forze e gli officii, cosicché dal gioco armonico delle diversità sia fatta sempre vigorosa e più ricca la vita comune.

V

La Reggenza protegge difende preserva tutte le libertà e tutti i diritti popolari; assicura l'ordine interno con la disciplina e con la giustizia; si studia di ricondurre i giorni e le opere verso quel senso di virtuosa gioia che deve rinnovare dal profondo il popolo finalmente affrancato da un regime uniforme di soggezioni e di menzogne; costantemente

si sforza di elevare la dignità e di accrescere la prosperità di tutti i cittadini, cosicché il ricevere la cittadinanza possa dal forestiero esser considerato nobile titolo e altissimo onore, come era un tempo il vivere con legge romana.

VI

Tutti i cittadini dello Stato, d'ambidue i sessi, sono e si sentono eguali davanti alla nuova legge.

L'esercizio dei diritti riconosciuti dalla costituzione non può essere menomato né soppresso in alcuno se non per conseguenza di giudizio pubblico e di condanna solenne.

VII

La libertà fondamentali di pensiero, di stampa, di riunione e di associazione sono dagli statuti guarentite a tutti i cittadini.

Ogni culto religioso è ammesso, è rispettato, e può edificare il suo tempio; ma nessun cittadino invochi la sua credenza e i suoi riti per sottrarsi all'adempimento dei doveri prescritti dalla legge viva.

L'abuso delle libertà statutarie, quando tenda a un fine illecito e turbi l'equilibrio della convivenza civile, può essere punito da apposite leggi; ma queste non devono in alcun modo ledere il principio perfetto di esse libertà.

VIII

Gli statuti guarentiscono a tutti i cittadini d'ambidue i sessi l'istruzione primaria in scuole chiare e salubri; l'educazione corporea in palestre aperte e fornite; il lavoro remunerato con un minimo di salario bastevole a ben vivere; l'assistenza nelle infermità, nella invalidità, nella disoccupazione involontaria; la pensione di riposo per la vecchiaia; l'uso dei beni legittimamente acquistati; l'inviolabilità del domicilio; l'*habeas corpus*; il risarcimento dei danni in caso di errore giudiziario o di abusato potere.

IX

Lo Stato non riconosce la proprietà come il dominio assoluto della persona sopra la cosa, ma la considera come la più utile delle funzioni sociali.

Nessuna proprietà può essere riservata alla persona quasi fosse una sua parte; né può esser lecito che tal proprietario infingardo la lasci inerte o ne disponga malamente, ad esclusione di ogni altro.

Unico titolo legittimo di dominio su qualsiasi mezzo di produzione e di scambio è il lavoro.

Solo il lavoro è padrone della sostanza resa massimamente fruttuosa e massimamente profittevole all'economia generale.

X

Il porto, la stazione, le strade ferrate comprese nel territorio fiumano sono proprietà perpetua incontestabile ed inalienabile dello Stato.

È concesso – con un Breve del Porto franco – ampio e libero esercizio di commercio, di industria, di navigazione a tutti gli stranieri come agli indigeni, in perfetta parità di buon trattamento e immunità da gabelle ingorde e incolumità di persone e di cose.

XI

Una Banca nazionale del Carnaro, vigilata dalla Reggenza, ha l'incarico di emettere la carta moneta e di eseguire ogni altra operazione di credito.

Una legge apposita ne determinerà i modi e le regole, distinguendo nel tempo medesimo i diritti gli obblighi e gli oneri delle Banche già nel territorio operanti e di quelle che fossero per esservi fondate.

XII

Tutti i cittadini d'ambidue i sessi hanno facoltà piena di scegliere e di esercitare industrie professioni arti e mestieri.

Le industrie iniziate e alimentate denaro estraneo e ogni esercizio consentito a estranei troveranno le loro norme in una legge liberale.

XIII

Tre specie di spiriti e di forza concorrono all'ordinamento al movimento e all'incremento dell'università:

i Cittadini

le Corporazioni

i Comuni.

XIV

Tre sono le credenze religiose collocate sopra tutte le altre nella università dei Comuni giurati:

La vita è bella, e degna che severamente e magnificamente la viva l'uomo rifatto intiero dalla libertà; l'uomo rifatto intiero dalla libertà; l'uomo intiero è colui che sa ogni giorno offrire ai suoi Fratelli un nuovo dono; il lavoro, anche il più umile, anche il più oscuro, se sai bene eseguito, tende alla bellezza e orna il mondo.

Dei Cittadini

XV

Hanno grado e titolo di cittadini nella Reggenza tutti i cittadini presentemente noverati nella libera città di Fiume; tutti i cittadini appartenenti alle altre comunità che chiedano di far parte del nuovo Stato e vi sieno accolte; tutti coloro che per pubblico decreto del popolo sieno di cittadinanza privilegiati; tutti coloro che, avendo chiesta la cittadinanza legale, l'abbiamo per decreto ottenuta.

XVI

I cittadini della Reggenza sono investiti di tutti i diritti civili e politici nel punto in cui compiono il ventesimo anno di età.

Senza distinzione di sessi diventano legittimamente elettori ed eleggibili per tutte le cariche.

XVII

Saranno privi dei diritti politici, con regolare sentenza i cittadini condannati in pena d'infamia; ribelli al servizio militare per la difesa del territorio; morosi al pagamento delle tasse; parassiti incorreggibili a carico della comunità, se non sieno corporalmente incapaci di lavorare per malattia o per vecchiezza.

Delle Corporazioni

XVIII

Lo Stato è la volontà comune e lo sforzo comune del popolo verso un sempre più alto grado di materiale e spirituale vigore. Soltanto i produttori assidui della ricchezza comune e i creatori assidui della potenza comune sono nella Reggenza i compiuti cittadini e costituiscono con essa una sola sostanza operante, una sola pienezza ascendente.

Qualunque sia la specie del lavoro fornito, di mano o d'ingegno, d'industria o d'arte, di ordinamento o di esequimento, tutti sono per obbligo iscritti in una delle dieci Corporazioni costituite che prendono dal Comune l'immagine della lor figura, ma svolgono liberamente la loro energia e liberamente determinano gli obblighi mutui e le mutue provvidenze.

XIX

Alla prima Corporazione sono iscritti gli operai salariati dell'industria, dell'agricoltura, del commercio, dei trasporti; e gli artigiani minuti e i piccoli proprietari di terre che compiano essi medesimi la fatica rurale o che abbiano aiutatori pochi e avventizii.

La Corporazione seconda raccoglie tutti gli addetti ai corpi tecnici e amministrativi di ogni privata azienda industriale e rurale, esclusi i comproprietarii di essa azienda.

Nella terza si radunano tutti gli addetti alle aziende commerciali, che non sieno veri operai; e anche da questa sono esclusi i comproprietarii.

La quarta Corporazione associa i datori d'opra in imprese d'industria, d'agricoltura, di commercio, di trasporti, quando essi non sieno soltanto proprietarii ma secondo lo spirito dei nuovi statuti – conduttori sagaci e accrescitori assidui dell'azienda.

Sono compresi nella quinta tutti i pubblici impiegati comunali e statuali di qualsiasi ordine.

La sesta comprende il fiore intellettuale del popolo: la gioventù studiosa e i suoi maestri: gli insegnanti delle scuole pubbliche e gli studenti degli istituti superiori; gli scultori, i pittori, i decoratori, gli architetti, i musicisti, tutti quelli che esercitano le arti belle, le arti sceniche, le arti ornamentive.

Della settima fanno parte tutti quelli che esercitano professioni libere non considerate nelle precedenti rassegne.

L'ottava è costituita dalle Società cooperative di produzione, di lavoro e di consumo, industriali e agrarie; e non può essere rappresentata se non dagli amministratori alle Società stesse preposti.

La nona assomma tutta la gente di mare.

La decima non ha arte né novero né vocabolo. La sua pienezza è attesa come quella della decima Musa. È quasi una figura votiva consacrata al genio ignoto, all'apparizione dell'uomo novissimo, alle trasfigurazioni ideali delle opere e dei giorni, alla compiuta liberazione dello spirito sopra l'ansito penoso e il sudore di sangue.

È rappresentata, nel santuario civico, da una lampada ardente che porta inscritta un'antica parola toscana dell'epoca dei Comuni, stupenda allusione a una forma spiritualizzata del lavoro umano:

“Fatica senza fatica”.

XX

Ogni corporazione svolge il diritto di una compiuta persona giuridica compiutamente riconosciuta dallo Stato.

Sceglie i suoi consoli; manifesta nelle sue adunanze la sua volontà; detta i suoi patti, i suoi capitoli, le sue convenzioni; regola secondo la sua saggezza e secondo le sue esperienze la propria autonomia; provvede ai suoi bisogni e accresce il suo patrimonio riscotendo dai consociati una imposta pecuniaria in misura della mercede, dello stipendio, del profitto d'azienda, del lucro professionale; difende in ogni campo la sua propria classe e si sforza di accrescerne la dignità; si studia di condurre a perfezione la tecnica delle arti e dei mestieri; cerca di disciplinare il lavoro volgendolo verso modelli di moderna bellezza; incorpora lavoratori minuti per animarli e avviarli a miglior prova; consacra gli obblighi del mutuo soccorso; determina le provvidenze in favore dei compagni infermi o indeboliti; inventa le sue insegne, i suoi emblemi, le sue musiche, i suoi canti, le sue preghiere; istituisce le sue cerimonie e i suoi riti; concorre, quanto più magnificamente possa, all'apparato delle comuni allegrezze, delle feste anniversarie, dei giochi terrestri e marini; venera i suoi morti, onora i suoi decani, celebra i suoi eroi.

XXI

Le attinenze fra la Reggenza e le Corporazioni, e fra l'una e l'altra Corporazione, sono regolate nei modi medesimi che gli statuti definiscono nel regolare le dipendenze fra i poteri centrali della Reggenza e i Comuni giurati, e fra l'uno e l'altro Comune.

I socii di ciascuna Corporazione costituiscono un libero corpo elettorale per eleggere i rappresentanti al Consiglio dei Provvisori. Ai Consoli delle Corporazioni e alle loro insegne è dovuto nelle cerimonie pubbliche il primo luogo.

Dei Comuni

XXII

Si ristabilisce per tutti i Comuni l'antico *potere normativo*, che è il diritto d'autonomia pieno: il diritto particolare di darsi proprie leggi, entro il cerchio del diritto universo.

Essi esercitano in sé e per sé tutti i poteri che la Costituzione non attribuisce agli officii legislativi esecutivo e giudiziari della Reggenza.

XXIII

A ogni Comune è data amplissima facoltà di formarsi un corpo unitario di leggi municipali, variamente derivate dalla consuetudine propria, dalla propria indole, dall'energia trasmessa e dalla nuova coscienza.

Ma deve ogni comune chiedere per i suoi statuti la mallevatoria della Reggenza, che la concede quando essi statuti non contengano nulla di palesemente o copertamente contrario allo spirito della Costituzione; quando essi statuti sieno approvati accettati votati dal popolo e possono essere riformati o emendati dalla volontà della schietta maggioranza cittadina.

XXIV

Ai Comuni è riconosciuto il diritto di condurre accordi, di praticare componimenti, di concludere trattati fra loro, in materia di legislazione e di amministrazione.

Ma è fatto a essi obbligo di sottoporli all'esame del Potere esecutivo centrale.

Se il Potere stima che tali accordi componimenti trattati sieno in contrasto con lo spirito della Costituzione, li raccomanda per giudizio inappellabile alla Corte della Ragione.

Se la Corte li dichiara illegittimi e invalidi, il Potere esecutivo della Reggenza provvede a romperli e disfarli.

XXV

Quando l'ordine interno di un Comune sia turbato da fazioni, da sopraffazioni, da macchinazioni, o da qualunque altra forma di violenza e d'insidia, quando l'integrità e la dignità di un Comune sieno minacciate o lese da un altro Comune prevaricante, il Potere esecutivo della Reggenza interviene mediatore e pacificatore, se richiedano l'intervento le autorità comunali concordi, se lo richieda il terzo dei cittadini esercitanti i diritti politici nel luogo stesso.

XXVI

Ai Comuni segnatamente si appartiene fondare l'istruzione primaria secondo le norme stabilite dal Consiglio scolastico dello Stato; nominare i giudici comunali; istituire e mantenere la polizia comunale; mettere imposte; contrarre prestiti nel territorio della Reggenza, o anche fuori del territorio ma con la mallevadoria del Governo che dimandato non la concede se non nei casi di manifesta necessità.

Del Potere Legislativo

XXVII

Esercitano il potere legislativo due corpi formati per elezione:
il Consiglio degli Ottimi
il Consiglio dei Provvisori.

XXVIII

Eleggono il Consiglio degli Ottimi, nei modi del suffragio universale diretto e segreto, tutti i cittadini della Reggenza che abbiano compiuto il ventesimo anno di età e che sieno investiti dei diritti politici.

Ogni cittadino votante della Reggenza può essere assunto al Consiglio degli Ottimi.

XXIX

Gli Ottimi durano nell'ufficio tre anni.

Sono eletti in ragione di uno per ogni migliaio di elettori; a in ogni caso non può il loro numero essere di sotto al trenta.

Tutti gli elettori formano un corpo elettorale unico.

L'elezione si compie nei modi del suffragio universale e della rappresentanza proporzionale.

XXX

Il Consiglio degli Ottimi ha potestà ordinatrice e legislatrice nel trattare del Codice penale e civile, della Polizia, della Difesa nazionale, della Istruzione pubblica e secondaria, delle Arti belle, dei Consiglio degli Ottimi per ordinario non si aduna se non una volta l'anno, nel mese di ottobre, con brevità spiccatamente concisa.

XXXI

Il Consiglio dei Provvisori si compone di sessanta eletti, per elezione compiuta nei modi del suffragio universale segreto e con la regola della rappresentanza proporzionale.

Dieci Provvisori sono eletti dagli operai d'industria e dai lavoratori della terra; dieci dalla gente di mare; dieci dai datori d'opra; cinque dai tecnici agrarii e industriali; cinque dagli addetti alle amministrazioni delle aziende private; cinque dagli insegnanti delle scuole pubbliche, dagli studenti delle scuole superiori, e dagli consociati della sesta Corporazione; cinque dalle professioni libere; cinque di pubblici impiegati; cinque dalle Società cooperative di produzione, di lavoro e di consumo.

XXXII

I Provvisori durano nell'ufficio due anni.

Non sono eleggibili se non appartengano alla Corporazione rappresentata.

XXXIII

Per ordinario il Consiglio dei Provvisori si aduna due volte l'anno, nei mesi di maggio e di novembre, usando nel dibattito il modo laconico.

Ha potestà ordinatrice e legislatrice nel trattare del Codice commerciale e marittimo; delle Discipline che conducono il lavoro continuato; dei Trasporti; delle Opere pubbliche; dei Trattati di commercio, delle dogane, delle tariffe, e d'altre materie affini; della Istruzione tecnica e professionale; delle Industrie e delle Banche; delle Arti e dei Mestieri.

XXXIV

Il Consiglio degli Ottimi e il Consiglio dei Provvisori si riuniscono una volta l'anno in un sol corpo, sul principio del mese di dicembre, costituendo un grande Consiglio nazionale sotto il titolo di Arengo del Carnaro.

L'Arengo tratta e delibera delle Relazione con gli altri Stati; della Finanza e del Tesoro; degli Alti Studii; della riformabile Costituzione; dell'ampliata libertà.

Del Potere Esecutivo

XXXV

Esercitano il potere esecutivo della Reggenza sette Rettori partitamente eletti dall'Assemblea nazionale, dal Consiglio degli Ottimi, dal Consiglio dei Provvisori.

Il Rettore degli Affari Esteri, il Rettore delle Finanze e del Tesoro, il Rettore dell'Istruzione pubblica sono eletti dall'Assemblea nazionale.

Il Rettore dell'Interno e della Giustizia, il Rettore della Difesa nazionale sono eletti dal Consiglio degli Ottimi.

Il Consiglio dei Provvisori elegge il Rettore dell'Economia pubblica e il Rettore del Lavoro.

Il Rettore degli Affari esteri assume il titolo di Primo Rettore, e rappresenta la Reggenza al cospetto degli altri Stati *primus inter pares*.

XXXVI

L'ufficio dei sette Rettori è stabile e continuo. Delibera di ogni cosa che non competa all'amministrazione corrente.

Il Primo Rettore regola il dibattito, e ha voto decisivo in caso di parità.

I Retori sono eletti per un anno, e non sono rieleggibili se non per una volta sola.

Ma, dopo l'intervallo di un anno, possono essere nuovamente nominati.

Del Potere Giudiziario

XXXVII

Partecipano del potere giudiziario

I Buoni uomini

I Giudici del Lavoro

I Giudici Togati

I Giudici del Maleficio

La Corte della Regione.

XXXVIII

I Buoni uomini, eletti per fiducia popolare da tutti gli elettori dei varii comuni in misura del numero, giudicano delle controversie civili e commerciali sino al valore di cinquemila lire e sentenziano delle colpe che cadono sotto pene di durata non superiore a un ano.

XXXIX

I Giudici del Lavoro giudicano delle controversie singolari fra salariati e i datori d'opra, fra gli stipendiati e i datori d'opra.

Essi costituiscono collegi di giudici nominati dalle Corporazioni che eleggono il Consiglio dei Provvisori.

In questa misura:

Due dagli operai d'industrie e dai lavoratori della terra; due dalla gente di mare; due dai datori d'opra; uno dai tecnici industriali ed agrarii; uno dalle libere professioni; uno dagli addetti alle amministrazioni delle private aziende; uno dagli impiegati pubblici; uno dagli insegnanti, dagli studenti degli Istituti superiori e dagli altri socii della sesta Corporazione; uno dalle Società cooperatrici di produzione, di lavoro e di consumo.

I Giudici del Lavoro hanno facoltà di dividere in sezione i loro collegi per sollecitare i giudizi, servitori pronti d'una giustizia leggera ed espeditissima.

Alle sezioni ricongiunte compete il giudizio d'appello.

XXXX

I Giudici togati giudicano di tutte quelle questioni civile commerciali e penali in cui i Buoni uomini e i Giudici del Lavoro non abbiano competenza, eccettuate quelle spettanti ai Giudici del Maleficio.

Costituiscono il Tribunale d'appello per le sentenze dei Buoni uomini.

Sono dalla Corte della Ragione scelti per concorsi fra i cittadini addottorati in legge.

XXXXI

Sette cittadini giurati, assistiti da due supplenti e presieduti da un giudice togato, compongono il Tribunale del Maleficio, che giudica tutti i delitti di colore politico e tutti quei misfatti che sieno da punire con la privazione della libertà corporale per un tempo superiore al triennio.

XXXXII

Eletta dal Consiglio nazionale, la Corte della Ragione si compone di cinque membri effettivi e di due supplenti.

Dei membri effettivi almeno tre, dei supplenti almeno uno saranno scelti fra dottori di legge.

La Corte della Ragione giudica degli atti e decreti emanati dal Potere legislativo e dal Potere esecutivo, e per accertarli conformi alla Costituzione; di ogni conflitto statutario fra il Potere legislativo e il Potere esecutivo, fra la Reggenza e i Comuni, fra Comune e Comune, fra la Reggenza e le Corporazioni, fra Reggenza e i privati, fra i Comuni e le Corporazioni, fra i Comuni e i privati; dei casi di alto tradimento contro la Reggenza per opera di cittadini partecipi del Potere legislativo e dell'esecutivo; degli attentati al diritto delle genti; delle contestazione civili fra la Reggenza e i Comuni, fra Comune e Comune; delle trasgressioni commesse da partecipi dei poteri; delle questione riguardanti i diritti di cittadinanza e i privi di patria; delle questione di competenza fra i varii magistrati giudiciali.

La corte della Ragione rivide in ultima istanza le sentenza, e nomina per concorso i Giudici togati.

Ai cittadini costituiti in Corte della Ragione è fatto divieto di tenere alcun altro officio, sai nella sede sua in altro Comune.

Né possono essi esercitare professione o industria o mestiere per tutta la durata della carica.

Del Comandante

XXXXIII

Quando la Reggenza venga in pericolo estremo e veda la sua salute nella devota volontà d'un solo, che sappia raccogliete eccitare e condurre tutte le forze del popolo alla

lotta e alla vittoria, il Consiglio nazionale solennemente adunato nell'Arengo può nominare a viva voce per voto il Comandante e lui rimettere la potestà suprema senza appellazione.

Il Consiglio determina il più o men breve tempo dell'imperio non dimenticando che nella Repubblica romana la dittatura durava sei mesi.

XXXXIV

Il Comandante, per la durata dell'imperio, assomma tutti i poteri politici e militare, legislativi ed esecutivi.

I partecipi del Potere esecutivo assumono presso di lui officio di segretarii e commissarii.

XXXXV

Spirato il termine dell'imperio, il Consiglio nazionale si raduna e delibera di riconfermare il Comandante nella carica, oppure di sostituire il Comandante nella carica, oppure di sostituire in suo luogo un altro cittadino, oppure di deporlo, o anche di bandirlo.

XXXXVI

Ogni cittadino investito dei diritti politici, sai o non sai partecipe dei poteri nella Reggenza, pu'ò essere eletto al supremo officio.

Della Difesa Nazionale

XXXXVII

Nella Reggenza italiana del Carnaro tutti i cittadini d'ambidue i sessi, dell'età di diciassette anni all'età di cinquantacinque, sono obbligati al servizio militare per la difesa della terra.

Fatta la cerna, gli uomoni validi servono nelle forze di terra e di mare, gli uomini meno atti e le donne salde servono nelle ambulanze, negli ospedali, nelle amministrazioni, nelle fabbriche d'armi, e in ogni altra opera ausiliaria, secondo l'attitudine e secondo la perizia di ognuno.

XXXXVIII

A tutti i cittadini che durante il servizio militare abbiano contratto una infermità insanabile, e alle loro famiglie in bisogno, è dovuto il largo soccorso dello Stato.

Lo Stato adotta i figli dei cittadini gloriosamente caduti in difesa della terra, soccorre i consanguinei se sieno in distretta, raccomanda i nomi dei morti alla memoria delle generazioni.

XXXXIX

In tempo di pace e di sicurezza, la Reggenza non mantiene l'esercito armato; ma tutta la nazione resta armata, nei modi prescritti dall'apposita legge, e allena con sagace sobrietà le sue forze di terra e di mare.

Lo Stretto servizio è limitato ai periodi d'istruzione e ai casi di guerra guerreggiata o di pericolo prossimo.

In periodo d'istruzione e in caso di guerra, il cittadino non perde alcun dei suoi diritti civili e politici; e può esercitarli quando sieno conciliabili con la necessità della disciplina attiva.

Dell'Istruzione Pubblica

L

Per ogni gente di nobile origine la coltura è la più luminosa delle armi lunghe.

Per la gente adriatica, di secolo in secolo costretta a una lotta senza tregua contro l'usurpatore incolto, essa è più che un'arme: è una potenza indomabile come il diritto come la fede.

Per il popolo di Fiume, nell'atto medesimo della sua rinascita a libertà, diviene il più efficace strumento di salute e di fortuna sopra l'insidia estranea che da secoli la stringe.

La coltura è l'aroma contro le corruzioni. La coltura è la saldezza contro le deformazioni.

Sul Carnaro di Dante il culto della lingua di Dante è appunto il rispetto e la custodia di ciò che in tutti i tempi fu considerato come il più prezioso tesoro dei popoli, come la più alta testimonianza della loro nobiltà originaria, come l'indice supremo del loro sentimento di dominazione morale.

La dominazione morale è la necessità guerriera del nuovo Stato. L'esaltazione delle belle idee umane sorge dalla sua volontà di vittoria.

Mentre compisce la sua unità, mentre conquista la sua libertà, mentre instaura la sua giustizia, il nuovo Stato deve sopra tutti i suoi propositi proporsi di difendere conservare propugnare la sua unità la sua libertà la sua giustizia nella regione dello spirito.

Roma deve qui essere presente nella sua coltura. L'Italia deve qui essere presente nella sua coltura.

Il ritmo romano, il ritmo fatale del compimento, deve ricondurre su le vie consolari l'altra stirpe inquieta che s'illude di poter cancellare le grandi vestigia e di poter falsare la grande storia.

Nella terra di specie latina, nella terra smossa dal vomere latino, l'altra stirpe sarà foggjata o prima o poi dallo spirito creatore della latinità: il quale non è se non una disciplinata armonia di tutte quelle forze che concorrono alla formazione dell'uomo libero.

Qui si forma l'uomo libero.

E qui si prepara il regno dello spirito, pur nello sforzo del lavoro e nell'acredine del traffico.

Per ciò la Reggenza italiana del Carnaro pone alla sommità delle sue leggi la coltura del popolo; fonda sul patrimonio della grande coltura latina il suo patrimonio.

LI

È istituita nella città di Fiume una Università libera, collocata in un vasto edificio capace di contenere ogni maggiore aumento di studi e di studiosi, retta da suoi proprii statuti come la Corporazione.

Sono nella città di Fiume istituite una scuola di arti belle, una scuola di arti decorative, una scuola di musica, poste sopra l'abolizione di ogni vizio e pregiudizio magistrali, condotte dal più sincero e ardito spirito di ricerca nella novità, rette da un acume atto a purificarle dall'ingombro dei mal dotati e a sceverare i buoni dai migliori e a secondare i migliori nella scoperta di sé e dei nuovi rapporti fra la materia difficile e il sentimento umano.

LII

Provvede a ordinare le scuole medie il Consiglio degli Ottimi; provvede a ordinare le scuole tecniche e professionali il Consiglio dei Provvisori; provvede a ordinare gli Alti Studi il Consiglio nazionale.

In tutte le scuole di tutti i Comuni l'insegnamento della lingua italiana ha privilegio insigne.

Nelle scuole medie è obbligatorio l'insegnamento dei diversi idiomi parlati in tutta la Reggenza italiana del Carnaro.

L'insegnamento primario è dato nella lingua parlata dalla maggioranza degli abitanti di ciascun Comune e nella lingua parlata dalla minoranza in corsi paralleli.

Se alcun Comune tenti di sottrarsi all'obbligo di istituire tali corsi, la Reggenza esercita il suo diritto di provvedervi, aggravando della spesa il Comune.

LIII

Un Consiglio scolastico determina l'ordine e il modo dell'insegnamento primario, che è d'obbligo nelle scuole di tutti i Comuni.

L'insegnamento del canto corale fondato su i motivi della più ingenua poesia paesana e l'insegnamento dell'ornato su gli esempi della più fresca arte rustica hanno il primo luogo.

Compongono il Consiglio
un rappresentante di ciascun Comune
due rappresentanti delle scuole medie
due delle scuole tecniche e professionali
due degli istituti superiori, eletti dagli insegnanti e dagli studenti
due della scuola di musica
due della scuola di arti decorative

LIV

Alle chiare pareti delle scuole aerate non convengono emblemi di religione né figure di parte politica.

Le scuole pubbliche accolgono i seguaci di tutte le confessioni religiose, i credenti di tutte le fedi, e quelli che possono vivere senza altare e senza dio.

Perfettamente rispettata è la libertà di coscienza. E ciascuno può fare la sua preghiera tacita. Ma ricorrono su le pareti quelle iscrizioni sobrie che eccitano l'anima e, come i temi d'una sinfonia eroica, ripetute non perdono mai il loro potere di rapimento.

Della Riforma Statutaria

LV

Ogni sette anni il grande Consiglio nazionale si aduna in assemblea straordinaria per la riforma della Costituzione.

Ma la Costituzione può essere riformata in ogni tempo quando sia chiesta dal terzo dei cittadini in diritto di voto.

Hanno facoltà di proporre emendamenti al testo della Costituzione
i membri del Consiglio nazionale
le Corte della Ragione
le Corporazioni.

Del Diritto D'Iniziativa

LVI

Tutti i cittadini appartenenti ai corpi elettorali hanno il diritto d'iniziare proposte di leggi che riguardino le materie riservate all'opera dell'uno o dell'altro Consiglio, rispettivamente.

Ma l'iniziativa non è valida se almeno il quarto degli elettori, per l'uno o per l'altro Consiglio, non la promuova e non la sostenga.

Della Riprova Popolare

LVII

Tutte le leggi sancite dai due corpi del Potere legislativo possono essere sottoposte alla riprova del consenso o del dissenso pubblico quando la riprova sia domandata da un numero di elettori eguale per lo meno al quarto dei cittadini in diritto di voto.

Del Diritto di Petizione

LVIII

Tutti i cittadini hanno diritto di petizione verso i corpi legislativi che da essi furono per buon diritto eletti.

Della Incompatibilità

LIX

Nessun cittadino può esercitare più di un potere né partecipare di due corpi legislativi nel tempo medesimo.

Della Rivocazione

LX

Ogni cittadino può essere rivotato dall'ufficio che occupa, quando egli perda i diritti politici per sentenza confermata dalla Corte della Ragione, quando la rivocazione sia imposta per voto schietto dalla metà più uno degli iscritti al corpo elettorale.

Della Responsabilità

LXI

Tutti i partecipi dei poteri e tutti i pubblici ufficiali della Reggenza sono penalmente e civilmente responsabili del danno che allo Stato al Comune alla Corporazione al semplice cittadino rechino le loro trasgressioni, per abuso, per incuria, per codardia, per inettezza.

Della Retribuzione

LXII

A tutti gli ufficiali pubblici, nominati negli statuti e collocati nel nuovo ordinamento, è fatta una retribuzione giusta; che una legge votata del Consiglio nazionale determina di anno in anno.

Della Edilità

LXIII

È istituito nella Reggenza un collegio di Edili, eletto con discernimento fra gli uomini di gusto puro, di squisita perizia, di educazione novissima.

Più che l'edilità romana il collegio rinnovella quegli *ufficiali dell'ornato della città* che nel nostro Quattrocento componevano una via o una piazza con quel medesimo senso musicale che li guidava nell'apparato di una pompa repubblicana o in una rappresentazione carnascialesca.

Esso presiede al decoro del vivere cittadino; cura la sicurezza, la decenza, la sanità degli edifizii pubblici e delle case particolari; impedisce il deturpamento delle vie con fabbriche sconce o mal collocate; allestisce le feste civiche di terra e di mare con sobria eleganza, ricordandosi di quei padri nostri a cui per fare miracoli di gioia bastava la dolce luce, qualche leggera ghirlanda, l'arte del movimento e dell'aggruppamento umano; persuade ai lavoratori che l'ornare con qualche segno di arte popolesca la più umile abitazione è un atto pio, e che v'è un sentimento religioso del mistero umano e della natura profonda nel più semplice segno che di generazione in generazione si trasmette inciso o dipinto nella madia, nella culla, nel telaio, nella conocchia, nel forziere, nel giogo; si studia di ridare al popolo l'amore della linea bella e del bel colore nelle cose che servono alla vita d'ogni giorno, mostrandogli quel che la nostra gente vecchia sapesse fare con un leggero motivo geometrico, con una stella, con un fiore, con un cuore, con un serpe, con una colomba sopra un boccale, sopra un orcio, sopra una mezzina, sopra una panca, sopra un cofano, sopra un vassoio; si studia di dimostrare al popolo perché e come lo spirito delle antiche libertà comunali si manifestasse non soltanto nelle linee, nei rilievi, nelle committiture delle pietre, ma perfino nell'impronta dell'uomo posta su l'utensile fatto vivente e potente; infine, convinto che un popolo non può avere se non l'architettura che meritano la robustezza delle sue ossa e la nobiltà della sua fronte, si studia di incitare e di avviare intraprenditori e costruttori a comprendere come le nuove materie – il ferro, il vetro, i cementi – non domandino se non di essere innalzate alla vita armoniosa nelle invenzioni della nuova architettura.

Della Musica

LXIV

Nella Reggenza italiana del Carnaro la Musica è una istituzione religiosa e sociale.

Ogni mille anni, ogni duemila anni sorge dalle profondità del popolo un inno e si perpetua.

Un grande popolo non è soltanto quello che crea il suo dio a sua simiglianza ma quello che il suo dio a sua somiglianza ma quello che anche crea il suo inno per suo dio.

Se ogni rinascita d'una gente nobile è uno sforzo lirico, se ogni sentimento unanime e creatore è una potenza lirica, se ogni ordine nuovo è un ordine lirico nel senso vigoroso e impetuoso della parola, la Musica considerata come linguaggio rituale è l'esaltatrice dell'atto di vita, dell'opera di vita.

Non sembra che la grande musica annunzi ogni volta alla moltitudine intenta e ansiosa il regno dello spirito?

Il regno dello spirito umano non è cominciato ancora.

“Quando la materia operante su la materia potrà tener vece delle braccia dell'uomo, allora lo spirito comincerà a intravedere l'aurora della sua libertà” disse un uomo adriatico, un uomo dalmatico: il cieco veggente di Sebenico.

Come il grido del gallo eccita l'alba, la musica eccita l'aurora, quell'aurora: "excitat auroram".

Intanto negli strumenti del lavoro e del lucro e del gioco, nelle macchine fragorose che anch'esse obbediscono al ritmo esatto come la poesia, la Musica trova i suoi movimenti e le sue pienezze.

Dalle sue pause è formato il silenzio della decima Corporazione.

LXV

Sono istituiti in tutti i Comuni della Reggenza corpi corali e corpi strumentali con sovvenzione dello Stato.

Nella città di Fiume al collegio degli Edili è commessa l'edificazione di una Rotonda capace di almeno diecimila uditori, fornita di gradinate comode per il popolo e d'una vasta fossa per l'orchestra e per il coro.

Le grandi celebrazioni corali e orchestrali sono "totalmente gratuite" come dai padri della Chiesa è detto delle grazie di Dio.

STATUTUM ET ORDINATUM EST.
IVRO EGO.

Os presidentes do Conselho de Ministros do Reino da Itália
(1860-1943)

Camillo Benso di Cavour	Janeiro 1860	- Junho 1861
Ricardo Ricasoli	Junho 1861	- Fevereiro 1862
Urbano Rattazzi	Março 1862	- Dezembro 1862
Luigi Carlo Farini	Dezembro 1862	- Março 1863
Marco Minghetti	Março 1863	- Setembro 1864
Afonso Lamarmora	Setembro 1864	- Junho 1866
Bettino Ricasoli	Junho 1866	- Abril 1867
Urbano Rattazzi	Abril 1867	- Outubro 1867
Luigi Federico Menabrea	Outubro 1867	- Novembro 1869
Giuvanni Lanza	Dezembro 1869	- Julho 1873
Marco Minghetti	Julho 1873	- Março 1876
Agostino Depretis	Março 1876	- Março 1878
Benedetto Cairoli	Março 1878	- Dezembro 1878
Agostino Depretis	Dezembro 1878	- Julho 1879
Benedetto Cairoli	Julho 1879	- Maio 1881
Agostino Depretis	Mai 1881	- Julho 1887
Francesco Crispi	Agosto 1887	- Fevereiro 1891
Antonio di Rudinì	Fevereiro 1891	- Maio 1892
Giovanni Giolitti	Mai 1892	- Novembro 1893
Francesco Crispi	Dezembro 1893	- Março 1896
Antonio di Rudinì	Março 1896	- Junho 1898
Luigi Pelloux	Junho 1898	- Junho 1900
Giuseppe Saracco	Junho 1900	- Fevereiro 1901
Giuseppe Zanardelli	Fevereiro 1901	- Outubro 1903
Giovanni Giolitti	Novembro 1903	- Março 1905
Alessandro Fortis	Março 1905	- Fevereiro 1906
Sidney Sonnino	Março 1906	- Maio 1906

Giovanni Giolitti	Maio 1906	- Dezembro 1909
Sidney Sonnino	Fevereiro 1909	- Março 1910
Luigi Luzzatti	Março 1910	- Março 1911
Giovanni Giolitti	Março 1911	- Março 1914
Antonio Salandra	Março 1914	- Junho 1916
Paolo Boselli	Junho 1916	- Outubro 1917
Vittorio Emanuele Orlando	Outubro 1917	- Junho 1919
Francesco Saverio Nitti	Junho 1919	- Junho 1919
Giovanni Giolitti	Junho 1920	- Julho 1921
Ivanoe Bonomi	Julho 1921	- Fevereiro 1922
Luigi Facta	Fevereiro 1922	- Outubro 1922
Benito Mussolini	Outubro 1922	- Julho 1943

Chefes do Estado italiano

(1961-1946)

Vittorio Emanuele II	1861-1878
Umberto I	1878-1900
Vittorio Emanuele III	1900-1946
Umberto II	1946

Os chefes do Estado Pontifício – Os Papas

(1846-1958)

Pio IX	1846-1878
Leone XIII	1878-1903
Pio X	1903-1914
Benedetto XV	1914-1922
Pio XI	1922-1939
Pio XII	1939-1958

Cronologia

- 1861 Constituição do primeiro governo do Reino da Itália. O conde Camillo Benso de Cavour assume, no dia 23 de março, o cargo de presidente do Conselho de Ministros.
- O conde de Cavour falece no dia 6 de junho, durante o mandato, e Bettino Ricasoli assume o cargo.
- 1862 Em julho, Giuseppe Garibaldi organiza uma expedição contra o Estado Pontifício. Acaba ferido e preso em Caprera.
- 1863 Dia 12 de março, nasce Gabriele D'Annunzio na cidade de Pescara.
- Dia 15 de agosto é promulgada a lei *Procedura per la repressione del brigantaggio e dei camorristi nelle Provincie infette*, idealizada pelo deputado Giuseppe Pica.
- 1864 É instituída a Banca d'Italia, por decisão do Parlamento italiano.
- No dia 28 de setembro, nasce em Londres a Primeira Internacional.
- A capital do Reino da Itália é transferida para Florença no dia 19 de novembro.
- 1865 É promulgada a lei de unificação administrativa do Reino da Itália no dia 20 de março.
- 1866 No dia 1 de janeiro entra em vigor o Código Civil do Reino da Itália. Ele se manterá em vigor até 1942.
- No dia 25 de fevereiro nasce Benedetto Croce.
- A Itália, aliada da Alemanha, declara guerra ao Império Austríaco, no dia 20 de junho. Esta guerra será reconhecida pela historiografia como a Terceira Guerra de Independência do Reino da Itália.
- Dia 20 de julho nasce Enrico Corradini, político e teórico do nacionalismo italiano.
- No dia 21 de julho, Giuseppe Garibaldi e seu exército de voluntários chegam à cidade de Trento, mas não avançam por ordens do rei Vittorio Emanuele II.
- No dia 23 de agosto termina o conflito Ítalo-Austríaco. O Reino da Itália anexa o Veneto ao seu território e o imperador da Áustria, Francisco José I de Habsburgo, reconhece como legítima a existência do Estado italiano.

- 1867 Giuseppe Garibaldi e seu exército tentam mais uma vez conquistar os territórios do Estado Pontifício, mas ele acaba preso pelo exército inimigo.
- Nasce no dia 28 de junho, na cidade de Agrigento, Luigi Pirandello.
- 1868
- 1869 Nasce em Nápoles, no dia 11 de novembro, Vittorio Emanuele, filho do rei da Itália, Umberto, e de Margherita de Savoia.
- 1870 No dia 4 de setembro é proclamada a República do Estado francês.
- Em 20 de setembro o exército italiano conquista a cidade de Roma e o Papa Pio IX se refugia no Vaticano.
- No dia 1 de novembro, o Papa Pio IX se declara prisioneiro e excomunga Vittorio Emanuele II.
- 1871 Roma torna-se oficialmente capital do Reino da Itália no dia 1 de julho.
- Giuseppe Mazzini condena a Comuna de Paris e rompe com a Internacional Comunista.
- 1872 Giuseppe Mazzini falece no dia 10 de março, na cidade de Pisa.
- 1873 Morre em Milão Alessandro Manzoni, senador do Reino da Itália e escritor do célebre romance *I promessi sposi* (1827/1841).
- Nasce em Nápoles Arturo Labriola, importante teórico do sindicalismo revolucionário.
- 1874 Gabriele D'Annunzio é matriculado no Reale Collegio Cicognini di Prato para o curso do ginásio.
- Em comemoração ao aniversário da morte de Alessandro Manzoni, é executada em Milão a *Messa di réquiem*, de Giuseppe Verdi.
- Depois de frustradas tentativas de insurreição por revolucionários republicanos, socialistas e anarquistas, Michail Bakunin se refugia na Suíça.
- Nasce no dia 21 de junho, em Ravena, Angelo Oliviero Olivetti.
- Nasce Alceste De Ambris, no dia 15 de setembro, no município de Lucciana Nardi.
- A Sacra Penitenziaria della Chiesa proíbe os católicos de participarem da vida política do Reino da Itália como fórmula de resistência e resignação contra a ocupação do governo da casa Savoia no Estado

- Pontifício.
- 1875 O Reino da Itália recebe a visita do imperador da Áustria e do imperador da Alemanha.
- 1876 É impressa a primeira edição do jornal cotidiano *Corriere della Sera*, no dia 5 de março, dirigido por Eugenio Torelli-Viollier.
- Dia 21 de dezembro nasce em Alexandria, no Egito, Filippo Tommaso Marinetti.
- Agostino Depretis, representante da Sinistra Storica, assume o cargo de presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália no dia 16 de março.
- 1877 O escritor Giosuè Carducci publica *Odi barbare*.
- O republicano Metteo Renato Imbriani funda a Associazione in pro dell'Italia irredenta.
- 1878 Dia 9 de janeiro morre Vittorio Emanuele II, rei da Itália, e é sucedido ao trono por seu filho, Umberto I.
- Dia 7 de fevereiro morre o Papa Pio IX. Leone XIII é eleito pelo conclave como o novo Papa.
- 1879 Gabriele D'Annunzio escreve uma carta para Giosuè Carducci, declarando sua admiração pelo escritor de *Odi barbare* e seu desejo de tornar-se poeta.
- Giuseppe Garibaldi funda em Roma a Lega della Democrazia.
- 1880 Estreia literária de Gabriele D'Annunzio com a publicação de *Primo vere*. Dia 13 de novembro, o jovem poeta divulga uma falsa notícia de sua morte na *Gazzetta della Domenica*, de Florença.
- Gabriele D'Annunzio inicia colaboração nos jornais *Fanfulla della Domenica* e *Farfalla*, ambos de Milão.
- Com capital do Vaticano, é fundado o Banco di Roma.
- 1881 No dia 9 de janeiro nasce em Florença Giovanni Papini, importante teórico e escritor da vanguarda italiana.
- Em Milão ocorre o primeiro grande evento de demonstração da produção industrial italiana na Exposição Nacional.
- Gabriele D'Annunzio se muda para Roma com o objetivo de frequentar a Facoltà di Lettere. Inicia-se a colaboração do jovem escritor em uma série de periódicos.

- 1882 Gabriele D'Annunzio publica a coletânea de poesias intitulada *Canto novo*.
- Nova lei eleitoral amplia o corpo de eleitores de 2,2% da população para 6,9%.
- A conquista dos direitos sobre a Baía de Assab (na Eritreia), no dia 10 de março, marca o início da política colonial italiana.
- No dia 20 de maio é assinado o Tratado de Tríplice Aliança entre o Reino da Itália, o Império Austríaco e a Alemanha.
- Morre no dia 2 de junho em Caprera, Giuseppe Garibaldi.
- Nasce no dia 19 de outubro Umberto Boccioni, que será um dos principais teóricos e artistas do movimento futurista italiano.
- 1883 O escritor Carlo Collodi publica *Le avventure di Pinocchio – storia di un burattino*.
- Morre Karl Marx em Londres, no dia 14 de março.
- Morre, no dia 29 de dezembro, o grande crítico e historiador Francesco De Sanctis.
- 1884 Gabriele D'Annunzio colabora como cronista do periódico *Tribuna*, de Roma, e dirige a *Cronaca Bizantina*.
- Difunde-se na Itália uma epidemia de cólera que provoca milhares de mortes.
- 1885 Parte de Nápoles uma expedição do exército italiano que ocupa a cidade Massaua, na Eritreia.
- Em Milão, ocorre o Primeiro Congresso do Partido Operário Italiano (POI).
- No dia 2 de fevereiro, nasce em Florença Aldo Giurlani. Após intensa carreira literária, será recordado pela historiografia pelo pseudônimo: Aldo Palazzeschi.
- 1886 Publicação da obra *Cuore*, de Edmondo De Amicis.
- O jovem escritor Gabriele D'Annunzio frequenta o Caffè Greco, em Roma, na companhia de Adolfo De Bosis, Angelo Conti, Aristide Sartorio, Diego Angeli, Giuseppe Cellini, entre outros artistas e intelectuais.
- Câmara aprova novas leis sobre o trabalho infantil.

- 1887 É renovada em Berlim a Tríplice Aliança.
- Estreia da ópera *Otello*, de Giuseppe Verdi.
- Com o falecimento de Agostino Depretis, Francesco Crispi assume o cargo de presidente do Conselho de Ministros.
- Nasce Filippo Corridoni, no dia 19 de agosto, em Pausula.
- 1888 O Papa Leone XIII condena o liberalismo com a publicação de *Libertas*.
- No dia 8 de fevereiro nasce em Alexandria, no Egito, Giuseppe Ungaretti.
- 1889 A Itália reconhece o governo de Menelik I em troca do reconhecimento das conquistas coloniais italianas, no Tratado de Ucciali.
- Gabriele D'Annunzio publica o romance *Piacere*, que atinge um estrondoso sucesso.
- No dia 30 de junho, a pena de morte é abolida pelo novo Código Penal, produzido pelo ministro di Grazia e Giustizia, Giuseppe Zanardelli.
- No dia 14 de julho em Paris é organizada a Segunda Internacional.
- 1890 Celebra-se em quase toda a Europa, pela primeira vez, o feriado de 1 de maio.
- 1891 É instituída a Camera del Lavoro.
- Renovada a Tríplice Aliança.
- Giovanni Pascoli publica *Myricae*.
- Gabriele D'Annunzio publica outro grande sucesso, o romance *L'innocente*.
- 1892 Ocorre em Genova um congresso nacional para a constituição do Partido dos Trabalhadores Italianos.
- O jovem Alceste De Ambris participa de círculos socialistas em La Spezia e Aulla.
- 1893 Escândalo da Banca Romana.
- Em Palermo, a polícia age com truculência contra uma manifestação de trabalhadores, assassinando onze expoentes do movimento.

- Alceste De Ambris se matricula no curso de direito da Università degli Studi di Parma.
- Gabriele D'Annunzio publica o *Poema paradisiaco* e as *Odi navali*.
- É instituída a Federazione Italiana delle Camere del Lavoro.
- 1894 Fundação da Banca Commerciale Italiana.
- Encontro amoroso de Gabriele D'Annunzio com a renomada atriz de teatro Eleonora Duse.
- Francesco Crispi dissolve o partido socialista dos trabalhadores e todas as suas associações.
- A Banca d'Italia assume o serviço de tesouraria do Estado.
- 1895 Clandestinamente, desenvolve-se o Terceiro Congresso do Partido Socialista dos Trabalhadores Italianos e altera-se o nome para Partito Socialista Italiano (PSI).
- Nasce o jornal *La Stampa*, de Torino.
- Em entrevista para Ugo Ojetti, Gabriele D'Annunzio declara-se percussor de um novo Renascimento.
- Sob as bases teóricas de Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, nasce o Partito Repubblicano Italiano.
- Alceste De Ambris abandona o curso de direito da Università degli Studi di Parma, devido à sua intensa atividade militante.
- 1896 O exército de Menelik cancela as ambições coloniais do Reino da Itália, em Ádua. O momento é marcado por uma intensa desilusão com a *megalonomia política* de Francesco Crispi.
- Após a derrota italiana na Batalha de Ádua, o siciliano Francesco Crispi se demite do cargo de presidente do Conselho de Ministros.
- É renovada mais uma vez a Tríplice Aliança.
- Enrico Corradini funda a revista cultural *Marzocco*, em Florença. A primeira edição sai no dia 2 de fevereiro com o título escolhido por Gabriele D'Annunzio, dando início a uma série de publicações e periódicos que possuem como berço a capital toscana.
- No dia 26 de outubro é assinado um tratado de paz entre a Itália e o Império Etíope.
- No dia 25 de novembro, surge em Roma o jornal *Avanti!*, dirigido pelo socialista Leonida Bissolati.

- 1897 Ingresso de Gabriele D'Annunzio na vida política da nação italiana, com sua eleição para o cargo de deputado pela Destra Storica, no colégio eleitoral de Ortona al Mare.
- O governo italiano dissolve inúmeras associações do Partido Socialista Italiano (PSI), inclusive a Camera del Lavoro.
- Explodem inúmeras revoltas populares contra o preço do pão.
- XV Congresso Católico faz um balanço positivo da expansão do movimento na sociedade italiana.
- 1898 Romulo Muri, fundador do movimento Democrazia Cristiana, publica a revista *Cultura Sociale*.
- Ocorrem inúmeras manifestações contra o preço do trigo.
- Alceste De Ambris colabora com o jornal socialista *La Terra*, que tem como objetivo relatar a miséria e a difícil condição de vida dos camponeses. Recusando-se a participar do serviço militar, o jovem revolucionário parte clandestinamente para a França e depois segue em direção ao Brasil.
- No mês de maio acontecem diversas greves nas fábricas de Milão. Filippo Turati e Luigi De Andreis são presos.
- É fundada a Cassa Nazionale di Provvidenza per l'Invalidità e Vecchiaia.
- 1899 No dia 4 de fevereiro, Luigi Gerolamo Pelloux apresenta à Câmara uma proposta de leis sobre a segurança pública e imprensa.
- Gabriele D'Annunzio realiza seu célebre ato de insubmissão política, quando em um impetuoso gesto se transfere para um banco da extrema esquerda do parlamento contra a imposição das novas leis de segurança pública e imprensa. Giuseppe Zanardelli e outros liberais também se opõem às novas leis.
- Filippo Turati e Luigi De Andreis são soltos da prisão.
- A indústria automobilística Fiat é fundada em Turim.
- 1900 Em Paris, ocorre a Exposição Universal. Os artistas Carlo Carrà, Giacomo Balla e Ardengo Soffici viajam pela primeira vez para a cidade, onde participam do evento.
- No dia 18 de junho, Luigi Pelloux se demite do cargo de presidente do Conselho de Ministros.
- No dia 29 de julho, o rei Umberto I é assassinado em Monza pelo anarquista Gaetano Bresci. Assume o trono do Reino da Itália Vittorio

Emanuele III.

No dia 25 de agosto, morre o filósofo e escritor alemão Friedrich Nietzsche, em Weimar. Incontestável a influência de seu pensamento na vanguarda política e cultural italiana do final do século XIX e início do século XX.

Alceste De Ambris participa da fundação do Jornal *Avanti!*, de São Paulo, e assume o cargo de redator.

VI Congresso do Partito Socialista Italiano (PSI).

Fundada em Milão a Associação dos Industriais metalúrgicos.

1901

No dia 27 de janeiro morre o compositor Giuseppe Verdi.

Ocorre o Congresso do Movimento Democrático Cristão em Milão.

Fundação da FIOM (Federazione Italiana Operai Metallurgici e Meccanici).

Fundação do periódico *Il Giornale d'Italia*, em Roma.

O anarquista Gaetano Bresci, assassino do rei Umberto I, é morto na prisão.

Instituído o Commissariato Generale sull'Emigrazione.

1902

Fundação da Società Leonardo da Vinci, em Florença, com o objetivo de produção, organização e divulgação cultural.

Alceste De Ambris assume novamente o cargo de redator do jornal *Avanti!*, de São Paulo.

Em Paris, Ardengo Soffici adere à Société des Artistes Indépendants.

A força pública intervém para bloquear a greve dos operários do gás em Turim.

Giovanni Giolitti militariza setores ferroviários, como tentativa de impedir greves.

No dia 19 de junho, a Câmara aprova uma lei de proteção ao trabalho das mulheres e crianças.

No VII Congresso do Partito Socialista, acentuam-se divergências entre o grupo reformista, liderado por Filippo Turati, e sindicalistas revolucionários guiados por Arturo Labriola.

Arturo Labriola funda, em Milão, o periódico *Avanguardia Socialista*.

1903

São fundadas, em Florença, duas importantes revistas culturais: *Leonardo*, de Giovanni Papini e Giuseppe Prezzolini, e *Il Regno*, de Enrico Corradini.

Ottavio Dinale funda o periódico *La Lotta Proletaria*, em Mirandola.

No Brasil, Alceste De Ambris é condenado a quatro meses e 20 dias de prisão por difamação. Escapa para a Itália, onde assume o cargo de secretário da Câmara do Trabalho de Savona.

Avanguardia Socialista publica o artigo “*Avenir socialiste des syndicats*”, de Georges Sorel.

Enrico Ferri assume a direção do jornal *Avanti!*.

Ottavio Dinale organiza a Federazione Socialista Rivoluzionaria.

Morre o Papa Leone XIII e Pio X é eleito pelo conclave.

1904

Arturo Labriola publica *Riforme e rivoluzione sociale*.

Em Bolonha, ocorre o VIII Congresso del Partito Socialista Italiano (PSI). Os sindicalistas revolucionários são fortalecidos pela vitória, na eleição interna, no partido.

A Câmara aprova lei que institui escolaridade obrigatória a crianças menores de 12 anos.

Filippo Tommaso Marinetti funda em Milão a revista *Poesia*, órgão de incubação do movimento futurista.

No dia 15 de setembro, a Camera del Lavoro de Milão proclamada a greve geral. A greve se estende por quase todo o Reino da Itália sob a direção do movimento sindicalista revolucionário.

Alceste De Ambris integra-se à secretaria da Federação Nacional de Vidreiros.

1905

A Câmara aprova a estatização das ferrovias.

Leone e Mantica fundam a revista *Divenire Sociale*, em Roma.

No dia 1 de fevereiro, é publicado o primeiro número da revista *Poesia*, dirigida por Filippo Tommaso Marinetti.

Grande abalo sísmico provoca mortes e danos na Calábria.

Filippo Turati apresenta projeto para a instituição do sufrágio universal masculino.

Em Roma, Alceste De Ambris dirige o periódico *La Gioventù*

Socialista e colabora com a revista *Divenire Sociale* e com o Sindicato Operaio. Ocupa o cargo de correspondente internacional em Roma do jornal *Fanfulla*, de São Paulo, e colabora com a produção da obra *Gli Italiani in Brasile*.

Expulsão dos redatores sindicalistas revolucionários do jornal *Avanti!*.

1906

Durante uma greve em Turim, para a instituição da jornada de dez horas de trabalho, a polícia agride os manifestantes. O resultado é uma greve geral que se estende por todo o norte da península.

Nasce a Liga Industrial de Turim.

Constituição do Sindicato Ferrovieri Italiani (SFI)

É instituída a Confederazione Generale del Lavoro (Cgdl).

Ocorre o Primeiro Congresso Socialista Feminino.

Angelo Oliviero Olivetti funda, em Lugano, a revista política e cultural *Pagine Libere* com o objetivo de difundir as ideias do sindicalismo revolucionário.

Giusuè Carducci recebe o prêmio Nobel de literatura e Camillo Colgi, de medicina.

Alceste De Ambris colabora como correspondente internacional do jornal brasileiro *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, e a obra *Gli italiani e il Brasile* é apresentada na Exposição Milanese.

1907

Em Milão é publicado o jornal *Lotta di Classe*.

Alceste De Ambris assume o cargo de secretário da Camera del Lavoro de Parma e dirige o periódico *L'Internazionale*.

No dia 16 de fevereiro morre o poeta vate da nação italiana, Giusuè Carducci.

A Tríplice Aliança é renovada.

Insatisfeitos com a política reformista, os sindicalistas revolucionários saem do Partido Socialista Italiano (PSI), com o objetivo de fundar um grupo político autônomo.

O Papa Pio X condena o modernismo diante de intensas manifestações anticlericais.

A polícia militar agride manifestantes da causa operária durante a greve de outubro em Milão.

Congresso em Parma reúne os dirigentes do sindicalismo

1908

revolucionário com o objetivo de fundação de um grupo autônomo.

É instituída a Direção Geral da Ação Católica.

Sindicato dos ferroviários adere à CgdLL.

Benito Mussolini publica o artigo “Apologia della violenza”, de Georges Sorel, no periódico *La Lima*.

No mês de julho o Comitê de União e Progresso (CUP), conhecido popularmente como os “Jovens Turcos”, promove uma revolução na Turquia, que marca o início de um período de transição do governo do Sultão Abdul Hamid II para a CUP.

Giovanni Papini e Giuseppe Prezzolini fundam a revista de cultura e política, *La Voce*, em Florença. O primeiro número é publicado no dia 20 de novembro. Ela rapidamente se difunde em toda a Itália como a mais importante revista cultural do início do século XX, por agregar artigos de intelectuais como Benedetto Croce, Emilio Cecchi, Gaetano Salvemini, Giovanni Amendola, Giuseppe De Robertis, Luigi Einaudi, Romolo Murri, entre outros.

A Camera del Lavoro di Parma, declara greve geral, sob a liderança do movimento sindicalista revolucionário. Depois da greve, Alceste De Ambris – líder do movimento – recebe a sentença de prisão e foge para a Suíça. Durante o exílio, parte para a França, onde participa do Congresso da Confédération Générale du Travail (CGT) e depois parte para o Brasil.

Os sindicalistas revolucionários repudiam as decisões do Congresso do PSI, em Florença.

No Congresso Feminista é aprovada pela maioria uma moção a favor do divórcio.

Greve operária com duração de 15 dias em Turim.

O Império Austríaco declara anexação da Bósnia-Erzegovina no território.

Filippo Tommaso Marinetti apresenta uma conferência sobre a obra de Gabriele D’Annunzio, na Università Popolare di Trieste.

Grande terremoto atinge Messina e Reggio Calabria, no dia 28 de dezembro, deixando cento e cinquenta mil mortos.

Filippo Tommaso Marinetti publica em francês a obra *Dieux s’en vont, D’Annunzio reste*.

O teórico do sindicalismo revolucionário, Georges Eugène Sorel, publica a obra *Réflexions sur la violence*. Imediatamente a obra é traduzida e publicada em diversas línguas, influenciando os

movimentos de esquerda.

1909

No início de fevereiro, Filippo Tommaso Marinetti publica o *Manifesto futurista*, na primeira página do cotidiano *Gazzetta dell'Emilia*. Logo em seguida, o texto é publicado na *Gazzetta di Mantova*, *L'Arena* de Verona e na revista literária *Tavola Rotonda*.

No dia 20 de fevereiro, é publicado no jornal francês *Figaro* o *Manifesto futurista*.

Em setembro ocorre o Circuito Aéreo Internacional de Brescia. Um grande evento de demonstração de voos, que contou com a participação de cinquenta mil pessoas, entre elas, o rei Vittorio Emanuele III e sua esposa. Na competição foram inscritos catorze pilotos, entre os quais, oito italianos. A ocasião também marca o *battesimo dell'aria* do escritor Gabriele D'Annunzio, que teve a oportunidade de, diante dos olhos do público, acompanhar os pilotos Glenn Hammond Curtiss e o italiano Mario Calderara a bordo de seus aeroplanos.

Gaetano Salvemini publica o artigo “Il ministro della malavita”, no jornal *Avanti!*.

Alceste De Ambris dirige o jornal *La Tribuna*, em São Paulo.

Visita do Czar Nicola II à Itália e assinatura do acordo ítalo-russo.

Guglielmo Marconi vence o prêmio Nobel de física.

1910

É fundada em Turim a Confederação Italiana da Indústria.

O poeta Gabriele D'Annunzio parte para a França, onde se refugia da perseguição dos credores por causa de uma vida de luxo e débitos. No período de cinco anos de exílio, terá a oportunidade de participar dos círculos artísticos e intelectuais da efervescente *Ville Lumière*.

No número 25 da revista *Você*, Ardengo Soffici publica o artigo “Arte Libera e pintura futurista”, no qual crítica o movimento de vanguarda italiano.

Filippo Tommaso Marinetti organiza uma expedição punitiva ao café Le Giubbe Rosse, de Florença. O líder do movimento futurista hostiliza Ardengo Soffici, com apoio de Carlo Carrà e Umberto Boccioni. No dia seguinte o grupo da vanguarda milanesa e a vanguarda florentina se enfrentam e acabam presos. Na delegacia de polícia, os dois grupos se reconciliam.

Em outubro Filippo Tommaso Marinetti é processado por atentado ao pudor, por causa da publicação do romance *Mafarka, il futurista*.

Durante o I Congresso Nacionalista, que ocorre entre os dias 3 e 5 de

dezembro, em Florença, sob a base teórica de Enrico Corradini é fundada a Associazione Nazionalista Italiana. O escritor Gabriele D'Annunzio adere com entusiasmo a essa iniciativa.

Alceste De Ambris funda o jornal *La Sucre – Giornale di Lotta*, em São Paulo. Nesse periódico de vanguarda, que tem como objetivo a negação dos velhos modelos e a afirmação do novo, são expostos temas relacionados à luta sindical e ao anticlericalismo.

Filippo Tommaso Marinetti adere à Associazione Italiana di Avanguardia, núcleo nacionalista.

1911

No aniversário da derrota italiana na Batalha de Ádua, Enrico Corradini lança o periódico *L'idea nazionale*.

Giovanni Papini e Giovanni Amendola fundam a revista *Anima*, em Florença.

Corridoni projeta um Sindicato Metalúrgico.

O sociólogo Vilfredo Pareto publica a obra *Il mito virtuista e la letteratura immoral*, na qual afirma que a sociedade não é governada por forças racionais, mas por uma elite que consegue destacar-se e fazer sobrepor seus interesses ao restante da população. Cabe destacar que essa teoria exercerá grande influência na formulação ideológica da doutrina fascista.

Após o falecimento do irmão, Alceste De Ambris deixa o Brasil e retorna à França.

Comemora-se em todo o território do Reino da Itália o Jubileu da Pátria.

A Câmara aprova lei sobre instrução elementar.

A Itália declara guerra à Turquia no dia 26 de setembro.

O Partido Socialista Italiano (PSI) e a CGL declaram greve geral contra a guerra, no dia 27 de setembro.

No dia 26 de novembro, em Barga, Giovanni Pascoli pronuncia seu célebre discurso *La grande proletaria si è mossa*. Nessa conferência, também publicada no cotidiano *La Tribuna*, o poeta vate emprega a linguagem do repertório socialista para manifestar a necessidade de colaboração entre as classes sociais para a conquista de novos territórios.

Gabriele D'Annunzio adere à campanha a favor da Guerra Ítalo-Turca com a publicação de doze cantos intitulados *Canzoni delle gesta d'otremare*.

Em oposição à Guerra Ítalo-Turca e à política de Giovanni Giolitti, Gaetano Salvemini funda a revista *L'Unita*. Esta se torna um importante periódico de crítica social, ao abordar os problemas da modernização italiana.

Em oposição à expedição colonialista e como representante do antimilitarismo, o sindicalista revolucionário Alceste De Ambris inicia uma campanha contra a Guerra Ítalo-Turca, no jornal *La Battaille Syndicaliste*.

O futurista Filippo Tommaso Marinetti desembarca na cidade de Trípoli, no dia 12 de outubro, como correspondente de guerra do periódico francês *L'Intransigeant*. O poeta e teórico do mais agressivo movimento estético do início do século XX aproveita-se do fato de que é coproprietário do jornal francês para participar do conflito que define como “il più bello spettacolo estetico della mia vita”. O escritor e teórico futurista publica o *Manifesto a Trípoli Italiana*.

Tropas italianas ocupam Trípoli e Bengasi, e Giovanni Giolitti define a guerra como uma *fatalità storica*.

XII Congresso do Partido Socialista Italiano (PSI) ocorre marcado por disputas e divergências entre os líderes que se opõem à guerra Ítalo-Turca e os que a apoiam.

No dia 1 de novembro, o tenente Giulio Gavotti, da recém-fundada Sezione Aviazione del Regio Esercito, a bordo do monoplane alemão Etrich Taube, orquestra o primeiro bombardeamento aéreo da história, ao lançar três granadas Cipelli sobre o acampamento de Ain Zara e outra no oásis de Tagiura.

Tropas italianas ocupam a Trípolinaia e a Cirenaica.

O candidato socialista Cesare Battisti se elege deputado no Parlamento de Viena.

1912

A Câmara aprova a anexação da Líbia ao Reino da Itália.

Benito Mussolini e outros líderes do Partido Socialista Italiano (PSI) pedem a expulsão de Leonida Bissolati, Ivanoe Bonomi e Cabrini.

Fundação do Istituto Nazionale di Assicurazioni.

O poeta Giovanni Pascoli falece no dia 6 de abril em Bolonha, vítima de um tumor de fígado.

Tropas italianas conquistam Stampalia e desembarcam em Rodi.

Aprovada a reforma eleitoral pelo sufrágio universal masculino.

Com o apoio do escritor Gabriele D'Annunzio, é fundada a Lega

Aerea Nazionale, com o objetivo de difundir a propaganda nacionalista pelos céus.

XIII Congresso do Partido Socialista Italiano e expulsão de Ivanoe Bonomi e Leonida Bissolati.

Fundação do *Partido Socialista Reformista Italiano* por Ivanoe Bonomi e Leonida Bissolati.

Em Lugano, Alceste De Ambris se hospeda na residência de Angelo Oliviero Olivetti e colabora na redação e direção da revista *Pagine Libere* e na *L'Internazionale*. Ainda nesse período do exílio, idealiza o nascimento da Unione Sindacale Italiana (USI).

É fundada a Unione Sindacale Italiana (USI).

Benito Mussolini assume a direção do órgão oficial do Partido Socialista Italiano, *o Avanti!*.

A Tríplice Aliança é renovada com o reconhecimento da anexação do território líbio à Itália.

1913

Giovanni Papini, Aldo Palazzeschi e Ardengo Soffici fundam a revista *Lacerba*, em Florença. Aberta a colaboração de diversos artistas e teóricos das vanguardas estéticas europeias, na revista são publicados vários manifestos futuristas. A revista concede também amplo espaço de publicação para o grupo futurista milanês, tornando-se órgão oficial do movimento. Os sindicalistas revolucionários organizam uma greve geral em Nápoles.

Os sindicalistas revolucionários organizam greves nas indústrias automobilísticas de Milão sem o apoio da CGL. Mussolini apoia o movimento.

Giovanni Papini publica um relato biográfico intitulado *Un uomo finito*, no qual expressa o sentimento inconformista de uma geração frente à realidade italiana no início do século XX.

A USI proclama greve geral em toda a Itália.

Luigi Albertini, diretor do jornal *Corriere della Sera*, critica o pacto entre os liberais e os católicos liderados por Gentiloni.

Filippo Tommaso Marinetti assiste em Sofia à guerra Búlgaro-Turca.

Primeiras eleições com o sufrágio universal masculino ocorrem em 26 de outubro.

Após eleição no Collegio Elettorale di Parma, Alceste De Ambris é eleito deputado. Nesse período de intensas lutas e greves gerais, o sindicalista revolucionário começa a acreditar que uma revolução

federalista, que repita o modelo das cidades livres medievais adaptando-o conforme os novos tempos, poderia ser uma solução para a fusão entre grupos republicanos, socialistas, sindicalistas e anarquistas contra os problemas sociais.

Em uma conferência em Moscou, Vladimir Maiakovski critica abertamente o futurismo de Filippo Tommaso Marinetti. O futurista italiano rebate através da publicação de uma carta aberta no jornal *Russkie Vedomosti*.

Arturo Labriola pede demissão de seu cargo na Câmara.

A revista *Lacerba* organiza a Exposição de Pintura Futurista, na galeria Gomelli.

No dia 12 de dezembro é organizada uma *serata futurista*, no Teatro Verdi (Florença).

1914

Em janeiro, Filippo Tommaso Marinetti viaja para a Rússia. Nas cidades de Moscou e São Petersburgo realiza conferências sobre o movimento futurista.

Em um momento de grave crise política, Giovanni Giolitti se demite do cargo de presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália, deixando no seu lugar Antonio Salandra – um expoente da Destra Liberal.

Em abril, Aldo Palazzeschi rompe com o movimento futurista. Publica na revista *Voce*, o artigo “*Dichiarazione*” expondo os seus motivos.

No dia 7 de junho começa a onda de protestos que será lembrada na historiografia como a *Settimana Rossa*. A CGL e o Partido Socialista Italiano (PSI) apoiam as manifestações.

No dia 28 de junho, o arquiduque Francisco Fernando de Habsburgo, herdeiro do trono austríaco, é assassinado por um estudante. O Império Austro-húngaro manda um *ultimato* à Sérvia.

Em 28 de julho inicia-se a Primeira Guerra Mundial.

Em primeiro de agosto, a Itália declara neutralidade no conflito. A USI publica um manifesto neutralista.

Desenvolvem-se em toda a Itália manifestações do movimento irredentista.

No dia 20 de agosto morre o Papa Pio X e é eleito pelo conclave Benedetto XV.

Duas semanas depois da eclosão do conflito europeu, Cesare Battisti abandona seu cargo de deputado no Parlamento de Viena e ingressa no território italiano, onde inicia uma fervorosa campanha

intervencionista antiaustríaca. Torna-se formalmente um traidor do governo austro-húngaro.

A USI adota posição antimilitarista e neutral diante do conflito. Os sindicalistas revolucionários Filippo Corridoni e Alceste De Ambris rompem com a direção do movimento operário e assumem a liderança de um movimento a favor da intervenção revolucionária do exército italiano.

O exército alemão viola a posição de neutralidade da Bélgica no conflito, ao invadi-la como meio de atacar a França. Na Batalha de Ypres, são testadas bombas de gás contra o exército inimigo.

Com a explosão do conflito bélico europeu, Gabriele D'Annunzio publica no jornal *Figaro*, de Paris, o ensaio “Ode pour la résurrection latine”, no qual o poeta declara sua posição favorável à participação do Reino da Itália, ao lado da França, em defesa da raça latina.

Após o bem-sucedido ataque alemão contra a Bélgica, tropas atravessam a fronteira e prosseguem na direção de Paris. O governo francês ordena a evacuação da cidade e a transferência da capital política para Bourdeaux.

Os diretores da revista *Lacerba* e Filippo Tommaso Marinetti lideram uma campanha a favor da entrada da Itália na guerra, como aliada de França e Inglaterra.

Gabriele D'Annunzio consegue uma autorização com o governador de Paris e visita os campos de batalha. Essa experiência é publicada em artigos, e ele se torna correspondente de guerra no jornal *Corriere della Sera*.

A França vence a Batalha de Marne contra o exército alemão.

No dia 18 de outubro, Benito Mussolini, diretor do jornal *Avanti!*, contraria a orientação do Partido Socialista Italiano (PSI), publicando um artigo intitulado “Della neutralità assoluta alla neutralità attiva ed operante”, no qual adverte sobre os riscos da posição neutral e sugere uma forma de *neutralità operante*, alistando voluntários para lutar na guerra europeia como um exército revolucionário. A ruptura com a política do PSI e a adesão à campanha intervencionista marcam o nascimento de uma nova figura política, que irá conduzir o governo italiano por mais de duas décadas.

O estudante universitário Antonio Gramsci intervém no debate proposto pelo jornalista socialista Benito Mussolini, com a publicação do artigo “Neutralità attiva e operante”, no jornal *Il Grido del Popolo*. Nesse artigo, que é publicado no dia 21 de outubro, o jovem militante sustenta a posição do Partido Socialista Italiano.

O Papa Benedito XV condena o conflito mundial.

1915

Nasce em Milão, no dia 15 de novembro, o jornal *Il Popolo d'Italia*, de Benito Mussolini.

Fundação da Unione Italiana del Lavoro.

A Itália ocupa Valona, na Albânia.

Ocorrem diversas manifestações intervencionistas e neutralistas em toda a Itália.

Giovanni Papini, Aldo Palazzeschi e Ardengo Soffici rompem definitivamente com o futurismo milanês, no dia 14 de fevereiro. Todos assinam o artigo “Futurismo e Marinettismo”, publicado na *Lacerba*.

A polícia abre fogo contra os manifestantes em um comício de Cesare Battisti.

Alceste De Ambris e Dino Roberto partem para Paris com o objetivo de encontrar Peppino Garibaldi, um dos líderes da campanha intervencionista.

Em março, iniciam-se as negociações secretas entre a Itália e a Intesa.

O Império Austro-húngaro abre tentativa de negociação com a Itália.

No dia 26 de abril, a Itália assina o pacto secreto de Londres e torna-se aliada da Intesa.

No dia 4 de maio, Gabriele D'Annunzio regressa à Itália, após um período de exílio na França. No dia seguinte pronuncia um célebre discurso na inauguração do Monumento ai Mille di Quarto, do escultor Eugenio Baroni. Esse episódio inaugura a campanha *maggio radioso*, em prol da participação da Itália no conflito bélico mundial, a favor da Intesa. A marcha do poeta prossegue em direção à capital do Estado italiano, provocando uma onda de sentimentos nacionalistas e intervencionistas.

Giovanni Giolitti faz um discurso na Câmara contra a participação italiana na guerra. Trezentos e vinte deputados, num gesto de solidariedade, deixam seu cartão de visita na casa do ex-presidente do Conselho de Ministros.

No dia 13 de maio, Antonio Salandra apresenta ao rei da Itália a sua demissão do cargo de presidente do Conselho de Ministros, mas o pedido é negado.

O jovem escritor Renato Serra publica *Esame di coscienza di un litterato*. Nesse longo relato confessional, o escritor avalia qual seria a justa posição diante do conflito bélico europeu. Após hermético

exame intelectual, decide alistar-se como voluntário à guerra. Morre em combate com apenas 31 anos.

O Partido Socialista Italiano (PSI) opta pela fórmula “não aderir, nem sabotar” a guerra.

Dia 24 de maio, a Itália entra em guerra contra o Império Austro-húngaro, como aliada da Intesa. A revista *Lacerba* suspende publicação.

Gabriele D’Annunzio, Cesare Battisti, Benito Mussolini, Filippo Corridoni, Alceste De Ambris, Edmondo Rossoni, Scipio Slataper, Carlo Stuparich, Giovanni Papini, Giuseppe Ungaretti, Mario Carli, Filippo Tommaso Marinetti, Antonio Sant’Elia, Luigi Russolo, Umberto Boccioni, Emilio Settemelli, Giacomo Balla, Fortunato Depero, Anselmo Bucci, Carlo Erba, Mario Sironi, Renato Serra, entre outros intelectuais, alistam-se como voluntários no exército italiano e partem para os campos de batalha.

No dia 23 de junho, inicia-se a primeira batalha do exército italiano.

Gabriele D’Annunzio adquire residência na Casseta Rossa, em Veneza.

1916

Após captura e prisão de Cesare Battisti, pelo exército austríaco, ele é condenado e assassinado publicamente, como traidor da pátria no Castello del Buonconsiglio, em Trento.

Durante o conflito bélico, Alceste De Ambris desenvolve seu sentimento nacionalista.

Antonio Salandra se demite do cargo de presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália e é substituído por Paolo Boselli.

No dia 1 de junho, é publicado o primeiro número da revista *L’Italia Futurista*, de Emilio Settemelli e Bruno Corra.

No dia 17 de agosto, morre o pintor, escultor e teórico futurista Umberto Boccioni, vítima de uma queda de cavalo durante um exercício militar.

No dia 27 de agosto, a Itália declara guerra à Alemanha.

Durante a guerra europeia, Bruno Corra, Giacomo Balla e Filippo Tommaso Marinetti produzem o filme *Vita futurista*.

No dia 10 de outubro, morre em combate o arquiteto futurista Antonio Sant’Elia.

1917

No dia 8 de março, inicia-se a Revolução Russa.

1918

Os Estados Unidos declaram guerra à Alemanha no dia 6 de abril.

Manifestações populares na Itália pelo preço do pão e pelo aumento do preço dos bens de consumo básicos.

Filippo Tommaso Marinetti é ferido durante a batalha do Kuk.

Arturo Labriola parte para cumprimento de missão na Rússia.

Paolo Boselli se demite e Vittorio Emanuele Orlando assume o cargo de presidente do Conselho de Ministros.

O futurista Luigi Russolo é ferido em uma batalha no Monte Grappa.

No dia 26 de outubro, as tropas italianas são derrotadas pelos exércitos inimigos.

No dia 22 iniciam-se os tratados de paz.

O presidente americano Thomas Woodrow Wilson anuncia no Congresso catorze pontos para obter a paz.

Em março, Alceste De Ambris lança a revista *Rinnovamento* – órgão do sindicalismo nacional revolucionário.

No dia 1 de maio, a Unione Sindacale Milanese lança o periódico *L'Italia Nostra*, dirigido por Edmondo Rossoni.

Entre os dias 1 e 3 de junho, ocorre a Conferência em Versailles para discutir o pós-guerra.

Nasce a Confederazione Italiana dei Lavoratori.

Mario Carli, Emilio Settimelli e Filippo Tommaso Marinetti fundam a revista *Roma Futurista*, futuro órgão oficial do Partido Futurista.

A Alemanha e o Império Austro-húngaro pedem armistício aos Estados Unidos.

Última batalha no Monte Grappa.

O Império Austro-húngaro pede armistício à Itália.

No dia 30 de outubro, um plebiscito organizado pelo Conselho Nacional Italiano de Fiume declara a vontade da maioria da população de anexar a cidade do Carnaro à Itália.

O governo austríaco pede o armistício da Itália no dia 3 de novembro.

No dia 4 de novembro, barcos italianos entram no porto de Fiume e são acolhidos por uma parte da população.

Nasce o Partido Político Futurista; entre seus fundadores se destacam Filippo Tommaso Marinetti, Emilio Settimelli, Mario Carli, Giuseppe Bottai e Benito Mussolini. É lançado também o periódico *Roma Futurista*, órgão oficial do partido, dirigido por Marinetti, Settimelli e Carli.

O armistício entre a Alemanha e a Itália é assinado no dia 11 de novembro.

Tropas italianas e das nações aliadas entram em Fiume no dia 17 de novembro.

Alceste De Ambris viaja para os Estados Unidos junto com a missão italiana do trabalho.

Uma delegação do Conselho de Fiume, dirigida por Gino Antoni, é recebida pelo presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália. Como resultado, o embaixador italiano em Paris pede oficialmente aos aliados a adição da cidade de Fiume ao Pacto de Londres.

1919

O presidente americano Thomas Woodrow Wilson visita a Itália em janeiro e contesta a anexação dos territórios orientais ao Reino da Itália.

Fundação da Associazione tra gli Arditi d'Italia, sob a liderança de Mario Carli.

Gabriele D'Annunzio publica a *Carta aos dálmatas*.

Filippo Tommaso Marinetti e Benito Mussolini organizam uma manifestação que interrompe o discurso de Leonida Bissolati no Teatro Scala, de Milão.

Em 18 de janeiro começa a Conferência de Paz em Paris, da qual participam delegados de 32 países sob a liderança do premier Georges Clemenceau. A Itália, representada pelo presidente do Conselho de Ministros Vittorio Emanuele Orlando, reivindica o Pacto de Londres mais Fiume. A nova Jugoslávia reivindica a Dalmácia, Istrina, Trieste e Goriza, territórios previstos para a Itália no *pacto secreto*. A delegação italiana se retira da Conferência em sinal de protesto às exigências do presidente americano Thomas Woodrow Wilson. O resultado é o isolamento político.

Ocorre um plebiscito em Fiume, o qual exprime a vontade da maioria da população da cidade em fazer parte da nação italiana.

Nascimento do Partito Popolare Italiano (Ppi), fundado por Dom Luigi Sturzo. O evento marca o ingresso oficial e organizado dos católicos na vida política do país.

No dia 23 de março, nasce na Piazza San Sepolcro, de Milão, os Fasci di Combattimento. Filippo Tommaso Marinetti faz um discurso durante o evento.

Líderes fascistas e futuristas incendeiam a sede do jornal *Avanti!*, órgão oficial do Partido Socialista Italiano (PSI). Filippo Tommaso Marinetti participa da ação.

O poeta vate e herói de guerra, Gabriele D'Annunzio, evoca em discursos o heroísmo bélico do exército italiano, acusa de traidor o presidente americano Wilson e os aliados. Ao final, anuncia que a vitória italiana no conflito mundial não pode ser mutilada.

No dia 28 de abril, é instituída a Sociedade das Nações – organização internacional que tem como objetivo garantir a paz mundial.

Em Turim nasce a revista política cultural *L'Ordine Nuovo*, fundada por Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini.

Mario Carli funda a Associazione degli Arditi do Roma.

Mario Carli e Ferruccio Vecchio fundam *L'Ardito*.

Em Montecitorio, Filippo Tommaso Marinetti pronuncia um discurso contra o novo governo italiano.

Primeiro Congresso Nacional da Associazione Nazionale Combattenti (ANC).

É estabelecida a fronteira entre a Itália e a Áustria.

Tropas francesas e italianas se agridem em Fiume.

A CGDL e o Partido Socialista Italiano (PSI) organizam uma greve geral a favor do governo bolchevique na Rússia.

O presidente do Conselho de Ministros, Francesco Saverio Nitti, institui a Guardia Regia.

O poeta vate Gabriele D'Annunzio e seu exército de 2.500 voluntários partem em marcha na direção de Fiume. No dia 12 de setembro entram na cidade, e o líder proclama a anexação desta à Itália.

O presidente do Conselho de Ministros, Francesco Saverio Nitti, condena a ocupação de Fiume e declara desertores os militares que se recusarem a retornar à Itália.

O Conselho Nacional de Fiume nomina Gabriele D'Annunzio o Comandante da cidade.

O presidente Wilson, dos Estados Unidos, condena a soberania

italiana em Fiume e os tratados de paz em Paris.

Gabriele D'Annunzio faz campanha para a demissão de Francesco Saverio Nitti do cargo de presidente do Conselho de Ministros do Reino da Itália e o apelida de “Cagoia”.

Militares franceses e servos abandonam a cidade de Fiume em outubro.

Gabriele D'Annunzio decreta pena de morte imediata aos cidadãos que cometerem o crime de espionagem.

No dia 30 de outubro, é instituído o Consiglio Comunale di Fiume, que concede a Gabriele D'Annunzio plenos poderes.

O presidente Wilson declara que, se o governo italiano não der um fim ao golpe de Estado dannunziano, os EUA não financiarão a reconstrução econômica do país.

Durante o XVI Congresso do Partido Socialista Italiano, o partido decide a favor de sua participação na Terceira Internacional.

Gabriele D'Annunzio promove um novo plebiscito para determinar se deve continuar como Comandante de Fiume. Legionários fraudam as eleições e Gabriele D'Annunzio invalida o plebiscito.

No dia 8 de novembro, o sindicalista revolucionário Alceste De Ambris visita a cidade de Fiume pela primeira vez.

Gabriele D'Annunzio ocupa a cidade de Zara, com o apoio do almirante Enrico Millo.

No dia 21 de dezembro, Gabriele D'Annunzio convida Alceste De Ambris para produzir um periódico fiumano de esquerda e substituir Giovanni Giuriati no cargo de Chefe do Gabinete de Fiume.

1920

Mario Carli funda o jornal *Testa di Ferro*, em Fiume.

O deputado Giuseppe Giulietti sugere que Gabriele D'Annunzio promova um golpe de estado através de uma marcha até Roma.

Falham as tentativas de Francesco Saverio Nitti para resolver a “questão adriática”.

Em oposição à Sociedade das Nações, nasce a Liga di Fiume, organização cujo objetivo é libertar os povos oprimidos pela “tríplice capitalista”.

Em 22 de março, os operários da Fiat, de Turim, organizam greves e outros 120 mil operários, em solidariedade, aderem à greve.

Francesco Saverio Nitti se demite do cargo de presidente do Conselho de Ministros no dia 9 de junho, sendo substituído por Giovanni Giolitti no dia 15 de junho.

O presidente do Conselho de Ministros, Giovanni Giolitti, renuncia ao controle militar da cidade de Valona, na Albânia, e reconhece a independência do Reino da Albânia. O governo italiano ordena a retirada de suas tropas militares. Gabriele D'Annunzio repudia publicamente esse ato.

No dia 30 de agosto, Gabriele D'Annunzio apresenta para parte da população de Fiume, no Teatro Fenice, um projeto constitucional, a *Carta del Carnaro*. Esse documento, idealizado por ele e pelo sindicalista-revolucionário Alceste De Ambris, propõe as bases para o novo Estado Livre de Fiume.

O arquiteto americano Whitney Warren declara em Nova Iorque a celebração do aniversário de um ano da Marcha a Ronchi e a instituição do "Fiume Day".

O Partido Socialista Italiano (PSI) e a CGL organizam manifestações para protestar contra a ocupação militar italiana na Albânia.

Em Moscou inicia-se a Conferência da Terceira Internacional.

A Organização Fascista incendeia o Hotel Balkan, de Trieste, como manifestação do sentimento antieslavo.

Ocorrem inúmeros protestos nas fábricas metalúrgicas, automobilísticas e mecânicas em toda a Itália.

Encontro da CGL e a Confindustria com o governo.

O Partido Socialista Italiano (PSI) adere formalmente à Terceira Internacional.

É assinado o Tratado Ítalo-Albanês.

No dia 12 de novembro, é assinado o Tratado de Rapallo, entre a Itália e a Iugoslávia. Conforme esse documento, a Itália cede à Iugoslávia todo o território da Dalmácia, com exceção de Zara e algumas pequenas ilhas. A cidade de Fiume é declarada cidade livre.

O ex-chefe do Gabinete de Fiume, Giovanni Giuriati, adere ao movimento fascista, de Benito Mussolini.

Gabriele D'Annunzio ocupa as ilhas de Veglia e Arbe, como resposta ao Tratado de Rapallo. O Conselho Nacional de Fiume contesta formalmente o acordo ítalo-iugoslavo.

O maestro Arturo Toscanini rege um concerto para os legionários em

Fiume.

Ocorrem violentos encontros entre fascistas e socialistas.

No dia 24 de dezembro, sob as ordens do presidente do Conselho de Ministros, Giovanni Giolitti, tropas do exército italiano atacam a cidade de Fiume. O almirante Millo rompe com o ideário dannunziano e jura fidelidade a Vittorio Emanuele III, rei da Itália. O episódio será recordado como o “Natal de Sangue”.

Em meio aos combates entre o exército italiano e o exército legionário de Fiume, propaga-se no dia 27 de dezembro a falsa notícia da morte do Comandante Gabriele D’Annunzio. No dia 29 de dezembro, o poeta-soldado abandona o cargo de Comandante da cidade-estado.

1921

No dia 18 de janeiro, Gabriele D’Annunzio abandona a cidade de Fiume.

Alceste De Ambris retorna a Parma, onde se apresenta como candidato independente para as eleições no Collegio Elettorale.

Mario Carli e Emilio Settimelli fundam o periódico *Il Príncipe*.

Nasce o Partido Comunista Italiano (PCDI), em Livorno.

Fundação em Ferrara do Primeiro Sindicato Fascista.

A *squadra* fascista destrói a Camera del Lavoro de Trieste e mais uma vez incendeia a sede o jornal *Avanti!*.

Fundação do *Arditi del Popolo*.

Pacto de pacificação proposto por Benito Mussolini na Câmara é firmado em agosto, com socialistas.

Entre os dias 7 e 11 de novembro, é fundado o Partido Nacional Fascista (PNF).

1922

Benito Mussolini funda o periódico *Gerarchia*.

Morre o Papa Benedetto XV e inicia-se o pontificado de Pio XI.

Fundação da Alleanza del Lavoro.

Gabriele D’Annunzio e Gino Baldesi se encontram para discutir a crise italiana.

Italo Balbo comanda a ocupação fascista em Ferrara.

Encontro político entre Gabriele D’Annunzio e o secretário da

Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL).

Gramsci viaja para Moscou, como representante do Partido Comunista Italiano (PCDI).

O sindicalista Edmundo Rossoni preside a Confederação das Corporações em Milão.

Manifestações fascistas violentas em Rovino, Bolonha, Bari, Viterbo, Cremona, Macerata, Magenta, Ravenna, Milão, Genova, Livorno, Trento e Trieste.

Em agosto ocorre, na cidade de Parma, cinco dias de batalha entre a *squadra* fascista e os socialistas.

No dia 29 de agosto, morre Georges Eugène Sorel, sociólogo francês e teórico do sindicalismo revolucionário.

Expulsos do Partido Socialista Italiano, Filippo Turati, Giacomo Matteotti e Claudio Treves fundam o Partito Socialista Unitario.

Os dirigentes Italo Balbo, Emilio De Bono, Cesare Vecchi e Michele Bianchi, sob a liderança de Benito Mussolini, organizam a Marcia su Roma.

No dia 26 de outubro, inicia-se a Marcia su Roma.

Benito Mussolini é convocado pelo rei da Itália e recebe o cargo de presidente do Conselho de Ministros.

Fusão do Partido Socialista Italiano (PSI) e do Partido Comunista Italiano (PCDI).

É instituída a Milícia Voluntária para a Segurança Nacional (MVSN).

1923

Encontro de Benito Mussolini com o Cardinal Gasparri.

Piero Goberti, Amadeo Borduga, Giacomo Menotti Serrati são presos.

Quase todos os expoentes do Partido Comunista Italiano (PCDI) são presos.

O deputado socialista Giuseppe Emanuele Modigliani é agredido durante assalto fascista ao Palazzo di Livorno.

Alceste De Ambris parte em exílio para a França, onde, malgrado as tentativas de captação de Benito Mussolini, torna-se um expoente do antifascismo.

A Associação Nacionalista se funda com o Partido Nacional Fascista (PNF).

O feriado de Primeiro de Maio é substituído pelo Natal de Roma.

Alfredo Misuri é expulso do Partido Nacional Fascista (PNF).

Giovanni Gentile filia-se ao Partido Nacional Fascista (PNF).

O governo restringe a liberdade da imprensa.

Giovanni Minzoni é assassinado por uma *squadra* fascista.

Tropas italianas ocupam a ilha grega Corfù.

Mussolini visita a fábrica da Fiat em Turim.

A casa do ex-presidente do Conselho de Ministros, Francesco Saverio Nitti, é assaltada por *squadristi* fascistas.

O deputado Giovanni Amendola é agredido por fascistas.

1924

A Itália e a recém-formada Iugoslávia assinam um acordo, que estabelece a soberania italiana na cidade de Fiume. Em homenagem aos dezesseis meses em que Gabriele D'Annunzio governou a cidade, o rei da Itália concede ao poeta o título de Príncipe di Monteneroso.

Em fevereiro é fundado o periódico *Unità*, do Partido Comunista Italiano (PCDI).

Morre a atriz Eleonora Duse.

Na Câmara, Giacomo Matteotti denuncia a violência do Partido Nacional Fascista (PNF) e pede para invalidar as eleições. Depois ele é sequestrado e assassinado pela *squadra* fascista.

No dia 17 de setembro, o escritor Luigi Pirandello se filia ao fascismo.

Giovanni Amendola funda a Unione Nazionale, em novembro.

1925

Roberto Farinacci é nomeado secretário do Partido Nacional Fascista (PNF).

É fundado, por Giovanni Gentile, o Instituto Giovanni Treccani, com o objetivo de publicar a *Enciclopédia italiana*.

No dia 21 de abril, Giovanni Gentile publica o *Manifesto dos intelectuais fascistas*.

No dia 1 de maio, é publicado o *Manifesto dos intelectuais antifascistas*, redigido por Benedetto Croce.

É instituída a Opera Nazionale Dopolavoro (OND).

Giovanni Amendola é violentamente agredido por fascistas. Gaetano Salvemini parte em exílio para a França.

O jornal *La Stampa* suspende as publicações.

No dia 2 de outubro, é firmado o Pacto do Palazzo Vidoni.

Os jornais *Avanti!* e *L'Unità* são obrigados a suspender suas publicações.

Os irmãos Luigi e Alberto Albertini são obrigados a se demitir da direção do jornal *Corriere della Sera*.

A saudação romana é introduzida na administração civil.

É instituída a Opera Nazionale per la Maternità e l'Infanzia (ONMI).

1926

É instituída a Accademia d'Italia.

O III Congresso do Partido Comunista Italiano (PCDI) aprova as *Tesi di Lione*.

Filippo Tommaso Marinetti e sua esposa Benedetta visitam a Argentina e o Brasil, onde o futurista realiza conferências.

Carlo Rosselli e Pietro Nenni publicam a revista política *Il Quarto Stato*.

É instituída a Magistratura del Lavoro, são dissolvidas inúmeras confederações sindicais e proibidas as greves e manifestações sindicais.

É fundada, no dia 3 de abril, a Opera Nazionale Balilla (ONB).

Giovanni Amendola falece na França, em decorrência do atentado fascista.

No dia 3 de maio é instituído o Ministério das Corporações e a Azienda Generale dei Petroli (AGIP).

O governo de Benito Mussolini e a alta cúpula da Igreja Católica se reúnem para a composição da *questione romana*.

Banca d'Italia assume o controle do sistema bancário italiano.

Massimo Bontempelli funda a revista *900*.

No dia 5 de novembro, o Conselho de Ministros aprova novas leis de segurança e defesa do Estado.

- No dia 8 de novembro, Antonio Gramsci é preso.
- São demitidos todos os deputados antifascistas.
- Claudio Treves, Giuseppe Saragat, Pietro Nenni e Filippo Turati partem para o exílio.
- 1927 Em primeiro de março, inicia-se a publicação da revista *Lo Stato Operaio*, em Paris, sob orientação do Partido Comunista Italiano (PCDI).
- Todas as sociedades esportivas são subordinadas ao Comitato Olimpico Nazionale Italiano.
- Fundada na França a Concentrazione d' Azione Antifascista.
- No dia 22 de abril, é aprovada a *Carta del Lavoro*.
- Trotsky é expulso do executivo da Internacional Comunista.
- Nos Estados Unidos, são processados os anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti.
- Benito Mussolini presenteia Gabriele D' Annunzio com a lancha MAS e o navio Puglia, que são colocados no jardim do Vittoriale degli Italiani, residência do escritor.
- 1928 No dia 17 de julho, morre Giovanni Giolitti.
- É firmado acordo de amizade entre Itália e Etiópia.
- 1929 É imposto, aos professores das escolas elementares, o juramento de fidelidade ao regime fascista.
- Assinado o Pacto Lateranesi entre a Igreja Católica e o Estado Italiano.
- Em 24 de outubro, a Bolsa de Nova Iorque registra queda no valor das ações. Início de uma crise econômica mundial.
- É inaugurada a Accademia d'Italia.
- 1930 Casamento do Príncipe Umberto di Savoia e Maria José del Belgio.
- Inauguração da Scuola di Mistica Fascista.
- A Bolsa de Nova Iorque registra nova queda no dia 25 de maio.
- É instituída, pela Confederazione dei Sindacati Fascisti, uma redução de 8% no salário dos trabalhadores da indústria.

- 1931
- A Espanha é proclamada uma República.
- O maestro Arturo Toscanini deixa o país, após agressão fascista.
- Entra em vigor novo Código Penal, elaborado pelo Ministro Alfredo Rocco.
- É imposto, aos professores universitários, o juramento de fidelidade ao fascismo.
- Igreja Católica e Governo fascista assinam acordo.
- Vítima de um enfarte, Angelo Oliviero Olivetti morre no dia 17 de novembro, em Spoleto.
- 1932
- Morre no exílio Filippo Turati.
- Mario Carli assume o cargo de cônsul geral da Itália, na cidade de Porto Alegre, Brasil.
- A Fiat apresenta novo automóvel, chamado Balilla, em homenagem à organização fascista.
- Em Portugal, é instituído o regime de Antonio Salazar de Oliveira.
- É inaugurada a cidade de Littoria.
- 1933
- É fundado o Instituto de Reconstrução Industrial.
- O governo institui a filiação ao Partido Nacional Fascista (PNF) como requisito para participar de qualquer concurso público no país.
- Alemanha deixa a Sociedade das Nações.
- Itália e União Soviética assinam tratado de amizade.
- É fundada a Editora Einaudi.
- 1934
- É inaugurada a cidade de Sabaudia.
- Em 14 de junho, ocorre o primeiro encontro entre Benito Mussolini e Adolf Hitler.
- O sindicalista revolucionário Alceste De Ambris morre no dia 9 de dezembro em Brive, durante o exílio francês.
- Agravam-se as relações entre Itália e Etiópia.
- Luigi Pirandello vence premio Nobel de literatura.

- Ocorre na Suíça o Primeiro Congresso Internacional Fascista.
- 1935 Em um pacto secreto, a França reconhece direito de ação italiana na Etiópia.
- Iniciam-se mobilizações de tropas italianas na África Oriental.
- É instituído o sábado fascista.
- No dia 2 de outubro, Benito Mussolini declara início do conflito contra a Etiópia, e as tropas ocupam Ádua.
- O Cardeal Ildefonso Schuster abençoa o exército italiano na Etiópia.
- 1936 Tropas italianas ocupam Addis Abeba, na Etiópia.
- No dia 9 de maio, Benito Mussolini anuncia o renascimento do Império Romano.
- Áustria reconhece a anexação da Etiópia ao território itálico.
- A Sociedade das Nações aplica sanções à Itália.
- Explode a Guerra Civil Espanhola. Os governos de Benito Mussolini e Adolf Hitler enviam apoio militar para a Espanha.
- É constituído o Batalhão Garibaldi, em oposição ao governo fascista.
- A Itália envia novamente tropas militares para apoiar o governo de Franco na Espanha.
- Morre Luigi Pirandello no dia 10 de dezembro.
- 1937 O Papa Pio XI declara repúdio ao comunismo e ao ateísmo, e que o racismo nazista e o catolicismo são incompatíveis.
- Inauguração do Estúdio Cinematográfico Cinecittà.
- No dia 27 de abril, morre na prisão Antonio Gramsci.
- Altiero Spinelli é expulso do Partido Comunista Italiano (PCDI).
- Novo encontro entre Benito Mussolini e Adolf Hitler em Mônaco.
- Fundada a organização Gioventù Italiana del Littorio.
- Inaugurada a cidade Aprilia.
- Itália firma o Pacto Anticomintern com a Alemanha e o Japão.
- Itália abandona a Sociedade das Nações.

- 1938
- Implementação das novas regras linguísticas.
- No dia primeiro de março, morre o poeta vate da Itália, Gabriele D'Annunzio, vítima de um derrame cerebral. O governo Italiano, sob o comando de Benito Mussolini, rende homenagem a ele, realizando um velório de Estado.
- No Pacto de Pasqua, a Grã-Bretanha reconhece o domínio italiano sobre a região Etíope.
- Inauguração da cidade Pomezia.
- Adolf Hitler visita a Itália.
- No dia 12 de julho, é publicado o *Manifesto degli Scienziati Razzisti*.
- O Conselho dos Ministros aprova uma série de leis raciais.
- Enrico Fermi vence o prêmio Nobel de física e se exila nos Estados Unidos.
- 1939
- Giuseppe Bottai apresenta a *Carta della Scuola*.
- Morre o Papa Pio XI e o Papa Pio XII assume o trono de São Pedro.
- É inaugurada a Camera dei Fasci e delle Corporazioni.
- A Itália invade a Albânia no dia 6 de abril.
- Itália e Alemanha assinam o Pacto de Aço.
- No dia 1 de setembro, a Alemanha invade a Polônia.
- 1940
- O governo italiano prevê racionamento dos bens de consumo.
- O presidente americano Franklin Roosevelt, o primeiro-ministro inglês Winston Churchill e o presidente francês Paul Reynaud aconselham Benito Mussolini a não aderir à guerra europeia.
- Benito Mussolini decide intervir na guerra como aliado da Alemanha. No dia 10 de junho, a Itália declara guerra à França e à Grã-Bretanha.
- No dia 24 de junho, França e Itália assinam armistício.
- Benito Mussolini declara guerra à Grécia em 28 de outubro. Contudo, poucos dias depois da tentativa de ocupação, as tropas italianas se retiram do território grego.
- Benito Mussolini visita Adolf Hitler na Alemanha.

Encontro entre Benito Mussolini e o General Francisco Franco.

Contraofensiva italiana e alemã na África setentrional.

Tropas alemãs e italianas invadem a Iugoslávia no dia 6 de abril.

É assinado armistício entre Grécia, Alemanha e Itália.

Estados Unidos rompem relações diplomáticas com a Itália e a Alemanha.

No dia 22 de junho, a Alemanha invade a União Soviética.

É renovado o Pacto Anticomintern.

Japão bombardeia Pearl Harbor.

Estados Unidos e Grã-Bretanha declaram guerra ao Japão. A Alemanha e a Itália declaram guerra aos Estados Unidos.

1941

Contraofensiva italiana e alemã na África Oriental.

São refundados clandestinamente: o Partito Socialista, o Partito d'Azione e a Democrazia Cristiana.

Inglaterra reconquista o Egito.

Contraofensiva soviética.

1942

Encontro de Franklin Roosevelt e Winston Churchill no Marrocos.

Fim do domínio italiano sobre a Líbia, com a ocupação das tropas inglesas.

Milão é bombardeada.

Difusão da greve em diversos complexos industriais do norte da Itália.

Encontro entre o rei Vittorio Emanuele III e Dino Grandi.

Tropas dos exércitos aliados invadem as ilhas de Pantella, Lampedusa e Sicília.

Encontro de Benito Mussolini e Adolf Hitler na Itália.

Roma é bombardeada.

O Rei Vittorio Emanuele III destitui Benito Mussolini do cargo de presidente do Conselho de Ministros e o declara preso.

Manifestações antifascistas tomam as ruas.

Roma é declarada “cidade aberta”.

Encontro dos chefes de Estado Franklin Roosevelt e Winston Churchill, em Quebec.

Exército aliado ocupa Messina e desembarca na Calábria.

Em oito de setembro, Itália e Estados Unidos assinam armistício.

Família real italiana foge para Brindisi.

Constitui-se o Comitato di Liberazione Nazionale (CLN).

Mussolini é liberado do cárcere por tropas do exército de Adolf Hitler.

No dia 8 de setembro, Benito Mussolini anuncia a constituição de um novo Estado fascista republicano, a Repubblica Sociale Italiana, nas regiões italianas ocupadas pelo exército alemão. O novo governo é instituído na cidade de Salò, às margens do Lago de Garda.

Batalha de quatro dias pelo domínio da cidade de Nápoles entre o exército alemão e o americano. As tropas americanas vencem o conflito.

Em outubro inicia-se a reconstrução do exército fascista e em novembro ocorre o congresso do Partito Fascista Repubblicano (PFR), em Verona.

Constituição da Guardia Nazionale Repubblicana.

1943 Início do processo contra a *gerarchia* fascista.

Greve geral em toda a Itália setentrional.

1944 O rei Vittorio Emanuele III abdica o trono, cedendo-o a seu filho, Umberto.

Giovanni Gentile é assassinado em Florença, pela resistência italiana.

Constitui-se o governo de Pietro Badoglio.

Roma é liberada pelos exércitos aliados.

A Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL) é instituída.

Levante da resistência em Florença, contra o domínio do exército alemão.

A Resistência libera diversas cidades em toda a península itálica.

No dia 2 de dezembro, morre Filippo Tommaso Marinetti, vítima de

uma crise cardíaca.

Ivanoe Bonomi preside o novo governo.

1945

Ocorre o I Congresso da CGIL, em janeiro.

Benito Mussolini é preso pela Resistência e executado no dia 28 de abril. Seu cadáver e os de outros membros da *gerarchia* fascista são expostos na Piazzale Loreto, em Milão.

A Alemanha se rende no dia 8 de maio.

Conferência Potsdam na Alemanha.

Conferência da Paz em São Francisco.

Estados Unidos lançam bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, no Japão.

Itália adere à United Nations Relief and Rehabilitation Administration.

Conferência de Londres ocorre em setembro.

Lista de abreviaturas

ANC	Associazione Nazionale Combattenti
CLN	Comitato di Liberazione Nazionale
CGdL	Confederazione Generale del Lavoro
CIL	Confederazione Italiana dei Lavoratori
Confindustria	Confederazione Generale dell'Industria Italiana
CONI	Comitato Olimpico Nazionale Italiano
FEDERTERRA	Federazione Nazionale dei Lavoratori della Terra
FIOM	Federazione Italiana Operai Metallurgici e Meccanici
GNR	Guardia Nazionale Repubblicana
INA	Istituto Nazionale Assicurazioni
INPS	Istituto Nazionale della Previdenza Sociale
IWA	International Workingmen's Association
IWW	Industrial Workers of the World
MVSN	Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale
ONB	Opera Nazionale Balilla
OND	Opera Nazionale Dopolavoro
ONMI	Opera Nazionale per la Maternità e l'Infanzia
PCDI	Partito Comunista d'Italia
PFR	Partito Fascista Repubblicano
PNF	Partito Nazionale Fascista
POI	Partito Operaio Italiano
Ppi	Partito Popolare Italiano
PRI	Partito Repubblicano Italiano
PSI	Partito Socialista Italiano
PSU	Partito Socialista Unitário
RSI	Repubblica Sociale Italiana
SFI	Sindacato Ferrovieri Italiani
UIL	Unione Italiana del Lavoro
USI	Unione Sindacale Italiana

Bibliografia

ADAMSON, Walter L. **Avant-Garde Florence – From Modernism to Fascism**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

ADORNO, Theodor W. “Spengler após o declínio”. In: **Prismas – crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Editora Ática, 1998, pp. 43-67.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALATRI, Paolo. **Nitti, D’Annunzio e la questione adriatica**. Milão: Feltrinelli, 1959.

ALIGHIERI, Dante. **De vulgare eloquentia**. Edição Bilíngue. Tradução para o inglês de Steven Bottrill. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ALLEGRI, Giuseppe. **Le due carte che non fecero l’Italia**. Roma: Fefè, 2013.

ALMEIDA, Afonso Lopes de. **O gênio rebelado – por Dalmácia e Fiume**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil. 1923

ANDREOLI, Annamaria. **Album D’Annunzio**. Pesquisa iconográfica de Eileen Romano. I Meridiani. Milão: Mondadori, 1990.

_____. **D’Annunzio**. Bologna: Mulino, 2004.

ANTONGINI, Tom. **D’Annunzio**. Boston: Little, Brown and Company, 1938.

_____. **Vida secreta de D’Annunzio**. Trad. Manuel Bandeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

APA, Marino. “Prezzolini e l’arte di Beuron”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 271-298).

APOLLINAIRE, Guillaume. **Lettere a F. T. Marinetti con il manoscritto del manifesto Antitradizione Futurista**. Org. P. A. Jannini. Milão: All’insegna del pesce d’oro, 1978.

_____. **Essays and Reviews 1902-1918**. Traduzido do francês por Susan Suleiman. Boston: MFA Publications, 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. **Storia dell’arte italiana III. Da Michelangelo al Futurismo**. Milão: Sansoni, 2008.

BALLINI, Pier Luigi; LOTTI, Luigi. “La vitta politica”. In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991(pp. 195- 201).

BANTI, Alberto Mario. **L'età contemporanea – dalla Grande Guerra a oggi**. Roma: Laterza, 2009a.

_____. **L'età Contemporanea – dalle rivoluzioni settecentesche all'imperialismo**. Roma: Laterza, 2009b.

_____. **Il Risorgimento italiano**. 6 edição. Bari: Laterza, 2011a.

_____. **Sublime Madre Nostra – La nazione italiana dal Risorgimento al fascismo**. Roma: Editori Laterza, 2011b.

BARBI, Francesca. “Balla vs Kulbin”. In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009 (pp. 147-152).

BARGELLINI, Simone. “Il caffè letterari”. In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991 (pp. 07- 09).

BARRETO, Lima. “A Guerra Faliu”. In: **Feiras e mafuás**. Artigos e Crônicas. 2 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961a (pp. 141-144).

_____. “D’Annunzio e Lênine”. In: **Feiras e mafuás**. Artigos e Crônicas. 2 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961b (pp. 202-207).

_____. “Futurismo”. In: **Feiras e mafuás**. Artigos e Crônicas. 2 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961c (pp. 67-68).

BARTELES-GRAF, Daniela. **L'Italia dal fascismo ad oggi: percorsi paralleli nella storia, nella letteratura e nel cinema**. Perugia: Guerra, 2005.

BAUSI, Luciano. “Via dei Neri, anni trenta”. In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991 (pp. 07- 09).

BEALES, Derek; BIAGINI, Eugenio F. **Il Risorgimento e l'unificazione dell'Italia**. Bologna: Mulino, 2011.

BENIGNO, Francesco; DONZELLI, Carmine; FUMIAN, Carlo; LUPO, Salvatore; MINEO, E. Igor. (Org.). **Manuale donzelli – storia contemporanea**. Roma: Donzelli, 1997.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In: **Obras escolhidas V. 1 – Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985a (pp. 165-196).

_____. “Teorias do fascismo alemão. Sobre a coletânea *Guerra e Guerreiros*, editada por Ernet Junger”. In: **Obras escolhidas V. 1** – Magia e técnica, arte e política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985b (pp. 61-71).

BERGHAUS, Gunter. **Futurism and Politics** – Between Anarchist Rebellion and Fascist Reaction, 1909-1944. Providence: Berghahn Books, 1996.

BERNARDINI, Aurora Fornoni (Org.). **O Futurismo italiano**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**. Na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Edições Afrontamento, 2003. (Coleção Biblioteca das Ciências do Homem)

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Dimensões de Macunaíma**: filosofia, gênero e época. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

_____. “A Uiara enganosa”. In: **Mario de Andrade hoje**. São Paulo: Ensaio, 1990 (pp. 133-177).

_____. Mário de Andrade entre dois (ou três) Futurismos. In: **Vanguardas – seminário sobre as vanguardas na Itália e no Brasil**, 2003, São Paulo, 2001. v. 1. pp. 43-53.

_____. **Tietê, Tejo e Sena** – A obra de Paulo Prado. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

BERTOTTO, Alberto. **L’Uscocco Fiumano** – Guido Keller fra D’Annunzio e Marinetti. Milano: Global Print, 2009.

BIANCHI, Roberto. **Pace, pane, terra** – Il 1919 in Itália. Roma: Odradek, 2006.

BIONDI, Marino. “Il libro uno e trino. ‘La cultura Italiana’”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 35-112).

_____. “Verso l’ignoto”. Direzioni di Marcia del Futurismo fiorentino da “Lacerba” a “L’Italia futurista”. In: **Firenze Futurista 1909-1920**. Ato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 maggio 2009. (pp. 29-71). Florença: Polistampa, 2010.

_____; BORSOTTI, Alessandro. **Cultura e fascismo** – letteratura, arti e spettacolo di un Ventennio. Florença: Ponte alle Grazie Spa, 1996.

BIONDI, Luigi. **Classe e nação** – trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Unicamp, 2011.

BIROLI, Viviana. **Manifesti del Futurismo**. Milão: Abscondita, 2008.

BLOCH, Marc. **Memories of War 1914–1915**. Tradução e introdução por Caroline Fink. Londres: Cornell University Press, 1980.

BO, Carlo. “La letteratura tra gli anni ‘20 e gli anni ‘30”. In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991 (pp. 10- 26).

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre ciência política na Itália**. Brasília: UNB/Imprensa Oficial, 2002.

BOCCIONI, Umberto. **Pittura e scultura futuriste**. Milão: Abscondita, 2006.

BONI, Claudio de. **Lo stato sociale nel pensiero politico contemporaneo – il Novecento**. Florença: Firenze University Press, 2009.

BOTTAI, Giuseppe. **Ordinamento corporativo**. Milão: Mondadori, 1938.

BRANCO, Rui. “Futurismo del passato. L’Integralismo lusitano all’inizio del Novecento”. **Rivista di Storia Contemporanea – Passato e Presente**, n. 62, mai.-ago. 2004, pp. 33-56.

BRUNETEAU, Bernard. **O século dos genocídios**. Violências, massacres e processos genocidários da Arménia ao Ruanda. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

BURGER, Peter. **Teoria da vanguarda**. Tradução de José Pedro Antunes. São Paulo: CosacNaify, 2008.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CALDERAZZI, Antonio Massimo. **Almeno non ignobili** – esteti, aristocratici ed eversori alla prova della Grande Guerra e dell’impresa di Fiume. Udine: Gaspari, 2010.

CANDIDO, Antonio. **Teresina etc**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CAPPELLI, Vittorio. “Immigrazione e urbanizzazione – la presenza degli nelle ‘alter Americhe’”. **Rivista di Storia Contemporanea – Passato e Presente**, n. 71, mai.-ago. 2007.

CAPONE, Cesare. **D’Annunzio poeta aviatore** – l’estasi del volo. Milão: Silvana Editoriale Spa, 2011.

CARDUCCI, Giusoè. **Odi barbare**. Bologna: Zanichelli, 1887.

CARLI, Mario. **Fascismo intransigente**. Milão: Testa di Ferro, 2007.

_____. **Arditismo**. Milão: Ritter, 2010.

CARLINO, Marcello; MUZZIOLI, Francesco. “Dall’alto e dal basso in pose sublimi”. In: **La letteratura italiana del primo novecento**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1989.

CARPI, Giancarlo (Org.). **Futuriste** – letteratura, arte e vita. Roma: Castelvechi, 2009.

CASSINELLI, Paola. **Futurismo**. Florença: Giunti, 1997.

CASTRONOVO, Valerio. “Il miracolo economico”. In: **Novecento italiano**. Bari: Laterza, 2008 (pp. 113-130).

CECCUTI, Cosimo (Org.). **Prezzolini e il suo tempo**. delato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002a.

_____. “Prezzolini e Spadolini: l’amicizia di una vita”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. delato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002b (pp. 201-220).

CECCHINI, Gian Luigi. **La reggenza fiumana nella storia e nell’ordinamento giuridico internazionale**. In: **Lo statuto della Reggenza del Carnaro**. Milão: Giuffrè, 2009.

CHABOD, Frederico. **L’Italia contemporanea (1918-1948) – Lezioni alla Sorbona**. Torino: Einaudi, 1961.

_____. **L’idea di nazione**. 11 edição. Bari: Laterza, 2011.

CHIAPPETTI, Achille. “Relazione”. In: **Lo statuto della Reggenza del Carnaro**. Milão: Giuffrè, 2009.

CINGARI, Salvatore. “Virtuosa Gioia: Di alcuni aspetti utopistici nella Carta del Carnaro. In: **Giornale di Storia Costituzionale**, n.10, set 2005, pp. 147-162.

CIUFFOLETTI, Zaffiro. “Futurismo e Politica: riflessi fiorentini”. In: **Firenze futurista 1909-1920**. delato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 mai 2009. Florença: Polistampa, 2010 (pp. 177-192).

COLARIZI, Simona. **Storia del Novecento italiano**. Cent’anni di entusiasmo, di paura, di speranza. Milão: Bur Rizzoli, 2010.

COMISSO, Giovanni. **Le mie stagioni**. Milão: Longanesi, 1963.

CORTELESSA, Andrea. **Le notti chiare erano tutte un’alba**. Antologia dei poeti italiani nella Prima Guerra Mondiale. Milão: Mondadori, 1998.

CORTI, Vittoria . “Tre aspetti della vita letteraria del ventennio”. In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991 (pp. 27- 83).

CURI, Fausto. “Firenze e la geografia del Futurismo”. In: **Firenze futurista 1909-1920**. Ato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 mai. 2009. Florença: Polistampa, 2010 (pp. 17-28).

DANIELE, Nino. **D’Annunzio político**. São Paulo: São Paulo, 1928.

D’ANNUNZIO, Gabriele. **Per la più grande Italia**. Roma: Fondazione Il Vittoriale degli Italiani, 1939.

_____. **Prose di ricerca, di lotta, di comando, di conquista, di tormento, d’indovino, di rinnovamento, di celebrazione, di rivendicazione, di liberazione, di favole, di Giochi, di baleni**. Vol. 1. Mondadori, 1954.

_____. **Tutte le novelle**. Org. Annamaria Andreoli e Marina De Marco. Milão: Mondadori, 1992.

_____. **Prose di romanzi**. Org. Ezio Raimondi e Niva Lorenzini. v. 2. Milão: Mondadori, 2001.

_____. **Scritti giornalistici**. Org. Annamaria Andreoli. Milão: Mondadori, 2003.

_____. **Prose di romanzi**. Org. Annamaria Andreoli e Ezio Raimondi. Milão: Mondadori, 2005.

D’ANNUNZIO, Gabriele. **The Fiume Question**. Italy or Death and Italy and Life. Michigan: Hp, 2012.

_____. **Il piacere**. Milão: Mondadori, 1995.

_____. **Prose di ricerca, di lotta, di comando, di conquista, di tormento, d’indovino, di rinnovamento, di celebrazione, di rivendicazione, di liberazione, di favole, di giochi, di baleni**. Vol. I e II. Milão: Mondadori, 1954.

Dante Alighieri. **La divina commedia**. Milão: Mondadori, 2005.

DE AMBRIS, Alceste. **Italy and Jugo-Slavia**. Washington,D.C.: Nabu Public Domain Reprints, 2010.

_____. Fiume – un tentativo di rinnovamento incompiuto e vilipeso. 1934. In: Archivio Guastoni.

DEBENEDETTI, Giacomo. **Il romanzo del Novecento**. Milão: Garzanti, 1971.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

DE FELICE, Renzo. **Mussolini il rivoluzionario**. Torino: Giulio Einaudi, 1965.

_____. **Sindacalismo rivoluzionario e fumanesimo del carteggio De Ambris – D’Annunzio (1919-1922)**. Brescia: Morcelliana, 1966.

_____. **Entrevista sobre el fascismo con Michael A. Ledeen**. Buenos Aires: Sudamericana, 1979.

_____. **Intellettuai di fronte al fascismo**. Roma: Bonacci, 1985.

_____. **Fascismo**. Milão: Luni, 1998.

_____. **Intervista sul fascismo**. Bari: Laterza, 2008.

DE LUCCA, Tolomeu; AQUINO, São Tomás. **On the Government: De regimine principum**. Pennsylvania: Pennsylvania Press, 1997.

DE MAURO, Tullio. **Storia linguistica dell’Italia unita**. Bari-Roma: Laterza, 1984.

DEL BOCA, Angelo. **Le guerre coloniali del fascismo**. Bari: Laterza, 2008.

_____. **Gli italiani in Africa orientale**. I vol. Dall’Unità alla Marcia su Roma. Milão: Mondadori, 2009a.

_____. **Gli italiani in Africa orientale**. II vol. La conquista dell’Impero. Milão: Mondadori, 2009b.

DELCROIX, Carlo. **D’Annunzio e Mussolini**. Florença: Le Lettere, 2010.

DELL’ERA, Tommaso. “La propaganda nel regime fascista”. In: **Rivista di Storia Contemporanea – Passato e Presente**. N. 71, mai.-ago. 2007.

DEPOLI, Guido. *La popolazione di Fiume. Risultati del censimento fatto nel dicembre 1918*. Rivista “Fiume” della Società di Studi Fiumani Anno II, 1924, p. 192.

DI MAGGIO, Gino. “La Ca’Rossa ricordo di Filippo Tommaso Marinetti”. In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009 (pp.19-21).

D’ORSI, Angelo. **Il Futurismo tra cultura e politica – reazione e rivoluzioni**. Roma: 2009, Salerno Editrice.

EHRARD, Jean. “Politique de Montesquieu”. **Enciclopédia Einaudi: Memória – Historia**. Vol 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1965.

FABRIS, Annateresa. **Futurismo**: uma poética da modernidade. São Paulo: Perspectiva, 1987a.

_____. “Giovanni Papini e o Modernismo”. In: Estado de São Paulo, 7/11/1987b, pp. 8-10, ano VII, número 384.

FALQUI, Enrico. **Indice della Voce e di Lacerba**. Florença: Vallecchi, 1966.

FERRO, Antonio. **Gabriele D’Annunzio e eu**. Lisboa: Portugália, 1922.

FLORES, Marcello. **Il secolo mondo**. Storia del Novecento I. 1900-1945. Bologna: Mulino, 2002.

FOSCOLO, Ugo. **Poesie e sepolcri**. Org. Donatella Martinelli. Milão: Mondadori, 1987.

_____. **Ultime lettere di Jacopo Ortis**. Roma: Tascabili Newton, 1993.

FRANCESCHINI, Carlo. “Il mondo industriale fiorentino”. In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991 (pp. 202-215).

FRANZINELLI, Mimmo; CAVASSINI, Paolo. **Fiume** – l’ultima impresa di d’Annunzio. Milão: Mondadore, 2009.

FRESSURA, Marco; KARLSEN, Patrick (Org.). **Gabriele D’Annunzio** – la *Carta del Carnaro* e altri scritti su Fiume. Roma: Castelvevchi, 2009.

FRIGESSI, Delia (Org.). **La cultura italiana del’ 900 attraverso le riviste**. Vol. I. “Leonardo”, “Hermes” e “ Il Regno”. 2 Edição. Torino: Einaudi, 1960.

FURIOZZI, Gian Biagio. **Sorel e L’Italia**. Florença: G. D’Anna, 1975.

_____. **Il sindacalismo rivoluzionario italiano**. Milão: Mursia, 1995.

_____. **Alceste De Ambris e il sindacalismo rivoluzionario**. Milão: FrancoAngeli, 2002.

GARIN, Eugenio. **Cronache di filosofia italiana 1900/1943**. Bari: Laterza, 1966.

GENTILE, Emilio. **Le origini dell’ideologia fascista**. 1918-1925. Bologna: Mulino, 1996.

_____. **Fascismo e antifascismo**. I partiti italiani fra le due guerre. Florença: Le Monnier, 2000.

_____. “Prezzolini e L’America negli anni del fascismo”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. florença: La Lettere, 2002 (pp. 233-252).

_____. **The Struggle for Modernity**. Nationalism, Futurism and Fascism. Londres: Greenwood, 2003.

_____. “1900 inizia il secolo”. In: **Novecento italiano**. Bari: Laterza, 2008a (pp. 3-32).

_____. **Fascismo** – Storia e interpretazione. Bari: Laterza, 2008b.

_____. **L’apocalisse della modernità** – la Grande Guerra per l’uomo nuovo. Milão: Mondadori, 2008c.

_____. **La grande Italia** – il mito della nazione nel XX secolo. Bari: Laterza, 2009a.

_____. **La nostra sfida alle stelle** – futuristi in politica. Bari: Laterza, 2009b.

_____. **Il culto del Littorio** – la sacralizzazione della politica nell’ Italia fascista. Bari: Laterza, 2009c.

_____. **Contro Cesare** – Cristianesimo e totalitarismo nell’epoca dei fascismi. Milão: Feltrinelli, 2010a.

_____. **Il fascismo in tre capitoli**. 5 Edição. Bari: Laterza, 2010b.

_____. “Il regno dell’uomo dalle radici tagliate – disumanismo e anticristianismo nella rivoluzione futurista (1909-1920)”. In: **Firenze futurista 1909-1920**. Ato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 mai. 2009. Florença: Polistampa, 2010c (pp. 143-176).

_____. **Le origini dell’Italia contemporanea** – l’età giolittiana. Bari: Laterza, 2011a.

_____. **Né stato né nazione** – italiani senza meta. 3 edição. Bari: Laterza, 2011b.

GHIDETTI, Enrico. “Il ‘Diario’ (1900-1982) di Giuseppe Prezzolini”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 253-270).

_____. **Malattia, coscienza e destino** – per una mitografia del decadentismo. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2007.

GIL, José. “Nação”. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

GIUBILEI, Maria Flora; SPINGARDI, Caterina Olcese. **Da Rodin a D’Annunzio**: um monumento ai mille per quarto. Gênova: Giunti, 2008.

GIURIATI, Giovanni. **Con D'Annunzio e Millo in difesa dell'Adriatico**. Florença: Sansoni, 1954.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Vol. I, II, III, IV. Edição crítica do Instituto Gramsci. A cura de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 1975

_____. **Escritos políticos**. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Escritos políticos**. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. “Marinetti rivoluzionario?”. In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009, pp.15-16.

_____. **Cadernos do cárcere**. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRASSI, Piero; FEI, Silvano; KOENIG, J. Klaus; VANNUCCI, Marcello; TASSINARI, Luigi. “L'urbanistica e l'architettura”. **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991 (pp. 157- 194).

GRISI, Francesco. **I futuristi** – i manifesti, la poesia, le parole in libertà, i disegni e le fotografie di un movimento “rivoluzionario”, che fu l'unica avanguardia italiana della cultura europea. Roma: Newton Compton Editori, 1990.

GUIAMMATTEI, Emma. “La parola, la maschera e il tempo: Prezolini, Croce e la filosofia de '900”. In: **Prezolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 157-178).

GUERCIO, Andrea B. Del. **Tutte le avanguardie del XX secolo**. Quaderni della Fondazione Primo Conti. Milão: Electa, 1994.

GUERRI, Giordano Bruno. **D'Annunzio** – l'amante guerriero. Milão: Mondadori, 2009.

_____. **Filippo Tommaso Marinetti** – invenzioni, avventure e passioni di un rivoluzionario. Milão: Mondadori, 2010.

HARDING, Bertita. **O coração não envelhece** – a história de Eleonora Duse e D'Annunzio. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!**: memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3ª ed. rev e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HELLER, Agnes. **L'uomo del Rinascimento**. Florença: Nuova Itália, 1977.

_____. “Estrutura da vida cotidiana”. In: **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Per un’antropologia della modernità**. Torino: Dubbio & Speranza, 2002.

HERMET, Augusto. **La ventura delle riviste**: Leonardo, La Voce, Lacerba, La Ronda, Il Selvaggio, Solaria, Il Frontespizio, Campo di Marte. Org. Marino Biondi. Firenze: Vallecchi, 1987.

HOBSBAWN, Eric J. **A era do capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 66.

HOLLIS III, Daniel W. **Utopian Movements**. California: ABC-CLIO, 1998.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: CosacNaify, 2010.

ISNENGI, Mario. **L’Italia in piazza**. I luoghi della vita pubblica dal 1848 ai giorni nostri. Bologna: Mulino, 2004.

_____. **Il mito della Grande Guerra**. 6ª edição. Bologna: Mulino, 2007.

_____. “Cinque modi di andare alla guerra”. In: **Novecento italiano**. Bari: Laterza, 2008 (pp. 33-61).

_____. **I luoghi della memoria** – personaggi e date dell’Italia unita. Bari: Laterza, 2010a.

_____. **I luoghi della memoria** – simboli e miti dell’Italia unita. Bari: Laterza, 2010b.

_____. **I luoghi della memoria** – strutture ed eventi dell’Italia unita. Bari: Laterza, 2010c.

_____. **Dieci lezioni sull’Italia contemporanea**. Da quando non eravamo ancora nazione... a quando facciamo fatica a rimanerle. Roma: Donzelli, 2011.

_____; ROCHAT, Giorgio. **La Grande Guerra 1914-1918**. Bologna: Mulino, 2008.

Karsen, Patrick. **La carta rivoluzionaria di D’Annunzio e De Ambris**. Roma: Castelvecchi, 2009.

KING, David. **Red Star over Russia** – A Visual History of the Soviet Union From 1917 to the Death of Stalin. Londres: Tate Publishing, 2009.

KLOPP, Charles. **Gabriele D’Annunzio**. Boston: Brown University, 1988.

LAMPEDUSA, Tomasi di. **Il gattopardo**. Milão: Feltrinelli, 2010.

LANCELLOTTI, Giancarlo. **Il pugnale votivo di Gabriele d'Annunzio**. Orazioni e Messaggi Fiumani. 1921-1931. Trieste: Hammerle, 2002.

LEDEEN, Michael A. **The First Duce – D'Annunzio at Fiume**. Londres: The Johns Hopkins University Press, 1977.

LE GOFF, Jacques. **Para uma outra Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LISTA, Giovanni. **Arte e politica**. Il Futurismo di sinistra in Italia. Milão: Multipla edizioni, 1980.

_____. "Il gesto futurista". In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009a (pp. 69-70).

_____. "Marinetti e il futurismo politico". In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009b, pp.153-168.

_____. "Marinetti poeta simbolista e il 'complesso di swinburne'". In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009c, pp. 27-67.

LOMBARDI, Daniele. "Marinetwork". In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009, pp. 127-145.

_____. "Per una storia del Futurismo musicale". In: **Firenze futurista 1909-1920**. Ato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 mai. 2009. Florença: Polistampa, 2010 (pp. 127-142).

LOMBARDO, Renato. **Fiume o cara "D'Annunzio e L'Impresa di Fiume" nel novantesimo anniversario della "Marcia di Ronchi" e della conquista della città**. Pescara: Libreria dell'Università, 2009.

_____. **La filosofia in d'Annunzio**. Sui fondamenti culturali della *Carta del Carnaro*: Aristotele, Vico, Nietzsche. Pescara: Tracce, 2011.

LONGHI, Enrico Serventi. **Alceste De Ambris – l'utopia concreta di un rivoluzionario sindacalista**. Milão: Franco Angeli, 2011.

LUKÁCS, György. **Arte e società II**. Roma: Reuniti, 1977.

_____. **La distruzione della ragione**. Udine: Mimesis, 2011.

LUPERINI, Romano. **Gli esordi del Novecento e l'esperienza della Voce**. Bari: Laterza, 1976.

LUTI, Giorgio. "Gli anni de la *Voce*". In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 21-54).

MACDONALD, J. N. **A Political Escapade** – The story of Fiume and D’Annunzio. Lexington: HP/ University of Michigan Library, 2012

MAGHERINI, Simone. “‘Perché ci sia vita’: Preliminari di un’amicizia. Prezzolini e Palazzeschi (1912-1913)”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 179-200).

MANGHETTI, Gloria (org.). “Nell’anno del ‘Centone’, al di là del Futurismo”. In: **Firenze futurista 1909-1920**. Ato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 mai. 2009. Florença: Polistampa, 2010 (pp. 193-208).

_____; MERINO, Carlo Ernesto; SCHEIWILLER, Vanni. **Francesco Meriano** – arte e vita, con tre carteggi di Umberto Saba, Eugenio Montale e Gabriele D’Annunzio. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2005.

MARCHI, Marco. **D’Annunzio a Firenze e altri studi**. Florença: La Lettera, 2000.

_____. **In breve** – scrittori del Nocecento. Florença: Franco Cesati, 2010.

_____; SOLDATESCHI, Jole. **Giovanni Papini (1881-1981)** – catalogo della mostra. Florença: Enrico Vallecchi, 1982.

MARINETTI e il Futurismo a Firenze. Org. Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze. Roma: Edizioni De Luca, 1994.

MARINETTI, Filippo Tommaso. **Taccuini 1915-1921**. Bolonha: Il Mulino, 1987.

_____. **Misurazioni**. Organizado por Marialuisa Grilli. Florença: Vallecchi, 1990.

_____. **Novelle colle labbra tinte**. Florença: Vallecchi, 2003.

_____. **L’alcova d’acciaio**. Florença: Vallecchi, 2004.

_____. **Teoria e invenzione futurista**. Org. Luciano de Maria. Milão: Mondadori, 2010.

MARX, Karl. **The Revolutions of 1848** – Political Writings. Vol. 1. Edição e introdução por David Fernbach. Londres: Verso, 2010.

_____. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASI, Danilo. **Il moto dei ciompi**. Prato: Cooperativa Editoriale 1 Maggio, 1979.

- MICHELI, Mario di. **Le avanguardie artistiche del Novecento**. Milão: Feltrinelli, 2009.
- MIGLIACCIO, Luciano. “Roberto Longhi e a escultura futurista”. In: **Vanguardas – Atas do Seminário Internacional Brasil – Itália**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MIRANDOLLA, Giovanni Pico della. **Discurso sobre a dignidade do homem**. Edição bilíngue. Lisboa: Edições 70, 2010.
- MISSIROLI, Mario. **Il fascismo e la crise italiana**. Bolonha: Cappelli, 1921.
- MOMIGLIANO, Attilio. “Sobre o decadentismo”. In: **História da literatura italiana**. Tradução Luís Washington e Antonio D’Elia. São Paulo: 1948 (pp. 457-500).
- MORONI, Sheyla. **Giovanni Giuriati – biografia politica**. Florença: Centro Editoriale Toscano, 2006.
- MORUS, Thomas. **UTOPIA ou A melhor forma de governo**. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009
- MOSSE, George L. **La nazionalizzazione delle masse**. Bologna: Il Mulino, 1975.
- MUSSOLINI, Benito. “Discurso per l’inaugurazione della prima Mostra del Novecento italiano”. In: **Il Novecento italiano** (org. Elena Pontiggia). Milão: Abscondita, 2003 (pp. 66-68).
- NANNI, Romano; TADDEI, Monica (org). **Americo Vespucci e la scoperta dell’America negli studi di Gustavo Uzielli**. Milão: Silvana, 2003.
- NOZZOLI, Anna; SIMONETTI, Carlo Maria (org). **Il tempo de la Voce**. Florença: Nuovedizione Enrico Vallecchi, 1982.
- OLIVA, Achille Bonito. “Il nervosismo cosmico di Marinetti”. In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009, pp. 95-106.
- _____. **Sfida alle stelle!** – L’Eredità del Futurismo nell’arte contemporanea. (DVD) Florença: Arte Media Editore, 2010.
- OLIVA, Gianni. **Profughi – dalle foibe all’esodo: la tragedia degli italiani d’Istria, Fiume e Dalmazia**. Milão: Mondadori, 2006.
- OLIVETTI, Angelo Oliviero. **Dal sindacalismo rivoluzionario al corporativismo**. Roma: Bonacci, 1984.
- _____. Sindacalismo e nazionalismo. **Pagine Libere**, 15 de fevereiro de 1911.

OLIVIERI, Mario. **Compendio della storia d'Italia e documenti per la storia d'Italia**. Perugia: Guerri, 2007.

ORANO, Paolo. "L'antimilitarismo". In: **Divenire sociale**. 16 de Setembro, 1910.

ORTEGA Y GASSET, José. **A desumanização da arte**. São Paulo: Cortez, 1991.

OTTINGER, Didier (org.). **Futurismo** – avanguardias vanguardadas. Milão: 5 Continents, 2009.

PALLA, Marco. **Firenze nel regime fascista (1929-1934)**. Florença: Leo S. Okschki Editore, 1977.

_____. **Mussolini e il fascismo**. 3ª edição. Florença: Giunti, 1996.

PALAZZESCHI, Aldo; PAPINI, Giovanni. **Carteggio 1912-1933**. Org. Stefania Alessandra Bottoni. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura Università degli Studi di Firenze, 2006.

PAPINI, Giovanni. **Un uomo finito**. Florença: Vallecchi, 1956.

_____. **L'esperienza futurista**. Florença: Vallecchi, 1981.

PAPINI, Giovanni. **Il non finito** – diário 1900 e escritos inéditos juvenis. Florença: La Lettere, 2005.

PARETO, Vilfredo. **Trattato di sociologia generale**. Florença: Barbera, 1971.

PASCOLI, Giovanni. **La grande proletaria si è mossa**. Bolonha: Zanichelli, 1911.

_____. **Myrica**. Livorno: Giusti, 1927.

PERFETTI, Francesco. **Fiumanesimo, sindacalismo e fascismo**. Roma: Bonacci, 1988.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. 5ª Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

PICCIONI, Leone. **Album Ungaretti**. Iconografia ordinata e commentata da Paola Montefoschi. I Meridiani. Milão: Mondadori, 1989.

PINZAUTI, Leonardo. "La musica". In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Firenze: Bonechi, 1991 (pp. 84-109).

POESIO, Paolo Emilio. "Il teatro". In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991 (pp. 110- 132).

POGGIOLI, Renato. **The Theory of the Avant-Garde**. Traduzido do italiano por Gerald Fitzgerald. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

PONTIGGIA, Elena (org). **Il Novecento italiano**. Milão: Abscondita, 2003.

PULITI, Elena. **1910 – fuga dalla Capponciana d’Annunzio tra Firenze e Francia – Percorsi d’arte e vita di personaggi d’eccezione nella cultura fiorentina del primo ‘900. D’Annunzio – Duse – Duncan – Craig**. Florença: CD&V, 2011.

RAINERO, Romain H. **Il Futurismo: aspetti e problemi**. Milão: Cisalpino, 1993.

RAVEL, Emilio. **Il tumulto dei ciompi**. 1378: I primi compagni. Florença: Bonechi, 1978.

REBAY, Luciano. “Prezzolini negli Stati Uniti”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 221-232).

RICHTER, Mario. “Prezzolini e Soffici: il confronto con le arti figurative”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 147-156).

ROCHA, João Cezar de Castro Rocha. “Notas de pesquisa sobre o estudo das vanguardas no Brasil”. **Concinnitas** (UERJ), Rio de Janeiro, v. 1, p. 87-109, 1999.

ROCHAT, Giorgio. **Gli arditi della Grande Guerra**. Origine, battaglie e miti. Goriza: Goriziana, 1990.

ROGGI, Piero; PAVANELLI, Giovanni. “La banche e i banchieri”. In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Florença: Bonechi, 1991 (pp. 216- 235).

RHODES, Anthony. **The Poet as Superman – A Life of Gabriele D’Annunzio**. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1959.

ROSA, Alberto Asor. **Storia europea della letteratura italiana III**. La letteratura della nazione. Torino: Einaudi, 2009.

ROSA, Domenico. **Fiume dannunziana tra irredentismo e fantasia**. Florença: Eclettica, 2012.

RUESCH, Diana. “Le carte ancora sconosciute dell’Archivo Prezzolini conservato alla Biblioteca Cantonale di Lugano”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 303-317).

RUSSO, Ana Maria. “Il fondo Prezzolini alla Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze”. In: **Prezzolini e il suo tempo**. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Florença: La Lettere, 2002 (pp. 299-302).

SABBATUCCI, Giovanni. “1924 Il delitto Matteotti”. In: **Novecento italiano**. Bari: Laterza, 2008 (pp. 63-88).

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALARIS, Claudia. **Alla festa della rivoluzione** – artisti e libertari con D’Annunzio a Fiume. Bolonha: Mulino, 2008.

_____. **Futurismo** – la prima avanguardia (Arte Dossier). Florença: Giunti, 2009.

_____. **Futurismo** – l’avanguardia delle avanguardie. Florença: Giunti, 2012.

SALVATORI, Massimo L. **Il Novecento**. Roma: Laterza, 2002.

SALVEMINI, Gaetano. **Memorie e soliloqui**. Bolonha: Mulino, 2001.

SANSONE, Luigi. **Scaffali futuristi** – libri e documento della Biblioteca d’arte di Milano. Milão: Casva, 2011.

SCHNAPP, Jeffrey. **Staging Fascism**. 18 B1 and the Theater of Masses for Masses. California: Stanford University Press, 1996.

_____. **A Primer of Italian Fascism**. Londres: University of Nebraska Press, 2000.

_____. “Parole a forma di elica”. In: **Ritratto di Marinetti**. Milão: Fondazione Mudima, 2009 (pp. 209-233).

SEDLA, Giovanni. **Gli intellettuali di Mussolini** – la cultura finanziata dal fascismo. Florença: La Lettere, 2010.

SEGRE, Cesare. **La letteratura italiana del Novecento**. Bari: Laterza, 2010.

SFORZA, Widar Cesarini. **Il corporativismo come esperienza giuridica**. Milão: Giuffrè, 1942.

SINAGRA, Augusto. **Lo statuto della Reggenza Italiana del Carnaro**. Tra storia, Diritto Internazionale e Diritto Costituzionale. Roma: Giuffrè Editore, 2008.

SMITH, Denis Mack. **Storia d’Italia**. 6ª edição. Bari: Laterza, 2011.

SOFFICI, Ardengo; CORRA, Bruno; CONTI, Primo; GINNA, Arnaldo; CAPPA MARINETTI, Benedetta; SPIRIDIGLIOZZI, Bernardo; SANZIN, Bruno; MARINETTI, Filippo Tommaso. **Zig Zag** – il romanzo futurista. Org. Alessandro Masi. Milão: Saggiatore. 2009.

- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. São Paulo: Martins Fontes 1992.
- SPAGNOLO, Stefannella. **La patria sbagliata di Giuseppe Bottai** – dal razzismo coloniale alle leggi razziali (1935-1939). Roma: Aracne, 2012.
- SPENGLER, Oswald. **A decadência do ocidente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SPINOSA, Antonio. **D’Annunzio** – il poeta armato. Milão: Mondadori, 1987.
- SQUAROTTI, Giorgio Bàrberi. **Invito alla lettura di d’Annunzio**. 2 ed. Milão: Mursia, 1988.
- STERNHELL, Zeev. **The Birth of Fascist Ideology**. New Jersey: Pinceton University Press, 1994.
- _____; SZNAJDER, Mario; ASHÉRI, Maïa. **O nascimento da ideologia fascista**. Lisboa: Bertrand, 1989.
- STRAUSS, Richard. “Morte e transfiguração”. Eisenach, 1891.
- SUSKIND, Patrick. **Il profumo**. Milão: Tea, 2009.
- TELLINI, Gino; VALESIO, Paolo (org.). **Beyond Futurism**: Filippo Tommaso Marinetti, Writer. For the centennial Anniversary of the Italian Avant-Garde. Ato do Convegno Internazionale di Studi. Nova York: Columbia University, 2009.
- _____. “Il Futurismo ‘leggero’ di Palazzeschi”. In: **Firenze futurista 1909-1920**. Ato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 mai. 2009. Florença: Polistampa, 2010 (pp. 91-110).
- TERZOLI, Maria Antonietta (org.). **Giuseppe Ungaretti** – lettere a Giuseppe Prezzolini 1911-1969. Roma: Edizione di Storia e Letteratura, 2004.
- TINTERRI, Alessandro. “Futuristi alla ribalta: dal ginocchio in giù”. In: **Firenze futurista 1909-1920**. Ato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 mai. 2009. Florença: Polistampa, 2010 (pp. 77-90).
- TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália. Campinas: Unicamp, 2004.
- _____. “Imigração, sindicalismo revolucionário e fascismo na trajetória do militante Edmondo Rossoni”. In: **Cadernos Ael – Imigração**. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/Unicamp, v. 15, n. 27, segundo semestre de 2009, pp. 123-170.

TORRICELLI, Raffaello. “I fiorentini nel film ‘Firenze o cara...’ di Antonio A Frazzi”. In: **La cultura a Firenze tra le due guerre**. Firenze: Bonechi, 1991 (pp. 152- 156).

TRAVERSO, Enzo. **A ferro e fuoco** – La guerra civile europea 1914 - 1945. Bologna: Mulino, 2007.

TROTSKI, Leon. **Literatura e revolução**. Tradução de Luiz Alberto M. Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

TURI, Gabriele. **Lo stato educatore** – politica e intellettuali nell’Italia fascista. Bari: Laterza, 2002.

_____. **Il nostro mondo** – dalle grande rivoluzioni all’11 Settembre. Bari: Laterza, 2006.

UNGARETTI, Giuseppe. **Vita d’un uomo**. 106 poesie 1914-1960. 14ª edição. Milão: Mondadori, 1992.

_____. **Nouve cahier de route**. Ato do Seminario Internazionale di Studi Fondazione “La Sapienza- Giuseppe Ungaretti”. Roma: Passigli, 1997.

UNZZANI, Giovanna. “Officina fiorentina. Gli anni del Futurismo”. In: **Firenze futurista 1909-1920**. Ato do Convegno di Studi Firenze, 15-16 mai. 2009 (pp. 111-126) Firenze: Polistampa, 2010.

VALERI, Nino. **Da Giolitti a Mussolini**. Milão: Il Saggiatore, 1956.

_____. **D’Annunzio davanti al fascismo**. Firenze: Le Monnier , 1963.

VALLI, Roberta Suzzi. **Le origini del fascismo**. Roma: Carocci, 2003.

VASSALLI, Sebastiano. **L’alcova elettrica**. 1913: il Futurismo processato per oltraggio al pudore. Milano: Calypso, 2009.

VATTA, Luigi. **Fiume la saga dei legionari di Gabriele D’Annunzio**. Torino: Spoon River, 2009.

VERDONE, Mario Verdone. **Il Futurismo**. Roma: Newton & Compton, 2003.

VICENZO, Gioberti. **Prelegomeni del primato morale e civile degli italiani**. Torino: Torinese, 1926 [1843].

VIOLA, Gianni Eugenio. **Filippo Tommaso Marinetti** – lo spettacolo dell’arte. Palermo: Lepsos, 2004.

WEBER, Luigi. **Con onesto amore di degradazione**. Romanzi sperimentali e d'avanguardia nel secondo Novecento italiano. Bologna: Mulino, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Política do Modernismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011.

Fontes Documentais e Periódicos Consultados

Arquivo Edgard Leuenroth – AEL – Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

Avanti!. São Paulo (1900-1903, 1908-1909).

Fanfulla. São Paulo (1893- atual).

A Plebe. Periódico Libertário, São Paulo (1917-1922).

Archivio della Fondazione Primo Conti – Fiesole, Itália

Dossier futurista 1910-1919 (vol. 1 e 2)

Il Bargello, Florença (1929-1943)

Lacerba, Florença (1913-1915)

L'Italia Futurista, Florença (1916-1918)

Poesia, Milão (1905-1909)

Roma futurista, Roma (1918-1919)

Fondo Francesco Balilla Pratella

Fondo Luigi Bandini

Fondo Bino Binazzi

Fondo Primo Conti

Fondo Gioacchino Contri

Fondo Futurista

Fondo Giovanni Papini

Fondo Corrado Pavolini

Fondo Emilio Settimelli

Fondo Bino Sanminiatielli

Archivio Fiumano – Vittoriale Degli Italiani

Archivio della Biblioteca Nazionale – Florença, Itália

Biblioteca do IEL-UNICAMP

Biblioteca Central-UNICAMP

Coleção Sérgio Buarque de Holanda, conservada pela Biblioteca Central-UNICAMP

Biblioteca do IFCH-UNICAMP

Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze

Biblioteca di Lettere da Università degli Studi di Firenze

Biblioteca di Scienze Sociali da Università degli Studi di Firenze

Biblioteca di Scienze della Formazione da Università degli Studi di Firenze

Istituto Nazionale di Studi sull’Rinascimento (Florença)
Biblioteca Comunale Centrale (Florença)
Gabinetto G. P. Vieusseux (Florença)

La Tradotta – Giornale di Trincea (1915-1918)
Il Corriere della Sera, Milão (1866-actual)
Il Popolo d’Italia, Milão (1914-1943)

Istituto Storico della Resistenza – Florença, Itália

The Beinecke Rare Book & Manuscript Library, Yale University Library, New Haven, Estados Unidos

Arquivo de Tommaso Filippo Marinetti

Filmografia

Allonsanfàn. Paolo Taviani e Vittorio Taviani. Itália: 1974.
Amarcord. Direção de Federico Fellini. Itália: F.C., 1973.
Breve storia del fascismo. Direção de Folco Quilici. Supervisão historiográfica Renzo di Felice. Itália: Istituto Luce, 2007.
Cabiria. Direção de Giovanni Pastroni e roteiro de Gabriele D’Annunzio. Itália: Italia film, 1914.
D’Annunzio. Direção de Sergio Nasca. Itália: Selvaggia Film, 1987.
Etiopia 1936 – alla conquista dell’impero. Itália: Istituto Luce, 2004.
Hitler e Mussolini – gli anni degli incontri. Direção de Nicola Caracciolo. Supervisão historiográfica Renzo di Felice. Itália: Istituto Luce, 2004.
Il Futurismo – mode e tendenze. Direção de Enzo Savino. Itália: Cinehollywood, 2012.
Il Gattopardo. Direção de Luchino Visconti. Itália: 1963.
Il brigante di Tacca del Lupo. Direção de Pietro Germi. Itália: 1957.
Il mio amico Benito. Direção de Giorgio Bianchi. Itália: Cinex, 1962.
Il primo Dopo Guerra 1919-1922 – l’impresa di Fiume – il milite ignoto – la Marcia su Roma. Itália: Istituto Luce, 1919-1922.
I 600 giorni di Salò. Direção de Nicola Caracciolo e Emanuele V. Marino. Itália: Istituto Luce/ Rai, 2005.
Il vittoriale di Gabriele D’Annunzio. Direção de Mirko Adami. Itália: Lemon Multimedia e Alchemy Studio’s.
Lawrence of Arabia. Direção de David Lean. Estados Unidos/ Reino Unido: Columbia Pictures, 1962.
L’America. Direção de Gianni Amelio. Itália: 1994.
L’innocente. Direção de Luchino Visconti. Itália: 1976.
Paths of Glory. Direção e roteiro de Stanley Kubrick. Estados Unidos: 1957.
The Lion of the Desert. Direção de Moustapha Akkad. Estados Unidos/ Líbia: Falcon, 1981.
Videocracy. Direção de Erik Gandini. Suécia/ Itália: 2009.
Viva Italia! Direção de Roberto Rossellini. Itália: 1961.

Vincere. Direção de Marco Bellocchio. Itália: 2009.